

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Memórias de Luta.

Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário.
(Fortaleza, 1962 – 1969)

Edmilson Alves Maia Júnior

Fortaleza
Junho/2002

M184m Maia Júnior, Edmilson Alves

Memórias de luta. Ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza-1962-1969)/Edmilson Alves Maia Júnior. – Fortaleza, 2002.

255 p.

Orientador: Frederico de Castro Neves
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

1. Movimento estudantil – Fortaleza – História. 2. Ditadura Militar – Memórias.

I Neves, Frederico de Castro. II Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Edmilson Alves Maia Júnior

Memórias de Luta.

Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário.
(Fortaleza, 1962 – 1969)

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social à comissão julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

Fortaleza
Junho/2002

Edmilson Alves Maia Júnior

Memórias de Luta.

Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário.
(Fortaleza, 1962 – 1969)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, pela comissão examinadora formada pelos seguintes professores (as):

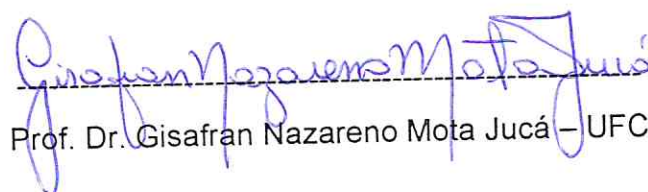
Banca Examinadora



Prof. Dr. Frederico de Castro Neves – UFC (Orientador)



Prof.ª Dr.ª Denise Rollemberg – UFF



Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá – UFC

Aprovada em 09 de JULHO de 2002.

Dedicatórias

Dioclécia, não tenho como separar o que é meu do que é teu nesta dissertação. Sua presença não está nem ali ou aqui, em algum canto, uma contribuição perdida ou fundamental: não existiria nada disso sem você.

Mãinha, ninguém mais que você me deu força para esse trabalho se realizar. Obrigado, de novo e sempre.

Este trabalho é dedicado, especialmente, a todos aqueles que construíram o movimento estudantil naqueles anos, mulheres e homens que, “no centro da própria engrenagem”, inventaram a contra-mola que resistiu.

Agradecimentos

Isto aqui é apenas um necessário e prazeroso registro. Para além disso, obviamente, vale mais o sabor de cada trajetória.

Agradeço

À turma do NUDOC, Moreira, Professora Simone, Moacir, Virgínia, Tião, por me introduzir no território da história oral.

Na figura dos tutores que convivi, Pinheiro, Funes e Fred, ao Programa Especial de Treinamento do Curso de História da UFC pelos primeiros passos na vida acadêmica.

À Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa, pelo apoio financeiro durante o curso de pós-graduação. Que cada vez mais a fundação garanta seu papel na produção do conhecimento – pilastra indispensável para o ainda não realizado desenvolvimento do nosso estado.

À Regina, que vem cumprindo com competência e simpatia a, até então impossível, função de arrumar a burocracia da Pós-graduação da História.

A Nivea Regina por “quebrar vários galhos” do meio do caminho.

À Ana Cláudia, pela amizade nos instantes decisivos.

A “minha” turma do mestrado, Ana Maria, Xisley, Ana Rita, Alyson, Ramirez, Mônica, Ana Lúcia, Manuel Carlos, foi um prazer dividir com vocês importantes momentos nesta roda-viva....

Ao pessoal da segunda turma do mestrado, Mirtes, Gustava, Henrique, Antônio, Glória, Ivoneide, Isa, com vocês pude extravasar muitas tensões.

Ao Manuel Coelho, pelo companheirismo e amizade forjados na expectativa de um possível mestrado.

Ao Franck pelas várias discussões proveitosas, na boa relação da antropologia com a história.

À Professora Déa Fenelón, pelas decisivas reflexões levantadas por ocasião do Exame de Qualificação.

Ao Professor Gisafran, pelas profícuas conversas, compartilhando suas opiniões e vivências sobre o “nosso” movimento estudantil dos anos 60.

A professora Ivone Cordeiro, pelo carinho demonstrado desde cedo pela pesquisa, sugerindo pertinentes discussões, dividindo suas experiências e conhecimentos do assunto.

Ao professor Pedro Eimar do Mauc pelo acesso ao acervo de fotos da Universidade do Museu.

A Eurípedes Funes, homem de postura e compromisso como poucos que conheço, obrigado pela confiança e amizade.

Ao meu caro orientador Frederico de Castro Neves (o Fred) pela companhia agradável e discussões inteligentes .

A todos que cruzei o caminho dentro do movimento estudantil. Aprendi com todos, acho...

Ao Eduardo Vinícius pela confiança e amizade.

A Régia, pela ajuda com livros, idéias e fotos (que achado, os negativos!). Que nossa amizade "maldita" continue melhor com o passar do tempo, como os bons vinhos.

Ao Joel, novo companheiro de conversas à toa, conversas fundamentais, da tarefa de construção de amizade preciosa.

A Ana Carla, pelo carinho, amizade e força nos momentos difíceis.

Ao Aloísio e ao Polly, pela disposição de ouvir, pelo bate-papo e sugestões inteligentes.

Ao Paulo Roberto e Cristina, amigos e referências políticas conquistados na militância do Centro Acadêmico e no PNV.

A Luana, Lena, Magnum e Jeferson, Riedney, Vânia, Danielas, pessoas dispostas a dividir os bons e maus momentos.

Aos "tios", Cizeca e Jean, pela ajuda no meio do curso e porque sei que, de verdade, se sentem felizes com o "sucesso da empreitada".

A Virgínia, minha "madrinha" de pós-graduação, pela força no início da seleção do mestrado e no decorrer do curso.

A Bráulio Ramalho, Ruth Cavalcante, Mário Albuquerque, Paulo Emílio, João de Paula, Pedro Albuquerque, René Barreira, Helena Serra Azul, Francisco Monteiro, Marciano Lopes, Mino, Antônio Ximenes, Maria José (Mazé), Oswald Barroso, Inocência Uchôa e Cláudio Pereira. Obrigado por, muito mais do que darem informações, terem se disposto a falar sobre delicada parte de suas

experiências – suas memórias, compartilhando sentidos e significados de suas vidas.

À Tia Argentina, Vó Hermínia, Nyvea, Ione, Emanuel, Maia, João, João Lucas. Alguns dizem que família é a coisa mais importante que existe. Outros que é a mais complicada. Concordo com ambos. Mas, no fim das contas, acima de tudo, vocês.

Resumo

O presente trabalho analisa memórias do movimento estudantil universitário fortalezense dos anos de 1962 a 1969. Interpreta como participantes deste movimento explicam suas experiências, que momentos são destacados, quais os mecanismos de composição e da busca pelo reconhecimento. Através da análise das entrevistas, jornais e fotos, as passeatas são vistas como ritos de participação política, momentos de construção de diferentes iniciações e identidades dos entrevistados em relação as suas trajetórias políticas e pessoais. Outrossim, espaços das lutas estudantis do período.

Résumé

Ce travail analyse la construction de mémoires du mouvement étudiant universitaire de Fortaleza, liées à la période comprise entre 1962 et 1969. Il interprète la manière dont les participants de ce mouvement expliquent leurs expériences, les moments qu'ils privilégient, ainsi que les mécanismes de composition et de recherche de reconnaissance. A travers l'analyse des entretiens, de journaux et de photos, les manifestations de rue sont abordées en tant que rites de participation politique, moments de construction d'initiations et d'identités différentes pour les personnes qui participèrent aux entretiens, en relation à leurs trajectoires politiques et personnelles, mais également en tant qu'espaces de luttes étudiantes de cette période.

SUMÁRIO

SIGLAS UTILIZADAS	13
INTRODUÇÃO	15
PARTE 01	29
MEMÓRIAS DAS DISPUTAS, DISPUTAS DAS MEMÓRIAS. ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS, MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO E DITADURA MILITAR.	
I TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO DE DISSIDENTES.	32
II A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO.	40
III ENTRE ITINERÁRIOS, MOLOTOVS E PALAVRAS DE ORDEM.	51
IV O LUGAR DA DISPUTA.	60
V O LUGAR DO ENFRENTAMENTO.	83
VI O LUGAR DA REPRESENTATIVIDADE.	103
VII HISTÓRIAS DE MILITÂNCIA.	117
PARTE 02	137
UMA FORTALEZA SEDUZIDA: A PASSEATA DOS BICHOS E OUTRAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS.	
VIII MEMÓRIAS DA FESTA. UM PASSEIO POR ENTRE CARTAZES, RAINHAS E FOLIÕES.	140
IX OS BICHOS PEDEM PASSAGEM. RITO E POLÍTICA NO CORAÇÃO DA CIDADE.	156
X A JUVENTUDE DOURADA E O DIA DA MENTIRA.	180
XI NOTAS SOBRE A SUBVERSÃO. AUTORITARISMO E MOVIMENTO ESTUDANTIL.	194
XII O "QUEBRA-QUEBRA DO USIS": ESTILHAÇOS DE VIDROS E LEMBRANÇAS.	213
XIII "GO HOME YANKEES!": TRAÇOS DA LUTA ANTIIMPERIALISTA.	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
FONTES E BIBLIOGRAFIA	246

Siglas Utilizadas

- **ALN** – Aliança Libertadora Nacional
- **AP** – Ação Popular
- **CESC** – Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará
- **CEU** – Clube dos Estudantes Universitários
- **CLEC** – Centro Liceal de Educação e Cultura
- **CPC** – Centro Popular de Cultura
- **DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- **CACB** – Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua
- **CASTA** – Centro Acadêmico São Tomás de Aquino
- **FAFICE** – Faculdade de Filosofia do Ceará
- **GN** – Gazeta de Notícias
- **GRUTA** – Grupo Universitário de Teatro e Arte
- **IBEU** – Instituto Brasil-Estados Unidos
- **IBUC** – Institutos Básicos da Universidade do Ceará
- **JAC** – Juventude Agrária Católica
- **JEC** – Juventude Estudantil Católica
- **JIC** – Juventude Independente Católica
- **JOC** – Juventude Operária Católica
- **JUC** – Juventude Universitária Católica
- **MAUC** – Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará
- **NUDOC** – Núcleo de Documentação – História/UFC
- **PC do B** – Partido Comunista do Brasil
- **PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- **POR (T)** – Partido Operário Revolucionário Trotskista
- **UFC** – Universidade Federal do Ceará
- **UECE** – Universidade Estadual do Ceará
- **UEE** – União Estadual dos Estudantes
- **UNE** – União Nacional dos Estudantes
- **USIS** – United States Information Service

*“Já faz tempo eu vi você na rua
Cabelo ao vento, gente jovem reunida
Na parede da memória
Essa lembrança é o quadro que dói mais.”
(Belchior – Como Nossos Pais)*

*“Você tem que ver que o político é pessoal e o pessoal é político (...)”
(Em algum dia ou madrugada do Benfica dos universitários)*

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
e no centro da própria engrenagem
inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado,
entre os dentes segura a primavera.*

(João Ricardo e João Apolinário – Primavera nos Dentes)

Introdução

Prelúdio de Uma Pesquisa

Este trabalho se propõe a (re) construir laços. Laços entre passado e presente em especial, sejam dos militantes estudantis da década de 60, com o que são agora; sejam dos regimes de ontem e hoje; sejam de continuidades e descontinuidades do fazer político.

Foi a necessidade do próprio historiador de fazer ligações entre momentos e expectativas de sua vida que motivou a realização deste projeto. Da leitura de “Brasil, Nunca Mais”, algo marcante nos meus 12 anos de idade, passando por um vazio de engajamento – chegando às dúvidas da faculdade e até à própria militância no movimento estudantil, com uma pesquisa sobre o maracatu do fim do século XIX, que não conseguia andar satisfatoriamente durante longos 4 anos – era preciso “juntar as peças” e saber qual a lógica de todos esses processos. Existiria alguma?

O próprio ato de parar e pensar indicava uma possibilidade muito clara: viver a história sem separações. Pesquisar por opção, militar pesquisando, ser um historiador de suas paixões mais antigas e pessoais. Daquilo que causou indignação – talvez o primeiro resquício de uma raiva sincera, bruta que se afirmava na pergunta: como foi possível fazerem isso? O arrepio na pele, os olhos molhados. A certeza de que a luta não podia acabar assim tão melancolicamente em uma leitura de fim de tarde sobre algo tão absurdo.

Daí partir para o fazer político, longo tempo, longas vivências. Sem *mea culpa* entretanto. As lutas podem não ser as mesmas, contudo articulam-se, têm seus laços, claro que têm. Não se trata de comparar, tirar lições, mas sim de olhar “um passado repleto de sentido”.¹ Sentido que não reside “lá atrás”, como algo a ser resgatado, mas está aqui, pulsando, criando impressões todos os dias como experiências que necessitam de explicações e que constroem significados quando recordadas.

¹ A passagem refere-se ao ano de 1968, mas com certeza aplica-se a toda década de 60: “Em um país tão parco de figuras e gestos maiores, numa época em que os poderes estabelecidos procuram por todos os meios sufocar o negativo, banir a possibilidade mesma de imaginar mundos diversos – num país e em uma época assim, com todos os seus exageros, todos os seus equívocos, o que 68 nos lega de mais importante é um passado repleto de sentido (...)”¹ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1968 – Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira.” In: *Primeira Versão*. N.º 32, 1FCH/UNICAMP, 1991. p 31.

Não são meras lembranças, são pontos de vista. As lutas de outrora não nos ensinam como lutar hoje, elas nos fazem ver que conflitos, ditos por encerrados, ainda estão por aí, apesar das histórias oficiais e/ou recontadas que ouvimos, ou ainda, entre outras aspectos, podem nos falar acerca de que tipo de interesse está no ar.

Lembro-me de uma reportagem do Jornal Nacional de maio de 2001, continuação de uma matéria do dia anterior, acerca da tortura e morte de militantes da ALN durante a ditadura militar. O jornal afirma estar “recontando” a história” de nosso país (foi usada a expressão “história do Brasil recontada”). A emissora, com as reportagens, estaria “descobrimdo” a verdade sobre a morte de um casal de estudantes em 1969, pensada, até o depoimento de um soldado encontrado pela reportagem, como resultado de um acidente de carro. Na realidade, tudo não passou de uma farsa da ditadura militar, segundo o depoimento do militar encontrado, sendo os dois, muito provavelmente, a moça, com certeza, de acordo com a nova perícia, mortos depois de torturados, e “plantados” na estrada em um acidente simulado.²

O Jornal Nacional, criado em 1969, ano em que a ditadura enfrenta a oposição da luta armada em um momento decisivo, era um dos principais órgãos de divulgação do Brasil do Milagre, canal de perseguição dos “terroristas” que “ameaçavam” o país na época.³ Onde estava a Rede Globo na hora em que Catarina era torturada e morta? Uma coisa é certa: hoje posa de jornalismo investigativo capaz de “recontar” a história do país (história em que a Rede Globo de Televisão teve um papel muito claro), de esclarecer farsas em busca da verdade. E, hoje, para que serve “recontar” essa história?

A memória daqueles anos não tem nada de neutra nem tampouco é morta, importando para o hoje o que se lembra e como se lembra. Muito úteis na criação de representações, capazes de neutralizar e legitimar atitudes, como bem nos diz Daniel Aarão Reis Filho, ao falar do caráter seletivo das

² Lembremos que não é a primeira vez que a Rede Globo resolve escavar os mortos da ditadura. Em 2000 no Fantástico, buscou localizar a ossada do deputado Rubens Paiva. Atualmente, aconteceram algumas reportagens acerca de ossadas possivelmente de guerrilheiros do Araguaia. Os estudantes mortos eram João Antônio Abi-Eçab e Catarina Helena Xavier Ferreira. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998. p 109.

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Um Passado Imprevisível: A Construção Da Memória Da Esquerda Nos Anos 60” In: REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org) *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p 36-37.

representações da história e da memória no tocante a nossa história contemporânea, mais especificamente os anos 60:

“Em nosso país, em todo o planeta, foram anos de movimentos subversivos, de promessas de transformação, de desafios, em que os sistemas estabelecidos foram postos a rude prova. Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente.”⁴

Ao trazer o episódio novamente a tona, “recontando a história recente do nosso país”, o que se pretende?

Decidi, pois, colocar meu trabalho neste território lamacento: o olhar sobre a luta contra a ditadura militar instalada com o golpe de 1964. Analisar ênfases e lapsos, permanências e transformações que via quotidianamente no espaço em que estudava.

Uma (re) descoberta feita aos poucos. Como a partir da fala de Oswald Barroso durante a Jornada Cultural do PNV⁵ em que falou do “CEU”: o coração do movimento estudantil na cidade durante os anos 60. O “CEU”, Clube dos Estudantes Universitários, localizado justamente ali onde estava fazendo sua palestra: no auditório do Departamento de História da UFC. O “CEU”, um prédio de dois andares que funcionava na década de sessenta como restaurante, diretório central universitário, sede de congressos estudantis, acomodação de estudantes, clube, complexo esportivo.

Hoje, no andar de baixo, o Departamento de História. Em cima o CAEN, Programa de Pós- Graduação em Economia. O CEU, que se esfacelou em várias direções, perdendo seu sentido de ponto de aglutinação dos estudantes. Para um lado, o DCE, para outro o restaurante. A idéia de um “clube” dos estudantes então para sempre perdida... Do CEU restou: a quadra dos jogos universitários, das festas, ainda hoje conhecida como a “quadra do CEU”. Sobrou ainda, até pouco tempo, o nome do bar, vizinho à quadra, que tantas

⁴ Id. Ibidem., p 33.

⁵ Oswald Barroso hoje é professor da Universidade Estadual do Ceará, Coordenador do Museu de Imagem e do Som e teatrólogo. Na década de 60 foi militante estudantil da Ação Popular e estudava no Curso de Ciências Sociais. Foi convidado pelo Projeto Novo Vestibular para participar da Jornada Cultural, atividade do calendário deste projeto de extensão da UFC e em 1998, realizada dos dias 15 a 17/05, com o tema “Maio de 68”. Posteriormente, Oswald viria a ser um dos entrevistados da pesquisa. Na época da referida atividade eu era coordenador do Projeto e havia feito o contato com Oswald.

vezes freqüentei desde o início da Faculdade: o "Pertinho do Céu", ou melhor, o "Pertinho do CEU"!!!

Através da pesquisa e da dissertação, poderia interpretar como, através de suas experiências, o movimento estudantil significou tempos e espaços. Delimitar e perceber bandeiras de luta, mecanismos políticos, suas relações com a presença do autoritarismo que perpassava a sociedade brasileira (e obviamente, imaginava, a sociedade fortalezense), para que assim pudesse entender melhor continuidades e descontinuidades.

Daí a escolha pelos anos de 1964 a 1968 como as primeiras balizas cronológicas da pesquisa: "64", o golpe que depôs João Goulart; e o ano das grandes passeatas e do AI-5, "68". Ambos consagrados pela memória coletiva, legítimos marcos da história política contemporânea do país e que para mim soavam desde criança como anos cheios de mistérios e sentidos.

Estava em jogo, além da tentativa de construção de um discurso histórico, a própria busca de se encontrar em meio a anseios pessoais e dramas coletivos.

Indo Às Passeatas

Nas idas e vindas às bibliotecas, comecei a buscar trabalhos que existissem sobre o tema aqui no Ceará. Encontrei um diretamente relacionado ao tema, chamado "As Lutas Políticas dos Estudantes Cearenses", de Braúlio Ramalho. Uma dissertação de mestrado dividida em duas partes. A primeira, acerca da evolução do movimento estudantil antes da criação da Universidade do Ceará em 1954, e outra iniciada com a criação do DCE e que vai até 1968. Na segunda parte, pude ver alguns pontos importantes: a própria cronologia de fatos colocada na parte final do trabalho (material que instigou questões da busca de fontes nos jornais); a relação de nomes de pessoas do movimento, algo essencial na elaboração das colônias de entrevistados; e as questões analíticas do autor acerca das tendências políticas presentes no movimento no seu período de ascensão na cidade: os anos de 1966-1968.⁶

⁶ RAMALHO, Braúlio. *As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses*. Dissertação de Mestrado, UFC, 1992.

Chamou-me a atenção as notícias das manifestações estudantis, em especial das “passeatas dos calouros”. Grandes comemorações dos aprovados no vestibular em Fortaleza. Sempre em um sábado, os novos e veteranos universitários ganhavam as principais ruas do centro da cidade. Nos primeiros seis meses de pesquisa pude catalogar notícias acerca de conflitos entre os estudantes e as autoridades universitárias, protestos contra a ditadura militar e o imperialismo ianque, esse principalmente simbolizada na célebre luta contra os acordos MEC-USAID, reivindicações estudantis como a luta dos excedentes etc. A cada notícia sobre a Passeata dos bichos pensava: seria possível destacá-la como uma brecha na visualização da construção do movimento, relacionando-a com outros eventos estudantis na discussão do sentido político da mobilização estudantil na cidade? Através dela, defini-me pelo estudo do movimento estudantil universitário.

Por esse período, ainda, encontro um acervo com 50 negativos dos desfiles dos calouros de 1966 e 1967. Neles, vemos os estudantes com bandeiras em punho. Dentro de um clima festivo e singular, vários carros alegóricos. Belas rainhas e princesas de diversos cursos. Verdadeiros blocos carnavalescos tocando música e sambando. A apresentação de cursos, com faixas símbolos e roupas com cores diferenciadas. E cartazes. Cartazes, muitos, dezenas, centenas de cartazes. Como nos jornais uma presença essencial. Contra a figura do Tio Sam, em defesa da Amazônia, críticas às “eleições” da ditadura, reivindicações de cursos, protesto contra a Guerra do Vietnã, satíricos, politizados. Completando esse quadro, nos jornais, notícias sobre o cerceamento promovido pelas autoridades quando da realização das manifestações dos calouros, tendo como justificativa a “ação dos subversivos” em “desvirtuar” a realização do “desfile tradicional” – a tensão existente. Em 1964, por exemplo, não tivemos a passeata.

Um desafio interessante: interpretar esses momentos em que posturas e simbologias pareciam ressignificar práticas políticas.

Primeiramente, decidi transformar a temática da ocupação em um peça fundamental da minha argumentação, uma “janela” de onde se observaria o movimento estudantil. Exemplo disso foi quando procurei articular a luta dos excedentes, e do impacto da Lei Suplicy, procurando ver em que contexto tais passeatas ocorreram. Não conseguia, porém, partir para “dar conta” do

processo no qual inseria-se o movimento estudantil, uma vez que tinha decidido colocar os eventos como peças de algo maior que os definia. Conforme demonstra meus sumários e comunicações iniciais, definia o movimento estudantil dentro de um processo iniciado antes do golpe, vendo seu impacto nas formas políticas dos estudantes, até a inserção de militantes dentro da luta armada com a partida para a clandestinidade.

Neste sentido as passeatas pareciam não se encaixar. Eram pontos de cruzamento de tensões e expectativas em pleno centro da cidade que me fascinavam, não sendo por acaso a decisão de fazê-las o centro do capítulo exigido na qualificação. Coletando as fontes via novos aspectos a serem analisados e que acabavam por fornecer mais elementos para uma explicação histórica do movimento no qual a política era vista pelas ações e percepções simbólicas presentes nos eventos. Queria continuar um bom bate-papo com a antropologia naquilo que Edward Thompson chamou de “ver velhos problemas com novos olhos”, procurando delimitar os espaços, relações e interações que permitiam e aconteciam no desfile dos universitários.⁷

Fiz exercícios de conceitua-los dentro das redes de sociabilidade do movimento estudantil, e também percebendo seus significados para a juventude universitária⁸ da cidade como um todo. Não tão concatenado assim, deparo-me com Pierre Bourdieu, Marshall Shallins, Edward Thompson, Roberto Da Matta e outros autores dentro das disciplinas do Programa de Pós-Graduação.

⁷ Esse historiador possui uma vasta obra em que se destaca a preocupação de visualizar antigos problemas com novos olhares, fazendo da percepção antropológica da experiência histórica um de seus principais recursos historiográficos. A tradição é percebida não apenas na sincronia do processo histórico, mas como ressignificada pelas experiências históricas em especial pela ação dentro do contexto das lutas de classes. THOMPSON, Edward. “Folklor, Antropologia, e Historia Social” In: *Entre Passados - Revista de História*. Buenos Aires: Año II, nº2, 1992.p66.

⁸ Entendo juventude como uma dimensão culturalmente determinada, não como uma etapa etária. Sendo por isso ser possível falar em juventudes variáveis segundo épocas ou dentro de uma mesma sociedade. São momentos de tensão social com as quais a sociedade cria formas de simbolizar sempre existindo novas tensões como falam Giovanni Levi Jean Claude-Schmidt. É salutar pensar na proposta de Roger Chartier acerca de uma história cultural entre práticas e representações cuja principal intenção é a percepção das “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”. As noções de juventude não são também estratégias simbólicas que participam da construção de identidades e dos conflitos sociais? LEVI, Giovanni. & Jean-Claude Smhitt. “Introdução” In: - (org) *A História dos Jovens Da Antiguidade a Era Moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. pp 7-18. CHARTIER, Roger. “O Mundo Como Representação” In: *Estudos Avançados*. 11 (5), 1991. p 184.

Tateava ora nos livros, ora nas fontes um caminho, uma espécie de chave que permitisse situar-me nas fronteiras entre a história e a antropologia. Fiz escolhas, ora de metodologicamente trabalhar os discursos dos jornais, ora cruzando-os com os depoimentos e negativos. Visava à delimitação das possibilidades da festa, sua relação com as entidades estudantis, sua capacidade de protesto, suas diferenças e semelhanças com outros atos públicos. Cheguei a algumas conclusões cruciais, não mais apenas na construção da análise específica, tentando resolver o dilema dos “eventos”, como também na própria definição do que seria o trabalho.

As Passeatas dos Calouros cumpriam a missão de reforçar a legitimidade da juventude universitária perante a cidade. Dentro dessa manifestação aparecia o protesto, a denúncia contra a ditadura militar, com os estudantes aproveitando o momento para se expressarem e, juntamente com outras manifestações, acabavam por ser verdadeiros espaços de reatualização de utopias e outros significados sociais – elementos a serem trabalhados na criação de identidades estudantis, por militantes ou não. A festa dos calouros era um rito de passagem que ganhava novos sentidos: o de ser espaço ímpar na denúncia do regime e seu principal aliado, o imperialismo.

E, como tal, era necessário definir melhor seus mecanismos para que pudesse compreender as possibilidades críticas de ação dos estudantes; o funcionamento de mecanismos do ritual, observando seus sentidos sociais e sua participação no enredo político do período. O simbólico faz parte das definições das tramas e jogos do poder, as manifestações estudantis devem ser vistas em sua particularidade e riqueza. Não como um evento descolado de uma trama.

Trata-se de uma abertura para se perceber o político na festa, as representações como instrumentos do poder. Momentos para se perceber como atitudes são reforçadas e/ou estabelecidas. Espaços em que os estudantes expressam e reatualizam bandeiras. Por outro lado, nas entrevistas debater os acontecimentos do movimento, construindo assim várias memórias, às vezes em oposição, outras em consonâncias, sobre os sentidos da luta estudantil.

Através destas memórias, redefini o primeiro marco do meu trabalho, em vez de 1964, agora 1962. O primeiro ano citado da Passeata dos Bichos por

uma entrevistada, também apresentada em fotos. Pouco antes do golpe que iria depor João Goulart – deixando o país com uma institucionalidade controlada por militares. Um recuo fundamental na percepção dos novos significados com a redefinição de uma nova ordem política e social. Sendo o propósito de nossa pesquisa discutir o movimento estudantil universitário e a ditadura militar nos anos 60, nada melhor do que compreender a importância de um rito crucial para o imaginário da cidade acerca dos estudantes, buscando perceber suas constituições antes do golpe.

Delimitar diferentes formas de se estar no evento. Um lugar de ressignificação da cultura que lhe dá sentido em uma perspectiva de se definir a ação política a partir de signos diversos colocados em movimento pelos atores sociais. Busquei, assim, “a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico”.⁹

Uma das principais significações analisadas foram as utopias que adentram o universo das ruas da cidade. Perceber quais relações se estabeleceram entre as utopias estudantis e a passeata, enquanto lugar de sua ressignificação, um momento mágico em que tomavam novos fôlegos. Metodologicamente, procurei partir do micro para o macro. Vislumbrar o movimento que acredito dava razão de ser ao evento. Fotos, entrevistas e jornais foram utilizados para que parte da cultura política daqueles jovens se visualizasse. Analisar como foram feitas apropriações e recriações das representações que permeavam a cidade e o país, e por que não dizer o planeta, acerca dos temas e pressupostos políticos que viviam.

Tinha redefinido o lugar das passeatas no trabalho, vislumbrando-as como grandes ritos de passagem com variados significados e atitudes políticas. E da mesma forma como um lugar da memória do movimento.

Mas faltava algo. Uma vez que sempre tive em mente a necessidade de um capítulo inicial buscando situar as diferentes correntes do movimento, com suas posições específicas, era preciso definir cada discurso e posição. Os jornais não podiam me levar a esses discursos. Sem fontes estudantis sobre o assunto, restavam as entrevistas.

⁹SHALLINS, Marshall. “Estrutura e História” - In ——— Ilhas de História. p191

Ouvia as fitas gravadas ao chegar em casa e sentia a cabeça pulsar em busca de se pensar como aqueles conteúdos serviriam para esse propósito, mais ainda pela própria singularidade que se apresentava diante dos meus sentidos. Em meio ao barulho de carro ou crianças brincando, a agitação das pessoas, ouvia tramas se desenhando. Tinha em vista a necessidade de ver os rostos dos processos, demarcação dos discursos e lutas políticas, o diálogo com historicidades que se delineavam através das memórias. Reconhecia uma tensão que não sabia como lidar. “Ultrapassar” o abismo entre o particular e o coletivo: trajetórias individuais (re) contando tramas sociais?

Olhava para a estante e lá estava a caixa cheia de fitas.

Memórias de Luta

Recordo-me de uma das primeiras ocasiões que discuti academicamente as relações entre história e memória. Foi através de um texto clássico do assunto: “A problemática dos lugares”. Neste texto, Pierre Nora ao se debruçar sobre as relações entre memória e história, coloca-as em oposição. A história propõe-se universal, atravessa fronteiras, a memória vive delas, é o reino do particular, das identidades e territórios. A história busca romper barreiras se estabelecendo como uma versão, não como a memória, a versão verdadeira. A história desconfia dessa memória que se pretende inquestionável e busca conceber a verdadeira historicidade que essa memória não é capaz de apresentar.

A história, assim, se apropriaria da memória, evitando ser uma mera reprodutora das suas tramas. No caso da minha discussão, vi as posições de Nora, ou a nossa interpretação delas, ganhar em bloco o debate. Era isso: a história para ser feita traça o impagável traço entre temporalidades e a memória ao contrário continua como um fluxo em aberto. Talvez pelo fato de querer se contrapor aos lugares da memória dentro do processo de aceleração tanto da época em que foi escrito o livro como da discussão que fiz, todos autor e debatedores, concordaram que a história é quase como um cavaleiro a entrar

soberano nos territórios da memórias, pronto para lhe estabelecer as devidas causalidades e corrigir seus desvios.¹⁰

Tal posição, creio, pode, pela arrogância, em relação à outra forma de se explicitar e compreender o passado, comprometer a própria sensibilidade do historiador em reconhecer o jogo múltiplo das temporalidades. Em qualquer campo existem cortes abruptos entre as mesmas. O historiador, é claro, localiza temporalidades – mas essas são também representações que fazem parte da redefinição contínua das mesmas. É preciso questionar a idéia de uma história apartada da memória, em busca de uma legítima forma do passado:

“a memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo.”¹¹

Minha postura foi se construindo no decorrer de sua realização. Ouvia meus entrevistados e procurava atentar para suas memórias no sentido de que portavam a “marca da experiência” que queria levantar “por maiores mediações que esta tenha sofrido”.¹²

Novas possibilidades só começaram a surgir, quando centrei-me nas relações entre memória e história sem esvaziar suas potencialidades. Na qualificação, me foi questionado justamente a forma como trabalhava as entrevistas, sem aprofundar o papel da história oral nesse trabalho. A partir daí o contato com Alessandro Portelli, Alistair Thomson foi fundamental para se chegar a outras questões. Seus sopros de inspiração estão presentes por todo o trabalho. Na concepção de trilhas de delimitação e explicação das narrativas dos entrevistados. Na análise das memórias reivindicadas pelos entrevistados, das relações entre memória pública e individual, do subjetivo e do coletivo. Na própria forma de colocar cada problema.

Conseguia entender que aquelas falas, longe de omitirem informações, são jogos de construção de memória, e só assim podem ser úteis. Sua riqueza

¹⁰ NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. In: *Projeto História*. Nº 10, São Paulo: EDUC, p 1-28, 1993.

¹¹ SAMUEL, Raphael. Teatros de Memória. In: *Projeto História*. p 44.

¹² Id. Ibidem. p 44.

não está no que são capazes de trazer de volta como dados, mas no próprio diálogo entre temporalidades que se apresenta. São mobilizados recursos que apontam para dimensões da experiência vivida, marcos simbólicos, tramas pessoais relacionadas a dramas coletivos. O diálogo com as evidências traz a inteligibilidade do passado não no seu todo, o que é impossível, mas antes nas próprias particularidades das narrativas e de cada experiência. Era como um labirinto se delineando. Um labirinto, mas ainda assim um caminho. Percebi que elas não eram depósitos de informação, ou meros complementos, e sim que seu conteúdo e forma se vislumbravam como os grandes porquês da pesquisa.

O capítulo inicial pretendido transforma-se em primeira parte. Momento de apresentar “a questão do reconhecimento” vislumbrando-a como uma alternativa possível para se perceber as relações entre ditadura, vanguardas políticas e movimento estudantil. Discutir ritos políticos dos estudantes sem trabalhar com uma oposição entre fato e representação:

“Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que **são** fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como **história** com fatos reconstruídos, mas também, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.”¹³

Trata-se de um falso problema encarar a distância entre indivíduo e sociedade, memória e história como um abismo. As experiências relatadas nas memórias não devem ser compartimentadas da maneira que me são contadas. Os acontecimentos ganham muito mais significados quando vistos nas temporalidades reivindicados por cada entrevistado – não quando meramente encaixados em esquemas explicativos *a priori*, redutores da historicidade que lhe deram vida. Aqui redefino meu outro marco temporal: agora 1969 – ano em

¹³ PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de Junho de 1944) mito e política, luto e senso comum” In: AMADO, Janaina. & FERREIRA, Marieta de

que os entrevistados colocam a redefinição de suas trajetórias em relação ao movimento estudantil. Através de instrumentos como o AI 5 e o decreto 477 os caminhos do movimento estudantil, de seus militantes foram duramente cortados.

As manifestações estudantis, portanto, foram verdadeiros ritos políticos. Ritos de iniciação, de coesão dos grupos em torno dos pressupostos fundadores e mesmo ritos de aglutinação dos estudantes como o enfrentamento com a polícia. Deles surgem o lugar da disputa, lugar do enfrentamento e o lugar da representatividade. Lugares hoje melhor vislumbrados, essenciais na maneira como se fez historicamente, não como gostaríamos que tivesse sido. Marcos das narrativas e por isso mesmo elementos explicadores da historicidade das experiências estudantis. Os estudantes, caminhando no fio da navalha, construíram um campo político multifacetado, composto de pontos de vista divergentes e em constante embate.

A relação “vanguarda-base” pode ser buscada também nessa riqueza de historicidades: na forma pessoal de cada entrevistado em definir o papel de sua tendência naquele instante; nas duras críticas de Paulo Emílio aos métodos do movimento; nas falas de Bráulio Ramalho ao reivindicar a hegemonia do PC do B; na indignação de Inocêncio Uchôa contra o pensamento no qual geralmente é tratada a participação do seu grupo, os trotskistas; na sobriedade política de Mário Albuquerque, tecendo histórias coletivas com perdas privadas. Só se pode perceber a construção do papel dos grupos dentro do movimento, das suas relações com as entidades e bandeiras estudantis, reconhecendo a reelaboração de disputas em torno dos reconhecimentos pretendidos. Na própria maneira como é relatada a experiência individual face a vivências tão marcantes e intensas quanto foi a participação no movimento estudantil nos anos de 1966 a 1968.

Fica claro, pois, que não há uma divisão total entre as 2 partes do trabalho. Há um pressuposto comum: dialogar com as diferentes memórias desse movimento. Como é o caso das falas referentes à Passeata dos Bichos como um momento sem importância por alguns ou reivindicado como um papel

chave na construção do movimento. Ou ainda da polêmica em torno do “quebra-quebra do USIS”: planejado ou espontâneo? Versões diferentes de relações políticas, da relação base-vanguarda que de fato guiava o movimento para sua lideranças. Neste caso, acontecimentos sendo entendidos em torno das representações feitas no “confronto com alteridades”. Na primeira parte, por sua vez, eventos são vistos enquanto momentos capazes de demarcação de mecanismos das memórias hoje concebidas. Em ambas as partes, portanto, fatos e representações utilizados na explicação histórica, na compreensão dos fazeres históricos convergindo “na subjetividade dos seres humanos” e “envoltos em sua linguagem”.

Eis aqui essa caminhada, ao mesmo tempo um mapa, dessas verdadeiras memórias de luta. Duas missões absolutamente imbricadas: relacionar constituições de histórias e memórias sobre o movimento; analisar situações e princípios políticos vividos dentro do movimento estudantil.

* * *

Laços estão, por hora, atados. Não por uma vontade soberana, capaz de lhes restituir a verdade histórica, do que realmente aconteceu. São, ao contrário, *flashes* de historicidades em plena efervescência – fotografados e interpretados em dados tempo e critérios.

O movimento estudantil universitário da década de 60 não existe mais. Isto não significa concordar que os sentidos de suas experiências estejam para sempre perdidos ou plenamente estabelecidos.

Esta é a História de alguns destes sentidos.

Parte 01

Memórias das Disputas, Disputas das Memórias.

Organizações Políticas, Movimento Estudantil

Universitário e Ditadura Militar.

*"Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos."*
(Drummond – A Rosa do Povo.)

Capítulo I

Trajetórias e Memórias de Uma Geração de Dissidentes

Ao falar de seus primeiros referenciais políticos, Mário Albuquerque¹⁴ lembra que desde muito novo se embrenhara por tal terreno. Ele nos traz seu primeiro contato quando da última eleição para prefeito de Fortaleza realizada antes do golpe militar de 1964. Foi, em uma frente de oposição na qual seu pai, membro do Partido Comunista Brasileiro, militou ativamente, que “*no período mais forte da campanha eleitoral, quase que praticamente*” se “*transferiu*” para dentro da sede de campanha. Recorda que “*era garoto e me transferi, foi uma campanha imensa, muito disputada.*”¹⁵

Com um irmão nas Ligas Camponesas, depois membro do Partido Comunista do Brasil, Pedro Albuquerque, Mário tem dentro de casa a presença de referenciais de esquerda e vivencia um momento visto como de ruptura e dissidências em relação a antigas organizações e métodos políticos, a década de 1960.

Com humor, relata as divergências postas à mesa:

“É, em casa, o Pedro era do PC do B, eu trotskista e meu pai do PCB. [risos] Na hora do almoço era um cacete danado. A gente brigava muito por conta disso, a gente não sabia que também na base disso havia muitas questões pessoais, familiares, coisas de

¹⁴ Mário Miranda de Albuquerque, militante trotskista do movimento secundarista nos anos de 1965 a 1968. Mário é assessor político e presidente da “Associação 64-68”, que buscar divulgar a memória da luta contra a ditadura militar, bem como buscar direitos e indenizações dos perseguidos pelo regime. Entrevista realizada dia 03/12/1999.

¹⁵ A campanha era do membro do Sindicato dos Bancários Moura Beleza. Outros dois entrevistados, Inocêncio Uchôa e Oswald Barroso, lembraram-se dessa campanha como uma das marcas de sua iniciação política. O primeiro logo quando chegou à cidade de Fortaleza vindo do interior, na “*condição de simpatizante*” da esquerda. “*Tinha aqueles grandes comícios do Beleza e tal, que foi candidato a prefeito de Fortaleza, a gente participava*”. Já Oswald Barroso era filho do vice de Moura Beleza, Antônio Girão Barroso: “*Meu pai era presidente e foi fundador aqui do Partido Socialista Brasileiro em Fortaleza, e sempre se candidatava, foi candidato a vereador 2 vezes, a vice-prefeito 2 vezes, perdeu todas. E eu participava de certa forma das campanhas deles, fazendo planfletagem, desde menino que eu acompanhei essa trajetória política dele.(...) E eu era colega de um filho do José de Moura Beleza, que era o candidato a prefeito em 64 pela esquerda e meu pai era candidato a vice-prefeito da chapa dele. Então quando deu o golpe de 64 eu fiquei muito preocupado pensando que meu pai ia ser preso porque lá no colégio sempre falavam que iam prender o Zé de Moura Beleza, como na verdade ele foi perseguido e foi preso. Ai eu perguntava aos amigos do meu pai se meu pai ia também: “Não, seu pai é um poeta, não vai preso não.”* Inocêncio Rodrigues Uchôa, militante trotskista nos anos de 1966 a 1968, do POR (T). Aluno da Faculdade de Direito. Hoje, juiz do Direito Trabalhista. Entrevista realizada dia 10/07/2001. A entrevista de Oswald Barroso aconteceu no dia 04/07/2001.

PROCURA-SE TERRORISTAS



JOSÉ MONTENEGRO



MÁRIO ALBUQUERQUE



JANA BARROSO



BERGSON GURJÃO



PEDRO ALBUQUERQUE



IVETE EVANGELANTE



HELENA SERRA AZUL



FRANCISCO MONTEIRO



DAVI CAPISTRANO



DDIJS CARVALHO

Onde estão eles? Procure Saber.
A Anistia está fazendo 20 Anos
25 anos da morte de Frei Tito de Alencar

Programação Ceará - Agosto/99

- 17 - Sessão Especial da peça 68.com.br
(de Manoel Gomes) às 21h - Teatro Radical (rua Dragão do Mar, 531)
- 18 - Volta ao túmulo de Frei Tito
(às 16h. Caminhada até a praça dos Mártires. Culto Eucumênico)
- 19 - Lançamento de concurso de redação
(Realização de Escola Pública Municipal) Ato Show às 16h na Praça do Ferreira
- 20 - Encontro Estadual de Anistia
(Espaço de Alencar às 08h)
- 21 - Telefoque
(às 19h)

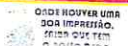
- 19 - Sessão Solene
Câmara dos Vereadores às 9:30h; Assembleia Legislativa às 19h.
- 20 - Lançamento de concurso nacional de arquitetura para construção de monumento na pça. Clóvis Beviláqua
MAUC (Museu de Arte da UFC) às 19h.
- 24 - Sessão Solene e Lançamento de Selo Comemorativo
OAB (Ordem dos Advogados do Brasil/Ce) às 19h.

- Concurso de Redação para alunos da Escola Pública Estadual
- Projeto Memória da Anistia no Ceará
- Mostra de Cinema e Vídeo
- Exposições: Fotografia
Jornalismo - Arte/Artesanato
Documento
Livro

Apoio:
Assembleia Legislativa do Estado/Co

Prefeitura Municipal de Fortaleza
*(Sec. Munic. de Desenvolvimento Social)
(Fundação de Cultura, Arte e Turismo)*

Instituto Educacional de Alencar
Espaço Cultural Frei Tito de Alencar
Prefeitura Munic. de Santana do Acaraú



* REGRACIAÇÃO LIVRE DE CARTAZ QUE A DITADURA MILITAR USAVA NOS ANOS 70 CONTRA A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

formação. Depois, com o amadurecimento, é que a gente foi ver que tinha muito, principalmente em família como era a nossa, tinha muita questão de família, de briga de irmãos, de disputa. E isso foi uma boa descoberta depois, transformou a gente mais maduro e mais aberto, mais tolerante do ponto de vista político.”

Além do amadurecimento pessoal, a disputa entre irmãos, os conflitos familiares devem, também, ser considerados à luz dos processos políticos vivenciados. Sua fala aponta, inicialmente, para a percepção de um processo de rupturas e dissidências com o “velho” PCB. Pode ser encarada como uma metáfora do quadro político de insatisfações vindas de vários grupos acerca da atuação do Partido Comunista Brasileiro, em especial no período João Goulart.

É, melhor dizendo, uma metáfora da retórica concebida por outras organizações no ataque ao PCB. O golpe militar é motivo da ruptura, visto como “culpa” do PCB, de seus esquemas “reboquistas”, distantes das massas, “cupulistas”. As muitas organizações não têm nada a ver com isso e se inauguraram cada uma como a verdadeira organização revolucionária – o que também se demonstra na fala de Mário: o fracionamento das esquerdas.¹⁶

Para além dessas conhecidas versões acredito que Daniel Aarão dá um passo à frente, ao colocar no centro do debate um incômodo debate: as complexas relações **entre** as organizações políticas de esquerda, inclusive o PCB, que não podem ser vistas como à reboque do golpe militar. Os grupos devem ser entendidos em um quadro de relações permeadas de tensão, mas sempre como agentes capazes de formular pontos de vistas, conceber retóricas, apontar novos caminhos, participar de disputas.

Os “rachas” não são frutos, somente, de derrotas políticas, mas também de divergências internas, com grupos buscando espaços e/ou redefinindo (ou não) linhas políticas. Muitas vezes mais importante do que o impacto das derrotas são os significados delas extraídos e, principalmente, como esses significados são veiculados nos embates políticos.

Jacob Gorender, por exemplo, expõe o processo de discussão que houve dentro do PCB, logo após o golpe militar, em que se estava em jogo a

¹⁶ Tal visão acerca da ruptura, em um processo quase de expurgação da influência do PCB é relatada em inúmeros trabalhos sobre o assunto, sendo que um é peculiar, por ser bem pessoal e ao mesmo tempo bem analítico: Jacob Gorender em *Combates nas Trevas. Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

direção da organização: não foi de uma hora para outra a debandada para outros partidos. Houve antes muito desgaste e a tentativa de internamente reelaborar o trabalho político do PCB. De uma forma ou de outra, temos um processo vivo cheio de magoas, desilusões, esperanças, com um permanente movimento de idéias e crenças¹⁷.

Daniel Aarão, portanto, não percebe o processo de engajamento contra o regime militar, num contexto de ruptura com o PCB e a criação de novas tendências políticas ou reafirmações de novos grupos, em um sentido mecânico de causa e efeito. Evitando reduzir a discussão à visão auto-explicativa de que as organizações vingaram por conta da desmoralização do PCB em relação as suas posições no governo João Goulart, coloca como central os próprios pressupostos das organizações, que, inclusive, têm no contraponto ao PCB um de seus fundamentos.

Uma realidade, antes do golpe militar, ele nos mostra, ao apresentar a discussão sobre as diferentes formas de memórias existentes da luta contra a ditadura.¹⁸ Para ele, não se trata de conciliar interesses, nem vitimizar as esquerdas brasileiras, mas entendê-las como organizações políticas que naquele instante “aparecem como uma contra-elite, alternativa que parte ao assalto do poder político.”¹⁹ Vemos isso com Pedro Albuquerque²⁰, que se lançou na busca desse “assalto” antes mesmo do golpe militar: com menos de dezoito anos vai em busca de uma transformação social mais radical para o país:

¹⁷ Id. *Ibidem*, p 22-36.

¹⁸ Daniel Aarão situa quatro grandes campos da memória sobre as esquerdas dos anos 60. O primeiro teria uma visão de que os militantes eram imaturos e ingenuamente lutavam contra um colosso invencível. Nesta visão, segundo ele, é feita uma conciliação entre passado e futuro buscando solucionar traumas mais profundos. No segundo, se olha uma disputa de ferro e sangue no período, cujo resultado foi o massacre por parte do Estado em relação aos militantes de esquerda. A tônica é a investigação da repressão política, um lembrar dramático daqueles anos, para alguns, mas nem todos, realmente anos de chumbo. A terceira leitura, a do autor, coloca como central a disposição dos militantes em tomar o poder. Estudantes, aliados a outros, que decidem conquistar o Estado e aplicar seus projetos marcados pela utopia da revolução socialista. Já a última visão, ainda tateante, indica a existência de uma identidade estudantil, uma forma de ser e estar no mundo naquele momento: um ethos com fatores concretos que estariam nas passeatas, símbolos e imaginários em todo o planeta. REIS FILHO, Daniel Aarão. “Um Passado Imprevisível: A Construção Da Memória Da Esquerda Nos Anos 60” In: REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org) *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p 31-45.

¹⁹ Id. *Ibidem*, p 40.

²⁰ Pedro Albuquerque Neto. Militante do PC do B, nos anos de 1966 a 1968 e estudante da Faculdade de Direito. Atualmente é professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Fortaleza. Entrevista realizada dia 03/042001.

“Depois, em 1961, eu deixei o Liceu e fui para Recife participar das Ligas Camponesas. Eu tinha 16 anos, ficou como minha grande experiência política na minha vida, que eu guardo isso muito vivo na minha cabeça essa memória. Conheci um dos maiores líderes políticos do Brasil, que é Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que são a mãe, matriz do MST hoje, sendo que as Ligas Camponesas tinham uma postura muito mais avançada que o MST.”

Dessa forma, Mário, Pedro e outros ex-militantes do movimento estudantil, ligados a organizações de esquerda, ao relatarem suas trajetórias nas entrevistas, ressignificam suas antigas experiências políticas no desafio do “assalto ao poder político”. Tecem nas narrativas das entrevistas uma trama das marcas deixadas nessa empreitada, em que há uma “conexão entre biografia e história, entre experiência e as transformações da sociedade”²¹. Através de suas memórias, a afirmação de Daniel Aarão Reis Filho, na sua “composição”²² sobre a luta contra a ditadura militar, ganha e reforça sentidos:

“Rejeitando as tradições defensivistas e frentistas dos velhos partidos comunistas latino-americanos, sobretudo instauradas em meados dos anos 50, depois do processo de desestalinização, e inspirada pela vitória da revolução cubana e pela guerra revolucionária no Vietnã, toda uma geração de dissidentes, desde o início dos anos 60, vai colocar a questão do poder político no centro de suas reflexões, como um desafio imediato.”²³

Ressalto a perspicaz escolha do termo: “dissidentes”, não meramente opositores e/ou desertores. Os atores das organizações discutidas

²¹ PORTELLI, Alessandro. “História Oral Como Gênero”. *Projeto História*. São Paulo, Educ, nº 22, p 09-36, 2001.

²² O termo é usado a partir de Alistair Thompson: “Composição é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de construção de reminiscências. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura”. Considerando que Daniel Aarão insere seu trabalho dentro do campo de disputas das memórias sobre a oposição a ditadura militar, creio ser possível encarar sua proposta como ela mesma fazendo parte dos materiais das diferentes composições feitas. Ressalto que este conceito norteia toda minha empreitada de compreender percursos políticos a partir das entrevistas feitas. De uma forma ou de outro sempre tive em mente esse processo de composição ao observar as entrevistas dos ex-militantes. THOMSON, Alistair. “Recompondo A Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias” In: *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 15, p 56-57, 1997.

²³ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., p 40. A noção de geração nos permite perceber temporalidades históricas, evitando o biológico e sim centrando no simbólico e no cultural como marcos dos processos históricos que forjam diferentes culturas políticas vistas em suas descontinuidades e continuidades, com iniciações e vivências individuais distintas. SIRINELLI, Jean-François. A Geração In: AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de

abandonaram certos receituários, não se colocaram do outro lado. Pelo contrário, buscaram ainda afirmar determinadas continuidades, mesmo que para tanto reivindicuem e disputem entre si a legitimidade de antigas práticas, fechando os olhos para a própria participação nos processos em que criticam a atuação do PCB. Não é assim que se colocam os dissidentes?

Uma outra dimensão dessa dissidência aparece na fala de Ruth Cavalcante²⁴, quando perguntada sobre como se iniciou sua militância política matizada pela Igreja Católica:

“Eu estudei em três colégios religiosos, católicos. Passei oito anos no Colégio Imaculada, depois um ano no Santa Cecília, dois anos no Santa Isabel. Uma formação adquirida já na família que era muito católica. Então o caminho era natural por aí. Só que devido exatamente ao meu despertar de uma consciência mais crítica, a ação católica favorecia muito isso, ela abrangia todos os setores, eram todas as vogais: JAC, Juventude Agrária Católica; JEC Juventude Estudantil; JIC Juventude Independente; JOC Juventude Operária e JUC Juventude Universitária. Eu era da JEC, e a JEC também foi um espaço de conscientização importantíssimo para mim, porque já tinha toda uma visão mais progressista mesmo, de uma visão mais progressista da igreja, da Teologia da Libertação, então sempre com uma conotação muito freiriana. Paulo Freire tinha também uma importância na JEC. Então começou daí já meu despertar de uma consciência mais crítica ainda ligado a Igreja, mas já com essa consciência mais crítica. É tanto que a Ação Católica ela foi exatamente um desdobramento mais do ponto de vista marxista leninista, daqueles que vinham da influência da ação católica que esse espaço não comportava mais.”

A citação nos permite observar como uma das ex-militantes da AP, a Ação Popular, explica sua ligação à organização, colocando os percalços trilhados até a opção mais “crítica”, bem como coloca as divisões no seio da Igreja Católica. Temos a referência à militância católica como um dos muitos caminhos que essa “geração de dissidentes” percorreu.

Tal trajeto se distancia da ruptura traumática com o PCB, uma vez que a grande dissensão foi com uma tradição diferenciada. Inaugura até mesmo uma nova forma de se estar dentro dessa tradição, feita como o relato de Ruth

Moraes (org) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p 131-137

²⁴Maria Ruth Barreto Cavalcante: estudante da Faculdade de Pedagogia a partir de 1967, também foi diretora da entidade estudantil dessa unidade de ensino no ano de 1968 e integrante do GRUTA – Grupo de Teatro e Arte Universitários, importante grupo cultural estudantil dos anos 60 em Fortaleza. Hoje psicopedagoga. Entrevista feita no dia 30/08/2000.

expôs, nada tranqüilamente. Nem por isso, contudo, podemos afirmar a impossibilidade de se pensar que os militantes oriundos da Igreja Católica a partir da idéia de uma geração de dissidentes. Mesmo sabendo que a análise de Daniel Aarão refere-se às organizações comunistas do período, creio que muitos foram os caminhos, e o termo “geração” não pode homogeneizar diferentes propostas, em muitos casos conflitantes. O mais adequado é pensarmos como se deram cruzamentos e separações desses grupos e que projetos políticos têm em comum: a “questão do poder político” como um “desafio” a ser encarado e decifrado.

Assim, a ruptura com a Igreja vai se dar para esses militantes oriundos da Ação Católica na medida em que procurarem uma análise mais aguda e transformadora da sociedade, visando a novos espaços de conscientização, agora proibidos e/ou vistos como insuficientes para se alcançar os objetivos almejados.

Por outro lado, através do exemplo da Ação Popular vemos que não se deve encarar esses processos como lineares, foram caminhos traçados com muitos percalços, dúvidas e propostas, acontecendo em meio a trajetos diferenciados. Bráulio Ramalho²⁵ recorda-se que sua militância iniciou-se sob forte influência católica, em um grupo “mirim” ligado a Roberto Vieira, membro da Ação Católica e homem de esquerda. Posteriormente, Bráulio atuou no CLEC (Centro Liceal de Educação e Cultura), sendo militante da JEC, onde fez vários pichamentos do “Brasil Urgente” – informativo católico da época. Porém, dentro do movimento estudantil inclinou-se para a militância no PC do B, depois de uma “fase iconoclasta”, boêmia, “pré-academia”.²⁶

²⁵ Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho – militante do PC do B nos anos de 1966 a 1968 e presidente do CASTA no ano de 1968. Hoje, professor da Universidade Estadual do Ceará. Bráulio escreveu uma dissertação na Faculdade de Educação da UFC sobre o movimento estudantil universitário dos anos 60. Mais na frente poderemos perceber como isso implicou em uma nova perspectiva no campo das composições sobre o período. Acerca do CLEC, órgão estudantil do Colégio secundarista Liceu do Ceará, outros entrevistados referiram-se a ele como fundamental na iniciação política, bem como na passagem do movimento secundarista para o universitário. Entrevista realizada dia 25/08/2000.

²⁶ Cabe citar a importância da militância católica que permitiu a inserção política de várias pessoas. Por outro lado, é preciso observar que o caminho não era tão “claro” assim. A fala de Ruth não confirma uma tendência majoritária mas antes uma possibilidade; a ruptura gradual e tensa. Sua fala ressalta as dificuldades da esquerda católica na relação com a Igreja, a JEC sofrendo “até algumas restrições da própria igreja” e um “espaço não comportava mais”.

Os militantes podem ser entendidos como uma geração de dissidentes em relação aos antigos modelos, vivendo a construção de novos projetos políticos – o termo não anula as tensões existentes e as múltiplas estradas. Pelo contrário, só tem real valor se for visto não só como ponto de convergências, mas também de filtragem de variadas experiências e opções políticas. Os militantes possuem seus marcos, muitas vezes se aproximando e outras se distanciando.

Vários entrevistados referiram-se a esse processo nas suas iniciações políticas, demonstrando a própria disposição de lutar contra a ditadura em favor de um novo regime a ser concebido por uma brusca ruptura a ser alcançada: a revolução. Pedro, quando saiu de Fortaleza para se juntar às Ligas Camponesas, foi em busca desse projeto político, tão forte que é capaz de ser ainda um marco a ser destacado como crucial na sua trajetória.

Mário Albuquerque aponta para a mistura de relações políticas e familiares como algo não percebido na época e que depois, ao ser encarado de outro prisma, *“transformou a gente mais maduro e mais aberto, mais tolerante do ponto de vista político etc”*. Ou seja, na época, mesmo considerando a força das tensões familiares, podemos dizer, “no mínimo”, que o clima de tensões oriundas das disputas entre as organizações se combinava a outros elementos e acabou por não permitir uma maior lucidez das causas das brigas entre os filhos e pai. Somente depois, quando inclusive os próprios conteúdos políticos se esvaziaram significadamente, foi possível, com um rearranjo dos porquês dos embates, uma maior tolerância e se perceber que *“tinha muita questão de família, de briga de irmãos”*.

A primeira reflexão, mais do que pano de fundo, diz respeito às relações travadas entre as organizações de esquerda, seja na disputa entre os que se contrapunham ao PCB, seja desse com elas, ou delas entre si. Não creio, por exemplo, que Mário e Pedro, como outros militantes de organizações de esquerda que entrevistei (AP, PC do B, trotskistas), tivessem na luta pela redemocratização seu principal foco.²⁷

²⁷ Irei aos poucos definindo o espaço de cada grupo. Por hora, cabe afirmar a presença destacada das 3 organizações políticas no movimento estudantil universitário. Acerca do quadro ideológico de cada uma, bem como de outras organizações de esquerda atuantes nos anos 60, algumas leituras são fundamentais: GORENDER, Jacob. Op. Cit.; RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993; REIS FILHO,

Algo que, para Daniel Aarão, está presente em alguns dos relatos de militantes e é o centro de sua análise: a esquerda brasileira, que aderiu à luta armada, e cujas organizações recrutavam militantes, não se propunha democrática e sim revolucionária.

No entanto, as entidades estudantis não foram meros joguetes de grupos políticos. E se as organizações não colocaram como ponto central a retomada da democracia burguesa, o movimento estudantil se constituiu em um agente político fundamental, não na abertura consciente de novas formas de democracia, e sim na denúncia e enfrentamento à ordem autoritária – transformando-se, assim, em um campo de possibilidades da luta política.

O recurso para esclarecer essas relações deve ser a análise da inserção de cada grupo no meio estudantil, tendo em vista os parâmetros políticos agora colocados em suas recordações. Uma interpretação sobre os discursos que hoje se concebem e que tipo de posturas os militantes visam demarcar.

Chegamos à “questão do reconhecimento”, tema primordial na criação das composições dos nossos entrevistados, na forma de como procuram conceber as lembranças de sua participação e do papel das organizações políticas na oposição ao regime militar e na construção do movimento estudantil naqueles anos.

Capítulo II

A Questão do Reconhecimento

“Eu não me lembro de ter pensado em outra coisa. Eu acho que quando eu fiquei angustiado, o primeiro pensamento que eu fiquei sem saber sobre o que fazer a dissertação, quando estalou a coisa, a primeira coisa que estalou foi logo sobre o movimento estudantil: “Eu vou fazer alguma coisa sobre o movimento estudantil, eu vou falar sobre a minha experiência, foi levantar essa história e tal”. Aí eu comecei.”

Com as palavras acima, Bráulio Ramalho começou a falar sobre sua volta para trás no olhar acerca da sua militância nos anos 60: ele escreveu uma Dissertação de Mestrado na Faculdade de Educação sobre o assunto. E, como vemos, não lhe ocorreu outro tema. Creio que seu trabalho adentrou o campo das memórias sobre o movimento estudantil universitário de Fortaleza, sendo uma importante oportunidade de reflexão sobre os “comos” e os “porquês” das composições. Para tanto, vejamos como estruturou seu trabalho.

Em um primeiro momento, apresenta a história do movimento estudantil no Ceará até o golpe militar de 1964. Fala da atuação do Liceu na cidade e do Centro Estudantal Cearense. No final, destaca os principais grupos que se organizaram dentro do movimento estudantil, após o golpe militar: o Partido Comunista do Brasil, a Ação Popular e o Partido Operário Revolucionário Trotskista, a IV Internacional, ou simplesmente “os trotskistas”, como se referem seus (e meus) entrevistados.

O PCB é citado como grupo de menor importância, com ênfase no seu declínio face ao golpe militar de Abril de 1964, uma vez que este “representou a derrota das concepções reformistas, do caminho pacífico para o socialismo e da crença nacionalista da burguesia brasileira”, idéias “defendidas pelo PCB e que após o golpe perdem terreno”. Por conta disso, para ele, surgiram as referidas organizações que, “oriundas ou não de rompimentos do PCB, despontaram viçosas e revigoradas.”²⁸

Chama a atenção a informação de que todos os referidos grupos tiveram sua gênese, no Ceará, relacionada ao ambiente estudantil. Isso indica a

²⁸ RAMALHO, Bráulio. *As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses*. Dissertação de Mestrado, UFC, 1992. p123.

necessidade de perceber com muito cuidado e rigor as relações tecidas entre esses grupos e o movimento; de outro lado, outrossim, reforça a minha intenção de entender as organizações inaugurando procedimentos e posições políticas. Desse fascínio, talvez, venha o esforço do autor em rastrear minuciosamente as origens e os percursos de cada tendência política a partir de jornais e, em especial, da fala de seus entrevistados.

Na segunda parte do trabalho, começa a analisar o movimento estudantil nos anos de 1964 a 1968, tendo em vista o que chama de "questões fundamentais". São pontos que dizem respeito principalmente acerca das dinâmicas ocorridas entre essas organizações, mas também tratam da "resistência ao autoritarismo" e da "luta pela redemocratização". No final da primeira parte, quando começa a esboçar o processo de surgimentos das organizações políticas, elementos dessas questões já aparecem, depois se tornando uma parte específica do trabalho. Essa discussão, conforme comentou na entrevista que me concedeu, não existia no início da sua proposta, foi com as entrevistas que surgiu como um foco de análise. Eis as "questões fundamentais": a "questão moral", a "questão cultural" e a "questão da hegemonia".

Sobre a "questão cultural", enfatiza a importância que a cultura teve "como instrumento de politização e aglutinação dos universitários", sendo ainda "uma variável a ter forte influência na reestruturação e crescimento do ME no Ceará no pós-1964. Além disso, as atividades e manifestações culturais dos universitários, no período, irão se caracterizar como uma forma de resistência ao autoritarismo. Diz que, por consequência desse papel, "há grande valorização do fator cultural entre as diversas tendências políticas de esquerda", com exceção dos trotskistas. PCB, AP e o PC do B, por sua vez, "visam instrumentalizar a cultura". Mesmo essa parte de sua análise, autônoma em relação as demais no sentido de ir além da visão das tendências dentro do movimento, tem a sua relação com os grupos políticos, chamados ao centro do debate para que se possa entender os rumos do movimento estudantil. O que fica evidente quando observamos as outras duas "questões fundamentais": a "questão moral" e a "questão da hegemonia"²⁹.

²⁹ A definição de hegemonia usada no trabalho para definir o papel do PC do B tem duas dimensões: primeira, "consenso, aceitação por parte dos dirigidos em relação aos

Ambas entrelaçam-se para explicar por quais motivos o PC do B conseguiu se tornar a força hegemônica do movimento estudantil universitário “possuindo” vários diretórios e o DCE. Para Bráulio, a hegemonia do PC do B pode ser explicada por: 1) a postura moral dos seus militantes à frente das entidades estudantis quando “não partidariavam as entidades estudantis”, não discriminando os opositores, seja na distribuição de vagas nas residências universitárias ou para as refeições no restaurante universitário; 2) as propostas táticas dos militantes do PC do B do Ceará, de lutarem por questões específicas do interesse dos estudantes e, ao mesmo tempo, evitarem desgastes em confrontos com a polícia, em um “comportamento democrático, não só à frente das entidades, mas no próprio trato e encaminhamento das reivindicações”.

Sobre a hegemonia do PC do B, ainda, Bráulio explica que contribuiu para isso a prisão dos militantes da AP em 1965, quando tentavam reorganizar a UEE. Depois de presos e processados no bojo do Ato Institucional Nº 2, os principais líderes da AP acabam “queimados”, e, por se afastarem do movimento, deixaram a direção nas mãos de militantes inexperientes. Daí outro motivo do PC do B conseguir a hegemonia com militantes já experimentados, muitos oriundos do PCB, e que discutem seriamente, desde o nascedouro da organização dentro do movimento, as relações entre as vanguardas e as massas, buscando formas de aproximação mais eficazes.

Uma passagem resume as observações de Bráulio sobre as relações entre lideranças partidárias e a “massa” dos estudantes:

“O objetivo e a oportunidade de manifestações eram discutidos [pelos membros do PC do B] em assembléias. O roteiro, erros e acertos das passeatas e outras mobilizações eram analisados nas salas de aulas de cada unidade de ensino superior. Os trotskistas e militantes de AP, pretendendo queimar etapas e não possuindo vinculação estreita com os estudantes, tentavam desviar o roteiro das passeatas e assumiam atitudes não-democráticas. Assim afastavam-se das bases.”³⁰

dirigentes”, a segunda tem “o significado da dominação”, evidenciando “o caráter das relações entre a liderança hegemônica e as outras correntes políticas” do movimento estudantil do período. Id. Ibidem. p 148-159.

³⁰ Id. Ibidem. p 174.

Dessa forma, a hegemonia do PC do B é explicada, em boa parte, pelo tratamento diferenciado do partido em relação aos outros estudantes. Diferentemente dos outros grupos, consegue uma maior aproximação diante das “bases”. Acredito, todavia, que em vez de pensar no distanciamento entre as organizações, deve-se perceber também o que tinham em comum. Debater o porquê dessa separação, base – partido/grupo político, algo que aparece em quase todas as entrevistas. Procurar verificar o sentido dessa estratégia e quais desdobramentos trouxe no comportamento dos militantes ao comporem suas reminiscências – para assim conseguir compreender melhor o significado das organizações dentro do movimento estudantil.

Bráulio Ramalho afirma que os militantes do PC do B procuravam pensar as questões específicas e que “discordando da posição do PC do B, a AP e os trotskistas menosprezavam a luta pelas questões específicas. Consideravam-se a vanguarda.”³¹

Não é o que verificamos, porém, na fala de Helena Serra Azul³², militante da Ação Popular, quando conta que no seu curso, Medicina, “a gente tinha uma vinculação muito grande com os problemas locais também”. A primeira greve que fizeram “foi por causa de um professor”. Queriam a mudança “não era nem do professor mas da forma como ele avaliava, e conseguimos, então isso fortaleceu muito a turma”. Acrescentou que essa prática era comum dentro de uma “estratégia” na qual se fazia:

“A vinculação de todas as questões com as questões gerais, que até hoje eu acho que você faz movimento de massa dessa forma: você vincula as questões específicas às questões gerais até para poder o grande número de massa perceber o processo, senão não percebe, você fica falando lá em cima e o pessoal não percebe o que está acontecendo na sua vida real.”

Também para os trotskistas, encontramos a mesma observação. Segundo Inocêncio Uchôa, sua organização primava por estabelecer uma luta mediada contra a ditadura, pois se “já conseguia ver que a luta era contra o sistema, era contra o regime militar também”, era possível conseguir “uma

³¹ Id. Ibidem. p163.

³² Helena Serra Azul Monteiro, atualmente professora da Faculdade de Medicina e militante do PC do B. Nos anos de 1967 e 1968 foi estudante do Curso de Medicina e militante da Ação Popular. Entrevista realizada dia 08/06/2001.

grande massa de militantes intermediários” e “de massa mesmo que a gente conseguia levar para a luta por pequenas reivindicações.”

Temos uma encruzilhada. Diante dela em vez de perguntar de que lado está a “verdade histórica”, é melhor questionar quais nuances estão envolvidas dentro dessas composições do passado, ou seja, “investigar a estrutura e o significado” de cada “construção narrativa dos eventos”?³³

Podemos começar a entender os porquês dessas composições a partir dos próprios fundamentos de suas práticas, tendo em vista uma feliz inversão de análise feita por Daniel Aarão Reis Filho. Na verdade, tal recurso complementa a proposição anteriormente citada do autor. Uma vez defendendo a análise da luta contra a ditadura militar tendo como um dos pontos centrais as próprias idéias e motivações da esquerda, nada mais lúcido do que entender suas práticas políticas a partir de suas próprias escolhas e não como becos sem saída, que, por serem incoerentes, tinham inevitavelmente que dar errado.

O que, em muitas análises, “interpretações correntes”, é visto como equívoco das organizações de esquerda, agora é tratado como justamente o que esses grupos entendiam como essencial. Em torno das “derrotas e desencontros” das organizações comunistas no período, Aarão fundamenta como funcionavam seus processos de afirmação; demonstra que, o que aparece para muitos como motivo da derrota foi ponto de identidade, componente da própria luta em que estavam envolvidas as esquerdas na luta contra o regime militar.³⁴

Para ele, são quatro esses componentes: os “pressupostos fundadores”, a “dinâmica excludente”, a “estratégia da tensão máxima” e o “papel central das elites intelectualizadas”. Todos atuaram como “fatores de coesão, indispensáveis para o funcionamento e fortalecimento das organizações comunistas”. O centralismo, a tendência de vanguarda, de se acharem “estados revolucionários”, o messianismo, o isolamento, a crença quase

³³ PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de Junho de 1944) mito e política, luto e senso comum” In: AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p 107.

³⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou Ao Encontro. Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p 181-187.

apocalíptica no devir da revolução não foram as causas em si da derrota. Pelo contrário, eram o que, se acreditava, traria a vitória, e funcionavam como mecanismos essenciais da maneira como as tendências de esquerda encaravam a luta revolucionária, seus meios e sua própria inserção na sua deflagração, sendo que, nesse sentido, eram o que possibilitava sua existência enquanto organização.

Para o autor, portanto, não se trata de:

“atribuir a derrota a debilidades de percepção, de concepção ou de formulação, como se os acontecimentos pudessem ter tido lugar se outro fosse o “nível” teórico, ou outro fosse o conhecimento da realidade. Características intrínsecas predispunham as organizações comunistas num determinado sentido de ação e de pensamento: elas estavam preparadas, coesas e mobilizadas, em uma palavra, prontas – mas a revolução faltou ao encontro...”³⁵

Ao se debruçar sobre o papel que essas organizações tiveram dentro do movimento estudantil, é necessário não esquecer a força das idéias no seu tempo, com a atenção voltada para como os sujeitos políticos elaboraram respostas para seus desafios. Daí porque entender como as trajetórias pessoais são explicadas, reelaborando suas práticas políticas, enchendo-as de novos significados, mas ainda dentro do território das tensões que existiam.

É possível levantar, através das trajetórias individuais, elementos da prática política, o teor revolucionário pretendido pelos militantes. Pensando na discussão proposta por Alessandro Portelli, ao refletir sobre qual “assunto” fala a história oral, acerca dos “gêneros” que se inserem neste campo, pode-se pensar nos usos possíveis da relação intrínseca entre o “o pessoal e o social” (vivenciada na entrevista) no entendimento das tramas levantadas nas falas dos nossos entrevistados.³⁶

Tramas que não se resolvem na ação do historiador: são resultados dos comos e porquês pensados na narrativa pessoal e assim podem perceber

³⁵ Id. *Ibidem*, p 186.

³⁶ Sua definição expressa a íntima relação entre o individual e o coletivo nas entrevistas, devendo ser problematizada dentro do trabalho do historiador. Foi uma inspiração decisiva: “De qualquer maneira que possa ser, a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência social e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações (como no trabalho de Selma Leydersdorff), terremotos (como no trabalho de Eugenia Meyer).” PORTELLI, Alessandro. “História Oral Como Gênero”. *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 22, p 09-36, 2001.

diferentes relações e usos políticos almejados nas entrevistas. São a ponte para o fazer da memória, não mero fornecedor de dados neutros; antes, interlocutores privilegiados na compreensão de utopias e significados políticos do período hoje recordados. Temas, como a representatividade do projeto revolucionário, a possibilidade de uma esquerda democrática e revolucionária, a relação entre tendências e movimento, aparecem como pontos a serem analisados no entendimento de como os militantes fizeram sua prática estudantil. E, neste sentido, de como a disputa entre os grupos foi elemento da dinâmica do movimento.

Disputas ainda em evidência nas memórias dessa geração de dissidentes aparecem em diversas obras, como colocou Aarão. Um ponto essencial é a própria visão dos ex-militantes estudantis acerca do papel pretendido do movimento estudantil. Agente em busca da redemocratização ou da revolução? Inocêncio Uchôa é taxativo ao definir como ele e outros militantes de outras tendências se proclamavam:

“A nossa luta era revolucionária, a gente não está lutando para melhorar a universidade mais, não estávamos, é mentira quem disser isso, nós não estávamos, o movimento estudantil naquele momento era um movimento revolucionário mesmo, ele tinha a natureza revolucionária”

Na opinião de Bráulio Ramalho, tanto na sua entrevista, como na sua dissertação, isso não se apresenta. Para ele, do movimento deve ser destacada a luta pró-democratização e contra a ditadura. A luta revolucionária estava no espaço dos partidos, que algumas vezes, não o PC do B, esqueceram o nível de “consciência da massa” e visavam trazer para o movimento estudantil pressupostos não democráticos.³⁷

As idéias de Daniel Aarão Reis Filho nos ajudam a perceber como nossos entrevistados vêm a si mesmos na resolução de problemas e dilemas como esse. Acerca da postura do militante diante da necessidade de fazer a revolução, mas também de ser estudante, participar de um movimento que não podia ser o agente principal da derrubada da ditadura. Eles encararam

³⁷ RAMALHO. Bráulio. Op. Cit., p148.

novamente esses “pressupostos fundadores”, chegando, hoje, a conclusões distintas de seus significados e eficácias.

Os militantes, ao falarem da sua inserção na luta contra a ditadura, tecem explicações para o que deu errado. Interpretam suas próprias práticas na busca de comporem um “passado importante” para si mesmas e do que desejam expor de suas experiências. Interpretação, como diz Alistair Thomson, não apenas um construção privada, mas também pública. Acerca da legitimidade da ação das organizações de esquerda por exemplo. Temos uma relação entre a memória pública e as memórias pessoais:

“As imagens e linguagens disponíveis usadas pelo público nunca se encaixam perfeitamente às experiências pessoais e há sempre uma tensão que pode ser manifestada através de um desconforto latente, da comparação ou da avaliação”.

Há, portanto, a necessidade de compor passados com os quais se possa conviver. Daí o problema do reconhecimento, pois “o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público”.³⁸ Um reconhecimento no caso do ex-militantes, em vários planos: para a importância do movimento como um todo na luta contra a ditadura; para as organizações políticas; ou para os indivíduos. Assim, costuram-se tramas pessoais e públicas.

Vê-se logo que esses processos de reconhecimento não parecem ser tranqüilos e sem conflitos.

Pelo contrário.

A dissertação de Braúlio Ramalho acaba por reproduzir, em seu cerne, as antigas disputas das organizações políticas, que exerceram, na época, um papel dinamizador do movimento, fazendo parte das estratégias e projetos políticos abraçados pelos militantes. Pela sua disposição em levantar essa história do movimento do qual fez parte, adentrou esses territórios das composições. Nas entrevistas foi “comprovando” o papel do PC do B dentro do movimento. Seus entrevistados, alguns de outras organizações, vão colocando as disputas em torno dos grupos ressaltando o caráter democrático do PC do B, assim como sua capacidade tática de enfrentar a polícia na hora certa.

Acredito que as “questões fundamentais” de seu trabalho foram pontos que invadiram seu trabalho, com sua cumplicidade, no sentido de, cerca de três décadas depois, reatualizarem essas disputas e posições, reafirmando por outros motivos a supremacia do PC do B.

Cabe observar que a própria estruturação do mapeamento das tendências dentro do movimento exclui o PCB. Será apenas porque realmente o partido, não só aqui, mas em todo Brasil, viu sua ação reduzida a quase zero dentro do movimento? Ou Braúlio e eu, ao nos debruçarmos sobre as tendências majoritárias, entrevistando militantes acabamos por não investigar até que ponto esse papel foi mesmo assim?

Digo isso porque, na hora de romper com a direita nas entidades, foi um estudante moderado, simpatizante do PCB, que conseguiu articular uma ação de reconstrução do movimento, Homero Castelo Branco, o que pode ter havido em outras entidades num período tão tenso como os anos de 1964 a 1966. Também na reestruturação da UEE, tentada em 1965, o PCB não participa junto com a AP?

É legítimo, pois, a possibilidade de se perguntar se, nesse momento em especial, o PCB não teve também sua participação ainda que, realmente inferior, as outras tendências. A contribuição de uma entidade ou militante não deve ser vista apenas no sentido quantitativo, aceitando o pressuposto de “quanto mais entidades melhor”: deve-se reconhecer as disputas e vitórias, mas também buscar diversas tramas e posições políticas.

Muitas composições (tanto nas entrevistas feitas por Braúlio, como nas minhas) se apresentam no sentido de perceber o que deu errado, sem, contudo, conseguir questionar as próprias estruturas de ação dos grupos políticos. Não se discute os conteúdos e as possibilidades do projeto revolucionário de suas organizações, assim como os limites do movimento estudantil diante da ordem autoritária que se consolidava.³⁹ Os ex-militantes

³⁹ THOMPSON, Alistair. “Recompondo A Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 15, p 51-71, 1997.

⁴⁰ Marcelo Ridenti critica Daniel Aarão e afirma que este supervaloriza o papel dos grupos de esquerda. Faltou a concretização de um projeto revolucionário que os militantes possuíam mas não conseguiam “vender” para a sociedade. Apostavam em uma representação que não possuíam perante a sociedade e, com isso, não fizeram como elemento intrínseco de sua prática política a relação com as classes trabalhadoras. Seu projeto revolucionário não vingou não somente por se isolarem em “estados-maiores”, como observa Reis Filho, de uma revolução que nunca veio, mas muito mais pelo próprio movimento da sociedade

reproduzem antigas fórmulas de condução do movimento, buscando com isso descobrir culpados, falhas, desvios. Quem era revolucionário ou não? Quem conduziu corretamente o movimento, quem conseguiu as maiores vitórias? Quem tinha maior contato com as bases? Ou partem para o ressentimento: é claro que não podia dar certo, as tendências só queriam se aproveitar do movimento...

Tanto Inocêncio, como Helena e Braúlio falam da ligação entre as questões específicas e gerais – a discussão não deve ser no sentido de descobrir quem está mentindo. Cabe perguntar que tipo de saldo essa relação podia ter e como ela se esgota dentro do movimento no sentido da luta contra o regime. Como, ao ser um ponto “reformista”, o que não podia deixar de ser, não faz mais do que criar condições de mobilização que seriam logo depois esvaziadas pela ação do regime.⁴⁰

É importante sabermos qual a importância da hegemonia do PC do B, sem reduzir a própria dinâmica do movimento à essa única “questão”. Ver que a própria orientação de fazer a ligação entre as questões gerais e específicas demonstra uma separação entre estudantes e organizações e é essa relação que deve ser esmiuçada: como os projetos das organizações apareceram dentro do movimento. Não para perverterem, mas sim para ajudar a fazê-lo ser do jeito que se deu – o que só pode ser entendido se buscarmos o movimento

brasileira, que incorporou críticas, e críticos, deixando impasses entre propostas e desenvolvimento dentro de uma modernização conservadora. A luta de classes sendo refeita sem que os militantes conseguissem, por não se inserirem nessa disputa, ter peso nessa redefinição. Em suma, o isolamento foi uma consequência, não uma causa. A crítica, creio, procede no tocante a ênfase no processo subjetivo das condições revolucionárias, não se trata somente de ficar preparado, cumprindo determinado receituário de práticas, como fizeram as organizações de esquerda, e esperar o devir da revolução. Não se pode reduzir a vitória da revolução a um mero encontro das organizações preparadas e as condições objetivas revolucionárias. O projeto revolucionário deve possuir mecanismos de participação na luta de classes, o que não aconteceu com as organizações militantes. Deve-se construir uma representatividade perante os setores sociais escapando-se da ilusão da representação. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. p 243-276.

⁴⁰ Marcelo Ridenti coloca bem o “problema” da “estruturação do movimento”: “a reivindicação de direitos”. Havia uma divisão em relação ao teor da luta a ser travada: reformista ou revolucionária. Investigo o peso dessa discussão no movimento sabendo que de qualquer forma a relação fundamental entre todos os grupos políticos é a vanguarda-movimento, havendo uma diferença no tocante aos “níveis” de consciência da massa, e que todos eram marcados pela crença no devir das condições revolucionárias e, por conseguinte, do seu próprio valor enquanto estados-revolucionários – o que acabou por ser decisivo na própria visualização do papel do movimento estudantil no período. Id. *Ibidem*. p133.

da relação entre as tendências e delas com o movimento, não aceitando a cristalização do que era fluido e pura tensão.

Assim, construo como uma chave na interpretação das memórias dessas disputas (e das disputas dessas memórias), uma outra "questão fundamental": a questão do reconhecimento. Através dela, podemos evitar que as falas se coloquem como marcos inquestionáveis, uma vez que significa levarmos em conta as disputas em torno do reconhecimento, em múltiplos planos, almejado. As falas, com outras fontes, ajudam a compreender quais relações existiam entre os grupos e o movimento, limites e condições, e observar a construção dos itinerários estudantis.

Capítulo III

Entre Itinerários, Molotovs e Palavras de Ordem

Os relatos dos nossos entrevistados destacaram as passeatas como ritos políticos. Neles estão presentes o conflito com a polícia, os mecanismos de luta contra repressão, os momentos “heróicos”, a ação das tendências políticas para intervir de forma decisiva dentro das manifestações, a importância do evento para a luta contra a ditadura, a organização do movimento; ritos de coesão das tendências políticas.

As falas, no entanto, não devem ser tratadas nem de modo espontâneo, nem de forma mecânica na medida em que o entrevistado não é refém do entrevistador. O que está em jogo é o caráter dialógico do depoimento. Portanto, se temos a presença do entrevistador, não podemos esquecer que o entrevistado também “entrevista”, procurando também, dentro do campo dialógico, propor explicações, passar visões de mundo, lidando com expectativas próprias em relação a seu depoimento.

As narrativas são, antes de tudo, instrumentos de construção de visões, prenhes de subjetividade da qual retiram seu vigor, reencontros consigo mesmo, como também momento de reconhecimento público.⁴¹

Paulo Emílio⁴², ao narrar sua militância universitária, fala acerca de características nada doces em relação a sua vivência política daquele tempo. Usa, de maneira ácida, vários termos de estigma: “passeatismo”, oportunismos, voluntarismo etc. Neste trecho específico, no início da entrevista, Paulo apresenta as próprias dúvidas acerca de sua militância, uma vez que a crítica já era feita na década de 60. Em pleno 1968, logo depois de entrar no Curso de História, ele diz ter percebido que o militante:

“Só era reconhecido dentro do movimento se ele participasse de tudo, estivesse presente a tudo e fosse aquele que tivesse demonstrando maior coragem, maior garra no momento de repetir as palavras de ordem. Bom, era mais ou menos isso, era uma maneira daquelas pessoas se afirmarem politicamente perante os outros

⁴¹ PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. A Pesquisa como um Experimento em Igualdade. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.º 14, p 24-39, 1997.

⁴² Paulo Emílio de Andrade Aguiar – estudante da Faculdade de Direito, depois do Curso de História, na década de 60, militante do POR (T). Entrevista realizada dia 07/04/2001. Atualmente é professor de História da Universidade Estadual do Ceará.

grupos através do grito mais alto, através da imposição da palavra de ordem de cada partido político. Numa passeata se definia claramente a tendência de cada um pelas palavras de ordem que eram propostas por cada partido.”

Penso em duas implicações do depoimento de Paulo Emílio, que serão vistos em outros depoimentos. Primeiramente, o caráter da passeata como lugar da identidade do militante, onde se percebe seu valor, sua participação; onde se concebe a valorização da sua utopia política. Em segundo lugar, decorrência da primeira observação, a atenção dada às disputas entre os grupos políticos – que definiam as passeatas como lugares de encontros e desencontros estudantis, onde os grupos buscavam se reafirmar em um processo em que o conflito, a busca pela hegemonia, encontra um espaço específico para se apresentar.

As memórias das manifestações aglutinam os significados citados no início e se transformam em ponto de intersecção de vários processos, o que não significa defender uma homogeneidade das explicações. No caso, ainda não se pode esquecer o tom de crítica anunciado pelo entrevistado, que, assim, dá a sua explicação um quê de amargura e de conflito interno dentro do processo que viveu.

Os militantes não realizavam essas práticas apenas nas ruas, ou mesmo esse era o fim propriamente da ação política dos militantes – o “tudo” a que se refere Paulo Emílio vai além da presença nas manifestações.

Mas, uma vez escolhidos como lugares da memória dentro do diálogo com os entrevistados, é possível através desses eventos perceber processos de construção das identidades dos militantes na sua colocação dentro do ambiente estudantil.

As composições sobre os eventos aparecem como momentos em que as disputas se reanimam em meio a elementos de construção de “passados”.

Lembranças cujos sentidos políticos eram variados e hoje se apresentam como pontos do discursos que são feitos acerca do período e que visam apresentar versões verdadeiras sobre o que aconteceu. Verdadeiras de acordo com a composição de cada um, devendo ser

entendidas em relação umas com as outras, assim como com processos coletivos da memória acerca da ditadura militar.⁴³

Acerca das passeatas como lugar de identidade, de referência obrigatória na construção da identidade dos militantes, podemos observar os campos da memória levantados por Daniel Aarão. Em todos, vamos ver a presença das manifestações como grandes marcos para se pensar os sentidos da luta política. Há uma série de memórias, artefatos culturais acerca das passeatas estudantis da década de 60 contra o regime militar. Livros, seriados, filmes, músicas, apresentam as ruas como grande pano de fundo da resistência estudantil⁴⁴. Em uma alegoria inversa e macabra da análise de rituais brasileiros de Roberto Da Matta, centrada na reflexão sobre a rua (o lugar impessoal) e a casa (reino da segurança e solidariedade), o porão escuro e sujo vai ser o lugar da tortura, enquanto as passeatas são momentos da afirmação da luta, da presença viva da resistência e solidariedade.⁴⁵

Em "Os Carbonários. Memórias da Guerrilha Perdida", Alfredo Sirkis nos mostra a sua apreensão/iniciação nas ruas do Rio sessentista, durante a ditadura militar. A primeira parte, "Tempo das Passeatas", apanha diversas situações de como se vivia a resistência, a utopia da derrubada do regime no asfalto carioca: variadas formas de se estar nas ruas. Temos um grande palco/artista do cenário político pré AI - 5. Seu livro tem nas manifestações a primeira parada, logo a seguir seu ápice, quando trata da "Geração 68". As passeatas foram os grandes ritos de passagem do autor, do "liberalismo" e da defesa da "revolução" de 1964 ao "Abaixo a ditadura". Ele conta sua indefinição

⁴³ Os jornais da época dificilmente trazem a multiplicidade de posições dentro das passeatas. Pelo contrário, os eventos estudantis são vistos a partir de uma homogeneidade no sentido de sua oposição ao regime ou alguma reivindicação. As passeatas contra o regime são antes de tudo lugares de uma unidade estudantil.

⁴⁴ CAMPOS, Flávio de. *Anos Rebeldes (adaptação para romance)*. São Paulo: Globo, 1992. p 110-111, 130-135. CUÑA, Newton. *Memórias de uma Geração Assassinada*. América Cultural, Rio de Janeiro, 1988. p 22-23. GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?* São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p 73-79. VENTURA, Zuenir. *1968, O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p 75-86 e p 155-165.

⁴⁵ Neste sentido, é pertinente a fala de Roberto Da Matta sobre os ritos: "é por meio do rito que se podem atualizar estruturas de autoridade, permitindo situar, dramaticamente e lado a lado, quem sabe e quem não sabe, quem tem e quem não tem, quem está em contato com os poderes do alto e quem se situa longe deles. Não é, pois, por motivos estéticos que em todos os ritos sempre encontramos um centro, uma zona focal, geralmente controlada por um sacerdote ou quem faz a vez dele. Pois é por aqui que se faz a ligação e a afirmação dos que têm com os que não têm, na conhecida dialética dos desfiles, procissões, paradas e reflexos de um grupo sobre o outro, no jogo complicado das múltiplas legitimações". DA

em gritar o nome de “Che Guevara” em uma passeata, a primeira do livro, em plena “hora do rush”:

“Permaneci em silêncio. Não grito palavras de ordem comunistas, pensei. Eu até admirava a coragem do Che, que acabava de morrer, dias antes, na Bolívia. Mas achava que isso de gritar GUE-VA-RA! Era coisa de comunista e eu não era comunista.”

Ficou em silêncio enquanto os outros gritavam a todo volume no seu ouvido o nome do “futuro herói favorito” do autor como se achassem que “furando os tímpanos” ele ia ficar “surdo” e “convencido”. O alívio veio logo a seguir quando se retomou a palavra de ordem anterior :

“Felizmente alguém atacou de novo com o POVO ORGANIZADO/DERRRRRUBA A DITADURA! e eu joguei a garganta no mundo, feliz em demonstrar pra todos que eu também estava ali, com o povo organizado pra derrubar a ditadura, com quatro erres...”⁴⁶

Temos, pois, lugares de conscientização, de variados pontos de vista – e como vimos na fala de Paulo, espaços em que se pode vislumbrar as disputas de projetos, convergências e distanciamentos, e a sua tônica de criticidade levanta a idéia de tensão dentro da experiência política dos militantes. É o que ocorre no texto de Sirkis, que nos alerta para como as lembranças podem trazer à tona antigas tensões entre os participantes, assim como nos aponta a necessidade de colocar as manifestações em um lugar especial dentro das composições dos militantes. Não é à toa que seu livro inicia-se com as grandes passeatas cariocas de 1967/1968, destacando suas dúvidas pessoais de até onde ir no engajamento contra o regime.

No caso dos militantes cearenses, este mesmo processo de crítica é valioso para entender que nas ruas temos também um lugar de tensão entre o que quer a organização política e as dúvidas e temores dos militantes. Temos, pois, outro ponto de contato entre rito e política nesse espaço: as expectativas e os próprios anseios envolvidos na realização dos eventos, no cumprimento

MATTA, Roberto. *Camavais, Malandros e Heróis*. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. p 27.

⁴⁶ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Memórias da Guerrilha Perdida, Rio de Janeiro Global, 1980. p 21-34.

das tarefas destinadas. A própria fala de Paulo já coloca esse ponto, das pressões envolvidas em torno dos eventos de protesto, dentro do que Daniel Aarão Reis Filho colocou como a “estratégia da tensão máxima” e o “massacre das tarefas”.⁴⁷

Oswald Barroso, lembra que quem fosse para um momento de confrontação com a polícia iria ter que cumprir o estabelecido dentro da sua organização, a Ação Popular. Quem, por exemplo, não jogasse os coquetéis molotovs de autodefesa no confronto com a polícia, como estava previsto, *“tinha depois uma discussão que fazia a autocrítica ideológica”*. Um companheiro seu *“foi para uma passeata dessas e não jogou esse coquetel molotov”*. Na reunião seguinte da célula da organização *“houve uma discussão que ele ia fazer autocrítica, na próxima passeata ele levava dois molotov”*. Oswald conclui de maneira irônica: *“o pobre não teve coragem de jogar um, ia jogar dois?”*

Assim, as organizações existiam a partir de seus integrantes, que, por sua vez, não são autômatos, têm seus temores, anseios. Existe uma tensão entre o exigido e o realizado – ampliada com a expectativa da repressão. As entrevistas são depósitos de antigos ressentimentos, conflitos não resolvidos, que vêm a tona dentro dos depoimentos. Muitas vezes aparecem como grandes “autocríticas”: não saem do seu próprio território de análise; explicações continuam a serem feitas observando antigos mecanismos políticos. Lembranças de acontecimentos vividos sob intensas pressões.

A organicidade das entidades e grupos políticos em relação às passeatas é ressaltada por um outro militante da Ação Popular, Francisco Monteiro,⁴⁸ porque *“a maneira para que determinada palavra de ordem de determinada organização política aparecesse era você se organizar”*. O sentido da organicidade é justamente fazer com que a palavra de ordem prevalecesse, – o que demonstra a rua como um lugar de incessante embate dos grupos para garantir suas posições.

As idas às ruas dos estudantes, então, têm duas grandes perspectivas:
1) lugares de construção da luta contra a ditadura, transformando o espaço

⁴⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou Ao Encontro*. Os Comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. p 181-187.

⁴⁸ Francisco das Chagas Dias Monteiro. Militante da Ação Popular e estudante do Curso de Medicina nos anos de 1966 a 1968. Entrevista realizada dia 08/10/2001.

público em lugar de resignificação das formas de luta contra a ditadura; 2) perceber a aspiração de projetos políticos variados, o teor de disputas como elemento de construção do movimento.

Neste sentido, tomo um rumo decisivo: evitar que a explicação do coletivo sobreponha-se a “perspectiva de pensá-lo como uma experiência múltipla, construída por sujeitos com bagagens culturais diferentes, visões diferentes e propostas e projetos de futuro diferentes” visualizando como disputam “lugares e formas de organizar e de encaminhar o futuro”. As passeatas como ritos estudantis, devem ser pensadas não apenas na caracterização de uma unidade, mas também percebê-las a partir das tensões que as envolviam, dando-lhes parte de seus sentidos. Evitar que as lembranças da ditadura relatadas, por pretenderem um reconhecimento, sejam vistas exclusivamente sob o ponto de vista político de quem as recorda. Para, assim, enfrentar a difícil tarefa de, dentro dos territórios das memórias colhidas, se possa “realmente compreender a experiência do outro e incorporar a diferença, não como desvio, mas como elemento constitutivo dos processos sociais”.⁴⁹

As disputas dentro das passeatas apontam para o enredo de embates entre as organizações, como imaginavam que devia ser a luta contra o regime e a condução das bandeiras estudantis. Ao invés de simplesmente perceber a homogeneidade dentro dos eventos, temos que perceber como o plural dinamizou a luta contra o regime, foi um limite, mas ao mesmo tempo uma **condição** da mobilização na luta contra a ditadura.

Isso fica claro se acompanhamos a cobertura da Passeata dos Vinte Mil apenas pelos jornais. Somente em um momento, temos a presença da diferença, quando se noticia que, na manifestação, “alguns estudantes gritam “Vietnam, Vietnam”, os que estão mais próximo lhes censuram gritando mais alto e mais forte: “Brasil. Brasil”.⁵⁰ Esta passagem apresenta a idéia da divisão dentro do evento, considerado como o maior evento dos estudantes. Uma manifestação que reuniu, além dos estudantes, seus grandes organizadores, “padres, mães de família, deputados do MDB, operários, e populares que se

⁴⁹ KHOURY, Yara Aun. “Narrativas Oraís na Investigação da História Social” In: *Projeto História*. São Paulo, Educ, nº 22, p 86-87, 2001.

⁵⁰ Gazeta de Notícias, 28/06/1968:4

encontravam nas ruas". Nas manchetes, a notícia que "foi um sucesso a passeata dos estudantes", reunindo "20 mil pessoas", um número simplesmente arrasador se pensarmos a população da cidade, 600 mil, e de estudantes, cerca de 5 mil.⁵¹

Neste sentido, se a lembrança dos entrevistados reflete a idéia de uma vitória, uma grande satisfação, estamos também diante da divisão da inserção política dos grupos políticos. Ruth Cavalcante, com um sorriso nos lábios, não se lembra de ter sido oradora nessa passeata "*porque a briga pelo microfone era grande [risos]*". Também Oswald Barroso não deixa de demonstrar a divisão do movimento estudantil, apesar de existirem "*certos acordos entre as lideranças para a condução da passeata*":

"Havia uma disputa muito grande para saber quem ia subir no palanque, havia quase uma briga pela liderança da passeata, pelo microfone e pelos pontos mais importantes. Nessa passeata então você subia no meio da passeata você subia em uma árvore e começava um comício relâmpago..."

Esta disputa também está presente na fala de Francisco Monteiro, ao recordar que a "AP" tinha um método muito eficaz para garantir o predomínio das suas palavras de ordem:

"A gente fazia mosquitinhos, que são papéis que ficam com determinados refrões, determinadas palavras de ordem, que a gente tinha e punha duas pessoas uma no começo e outra no fim. Os outros militantes da organização distribuíam os mosquitinhos no corpo da passeata, ficavam distribuindo em toda a passeata e ficavam os dois puxadores de palavra de ordem, um no começo outro no fim, eu era um deles. Então, a gente ficava como lançadeira rodando a passeata para frente para trás e todo mundo gritava as nossas palavras de ordem porque nós éramos os mais organizados. Os outros não conseguiam gritar porque eram abafados pelas coisas que a gente dizia, pelas pessoas que a gente tinha espalhadas que puxavam, as pessoas tinham na mão os mosquitinhos e tinha dois puxadores de palavra de ordem. E depois a gente também fazia comício relâmpago, trepado no poste, se posicionava quando parava em um canto nas manifestações."

Estas falas apontam para o modo como as tendências políticas relacionavam-se entre si e como eram partes integrantes do movimento em meio à célebre tensão vanguarda-base estudantil. As passeatas eram lugares,

⁵¹ Gazeta de Notícias, 28/06/1968:4

como nas greves, assembléias etc, em que o lugar das lideranças deveria ser garantido, dentro da engrenagem do poder eram essenciais. Brigava-se pelo microfone, por onde se devia ir, por quais palavras deviam ser ditas, e, claro, brigava-se com a polícia, na garantia da presença dos estudantes nas ruas. Afinal de contas, não era em outro lugar que o movimento podia se exprimir que não fosse nas ruas da cidade. Este era o principal objetivo das forças políticas: construir um movimento capaz de servir como trampolim político para outros setores e assim conseguir-se a tão sonhada revolução. Nenhum deles achava que conseguira promover a derrubada da ditadura com os estudantes.⁵²

As manifestações de rua vão sempre ser mecanismos de reivindicação e projeto, possuindo uma dinâmica paradoxal, por isso mesmo difícil de captar. São fins políticos duplamente: como resultados, existem em si mesmas, tanto no período como nas memórias; mas vivenciam projetos maiores – com as organizações tentando absorver para si a força da manifestação, criando sentidos diversos ali em pleno meio da rua. Racham o movimento ao mesmo tempo que o concebem.

Estariam “errados” os militantes? Apenas usariam o movimento como forma de angariar forças contra a repressão? Ou seria possível falar em uma complexa intersecção de posições, com os militantes em várias interações, se observando, trabalhando seus limites, sendo militantes de um movimento que eles mesmos sabiam não poder ir muito longe sozinho, mas que era seu ponto de partida, a chave para novos caminhos? Não é assim que podemos entender a afirmação de Bráulio de que as três tendências, PC do B, AP e trotskistas, têm sua gênese dentro do movimento? As organizações migraram/nasceram onde tinham maiores possibilidades de atuar; o movimento, por sua vez, se desenrolou com a presença delas, suas lutas sendo reelaboradas pelos grupos políticos.

Percurso em constante combate, a presença da precaução contra a polícia, as brigas em torno das palavras de ordem em busca do protagonista

⁵² Marcelo Ridenti tem uma posição curiosa a respeito sobre a AP. É sabido sua disposição nacional da tendência de provocar atos públicos de denúncia do regime visando ondas de rebelião e solidariedade políticas. O autor fala da possibilidade de pensarmos na Ação Popular como a única tendência que pensou em um movimento estudantil enquanto agente

ausente, o "povo brasileiro" – temas que nos ajudam a pensar a atuação política de estudantes que se pretendiam verdadeiros revolucionários. Temas que faziam parte de um movimento social envolto em um sistemática ação de repressão política/militar e com claros limites "estruturais" ("reivindicando direitos"⁵³).

Neste sentido, continuarei localizando os eventos estudantis, atentar para a sua fabricação. De outro lado, é preciso mapear melhor o espaço de cada militância dentro da passeata, conteúdo e forma. As falas dos entrevistados, em especial, mas também o contato com as notícias sobre o movimento, apontaram, penso, para três lugares na vivência estudantil: o lugar da disputa, o lugar do enfrentamento e o lugar da representatividade. Neles as principais forças de oposição ao regime naquele instante na cidade, conseguiram se organizar. Outrossim, esses lugares foram momentos de construção do movimento estudantil universitário no período, essenciais para se interpretar as relações entre as organizações políticas, movimento estudantil e ditadura militar na cidade de Fortaleza.

revolucionário. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. p133.

⁵³ *id.* *Ibidem*, p133.

Capítulo IV

O Lugar da Disputa

I

Francisco Monteiro desta maneira respondeu a minha indagação sobre as disputas entre os grupos políticos nas manifestações:

"Cada organização política tinha determinado tipo de palavras de ordem e você disputava, você disputava o microfone do comício na praça, disputava o microfone em uma manifestação. Você disputava porque você estava indo na passeata, aí parava na Praça porque tinha que pedir licença e dizer qual era o trajeto da passeata, aí se dizia que quem fazia isso estava conciliando com a ditadura. Então nós tínhamos que romper, mudávamos o itinerário."

Sua fala continua a descrever uma situação onde a dinâmica do movimento estudantil parece cortada pelas disputas entre os grupos políticos – o que nos leva a pensar qual o sentido dessas disputas, por que tanta divisão. Também coloca que a "AP" participava das acaloradas discussões sobre as formas de condução do movimento.

Jacob Gorender, ao se debruçar sobre a divisão entre as esquerdas, no período logo a seguir ao golpe de 1964, levanta algumas variáveis explicativas ("a questão da luta armada", "antecedentes partidários e doutrinários", "influências teóricas de origem nacional e internacional", "pressões de países socialistas", "limitações regionais" etc). Analisa o ponto, mais precisamente, da seguinte forma:

"O número de siglas não tem relevância quando o apoio de massas funciona como seletor. Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de rachas, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas".⁵⁴

⁵⁴ GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Ática, 1998. p87.

Da fala concluímos que, sem movimento de massas, é inútil a ação das vanguardas, que caem na “*dinâmica da clandestinidade*”. O isolamento não é visto como algo a ser superado, chega a ser muitas vezes pensado como uma condição, embora provisória, da ação política.⁵⁵ Isso nos faz pensar na divisão dentro do movimento estudantil e, creio, se transformou em uma das grandes explicações acerca da divisão das esquerdas e dos porquês da sua ação vanguardista.

Podemos entender o peso desse isolamento dialogando com a análise de Daniel Aarão acerca da ação das organizações comunistas. Trata-se de olhar sua ação não como algo equivocado, passado hoje mais de três décadas, e sim perceber suas práticas políticas como o centro das ações, seus fundamentos. Assim, se pode observar que limites eram de fato vivenciados e não simplesmente reduzir as organizações a meros grupos irresponsáveis vistos com os olhos de quem não encara a reflexão central de historicizar suas utopias e ritos políticos.

Quando perguntei a Francisco Monteiro sobre a relação entre as organizações políticas, ele me respondeu que “*a relação se dava como se dá qualquer relação de partidos: composições e conflitos dependendo do momento, da situação política*”. Havia muita amizade entre os militantes e realmente o ponto dos conflitos era, “*como hoje*”, no sentido de que “*você pode ter vários partidos juntos dentro de uma determinada circunstância e em outras circunstâncias eles estarem disputando o mesmo espaço*”. Porém, havia uma diferença fundamental para com a política atual, a presença da ditadura:

“Isso era um jogo da política que permite isso, porque o que as pessoas têm dentro de um determinado momento que era contra a ditadura militar. Contra a ditadura lutava todo mundo, a forma de conduzir o movimento é que divergia somente...”

E como era isso, divergir acerca “*da forma de conduzir o movimento*”? Francisco Monteiro, o “Chico Passeata”, explica que:

“Você estava em uma discussão, alguém propunha: “Não, vamos fazer uma manifestação dentro da universidade”, aí vinha outro: “Que na universidade rapaz, aqui todo mundo já sabe. Nós temos que ir

⁵⁵ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. p 243-256.

para a população, ir para o meio da rua, fazer um comício, fazer uma concentração na José de Alencar, começa com a concentração e faz uma passeata."

A discordância de como conduzir o movimento nos leva a ver que 2 proposições se intercalam, ao mesmo tempo em que se distanciam: de um lado "contra a ditadura lutava todo mundo", do outro "divergia a forma de conduzir o movimento".

Qual espaço sintetiza essa mistura de experiências?

As manifestações. Nelas se apresenta a proposta de como se realizar as manifestações, de como se organizar a luta política contra a ditadura, de como se orientar o movimento estudantil.

As divergências levantadas nos levam a pensar em projetos em disputa, em como se pretendia fazer a luta contra a ditadura andar, ao mesmo tempo considerando as especificidades do movimento estudantil. Remetem a qual o papel dessas disputas dentro da organização do movimento e como interagiam com a própria estruturação do movimento.

As organizações políticas batiam-se tendo em vista uma "visibilidade do poder", sendo que "qualquer novo movimento de idéias que quisesse trazer sua mensagem para o seio do movimento estudantil" necessariamente devia almejar a participação dentro da "engrenagem da luta pelo poder nos diretórios e grêmios". Tal inserção levava a uma característica da política, feita dentro do movimento estudantil, em vez da eclosão de "miríades de grupelhos autônomos", as organizações "organizavam-se no interior do movimento" ocasionando que "essas tendências se aliavam ou se enfrentavam a todos os níveis, desde o Diretório até a UNE, dando lugar a uma espécie de mobilização partidária permanente no meio estudantil".⁵⁶

As palavras de Francisco Monteiro, assim como de outros entrevistados, devem ser entendidas dentro dessa dinâmica de disputas do movimento, que não pode ser vista como uma debilidade, mas sim ser entendida dentro do seu contexto, como fruto da organização política até então conseguida, com suas falhas e problemas.

⁵⁶ J.A. Guilhon Albuquerque. "Movimento estudantil e classe média no Brasil" in: J. A. Albuquerque (coord). *Classes Médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p 123-124.

Pode-se pensar tanto na clássica discussão do “aparelhamento” das entidades, como não podemos esquecer também, que como vimos anteriormente na disputa travada entre os grupos, a busca da “visibilidade do poder” passou pela conquista dessa representatividade dentro do movimento. Os militantes têm que conquistar postos, e têm que se fazer merecedores, obedecendo a mecanismos do movimento, com suas entidades e outros mecanismos políticos de participação. Claro que aqui estamos em um complicado campo de tensões – onde se misturavam diferentes enfoques de participação.

É salutar a discussão proposta por João Martins Filho: “no interior do próprio movimento definem-se dois níveis de análise sem dúvida inter-relacionados, mas que mantêm entre si um significativo grau de autonomia”. Tais níveis, para ele, apontam para um debate que, dentro do sindicalismo se coloca nos termos “classe e partido”: de um lado, temos a “especificidade das práticas e das orientações ideológicas que se configuram no nível da direção do movimento, ou para usar a terminologia cunhada pelos próprios líderes estudantis, no plano da “vanguarda”; de outro, não se deve esquecer que:

“as práticas e as orientações do conjunto da categoria – da “massa” estudantil, para conservar os termos do movimento – nem sempre se expressam diretamente e sem intermediações nas bandeiras levantadas por sua direção política.”

Esta reflexão leva ao arremate final do autor:

“É preciso investigar, em cada caso, quais as reivindicações passíveis de suscitar apoio de massa, como se expressa esse apoio, quais as propostas e as táticas originárias da “vanguarda” que encontram respaldo na “massa”.⁵⁷

Assim, ao se recordarem de sua própria atuação os militantes contam como encararam essas atitudes. Seus pontos de vista ressaltam os marcos de sua própria experiência política, reproduzindo a idéia vanguarda-massa. Em muitas ocasiões, a discussão vai acontecer nos termos de quem conseguiu melhor trabalhar a relação. Não se questiona a forma política como se

⁵⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987. p 30-31.

apresenta. Ou seja, recorre-se a um modelo de explicação em que velhos mecanismos são reatualizados.

Martins Filho, ao levantar a discussão, coloca que uma das suas maiores motivações é “considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido da superação de seus limites de classe.”⁵⁸ Já minha proposição em relação ao tema não procura estabelecer como se avança na superação desses limites, mas sim pretende perceber como seus militantes encaram essa relação, vendo como se dá a reconstrução dessa relação base-vanguarda e como viam sua atuação política naquele momento. Destaco os termos da relação, “vanguardas” e “classe”, pois podemos entender as trajetórias feitas, os becos sem saídas que se pensava serem soluções, os limites de uma forma de fazer política que se mostrou errada não por si mesma. Uma experiência cujo sentido da derrota só pode ser pensado dentro das relações de poder da qual participou e que hoje é explicada de maneiras distintas, ainda situando-se dentro de marcos de poder.

Nas memórias pode-se perceber reavaliações desse processo, como se observa essa delicada teia de relações políticas travadas no momento. Através delas, as vivências políticas, no debate passado-presente, ganham novos contornos, significados continuam pulsando sobre essa inserção. A “estratégia de tensão máxima” e a “dinâmica excludente”, enquanto pressupostos fundadores acabaram por deixar grandes marcas a serem refletidas. Deve-se perceber a experiência política desses militantes não como modelos equivocados ou irremediavelmente não-realizáveis. Mesmo se o fossem – o que importa é a adesão que despertaram, a força, a vivência que os militantes tiveram desses projetos.

È o que vemos com Paulo Emilio:

“E aí a gente começou a perceber o quanto o movimento estudantil era despreparado teoricamente, o quanto o movimento estudantil era feito por jovens que sonhavam, se encontravam se abrindo pro mundo. De repente os primeiros livros de nível universitário começavam ser abertos por esses jovens e eles já queriam mudar o mundo, eles queriam explodir o mundo, eles já queriam explodir o velho regime e construir um novo. Dentro de uma perspectiva voluntarista, as vezes dentro de uma perspectiva oportunista, como sempre acontecia. Muitas vezes, a quantidade de reuniões era tão

⁵⁸ Id. Ibidem. p 31.

grande que nem, muitas vezes, dava tempo de ir em casa comer, trocar roupa, tomar um banho, repousar. Até mesmo as aulas eram desprezadas, era um passeatismo permanente, sempre."

Neste sentido, podemos pensar que as manifestações contra o regime apresentam novamente dois níveis que se relacionam e as concebem: de um lado, a dinâmica da luta contra a ditadura; de outro, as maneiras políticas, os distintos recortes das organizações, sua participação dentro dos eventos. A dinâmica de disputas entre os grupos promove um novo recorte dentro do espaço público, apresentando diferenças políticas, demonstrando caminhos diferenciados. A vivência dentro do movimento aparece marcada pelo signo da disputa, pela necessidade de se entregar sem ressalvas.

Paulo Emílio recorda o momento enquanto um estado de tensão e na época da sua militância dentro da organização trotskista fazia algumas ressalvas. Todavia, ele percebia as contradições, mas nem por isso deixava sua organização. Concluiu, pois, que abraçar um projeto político não significa incorporá-lo por completo, mas, antes, em meio a limites e possibilidades. Considero que lembrar essa experiência é se ver diante de um momento de entrega, abraçando projetos e em meio a ritos políticos de fortes significados (porque assim foram vividos) a serem, agora, trinta anos depois, reavaliados.

Um documento do DCE de 1968, logo após a eleição ganha pelo grupo vinculado ao PC do B, apontando a avaliação do resultado, demonstra bem a dinâmica na qual estavam inseridos os grupos partidários:

"O movimento estudantil no Ceará avançou sensivelmente no Ceará com a realização das últimas eleições para a sucessão para os Das e DCE. Ao pleito deste último, pela primeira vez, com perspectivas políticas diferentes – embora todas voltadas para o combate a ditadura e ao imperialismo – e divergentes sobre o encaminhamento a ser dado às lutas do movimento estudantil.

Não se procurou, assim, como geralmente acontece, forjar uma unidade com fins meramente eleitorais, que poderia redundar em graves prejuízos futuros.

A esmagadora maioria dos votos obtidos pela chapa Universidade e Povo, por nós encabeçada (2.300 votos sobre o 2º colocado) patenteou a justeza da linha política adotada pela gestão passada e comprovou o repúdio total dos colegas às concepções aventureiras difundidas por alguns no seio do movimento estudantil".⁵⁹

⁵⁹ O texto é um editorial assinado pela diretoria eleita do DCE da UFC em 68. BISU (Boletim Informativo Semanal Universitário) Informativo do DCE Fortaleza, ano II, n 16, sem data.

A movimentação da vida política estudantil passava, assim, pela disputa em relação aos “encaminhamentos” a serem dados para “as lutas políticas do movimento estudantil”, demonstrando que movimento, lutas, organizações não podem ser vistas em uma unidade, mas em relação, em uma influência mútua. A retórica apresentada demonstra os campos dessa relações, as “concepções aventureiras” se referem à falta de enraizamento, a idéia de que não se pode fazer movimento sem consequência.

O informativo do DCE demonstra bem a consciência da “necessidade” da disputa com uma condição naquele momento. Longe de ser vista como uma deformação, é compreendida enquanto componente da vida política estudantil. O editorial mostra-se ciente, e com isso, acaba por apresentar, claramente, a lógica de ação das vanguardas políticas atuantes no movimento: há as lutas conjuntas, mas também divergências no encaminhamento das bandeiras.

Bráulio Ramalho cita os acontecimentos envolvendo a reconstrução da UEE como sendo a busca isolada da AP em conseguir “reorganizar o ME de cima para baixo, desligadas da massa”. Enquanto isso, militantes do PC do B buscavam um maior amadurecimento em relação a novas formas de aproximação com as bases. Resultado: vão presos os militantes da AP que queriam restaurar a UEE, ficam “queimados”, na gíria da época, e acabam por perder espaço, enquanto o PC do B consegue, a partir dessa situação acontecida com a Ação Popular, a hegemonia.⁶⁰

Devemos considerar que o elemento da repressão fez parte da redefinição das forças políticas, sendo que a Ação Popular fez uma opção em relação às outras tendências, que em outros estados se mostrou bem-sucedida. Porém, o esforço foi vítima em especial da intervenção provocado pelo AI 2, que nos leva a pensar que a repressão não foi feita apenas de uma vez, mas foi um processo contínuo de redescobrimto de forças, de criação de novos mecanismos, de depuração, de construção de hegemonias políticas. Assim, o movimento estudantil foi alvo, desde o princípio, das forças

⁶⁰ Bráulio Ramalho coloca que esse processo de deflagração de eleições para UEE teve oposição interna de militantes da AP que tinham dúvidas da “oportunidade ou não da eleição da UEE, face a falta de propaganda e preparação do eleitorado” sendo porém voto vencido. RAMALHO, Bráulio. *As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses*. Dissertação de Mestrado, UFC, 1992. p 134.

autoritárias, tendo sempre que lidar com essa presença, existindo possibilidades diferenciadas de reação.

Não se conseguiu a reorganização da UEE, e, de acordo com a lei Suplicy, o DCE acaba por se tornar a principal entidade universitária da cidade. Vejamos que há claramente no trabalho de Braúlio depoimentos que mostram a margem de manobra dos militantes: a "AP" opta pelo trabalho de reconstrução da UEE, o grupo ligado ao PC do B, muitos oriundo do PCB, visam a um trabalho mais lento no qual o DCE se estabelece como principal entidade do momento. Mesmo com a intervenção no movimento, através da Lei Suplicy e do AI 2, vemos que as organizações têm suas opções e trabalham diferentemente estratégias em relação ao que deve ser feito. Vemos isso com clareza, no depoimento de René Barreira usado por Braúlio:

"Nós tivemos muitas dificuldades nesse trabalho de reestruturação da UEE. De um lado porque algumas tendências do ME universitário da época não reconheciam a importância da reestruturação da UEE, preferiam trabalhar no âmbito do DCE e dos DAS. Então nós tínhamos resistência interna no ME universitário, e a repressão do governo"⁶¹

Com a Lei Suplicy, as entidades estudantis ficam restritas ao nível de cada curso (DA), de cada universidade (DCE) e uma entidade para cada estado, capital ou território que possua mais de uma unidade de ensino superior (o DEE). Com o boicote ao DEE, feito pelos estudantes, o que leva a sua extinção no Estado, o DCE acaba se constituindo na entidade mais representativa dos universitários locais, reunindo as entidades da Universidade Federal, das unidades estaduais e aquelas que, porventura, fossem se federalizando também.

Dentro de uma situação de força, o DCE acaba se transformando nessa principal entidade e será através dele, bem como das outras entidades de curso, que o movimento teve sua estrutura de organização, assim como em grande parte através deles aconteceu a disputa pela visibilidade. Ou seja, se, em outros estados, a luta pela entidade estadual se configurou em um elemento da reconstrução do movimento, aqui ela acabou por se esvaziar de conteúdo, dentro de um processo em que atuou a repressão, mas também as

⁶¹ Id. Ibidem. p131.

escolhas dos militantes. O tema, nas memórias trabalhadas por Bráulio, foi pensado a partir da hegemonia do PC do B, dentro do movimento, explicada em parte pela prisão dos principais membros da AP por ocasião da preparação das eleições para a UEE.⁶²

Em 1966, primeiro ano de eleição para o DCE após o golpe, Homero Castelo Branco, apontado como moderado, simpatizante do PCB, ganha a eleição. O grupo vencedor tem a participação do PC do B, que assim conseguiu uma boa inserção, enquanto os outros partidos se distanciam. Segundo Bráulio Ramalho, concluindo através das falas de militantes do PC do B, o partido soube fazer proveito da situação, as outras tendências não.⁶³

Mesmo assim, em 1967, temos uma frente única das tendências para o DCE, com João de Paula, do PC do B, como presidente, mas com vice-presidentes de outras tendências. Como o documento do DCE fala, a eleição de 1968 foi a primeira a acontecer “com perspectivas políticas diferentes”. Nesse momento não se procurou “como geralmente acontece, forjar uma unidade com fins meramente eleitorais, que poderia redundar em graves prejuízos futuros.”

O que houve para se romper o processo de unidade anteriormente citado? As tendências menores agora já tinham condições de disputa com o PC do B que, por sua vez, também não queria mais alianças “aventureiras”? No trabalho de Bráulio, a referência a essa frente de organizações é feita situando a hegemonia do PC do B com a predominância de cargos.

Ruth Cavalcante participou dessa chapa em 1967:

“Então, essa frente foi uma experiência riquíssima nossa porque pela primeira vez não foi um único partido com a hegemonia no DCE, foi uma frente mesmo. Então se por um lado havia um processo muito mais lento de discussão, de chegada de posição, era um processo muito rico porque todas as correntes chamavam seus militantes e simpatizantes. Então as reuniões do Conselho do DCE eram verdadeiras assembleias onde todos os grupos de partidos estava ali representados. A movimentação do DCE tinha uma correspondência muito positiva e de participação muita intensa das lideranças todas. O conselho, que era composto por cada representante dos diretórios,

⁶² Os trotskistas dentro do movimento estudantil secundarista compram a briga que a AP fez em relação a UEE, montam o congresso do CESC – Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará. A entidade secundarista vinga e os trotskistas tomam-se a maior força política do momento ali, com influência em colégios de todo o Estado.

⁶³ RAMALHO, Bráulio. Op. Cit. p 146.

não ia só o presidente do Diretório, ia toda aquela frente de que seu presidente fazia parte. Então foi uma experiência muito rica."

Podemos imaginar que, sendo indireta a eleição para o DCE, (segundo a Lei Suplicy devia ser feita por um conselho formado pelos diretores eleitos em cada curso) provavelmente chegou-se a um consenso de divisão de cargos dentro da diretoria: cada grupo político "possuindo" diretórios acadêmicos, isto se refletiu na composição da diretoria, tendo como presidente um quadro de quem dirigia mais entidades, no caso João de Paula, ligado ao PC do B.

Acerca dessas eleições, 1967 e 1968, Pedro Albuquerque fala que em 1967 "a nossa chapa era uma chapa chamada *Unidade e Luta*, ela uniu nesse momento o PC do B, a AP, os trotskistas, o Partidão. Todas as forças ficaram unidas e elegemos uma chapa, essa chapa da qual eu participei." Logo a seguir, em 1968, "nós elegemos *Genoíno*, aí já foi uma disputa, quer dizer, a disputa já se deu logo a seguir. Nossos adversários eram os adversários do PC do B, eram a AP e os trotskistas", sendo que, como apresenta o notificado do DCE, o PC do B acabou por vencer "as duas chapas com uma quantidade de votos muito superior." A "disputa logo a seguir", também explica-se pelo fato do Conselho do DCE ter elaborado uma forma de burlar o voto indireto em 1968: no ato da votação para o diretório de seu curso o estudante indicava qual chapa queria para a diretoria do DCE. Conforme acordado, o novo conselho, formado pelos presidentes de cada curso, apenas homologaria a prévia feita pelos estudantes.

O que se apresenta em um caso ou noutro é a disputa como elemento central dentro da estruturação estudantil, desde o momento da reorganização das entidades, passando para a fase de organizar as lutas estudantis. As organizações se inserem dentro da lógica peculiar do movimento, não havendo muito sentido em se reafirmar a idéia do exército e outras autoridades a respeito da presença das organizações no movimento muitas vezes classificada com "elementos estranhos à classe", "grupo de subversivos etc."⁶⁴ Não corremos este risco e de antemão desqualificarmos a ação política da tendência A ou B? Não incorporamos a lógica de que estes não representam

⁶⁴ Nos jornais logo após o golpe será uma constante esse tipo de definição das tendências, tanto por jornalistas como por autoridades civis e militares.

os sentimentos da classe”, são “infiltrados”, um “punhado de subversivos” – deixando, em **contrapartida**, de pensar a intrincada relação das organizações políticas com o movimento?

Neste sentido, podemos pensar o “lugar” de cada organização dentro do movimento como no caso da “aliança operária-estudantil-camponesa”. Uma proposta trotskista, a partir da Faculdade de Direito, que acabou por ocupar a direção da entidade em 2 anos seguidos. O maior orgulho dos trotskistas na época. Na fala de Paulo Emílio, por exemplo – apesar de toda acidez quando se refere ao movimento na época, a satisfação está bem presente ao falar desse momento: “*organizou-se a Aliança Operária Estudantil camponesa que se tornou célebre no movimento estudantil aqui no Ceará*”, tanto que houve uma grande comemoração pela vitória na entidade do direito.

Inocência Uchôa nos informa que, em 1968, depois de uma eleição também “frentista” com as forças de esquerda se unindo, no mesmo ano da eleição de chapa unificada das esquerdas para o DCE, 1967, o grupo trotskista rompe com as outras forças e acaba por promover uma chapa sua, tendo como princípio a busca pelo trabalho de massas a partir do movimento estudantil. Algo também caro para o PC do B, que na sua chapa para o DCE propôs claramente sua bandeira: “Universidade e Povo”. No ano anterior tinha sido empurrado goela abaixo dos trotskistas o boicote de Inocência para a presidência da frente na Faculdade de Direito.

Desta forma, a disputa entre os grupos que aparece nas manifestações de rua, faz parte da visão das organizações, acerca do movimento, que é campo de embates em busca de visibilidade de posições. Nelas, vemos a disposição de defender princípios e demonstrar encaminhamentos da luta política dos estudantes, assim como apresentar pontos das relações entre o movimento e as tendências.

O PC do B defende a frente ampla, com grandes alianças, os trotskistas defendendo o trabalho com as massas, rejeitando a aliança com a burguesia e a AP a ida às ruas sem um claro referencial político-teórico. Contudo, nenhuma dessas posições impediu de cada grupo ter um relativo espaço dentro do movimento, ainda mais se considerarmos as condições de criação e existência de cada um. O PC do B “possuía” mais entidades, porém significativos Centros Acadêmicos eram da AP e a Faculdade do Direito, prestigiada na cidade e

redução de quadros valiosos do PC do B, era fortemente defendido pelos trotskistas. Da mesma forma, cabe lembrar que na eleição de 1967 do DCE tivemos o mesmo número de diretores do DCE entre a AP e PC do B. 1968 parece ter sido o ano do grande conflito entre as organizações políticas, depois de uma tumultuada e necessária convivência em 1967. Em 1968 partem cada uma para se colocarem como os grandes estados revolucionários, se colocarem nas ruas e espaços.

Deve-se discutir que, limitados ou não, seus movimentos são parte de sua historicidade, enquanto forças políticas que foram em um contexto específico. O papel dos grupos, portanto, como das disputas entre eles, remete ao entendimento do que chamavam de democracia, do que pretendiam como fundamento da sua prática política. Só assim podemos entender as divisões e o significados que os grupos pretendiam ter dentro do movimento e como, de fato, acabam por atuar nos suas dúvidas e convicções.

Observemos a participação que se tinha dentro dos momentos políticos como as passeatas, assembléias, reuniões. Nelas, tínhamos a “mobilização permanente” que construía o movimento. A auto-percepção de vanguarda entre as tendências, vai fazer com que o debate democrático não se coloque como principal, o que não significa dizer que eles eram autoritários. Significa apenas aceitar a maneira política que possuíam, seus limites e possibilidades, dentro de uma situação de autoritarismo.

Ser de um partido naquele instante significou defender posições claras. Como no caso de Helena Serra Azul e Francisco Monteiro, a “Helena Concentração” e o “Chico Passeata”. Chico nos fala que, por defenderem a posição da AP, nos conselhos, acabaram marcados por esses apelidos, que denotam o humor corrosivo em relação ao posicionamento deles esperado:

“Então era um negócio interessante porque além da gente querer ir para rua, essa era uma característica da Ação Popular a gente queria ir para rua, não queria ficar em lugar fechado, aí a própria história do Chico Passeata porque eu puxava mesmo eu queria logo vamos para a passeata...”

Helena concorda “que a gente era doido por passeata”, e que isso era “uma das diferenças de AP”. Ao lembrar das grandes manifestações de 1968

afirma que “esteve em todas”. Por isso o “apelido do Chico ser Chico Passeata”. Define que “o pessoal brincava, dizia assim: “Helena, tu chama para a concentração, aí o Chico sai em passeata. [risos]” Daí começou a “brincadeira por causa disso”, depois, “pegou”, sabe aqueles apelidos?” Assim, “quando o Chico chegava no Conselho de representantes ou em qualquer local, aí o pessoal gritava: “Lá vem a passeata.”

Neste trecho, entendemos o porquê de Francisco Monteiro ter falado que era com ele “quem mais o pessoal pegava no pé”, por ser um militante mais experiente que Helena: o concentração de sua namorada veio mais como uma “gozação” – namorados, andando juntos e, claro, “loucos por passeatas”, nada mais natural que “Chico Passeata” e “Helena Concentração” andassem juntos.

A discussão dos apelidos não foi apenas uma “gozação”. Foi um recurso oriundo de uma motivação política presente na época entre os militantes. Se estamos diante do pessoal, vemos que toda a fala de Helena e Francisco referem-se à esfera pública de discussão do movimento, “conselho de representantes”, “ruas”, “universidade” ou mesmo “qualquer local”. A marca da militância da Ação Popular faz parte da subjetividade de como se conta as próprias histórias, mostra que a experiência política de se estar em uma organização tem claros limites e posturas.⁶⁵

Desta forma, a marca política expressava significados do que era pertencer a uma organização. De como temos uma impermeabilização que dá coesão, mas também impede novos debates. Mário Albuquerque fala da dinâmica das reuniões em que na “verdade era para cada um já ir com posições fechadas na verdade”, isto “principalmente na última fase do movimento estudantil.” Ou seja, quando do maior cerceamento, com o maior temor da repressão e infiltração, dentro de um processo de “autofagia” motivada “um pouco por conta da ditadura e também acho que do próprio

⁶⁵ Até hoje Francisco Monteiro é conhecido como o Chico Passeata, sendo que Helena Serra Azul, sua companheira até os dias atuais, diz que em um momento, quando perseguidos pela repressão, o apelido acabou por evitar o reconhecimento de Francisco Monteiro. Atrás do “Chico Passeata”, a polícia não o identifica pelo nome. Através da solidariedade dos outros presos, não se descobre de quem se trata o subversivo. Helena registrou esse episódio – mais uma vez afirmando o caráter dialógico da entrevista, como há interesses na fala do entrevistado, que leva uma “agenda” sua para a entrevista, onde o pessoal e o social se combinam na história oral. Em que presente e passado se influenciam em busca de

estímulo também, de forças infiltradas” - um “aspecto que ainda a gente só conhece a ponta do iceberg que é esse Cabo Anselmo”.

Deve-se atentar para os fundamentos do fazer político verificando quais pontos estavam presentes de fato na construção do movimento, com seus limites, mas sempre observando as experiências políticas, não idealizações a posteriori.

Oswald Barroso fala que:

“Quando a gente ia para uma reunião, para uma assembléia, já estava todo mundo sabendo o que ia dizer, e dividido lá, como que ia intervir, como é que não, que posição ia defender e ali o cara tinha que defender mesmo. Também como é que seriam as manifestações quem é que ia fazer o que nessas manifestações era a célula de base que decidia.”

A luta política dos estudantes estava perpassada pelos ritos políticos concebidos pelas tendências, que funcionaram como mecanismos de atuação política. A presença de vários dilemas sobre essas experiências nos aponta para a percepção de novas tramas. Daí a importância de vermos quais ritos eram realizados pelos militantes e como agiram no desenvolvimento das manifestações, no encaminhamento das lutas políticas. Enfim, no jogo de tensões que construiu o movimento, compreender as memórias de quem fez parte dessa “mobilização partidária permanente”. De quem tinha que “defender mesmo” a posição de sua organização.

Penso nas palavras de Helena Serra Azul quando se recorda das divergências em relação à “linha de integração” aplicada pela AP. A crítica ao processo era feita na época. Porém, não se aceitava que o militante recuasse. Como acerca do papel do militante na manifestação, a organização tinha um fundamento claro para qualquer discordância. Sobre o assunto Helena nos conta:

“Só que, imagina, a gente era muito jovem dentro de um processo daqueles, mesmo quem levantava esse questionamento interno em AP era considerado como um desvio ideológico, era muito interessante sabe? [riso] Quer dizer, você não levava em conta que era uma posição divergente não, era uma coisa bem simplista, partia

legitimidade, como a própria Helena fala, ao deixar claro que “até hoje adora passeata” pois acredita que “tem muita coisa que se resolve mesmo na rua”.

do ponto que aquilo era um desvio ideológico, que a pessoa estava fraquejando ideologicamente, você não levava em conta os argumentos."

No caso, se percebe a atuação dos pressupostos dinamizadores da organização, não se trata de "falhas cometidas". O "desvio" aparece como mecanismo de coesão da AP, de garantia da unidade da organização e dos seus objetivos. Mesmo sem ser uma organização comunista propriamente dita, e por isso não entrando na análise feita por Aarão, não se deixa de se visualizar como princípios norteadores da organização acabam por apontar por determinado sentido de ação em vez de outro.

No caso da AP talvez até de maneira dramática, uma vez que o grupo passa por toda a década de 60 por um processo de indefinição, o que nas entrevistas lhe valeu várias "referências" de militantes de outras tendências, com várias cisões na discussão das matizes que vão se apresentando dentro da organização, cada vez mais concebendo ritos de coesão em meio aos acirrados debates que vão lhe modificando.

II

Vimos, portanto, que as memórias de nossos entrevistados atrelam suas disputas, lutas políticas, reivindicações, às maneiras de se comportar nas manifestações públicas. Em um complexo jogo de linguagem, fatos e representações se resignificam, exigindo interpretação dos sentidos que são reivindicados dentro das memórias.

Isso se mostra nas composições de nossos entrevistados e também no trabalho de Braúlio Ramalho. No seu texto, outras lembranças encontram espaço para se afirmarem, assim como o próprio autor "edita" suas próprias conclusões com os fatos "reconhecidos e organizados de acordo com as representações". O conteúdo e as formas de reivindicar surgem ligadas à legitimidade de suas organizações, de como conseguiram ou não sucesso.

O autor define que trotskistas e militantes da AP "queimavam etapas", distanciavam-se dos estudantes, querendo iniciar de uma vez uma luta revolucionária. Proclamavam-se como organizações "verdadeiramente" revolucionárias. O PC do B, por sua vez, teve, desde seu nascedouro, a

preocupação de evitar esquemas vanguardistas, querendo construir uma maior aproximação com os estudantes. Esta posição foi fruto da experiência de alguns quadros do partido, oriundos do PCB, e que acharam oportuno rediscutir velhas táticas.

Através de entrevistas com militantes do período, Braúlio informa que dissidentes do Partidão começaram a discutir os temas: “a questão da luta ideológica; o papel do ME e do estudante; as relações entre massa e vanguarda”: essas reflexões saem com uma “visão mais crítica da atuação no ME das organizações de esquerda no período anterior a 64”. O teor dessa crítica é justamente a percepção de que os dirigentes desses grupos não eram reconhecidos pelo conjunto dos estudantes como seus líderes, havendo assim um fosso de representatividade. Com um programa demasiadamente voltada para a “política nacional”, esqueciam-se de “*bandeiras que dissessem respeito mais de perto ao estudante*”⁶⁶.

Assim, depois da reflexão crítica sobre a atuação das organizações no pré-golpe, a partir da necessidade de evitar o isolacionismo, legitimada pela linha política do seu partido, os militantes do PC do B partem para seu trabalho político depois do golpe:

“Convictos da justeza de realizar um trabalho junto as massas estudantis, de conviver, aprender, lutar com e por elas; da diretriz tática de combinar o trabalho legal com o ilegal e da necessidade de ligar as lutas específicas às gerais os novos militantes do PC do B no Ceará voltam-se para um trabalho nas salas de aula, nos diretórios e centros acadêmicos e no DCE.”⁶⁷

Um dos pontos principais da hegemonia do PC do B foi esse contato com a base estudantil. Relacionada a essa postura, como vimos, o documento do Comitê Central que dizia ser necessário:

⁶⁶ Um artigo desempenhou papel importante nessas reflexões segundo os entrevistados de Braúlio: Luta Ideológica – Objetivo Central do Movimento Estudantil, publicado na Revista Brasileira. Segundo Braúlio, os militantes imbuídos das idéias de Chasin, partiram para a construção do movimento: o nascimento da tendência dentro do movimento se dá de forma diferenciada, com a crítica as posturas anteriores e com a disposição de se evitar esquemas isolacionistas em prol da luta de massas. Por outro lado, o autor ainda pontua que é “interessante observar que essa diretriz, “voltar-se para um trabalho com as massas, evitando-se as ações “heróicas e de vanguarda”, terá também respalda-se na orientação do PC do B aos seus militantes. O documento foi publicado em 1966 e chama-se “União dos Brasileiros para livrar o País da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. RAMALHO, Braúlio. Op Cit., p142.

⁶⁷ Id. Ibidem, p 145.

“Levantar as reivindicações mais sentidas e imediatas dos estudantes, relacioná-las com os problemas gerais, procurando ao mesmo tempo elevar o nível das lutas e de consciência política das massas estudantis”.

O PC do B, portanto, não via “as questões específicas como se fossem apolíticas” e, por outro lado, achava “errôneo insistir na denúncia vazia da ditadura militar”, sendo que a “posição correta seria fazer a ligação das lutas específicas às gerais”. Uma postura que, “além de aumentar a autoconfiança das massas, possibilitou a obtenção de numerosas conquistas”, como das residências universitárias conquistadas por essa época, segundo um dos entrevistados de Bráulio, Pedro Albuquerque. Esse comportamento evidenciado em outros pontos como veremos atribui ao PC do B a hegemonia do movimento, já que AP e trotskistas “menosprezavam as lutas pelas questões específicas. Consideravam-se a vanguarda.” Horácio Frota, militante da AP entrevistado por Bráulio, afirma que, “à época, era expressão corrente entre os integrantes de AP que “luta por bebedouro não era tarefa de revolucionário”.⁶⁸

Porém, como vimos em outro momento, tanto Inocêncio Uchôa como Helena Serra Azul recordam-se de que suas organizações, trotskistas e Ação Popular respectivamente, também tinham na articulação das questões específicas e gerais um de seus princípios. Oswald Barroso, em um relato semelhante ao de Helena, situa o quanto era difícil diferenciar o específico do político: “*Na verdade, na Ciências Sociais a gente discutia inclusive o assunto das matérias em sala de aula, a discussão, a luta política começava em sala de aula*”. Segundo ele, seus professores “*comiam fogo*” com a sua turma.

Bráulio Ramalho, na sua dissertação, traz à tona o acirrado debate acerca do papel do movimento estudantil, bem como das diferentes tensões perante as ações ditatoriais. Ao lembrarem desse ponto creio que são essas percepções que se colocam. Dentro do seu trabalho, ressignifica memórias dos ex-militantes, trazendo também as antigas disputas entre eles. No caso da hegemonia do PC do B frente ao DCE e outras entidades nos anos de 1967-1968, não podemos esquecer o papel fundamental da derrocada da AP na

⁶⁸ Id. *Ibidem*, p 163.

reestruturação da UEE, o que Bráulio chama de um dos fatores da hegemonia. Porém, tal reestruturação ela mesma como apresentou René Barreira, enfrentou oposição interna das outras tendências. Na luta contra a lei Suplicy, se decide pelo boicote e resgate da entidade extinta, mas a força da repressão acaba por fim com a tentativa de reorganização da entidade estadual.

As falas dentro do trabalho de Bráulio Ramalho acabaram por colocar a disputa a partir do ponto de vista de quem dirigiu mais entidades e/ou teve mais coerência política, sem almejar, muitas vezes, o entendimento dos pressupostos que levavam os militantes a esses embates e suas implicações.

Neste sentido, um ponto me parece fundamental: o que se desejava do movimento estudantil em meio à ditadura? É através desse papel que o militante se reconhece, se orgulha, se amargura, enfim, constrói seu "passado" com o qual pode conviver. Todos os militantes reafirmam seu posicionamento acerca de sua participação. É preciso mergulhar no debate entre os militantes, recuperar a tensão das relações, o objetivo dos projetos políticos. As memórias não as omitem, pelo contrário as reafirmam, daí a sua força: querem ainda vencer!

Inocência Uchôa apresenta sua visão acerca do papel dos trotskistas com sua valorização dentro da organização do movimento. Na sua fala, articula a militância e a posterior perseguição sofrida. Indagando acerca do seu tempo de prisão, "*mas porque eu peguei um ano de prisão?*", aponta a efetiva atuação dos trotskistas:

"Nós fizemos o cão. Todas as manifestações aqui nós impulsionávamos efetivamente, porque a gente era a esquerda do movimento, muitas vezes o PC não queria porque achava que a massa não estava preparada, aquela história de que a massa não está preparada, o PC do B às vezes também entrava nessa, e a gente empurrava o processo para frente, e eu peguei um ano de prisão."

Assim, o que aparece dentro da visão de Bráulio como uma "falha", que levou ao isolamento dos trotskistas no movimento, aqui é lembrado (lembrar é intervir) como um ponto positivo da ação dos trotskistas. Temos a disputa pelo reconhecimento como um norte da análise dos depoimentos. Para além de se querer contar como foi sua participação, como foi a história do movimento, está

em jogo aqui uma busca para se compor um passado que possa ser reconhecido socialmente.

Pedro Albuquerque, ao falar da divisão entre os grupos nas manifestações, se recorda que das principais divergências era “a oportunidade”, se deveria haver ou não manifestação, ou ainda se devia ser informado seu roteiro, ou por fim acerca das “palavras de ordem:

“Nós gritávamos nas ruas “o povo armado...” oh, desculpe, “O Povo Organizado Derruba a Ditadura”, os trotskistas e a AP gritavam: “O Povo Armado Derruba a Ditadura”, mas só quem fez a luta armada foi o PC do B.”

Depois do ato falho sobre o motivo da divisão, as clássicas palavras de ordem, **a ressalva mortal**: “*mas só quem fez a luta armada foi o PC do B*”. Parece bem caracterizado como dentro da memória temos a presença da questão do reconhecimento. No caso específico, vão muitas vezes, aparecer reproduzindo antigas disputa dentro do movimento estudantil, antigos pressupostos legitimadores das tendências políticas. O mais importante foi afirmar a única experiência de guerrilha deflagrada por uma organização de esquerda, a Guerrilha do Araguaia. A fala de Pedro afirma o critério de que AP e trotskistas eram a favor da luta armada. Ambos, contudo, eram radicalmente contra a luta armada. A disputa em torno das palavras refletia muito mais a disposição de cada um quanto ao sentido da revolução brasileira, frentista/nacionalista em um primeiro momento, opção do PC do B; ou socialista já de imediato, abraçada pelos trotskistas. Já a AP buscava seu caminho político em meio a grandes embates internos.

Longe de uma artimanha maquiavélica, esse processo de busca pelo reconhecimento faz parte do próprio mecanismo de compor reminiscências. Logo, ao falar de sua militância, de uma forma ou de outra temos que levar em conta a função dessa reminiscência de explicar o passado, de ser algo com o qual se tenha uma relação equilibrada e de aceitação. Nem todos têm a mesma visão de Inocêncio Uchôa, nem mesmo dentro da sua tendência vamos perceber uma homogeneidade do tipo “*realmente os trotskistas foram importantes*”. Pelo contrário, outros dois trotskistas entrevistados, Mário Albuquerque e Paulo Emílio, demonstram um comportamento diferenciado.

Mário Albuquerque, de um lado, refere-se a esse processo como em

“O PC do B tinha uma visão mais lúcida. Hoje eu digo claramente, o PC do B tinha uma visão mais lúcida na época. Acho que os trotskistas serviram muitas vezes para provocar a reação da repressão, dar motivo para isso porque na medida em que você radicaliza sem corresponder a uma base social, você afasta essa base social. Era um radicalismo mais dos grupos, não da base social. Nesse sentido, os trotskistas foram muito sectários nesse aspecto, tem muito a ver com a juventude, as inexperiências e tal.”

Bem distinto, pois, da fala de Inocêncio, que em outro momento, reafirmou sua opinião acerca do papel dos trotskistas. Nesta fala, vemos também como se pode pensar em estratégias das memórias no tocante às disputas travadas em torno do reconhecimento:

“Porque o pessoal do PCB sempre achava que as massas não estavam preparadas, o pessoal do PC do B entrava muito nisso daí. E a gente trotskista procurava impulsionar o processo o máximo possível e eu acho que a gente teve um papel muito importante nesse processo. Se você entrevistar pessoas isentas mesmo eles vão dizer, aliás o ideal é que você entrevistasse o Arlindo, o Arlindo Soares, eu não sei se você já entrevistou.”

Já Paulo Emílio, como vimos, é uma verdadeira “metralhadora giratória”, tendo um comportamento ácido em relação ao movimento estudantil, “onde o camarismo, o voluntarismo e o oportunismo estavam sempre presentes”. Crítica a sua própria organização, mas também as outras – para ele marcadas por vícios políticos e imaturidade – sem, entretanto, deixar de ressaltar que “o PC do B sempre foi um partido mais organizado, mais estruturado.”

Helena Serra Azul, militante da “AP”, acrescentando novos elementos da disputas travadas, nos fala que às vezes “você tinha divergências de por onde a passeata devia ir, um queria ir por uma rua, outro queria ir por outra, até a própria disputa, que é uma coisa que faz parte do processo democrático.” Helena afirma que, dentro do movimento, a “AP” conseguia manter sua posição graças a sua inserção em algumas faculdades, dirigidas por militantes da organização: se na “hora h, que você ia pôr para o conselho de entidades, a gente não tinha numericamente, mas se você ia para a rua a gente tinha”. Em determinados momentos, a organização simplesmente usava seu peso:

“Eu lembro que a gente chegava e dizia assim: “Se você não quiserem fazer passeata, nós vamos fazer sozinhos”, a gente dizia assim: “A medicina faz a passeata sozinha”, aí o pessoal da Agronomia, “A Agronomia vai junto”, a Filosofia. E muitas vezes o próprio Conselho de Centro concordava, porque senão a gente fazia mesmo a passeata.”

A AP, então, se apresenta como importante força política do período dentro do movimento universitário, a segunda força coloca Bráulio. A fala de Helena, ao reivindicar para a AP um significado político não apresentado na estrutura do trabalho de Bráulio, traz o papel da disputa de uma maneira mais sofisticada, assim como demonstra mais uma vez a percepção de um embate entre as memórias dos militantes. Incorporamos, interpretando essas memórias em disputa, a diferença como parte constituinte do movimento estudantil. Cada organização procurava ter sua inserção dentro do movimento – o que acabou por fazê-lo entre elas. Não se trata de perceber quem fez mais, e sim captar a lógica das tendências na sua busca pela visibilidade, pela garantia de suas ideias – o que todas fizeram.

Todas tinham seus ritos de coesão e iniciação. Temos o “recrutamento” como falou Oswald sobre sua a turma:

“E lá na nossa turma tinha todas as tendências tinha dentro. Tinha eu que puxava para a Ação Popular, tinha a Danísia que puxava o pessoal do PC do B, a Maria Francisca puxava o pessoal dos trotskistas, só não tinha o pessoal do partidão, mas o resto tinha.”

Assim, como também vemos nas falas de Ruth Cavalcante e Chico Monteiro acerca da Passeata dos Bichos, os veteranos “davam os toques para os calouros”, sendo um grande momento de iniciação “política-ética” dos universitários. Não esqueço ainda a fala de Cláudio Pereira.⁶⁹ Quando conta as tensas relações com partidos políticos no difícil tema do aparelhamento da cultura. Ele nos conta que as atividades culturais não eram bem vistas pelos trotskistas e trabalhavam em conjunto com o PC do B, mas estes olhavam para

⁶⁹ Cláudio Roberto Pereira de Abreu: fundador do GRUTA – grupo que funcionava como braço cultural do DCE.. Montou várias peças de teatro e outras atividades culturais no período, realizando caravanas para o interior do Estado e mesmo para outros países. Entrevista realizada 21/08/2000.

eles, ligados a atividades culturais, da “*esquerda festiva*”, com o “*rabo do oitão*”.⁷⁰

Assim, longe da idéia de que a hegemonia do PC do B explica por si mesma a dinâmica do movimento, vemos que cada memória busca trazer à tona recortes da participação de cada um em busca do que lhe parece ser a restituição de seu valor. O que nos permite pensar como a dinâmica do movimento era marcada pela disputa entre os grupos e como hoje as recordações aparecem também marcadas por essas disputas, agora centradas no reconhecimento almejado.

A própria idéia da hegemonia do PC do B como norte da reflexão não acaba por ser uma ressignificação das antigas disputas? As falas coletadas por Braúlio, incluindo a sua própria, acabaram por levá-lo a uma adequação das memórias dentro do seu trabalho. Isto se dá porque as falas não são neutras e buscam compor passados, visam algum tipo de reconhecimento. Braúlio também foi militante dos anos 60 ligado ao PC do B: até que ponto sua própria composição influenciou a estruturação do seu trabalho?

Retornando a discussão de Daniel Aarão, podemos afirmar que as memórias sobre a ditadura estão profundamente marcadas por posicionamentos políticos em busca de se firmarem. Neste sentido, ao lembrarmos a luta contra a ditadura não podemos esquecer que o movimento estudantil, bem como a sociedade brasileira, estava entrecortado por projetos em disputa e, hoje, ao lembramos deles muitas vezes se esvaziam seus conteúdos, seja por ressentimento, avaliação, ou simplesmente arrependimento – todos cortados por posições políticas passadas e presentes.

Os militantes, passados cerca de 30 anos, no jogo das composições feitas, têm às vezes do que se orgulhar, “nós resistimos”, ou de se arrepender, “não podia dar certo, estávamos isolados”. Importa, para além do valor que os entrevistados buscam expressar quando compõem seus passados, e, através

⁷⁰ Sobre a “*esquerda festiva*”, Heloísa Buarque aponta para a ambigüidade da expressão, que somente depois pode ser vislumbrada na sua complexidade. Ela condensa a necessidade de uma revisão no engajamento político da arte marcado pelo viés populista antes do golpe militar, encarnado vivamente no CPC da UNE. A atividade cultural conscientizadora depois do golpe, vai também ser visualizada com uma certa desconfiança, daí uma “*esquerda festiva*”. A expressão mais radical de questionamento e deboche foi o tropicalismo. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p 33-37.

da "confrontação crítica com a alteridade dos narradores", entender suas representações sobre o período.

Dentro da análise das composições feitas, pois, concluo por três dimensões de sua visualização. Primeiramente, a disputa entre as memórias pelo reconhecimento de cada tendência dentro do movimento, com de um lado, o trabalho de Bráulio Ramalho como um lugar onde essas disputas das memórias encontraram um eco com a "vitória" (novamente?) do PC do B; do outro, a fala de Inocêncio Uchôa reivindicando a importância dos trotskistas dentro do processo, assim como de Helena Serra Azul fazendo o mesmo em relação a AP. Segundo, a percepção de que não há homogeneidades nesse processos de composições, há relação entre eles, mas não uma absoluta uniformidade. Por exemplo, Paulo Emílio, trotskista, não deixa de se queixar das tendências como um todo, para ele o movimento em si era permeado por vícios políticos e pela imaturidade; por outro lado, Mário Albuquerque, também militante trotskista, reconhece que realmente o PC do B foi mais "lúcido", atentando ainda para a "imaturidade" de todos. Por fim, que as histórias de militância de cada um devem ser vistas situadas dentro de como os relatos se apresentaram, destacando alguns mecanismos e recursos, dos quais as disputas fazem parte.

A questão do reconhecimento foi o fio condutor na percepção do significado da dinâmica da disputa. Os dois últimos pontos serão abordados a seguir. Primeiro, perceber qual o papel do conflito e da representatividade na construção do movimento em suas manifestações e sentidos políticos no período. Posteriormente, discutirei que tipo de "importância" os entrevistados dão à própria militância na constituição de seus "passados" em linhas gerais.

Capítulo V

O Lugar do Enfrentamento

I

O Jornal Gazeta de Notícias do dia 25 de Junho de 1968 trouxe estampado na sua Primeira Página a seguinte manchete:

“POLÍCIA REALIZOU AUTÊNTICO MASSACRE: PASSA MAL ALUNO ATINGIDO COM DOIS TIROS”

Nas fotos, pessoas correndo do cerco policial. As chamadas apresentam o acontecimento, destacando que quem “não correu foi espancado”. O estudante de agronomia Antônio Juvenal Nogueira foi internado em “estado grave” depois de levar dois tiros, “um no fígado e outro no diafragma”. A praça José de Alencar, na tarde/noite do dia anterior, uma segunda-feira, fora transformada em um “verdadeiro quartel-general da violência” em que foram utilizados “cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e tiros de revólver” para dissolver um comício estudantil.

A manifestação realizava-se em torno da estátua de José de Alencar, no centro da Praça, quando foram cercadas todas as saídas e os policiais foram dispersar o comício. Durante cerca de duas horas, “as violências se prolongaram pondo em pânico a população que transitava pelo centro”. Hora do rush, 18 horas, a manifestação ocorria justamente no principal terminal de ônibus, totalmente lotado. A polícia bateu “indiscriminadamente em todos” – “quem não correu foi espancado” – não importou se era estudante, jornalista ou um transeunte esperando seu ônibus.⁷¹

Mesmo aqueles que correram, no entanto, sofreram a violência policial. O estudante citado, Antônio Juvenal, foi alvejado cerca de seis quarteirões distante do centro, atingido por dois tiros na entrada de uma residência universitária para onde fugia. Outros estudantes também ficaram severamente feridos. Assuero Castro Pinto foi baleado na coxa “por um policial louco que disparou contra mim”, conforme diria alguns dias depois; outros foram severamente espancados, como Bergson Gurjão.

⁷¹ Gazeta de Notícias, 25/06/68:1.

A violência policial se estendeu à depredação da Escola de Odontologia, localizada na praça José de Alencar e para onde vários estudantes fugiram da repressão, talvez já imaginando-se seguros. O que, porém, se verificou foi a tentativa de invadir o local e disparos policiais aliados a bombas de gás lacrimogêneo atiradas para dentro da escola. O próprio Assuero foi atingido no portão da Escola de Odontologia.

A manifestação estudantil era um protesto contra a bárbara repressão policial verificada na semana anterior no Rio de Janeiro. Aquilo que se chamou a "semana sangrenta", com estudantes e populares do centro do Rio, durante os dias de quarta-feira a sexta-feira, sendo alvos da violência policial. Proibida a manifestação na cidade, algo válido para todo o país, os estudantes decidiram levar a cabo em plena Praça José de Alencar. Em represália, os policiais transformaram o centro da cidade em um praça de guerra, o que, como vamos ver, só viria a ocorrer com a mesma dimensão na manifestação contra a prisão dos estudantes que foram ao Congresso de Ibiúna. Espancaram, perseguiram, atiraram.⁷²

Para o movimento estudantil universitário na cidade, aquilo significou um divisor de águas na medida em que foi a primeira grande repressão verificada. As idéias de uma ditadura dirigindo o país se confirmavam na medida em que uma manifestação pública era desta maneira tratada. Nos últimos meses do regime, foi uma constante em todo o país a repressão policial às manifestações estudantis. Em Fortaleza o movimento sentia na pele, através desse batismo de fogo, uma tendência que já se afirmara em outros lugares e que estava sempre denunciada – como mostra inclusive o intuito da manifestação do dia 25 o protesto contra a repressão na Guanabara.

Pela cobertura imediata, percebemos a criação de uma primeira consequência do enfrentamento: a criação de condições para o discurso estudantil se agudizar e se enraizar socialmente. Nas notas estudantis publicadas após o "massacre", é clara a dimensão de uma interpretação da ação policial em sintonia com a denúncia do regime. O movimento estudantil, onde já havia amadurecido a idéia da ditadura, agora via como água cristalina

⁷² Sobre a Semana Sangrenta, podemos dizer que se confirmou como um dos grandes marcos da resistência estudantil diante da ditadura militar e, em certa medida, da contestação em relação ao regime por setores mais abrangentes. VENTURA, Zuenir. 1968, *O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p 133-142.

a face do regime e podia expressar sua aguda lucidez. Não é por outro motivo o sucesso da realização da “Passeata dos Vinte mil” na cidade, três dias depois do “massacre”. Como no Rio, verificamos a criação de solidariedade, o esvaziamento da repressão, a possibilidade de algum tipo de expressão – ainda que criada e vivida em uma grande tensão. A “Passeata dos Vinte Mil” só viria a ser liberada pelo governo estadual duas horas antes do horário marcado, seguindo orientação federal. Até o dia da manifestação não havia ainda qualquer garantia. O Secretário de Segurança Pública, no dia mesmo da sua realização, afirmava que “reprimirá qualquer manifestação pública dos estudantes, mesmo que seja necessário recorrer a violência e custe o que custar”.⁷³

Com certeza, contribuiu para isso a repercussão do “massacre” durante a semana. Inúmeras opiniões ganharam as páginas dos jornais, que a sua maneira tentam captar o clima e participam com suas matérias e editoriais da disputa que iria permear a cidade. Nos manifestos dos Sindicato dos jornalistas (protestando contra o espancamento do repórter Sabino Henrique) e bancários. Na nota dos professores da Agronomia (em solidariedade ao estudante do curso “mortalmente ferido” exigindo que sejam “exemplarmente” punidos os “responsáveis pelos excessos verificados”). Na cobertura da reunião do reitor da Universidade Federal com o governador para “estudar” uma “solução para a crise estudantil” etc.⁷⁴ Em um editorial intitulado “A rotina da violência”, GN se pergunta por que o Ceará está também “pagando seu tributo de sangue”, afirmando que “o povo começa a se convencer que os estudantes não estão na rua com o único e irrefletido propósito de fazer baderna, mas protestando e pleiteando soluções para um estado de coisas que atinge, indistintamente, a todos.”⁷⁵

O enfrentamento com a polícia, pois, condensou diferentes usos políticos de criação do movimento, bem como de possibilidades de expressões na cidade. Como um rito político, vai reforçar opiniões de quem já tinha a compreensão da luta contra a ditadura, assim como estudantes vão se reafirmar diante de tamanha barbaridade. Uma tendência para os militantes,

⁷³ O POVO 26/06/68:6

⁷⁴ O POVO 26/06/68:6

⁷⁵ Gazeta de Notícias 25/06/68:3

não se deve esquecer, que vale também para os estudantes do movimento. O movimento estudantil, e num certo sentido até mesmo outros setores, puderam se manifestar nos dias seguintes, gerando a grande manifestação utópica.

Isso ficou mais claro quando das falas dos entrevistados. Nelas são definidos os mecanismos de coesão, construção de legitimidades, a passagem em busca da representatividade, o espaço para se continuar verificando as divisões dentro do movimento – como elementos que ajudam a definir sua trajetória. Passar por esses conflitos, depois relatá-los foi, para quase todos, um momento difícil. Estão presentes marcos claros da truculência policial em uma experiência inteiramente singular e que significa um momento de passagem, deixando significados políticos do autoritarismo.

Os jornais apresentam o calor do acontecimento, registram relatos do acontecido, em que, para além da descrição do próprio ocorrido, o evento ganha força e significado pela ênfase que marca a cobertura do “massacre”. Nas memórias, o que vemos é a marca da experiência enquanto um rito político. Como momento em que posições mais uma vez se confirmaram, o próprio enfrentamento ocupa um lugar chave na criação de novos significados – ainda que os próprios estudantes se preparem para uma coisa que não soubessem bem o que ia ser. Algo muito claro na memória dos militantes.

Inocência Uchôa nos fala da importância do acontecimento: *“uma passeata de muito sucesso apesar dos pesares. Apesar de ter toda essa repressão foi uma passeata de muito afirmação do movimento”*. Para ele, pelo mérito de que *“ela teve coragem de enfrentar a polícia”* num processo em que *“fomos só nós mesmo, a polícia estava toda armada, armada mesmo de bala, de metralhadora, de fuzil, e nós fomos para o confronto físico com os caras”*. Recorda enfaticamente de um momento do conflito em que um colega seu *“deu um bufete no soldado que o cara caiu, você sabe levantar vô assim, “pá”? Caiu estatelado lá na frente chorando.”*

A decisão de realizar o ato a todo custo foi tomada tendo em vista a necessidade de dar uma resposta, sem se saber o que poderia acontecer. É o que vemos na fala de Pedro Albuquerque, ao dizer que foram três tentativas para se *“tomar a praça”*, uma vez que a polícia proibira a manifestação e resolvera cercá-la. Pedro fala que *“saímos para enfrentar mesmo, e levávamos bomba molotov dentro dos carrinhos de picolé, pegamos um bocado de carro*

de picolé, compramos o picolé e tal, botamos bombas molotov". Não teve jeito, então, e "aí foi o enfrentamento com a polícia e novamente nós nos refugiamos dentro da Odontologia, aí quando houve troca: a polícia jogava gás lacrimogêneo e nós jogávamos bombas molotov".

O enfrentamento ocupa um lugar quando o movimento é perseguido por ser uma voz distante, o que acontece em parte por conta das organizações que o permeiam. As múltiplas interações não são tão dissecadas dentro dos jornais, vai ser nas memórias que o ponto vai ser melhor colocado e vai se expressar com clareza. O enfrentamento dentro das memórias vai ocupar vários lugares, às vezes ao mesmo tempo, às vezes em oposição. Foram, como no caso de outras manifestações, lugares de identidade e de construção de referenciais da luta, da reafirmação de valores, da criação de mecanismos de coesão e vislumbamento políticos.

Foram também momentos em que as divisões vão aparecer na reafirmação de ritos de disputa entre os grupos políticos. Inocêncio Uchôa nos conta que:

"Esse tipo de manifestação por certo ela não era assim tão homogênea quanto parecia, para acontecê-la havia todo um trabalho de preparação, reunião de DCE e tal onde se discutia o que fazer. Isso tudo tinha divergências muito grandes, muita gente era contra até a manifestação, Até porque achava que a polícia ia massacrar e tinha medo, enfim tinha uma série de divergências nisso aí, até que acontecia a passeata".

Como no caso da Passeata dos Vinte Mil, mais vez vemos que, se o jornal percebe a unidade, nas memórias temos a diferença enquanto integrante da experiência política, como parte do processo de construção do movimento. Dos militantes de organizações entrevistados, **todos** estavam presentes ao "massacre" da José de Alencar. Transformei-o em ponto de discussão dos meus roteiros, seja porque eles espontaneamente colocaram o evento como uma marco de sua experiências políticas, seja porque levantaram pontos divergentes e/ou complementares. O que verifiquei foi a localização diferenciada do evento nas recordações; nos comos e porquês das suas composições. O enfrentamento é pensado como parte, mas também como ponto de recriação das composições, de reafirmação de pontos já falados e

também da percepção de novos processos dentro do movimento. É o que vemos, por exemplo, quando alguns entrevistados se referiram logo ao massacre sem que nem mesmo eu tivesse tocado no assunto. Junto com a manifestação feita como protesto pela prisão dos estudantes que foram ao Congresso de Ibiúna, o cerco ao CEU, o “massacre” foi citado.⁷⁶

Inocência Uchôa recorda-se que “as balas batiam na parede, você ouvia as balas na parede...” Helena Serra Azul também lembra das balas, narrando sua experiência dentro do “massacre”. Depois do avanço da polícia, a fuga em desespero para a Escola de Odontologia:

“Nós entramos lá, aí foi um horror porque eles jogaram bomba de gás lacrimogêneo para desalojar, atiravam, ficou marcas de tiro do lado de fora, e teve um atentado a um grupo de estudantes que vinham andando na rua. Eu lembro bem que foi um atentado contra o Arlindo, que hoje é um professor da Sociologia de Pernambuco, eu lembro bem dessa história. Eu lembro bem que eu caí, aí os caras empurraram a gente, a gente saiu ralado, que foi justamente depois dessa manifestação...”

Antônio Ximenes⁷⁷, participante do movimento e colega de Antônio Juvenal no curso de Agronomia, esclarece que realmente o colega não era o alvo do atentado, fora vítima por estar ao seu lado o militante que queriam acertar. Ele contou que o fato marcou Juvenal para o resto da vida, interferindo inclusive na sua escolha de não mais morar no Ceará. Depois do atentado, Juvenal “ficou sempre vigiado, a casa e tudo”. Terminado o curso, o medo da repressão continuaria e o faria viver na Bahia após a aprovação em um concurso: “*ele ficou totalmente traumatizado, com medo mesmo – todo mundo tinha medo, de 68 em diante o medo dominou mesmo.*”

Ao falar das manifestações marcadas pelo confronto com a polícia, Bráulio apresenta a marca de quem viveu esses tempos, de quem não esquece a repressão. Expressa a lembrança do conflito:

“E eu me lembro, e eu digo, ainda hoje eu sou neurótico de guerra porque foi um negócio violento, era uma agressão muito grande, ainda hoje por exemplo quando eu escuto cano de descarga de

⁷⁶ Uma manifestação de conflito que militantes relataram com muita ênfase foi o cerco ao CEU em 1967, quando o corpo de bombeiros ficou jogando jato de água contra os estudantes.

⁷⁷ Antônio Pereira Ximenes – Estudante do Curso de Agronomia de 1966 a 1970. Entrevista realizada dia 30/04/2001.

carro, aquela pancada "POW", aquele negócio, eu tomo susto. [derruba o gravador] Como essa pancada agora [risos], mas essa ainda é pequena [risos] Mas eu me assusto ainda, eu acho que é neurose de guerra, os nossos pracinhas tinha isso aí, quer dizer quando voltavam, não podiam ouvir estampido de fogos e tal porque se assustavam, e ainda hoje eu me assusto. Agora já menos, mas eu me lembro que eu tive... Foi um período muito violento, muito estressante... Aconteceram muitas mortes que a gente veio saber depois, pessoas que desapareceram até hoje..."

Se hoje temos essa reação, que dizer dos momentos imediatamente seguintes aos conflitos? Através dessas falas, recuperamos parte da tensão envolvida e também, principalmente, como os entrevistados trabalharam essa tensão; experiências intensas, marcadas pelo medo. Visualizamos também o peso político da ação estudantil, as formas de resistência diante destes confrontos. A percepção dos usos do evento, da vivência do protesto estudantil, aparece, por exemplo, na fala de Helena Serra Azul ao dizer que no dia seguinte ao massacre da José de Alencar *"a gente pegou o estudante que tinha sido mais ferido e levamos de sala em sala e levantamos a faculdade todinha, isso deve ter acontecido nas outras também..."*

Outras estratégias do movimento se delinearam. A agitação tomou conta da cidade nos dias seguintes, estudantes realizando

"comícios relâmpagos em vários pontos da cidade, informando a população sobre os últimos acontecimentos e responsabilizando as autoridades pelas violências de segunda-feira e a integridade física dos colegas atingidos".⁷⁸

Assim, em um esforço conjunto das organizações, o movimento respondeu em peso a violência da polícia, conseguindo aglutinar simpatias sem, contudo, abdicar da disposição de luta. Os estudantes entram em estado de tensão máxima, com militantes conseguindo transformar o movimento em ponta de lança na busca de novos mecanismos de luta. O Clube dos Estudantes Universitários permaneceu em vigília nesses dias de tensão, preparando a resistência caso a polícia resolvesse invadir o Clube.⁷⁹ Além do protesto contra o regime, a liberação dos presos durante os conflitos com a

⁷⁸ Gazeta de Notícias 25/06/68:4

⁷⁹ O POVO 26/06/68: 6

polícia é uma exigência da assembléia estudantil: três comerciários e cinco estudantes.

Portanto, para além de grupos, tínhamos um campo de protesto e vivência desse mesmo protesto por parte dos estudantes. As experiências não se limitam a ser deste ou daquele partido, mas também são parte de sua dinâmica, não se devendo confundir a entidade ou a organização política como por si mesmas o movimento, há uma rede de relações entre estudantes, grupos políticos, militantes, sociedade. Um passo para se compreender esse emaranhado é observar o sentido das experiências estudantis dentro desse processo de tensões.

Antônio Ximenes recorda que logo após o massacre da José de Alencar:

“O Juvenal foi para o hospital, ficou uma vigília lá – porque eles queriam tirar ele preso, aí ficou a gente lá embaixo 24 horas pra não deixar a polícia entrar, segurando enquanto havia as negociações envolvendo reitor governador tudo. Lá nós pedimos, nesse dia eu participei tive coragem e pedi a expulsão dos americanos. A gente fazia assembléia, enquanto ele estava com risco de vida nós fizemos uma assembléia no diretório, onde os professores participaram também. Nós ficávamos em assembléia 24 horas, revezando, todo dia abria e eu ficava, um trazia notícias e tal.”

A ação dos partidos não deve ser confundida com a ação do movimento, em especial no sentido de ver que estamos falando da vivência de militantes, mas também de diversos estudantes que compõem o movimento sem ligação com grupos (como o caso de Antônio Ximenes), e ainda que, mesmo fazendo parte de grupos, o que marca definitivamente sua participação, militantes não deixam de ser estudantes nem de obedecer às regras do movimento. Assim, se não há oposição, não há também determinismos; entender o papel das tendências é entender como eram vistos os mecanismos de representatividade, as relações entre base e vanguarda, tentando até mesmo perceber que tipo de limites aconteceram. Ressalto que continuar achando que as vanguardas são elementos estranhos ao movimento é incorporar de certa forma a lógica da violência simbólica perpetrada pelos algozes do movimento, que, como vamos ver, continuarão a entender o movimento como corrompido por elementos estranhos à classe.

Em um manifesto distribuído pelo DCE e o CESC, aprofundamos o entendimento destas relações. As bandeiras estudantis conseguem alcançar legitimidade, denunciando a ação violenta, o caráter ditatorial enrustido a serviço do imperialismo, gastando mais com “milhões com armamentos para serem usados contra nós” enquanto “o povo ganha salário de fome”, “há crise de professores e verbas” no ensino brasileiro, por fim enfatiza o sentido da luta estudantil nas ruas:

“Estas e outras denúncias nos levaram às ruas. Nós, estudantes e povo, fomos lado a lado estabeados e caçados a bala. Companheiros nossos foram alvejados como criminosos pela DOPS e outros estão presos. Mas eles, descaradamente, negam tudo isto. Apesar do testemunho de milhares de pessoas que se encontravam na Praça José de Alencar. Apesar de saberem que temos uma das balas extraídas do corpo do nosso colega.”⁸⁰

O Diretório Acadêmico da Escola de Administração se refere ao ocorrido como o “retrato fiel deste regime que caminha para o fim” achando ter o “direito de matar impunemente”. Falam do atentado à figura de Juvenal, feito a “sangue frio” contra um grupo de estudantes. Finaliza: “Depois de cumprir a patriótica missão de eliminar os “inimigos da pátria” os assassinos fugiram”. Assim, se temos a clara influência das análises de orientação partidária, como a visão da ditadura caminhando “para o fim”, ao mesmo tempo é possível perceber a construção de legitimidades políticas para a ação do movimento através da denúncia da ditadura e de sua ideologia de segurança nacional.

Faz parte dessa construção a batalha simbólica em torno do evento. Autoridades e polícia procuram, através de um recurso da “violência simbólica”⁸¹ muito utilizado separar o “joio do trigo”, em cima da construção do movimento através da representatividade. Para o jornalista Dário Macêdo, Chefe da Casa Civil, tudo já estava bem definido horas após o incidente, sendo que:

⁸⁰ Gazeta de Notícias 25/06/68: 4

⁸¹ Essa caracterização pode ser vista enquanto dimensão da “violência simbólica” imposta a ação política do estudantes, pois o que está em jogo é “o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrárias – embora ignorados como tais – da realidade social.” BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p 12.

“as autoridades policiais estão devidamente científicadas de que agentes da subversão, infiltrados nos meios estudantis, realizaram disparos de revólveres contra os agentes da DOPS e contra soldados da PM.”⁸²

Dentro da “crise estudantil”, que se instalara na cidade, o delegado, Edílson Moreira da Rocha, Secretário da Polícia, fala que “o terrorismo foi implantado em Fortaleza e que tudo obedece a um plano”. Cita como exemplo atentados conta a figura do subcomandante, cujo carro fora atingido por “um balaço”; o incêndio de uma “Kombi da polícia” e de uma caminhonete da prefeitura de Acopiara, “confundida com um veículo da polícia”. Sobre os acontecimentos da praça José de Alencar, o delegado diz ter certeza que se tratam de acontecimentos relacionados ao terrorismo implantado tendo “provas insofismáveis de que o tiroteio na Praça José de Alencar foi iniciado pelos estudantes”. Acerca do atentado à vida do estudante Juvenal, também garante que não partiu da corporação da polícia, pela diferença do calibre utilizado e o veículo não ser da corporação. Porém, não sabendo quem procedeu ao crime, acredita que os tiros possam ter “partido dos próprios terroristas com o fim de criar clima próprio as suas agitações”.⁸³

A classificação feita dos eventos é elemento da construção das legitimações de ação, tanto dos estudantes como dos policiais. Se Helena Serra Azul nos falou da ida a cada sala com o estudante mais ferido, no jornal, depois da batalha simbólica em torno do ônus da manifestação reprimida, o delegado é enfático ao se referir aos terroristas, que “estão armados” e, assim, “para segurança da população temos que usar de todos os meios para manter a ordem”⁸⁴

Acredito que as próprias organizações estão inseridas em planos maiores, apesar de ajudarem a defini-los. No documento do DCE sobre o “*massacre*”, vemos sua atitude na construção da legitimidade. Nele apresenta o porquê da manifestação: “contra o terrorismo policial verificado no país e que culminou com o assassinato de vários estudantes e populares na Guanabara” e cita os estudantes feridos na cidade pela “sanha policialesca”.

⁸² GN 25/06/68:4

⁸³ GN 25/06/68:4

⁸⁴ O POVO 26/06/68:6

Diz ainda que o DCE resolve “decretar greve geral e luto no meio estudantil, por tais acontecimentos.” Para tanto, “conclama a classe estudantil no sentido de que todos os estudantes permaneçam em suas faculdades e promovam sua ocupação”.⁸⁵ Por fim, a nota não deixa de alertar que “responsabilizará o Secretário de Polícia e o Comandante da Guarnição Policial por tudo que acontecer com os estudantes e ao povo de Fortaleza.” Para além das organizações, é o movimento dos estudantes, através de todas as suas dimensões e instrumentos, onde entram os grupos e as entidades, que atua na situação de crise. Uma representatividade constantemente bombardeada pelas autoridades através do discurso da “infiltração” de grupos dentro da “verdadeira” classe estudantil.

Podemos aqui retomar a análise que Bráulio Ramalho coloca em sua dissertação. Para ele, na medida em que o PC do B foi se afastando das bases, foi se ligando aos grupos isolacionistas, fazendo ações quase “foquistas”, um processo verificado no segundo semestre de 1968. O PC do B, contudo, também se encontra inserido dentro de um processo que o engloba e indica ações de enfrentamento – diga-se de passagem, já no primeiro semestre. É claro que poderíamos ainda lembrar que, na explicação de Bráulio, amparada por entrevistas, o PC do B reconhecia os momentos em que se poderia desobedecer à proibição policial quando sentisse o apoio das massas. O que o diferenciava da AP e trotskistas era a noção tática.⁸⁶

Porém, nesse caso, vemos justamente a criação de ritos nos quais todos os grupos estão inseridos e que o PC do B não é senhor da situação, se encontra em um momento de decisão política, em que a posição de enfrentamento ocupa um lugar em todas as organizações e aparece como um limite estabelecido para o próprio movimento e para a sociedade como um todo.

As organizações tiveram soluções diferenciadas para o impasse do teor do confronto, sendo distintas as maneiras de lidar com a representatividade e a com o sufocamento autoritário. Foram, contudo, parte do movimento e acabam por se afirmarem como tal. Não é assim que vemos a agitação estudantil que

⁸⁵ Gazeta de Notícias 26/06/68/6.

⁸⁶ RAMALHO, Bráulio. *As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses*. Dissertação de Mestrado, UFC, 1992. p 165.

se espalha pela cidade na semana do “massacre da Praça José de Alencar”, assim como os “comícios relâmpagos”, os “grupos volantes” fazendo “pichamento em ônibus”, distribuindo manifestos das entidades estudantis?

Pedro Albuquerque, apesar de ainda lembrar da vitória do PC do B ao promover a “Passeata dos Vinte Mil”, não deixa de afirmar que no momento de sua preparação *“todos nós nos demos as mãos, AP, trotskistas, o PC do B, todo mundo, todos, e foi uma grande passeata.”* Mais uma vez, observamos como as tendências têm que se ver com mecanismos do movimento e, ao seu modo, entendem a necessidade de encarar isso como um princípio político de sobrevivência, em especial em uma situação de repressão. A disputa foi uma condição, não uma anomalia.

Para Braúlio Ramalho, o conflito aconteceu na medida em que a repressão radicaliza e o movimento também. Creio que a repressão redefiniu o movimento e deu visibilidade à disputa entre os grupos. Mas também, antes de uma postura comum de radicalismo que acaba por engolir o PC do B igualando-o aos outros grupos, penso que isso foi uma condição histórica colocada para o movimento estudantil em que, para além das tendências políticas, colocam-se situações específicas de enfrentamento que ajudam a moldar a ação dos grupos.

Inocência Uchôa, assim como Francisco Monteiro, recordou que o ato de protesto como planejado pelo movimento como um todo, em conselhos marcados pelas divergências, mas que saíram posições de unidade. A própria presença dos militantes de variadas tendências indica justamente a ritualização política do evento como possibilidade de reafirmações de utopias, assim como as estratégias feitas para se conseguir destaque dentro do evento. Uma vez não conseguindo derrubar a ditadura de uma vez, é preciso agir por dentro dela objetivando espaços para miná-la.

Não há aqui oposição entre as organizações e o movimento. Pelo contrário. Diferentemente do momento em que o PC do B evita o confronto, e AP e trotskistas o visam, o enfrentamento aparece como consenso e como forma necessária de luta em uma situação de afirmação de valores indispensáveis ao movimento naquele momento. A aproximação entre os grupos não reflete um nivelamento por baixo, a radicalização, mas uma

condição histórica do movimento estudantil como campo capaz de se contrapor, dentro de claros limites, ao autoritarismo.

Estamos no momento de maior auge do movimento na cidade e a agitação, os piquetes, as “ações que foquistas estão no auge”. Todos os grupos participam dessa “mobilização permanente” em um momento que ajudam a criar, mas sobre o qual não têm total controle. No decorrer do ano de 1968, as divisões internas, a força bruta em massa, e principalmente a fala de legitimidade do movimento, algo que independe dele, vão levar a um isolamento, sobre o qual as tendências têm responsabilidades, mas não devem ser vitimizadas ou demonizadas. Grupos políticos identificam a necessidade de um recuo, refazer estratégias, ainda que ações heróicas ainda ocorram, entre elas a desastrosa escolha clandestina do Congresso de Ibiúna. Porém, vemos que se trata também de algo que as ultrapassa, ao mesmo tempo que as envolve: a representatividade social do movimento que, como bem falou Daniel Aarão, enfrentou a “ditadura de uma sociedade”.

II

A violência simbólica que classifica a ação do movimento face a representatividade pode ser vista no final de 1968 durante o protesto contra a prisão dos estudantes no Congresso da UNE. O jornal O POVO apresenta a expectativa no dia da preparação do protesto, mostrando os dois lados da guerra: o “*front estudantil*” (onde o “*clima permanece tenso*” com “*vários cartazes*” e outros detalhes sendo preparados para a “*passeata proibida*”); e o “*front policial*” em que o Secretário de Segurança Pública afirma não haver razão para se lançar nenhuma “*nota de advertência, uma vez que os estudantes conhecem a proibição de passeatas*”, sem a “*necessidade da nova advertência*”.

Proibição ainda agravada pelo clima de terror vivido na cidade com a descoberta de uma bomba no IBEU, dias antes. Segundo Edilson Moreira da Rocha, “*a proibição se torna mais forte depois do atentado ao IBEU.*”⁸⁷

⁸⁷ O POVO 15/10/68:7.

Foi nesse contexto que se realizou a manifestação. Francisco Monteiro se recorda que:

“Depois que se teve a notícia que o pessoal foi preso, aí a gente fez uma passeata aqui que era móvel, você chegava em um canto a polícia abafava, você se reunia em outro canto, a gente saiu fazendo vários cantos. A polícia estava braba, então você jogava bomba molotov. Ali na Barão do Rio Branco perto do Diogo, se deu o primeiro entrevero, eles fecharam a cavalaria, jogaram a cavalaria em cima da gente, os caras “pá” atiraram, a gente fugiu e se encontrou na Cidade da Criança. Aí começou de novo outra agitação, eles baixaram de novo, você foi para a Praça José de Alencar. Então ficou nessa coisa, nessa confusão, eles atirando, obviamente que algumas pessoas se feriam.”

Os estudantes deslocaram-se pelo centro da cidade, enganando a repressão. No momento em que os policiais investiam contra um local, noutro ponto um grupo de estudante já começava novo comício e apressava-se em se dispersar. Os molotov abriam uma linha de fogo e fumaça impedindo a passagem da polícia e permitindo a fuga dos estudantes. Desenvolveu-se *“uma verdadeira guerrilha urbana”*, nas palavras de Oswald Barroso, *“porque foram muitos choques com a polícia, foi em todo o centro da cidade, pipocando de choques, pipocando de comícios, pipocando de acontecimentos.”*

O enfrentamento se coloca como forma de protesto, de denúncia da prisão dos estudantes, e também do isolamento do movimento. Um isolamento, porém, que não tem a ver somente com a tendência de vanguarda das organizações, mas sim com o solapamento do movimento perante ao esvaziamento social da luta contra a ditadura militar. Ao falar do evento, hoje, os entrevistados recordam-se da violência vivenciada, que realmente foi uma ação decidida já antes da viagem dos estudantes, caso acontecessem as prisões como de fato ocorreu.

É óbvio que os estudantes não pensavam em ir às ruas e ganhar a batalha da violência contra os policiais. Ir para as ruas significou a oportunidade de se lutar pela representatividade do movimento, em defesa de sua entidade máxima, demonstrando que o movimento estava de pé, pronto para responder à altura em defesa de seus líderes máximos.

“A UNE somos nós”, recorda-se Bráulio Ramalho:

“Nós fizemos uma passeata violenta denunciando a prisão do pessoal, o lema, a palavra de ordem da passeata era: “A UNE somos nós, a UNE somos nós”. Que é que gente queria dizer com isso? Quer dizer, qual era o nosso discurso na época? Era que apesar do líderes estarem presos, os principais líderes estarem presos, mas a UNE continuava, não era só os líderes, a UNE era o movimento estudantil era todos os estudantes. As lideranças que ficaram aqui nós fizemos essa passeata com essa palavra de ordem, “A UNE somos nós”, e foi muito violenta, foi uma passeata violenta, com molotov, nós levamos molotov, e eu tive muita sorte, nesse dia foram presos muitos estudantes e eu não fui, eu não fui, e eu tive sorte porque os estudantes que foram presos ali, assim como os estudantes que tinham sido presos antes e estavam sendo presos nessa fase, eles se lascaram mesmo, se lascaram e tal.”

Uma reportagem da Veja, de setembro de 1968, em que se pergunta acerca da “Culpa da Violência”, sobre os constantes choques entre estudantes e policiais, parece resumir o momento. Depois de apresentar, como início dos conflitos, a ocasião da morte do estudante Edson Luís, a revista caracteriza (e mesmo historiciza) o tema:

“Era o comêço de uma nova fase de manifestações estudantis atingindo várias cidades do país. Uma fase nervosa quebrando o silêncio de quase cinco anos. Nêles, foram esquecidos os gritos de “o petróleo é nosso” dos estudantes de outros tempos, em que as passeatas eram chamadas de “desfiles”. Para as de agora, as autoridades usam outro nome: “guerrilha urbana”. De um tempo de protesto romântico, o movimento estudantil passou para uma época de violência, contida – no clima de tensão que antecede as passeatas – ou desencadeada nas lutas a pau e pedra contra o gás lacrimogêneo, o cassetete e o tiro.”⁸⁸

A revista apresentar o problema surgido a partir da morte do estudante Edson Luís, quando pelo menos em 1965 já se começa em todo o país um processo de reaglutinação dos estudantes nas suas entidades representativas, inclusive tendo como uma das principais bandeiras a “luta contra a ditadura”. Ou seja, a movimentação estudantil partiu de um lento processo de rearticulação, em que pouco predominou “o silêncio” se atentarmos para os jornais fortalezenses de 1965 até 1968. Mas isso a revista não apresenta. Fica presa ao indiscutível marco simbólico que representou a morte do estudante,

⁸⁸ A Culpa da Violência. In: VEJA. São Paulo: Abril, Nº1, 11/09/1968. p22

ponto de partida para manifestações em todo o país e, por fim, na maior manifestação contra a ditadura que foi a Passeata dos Cem Mil”.⁸⁹

A revista tem neste marco o deflagrador da “*revolta estudantil*”, elemento para discutir “a culpa da violência” (que logo depois do título da matéria diz que “ambos os lados admitem a violência”), e razão dos constantes choques entre policiais e estudantes que caracterizaram o ano de 1968 no Brasil. Vemos na passagem citada a ação política de outrora de certa forma glamourizada, chamada de “desfiles”, com uma simpática palavra de ordem, “O petróleo é nosso”. Em 1968 reina o medo, a apreensão, a desordem e, claro, a violência sem sentido, gerando uma “fase nervosa”. Dimensões que se apresentam não só durante a manifestação mas também no seu prelúdio: como falamos, o medo de ir para uma passeata transformou-se em um dos seus principais componentes.⁹⁰

No entanto, para a revista, não se trata de vivenciar os problemas de protestar em uma situação autoritária, mas sim o “conflito pelo “conflito”, táticas e estratégias a serem constantemente renovadas para surpreender o “*exército*” inimigo. Como no O POVO, o conflito é visto pelo aspecto militar, sem que se pense na situação política que lhe dá sentido. O romantismo cedeu lugar ao terror, sem que nem a situação anterior (da época dos desfiles, “o petróleo é nosso”), nem do presente (o militarismo no poder), sejam contextualizadas. O marco dos conflitos, da guinada, é o mesmo marco simbólico apresentado pela oposição como instrumento contra a ditadura, a morte do estudante Edson Luís, mas os efeitos criados são distintos.

Assim, quando se trata de “apresentar” os fatos dos embates, a “coleção de relatos” descontextualiza os conflitos, e simbolicamente impõe significados em hipótese alguma neutros. A classificação feita da ação estudantil fornece material para que a situação autoritária concretamente vivenciada seja escamoteada. A “guerrilha urbana” falada nada mais era do

⁸⁹ Um apanhado acerca do papel da morte do estudante no ascenso dos movimentos sociais no ano de 1968, bem como do significado político da “passeata dos cem mil” para a oposição a ditadura pode ser visto, por alguns dos seus principais protagonistas, em VENTURA, Zuenir. 1968, *O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

⁹⁰ Aqui podemos lembrar o livro de memórias do jornalista Fernando Gabeira que coloca o papel da mídia como intimidadora da participação das pessoas nos protestos contra a ditadura, apresentando em noticiários no horário nobre novos aparatos militares de repressão (o “brucutu” por exemplo) as manifestações. GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?* São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p 53.

que táticas de enfrentamento com o regime: fazer manifestação em vários pontos ou o uso de coquetéis molotov. Porém, ir para as ruas neste tipo de planejamento indica o caráter evasivo da luta e mesmo a disposição do enfrentamento como último recurso. A terminologia bélica penetrou na prática cotidiana, dentro do movimento estudantil. No caso do movimento estudantil universitário de Fortaleza, podemos discutir esse ponto vendo as diferenças entre os dois momentos: o massacre da Praça José de Alencar e o evento por ocasião da “queda” de Ibiúna.

O problema não é quem detém a hegemonia e sim se havia condições para que o movimento conseguisse continuar com seus mecanismos de representatividade. No primeiro semestre temos também confrontos agudos e molotovs. Greves locais ganharam fôlego dentro da manifestação de confronto com a polícia. No 2º semestre, greves tentadas por ocasião da prisão dos estudantes vão falhar, restando o ato de protesto proibido.⁹¹ Lembre-se que Fortaleza foi um dos poucos lugares que conseguiu realizar manifestação de protesto contra a prisão dos estudantes em Ibiúna, face a repressão presente no país naquele instante e a própria desmobilização, com as principais lideranças presas.

O protesto aqui realizado vai demonstrar a capacidade de mobilização do movimento em relação à outras lideranças, mas também, com a greve fracassada nas Faculdades de Agronomia e Filosofia, o desespero do movimento para marcar posição através do confronto. Um momento, aliás, em que estiveram presentes segundo um dos estudantes na avaliação feita à noite no CEU, muitos mais secundaristas do que universitários.⁹²

Podemos perguntar até que ponto as organizações contribuíram para se andar no território minado da “*guerrilha urbana*” no final de 1968. A construção da luta estudantil passava pela disputa de espaço dos grupos, pela capacidade de enfrentamento, mas principalmente pela construção de uma representatividade, que em alguns momentos fez do movimento, inclusive, intérprete de vários setores sociais.

Neste sentido, os mecanismos de legitimidade são os mesmos para todos os grupos, conforme demonstra a situação de cada um dentro do

⁹¹ O POVO 17/10/68: 6

⁹² O POVO 16/10/68:6.

movimento, com seu espaço mais ou menos garantido. Para além de se pensar que a hegemonia do PC do B rui pelo afastamento das massas e aproximação com os outros partidos, cabe a pergunta: será que o debate sobre a representatividade era um questão-chave para os grupos diante do fechamento do regime? Ainda teriam condições de continuarem concebendo-a dentro dos quadros que possuíam e a situação autoritária se consolidando em vários sentidos? A resposta pode ser indicada pelas falas dos entrevistados e pela cobertura dos jornais de 1968, em que vemos o planejamento por parte das entidades em começar a luta pelos excedentes do ano de 1969 e se evitar o radicalismo nas ruas, concentrando as forças para o início do outro semestre.

Essas perguntas, enfim, podem ser respondidas com outra: para que sair do movimento, um campo *par excellence* de recrutamento e mobilização? Mesmo sabendo que a luta revolucionária não era possível a partir do movimento, não há nenhum indício de que as organizações estivessem dispostas a abandoná-lo. Daí valer a pena perguntar quais os meios de representatividade e se podem sobreviver em uma ordem autoritária, se conseguem estabelecer mecanismos de sobrevivência política dentro de um campo minado.

Para terminar, gostaria de examinar um ponto que demonstra convergências e divergências no processo de composições dos ex-militantes. Trata-se do “*massacre*” da Praça José de Alencar. Chamou-me a atenção, um elemento que aponta para a força da memória como reafirmação de valores políticos.

São quatro as entrevistas em foco: Francisco Monteiro, Pedro Albuquerque, Inocêncio Uchôa e João de Paula. Falando do “*massacre*” da Praça José de Alencar, todos referiram-se à figura de Bergson Gurjão Farias. Citado nas matérias de O POVO e GN, Bergson era militante do PC do B e vice-presidente do DCE. O jornal apresenta sua situação em que foi “*brutalmente massacrado pelos policiais que o prenderam e teve de ser hospitalizado sob custódia*”, Bergson recebeu “*pancadas de cassetetes por todo o corpo e foi atingido por um ponta-pé na nuca, apresentando derramamento de sangue no ouvido*”.⁹³

⁹³ Gazeta de Notícias 24/06/68:1.

Além desse momento, Bergson também foi citado em outras entrevistas todas ressaltando sua morte no Araguaia. Mino⁹⁴, inclusive, refere-se a ele como um dos “*heróis*” daquele tempo. No meu trabalho, em torno do seu nome há a afirmação do rito político; nas memórias, sua atuação dentro do massacre é um marco da luta e ao mesmo tempo da presença da diferença, tendo em vista as múltiplas interpretações presentes na construção das composições individuais.

Os entrevistados, ao serem perguntados sobre o evento, falaram do episódio como uma das coisas mais marcantes que vivenciaram, “fato interessante” etc. Trata-se de um momento em que um coquetel molotov arremessado pelos estudantes atinge um carro estacionado em frente à Escola de Odontologia. João de Paula recorda-se do episódio:

“Eu me recordo muito nitidamente de dois episódios. Um com o Pedro, quando a gente na Praça ainda, quando a polícia vem querendo dissolver, lembro da atitude do Pedro que estava do meu lado que correu para cima da polícia querendo enfrentar, e a gente puxando, agarrando o Pedro dizendo que era loucura. Até que conseguimos nos refugiar na Faculdade de Odontologia, aí a polícia cercou. Eu me lembro nitidamente porque esse episódio foi do meu lado, esse episódio eu estava muito perto. Alguém jogou um coquetel molotov, caiu debaixo de um carro que estava estacionado do lado de fora. A polícia atirando, no meio daquela confusão houve esse caso. E então o Bergson quando viu que aquele carro de alguém, que estava estacionado ali ia pegar fogo, o Bergson pulou o muro e ele era muito forte, muito grandão, tentou tirar o carro do perigo do incêndio. E nesse momento ele foi cercado pela polícia e violentamente espancado ali, e por consequência disso teve que ser internado, foi preso pela polícia. Ele estava tão machucado que o levaram para um hospital não sei dizer qual. Eu fui visita-lo depois nesse lugar. Então, desse episódio o que mais me marcou foi essa atitude do Pedro de enfrentar a polícia de peito aberto sem nada na mão, e a outra esse gesto de heroísmo do Bergson que para salvar um veículo se expôs daquela forma.”

O mesmo episódio também foi relatado por Francisco Monteiro que situou o massacre como um dos grandes momentos de conflito com a polícia – o outro foi a manifestação que ocorreu quando da prisão dos estudantes em Ibiúna. Francisco recorda que “*foi um fato muito interessante*”.

⁹⁴ Hermínio Castelo Branco (o Mino) Estudante da Faculdade de Direito em 1967 e desenhista de cartazes das passeatas dos bichos. Posteriormente viria a trabalhar junto com o grupo do Pasquim como cartunista. Entrevista realizada dia 07/06/2001.

Na fala de Pedro Albuquerque, militante do PC do B, parte chave da diretoria do DCE:

“Bergson foi fazer um ato heróico” – “foi salvar um carro que estava pegando fogo, o carro estava... Nós jogamos uma bomba e a bomba caiu debaixo do carro e o carro começou a pegar fogo e o Bergson foi lá salvar, a polícia prendeu e massacrou o Bergson mais outros.”

Dada a repercussão nos jornais da situação de Bergson e esse marco tão forte nas memórias de João, Pedro e Francisco, podemos deduzir que, já na ocasião, o fato foi bastante comentado dentro do movimento. Hoje, o ato de Bergson é ressaltado como parte da denúncia da arbitrariedade e terror do regime. Mas também há espaço para divisão de opiniões no sentido da disputa entre os grupos políticos. Inocêncio Uchôa, ao comentar o massacre (sem se lembrar bem quem tinha ido socorrer o carro destacou o fato), não deixou de dizer a sua opinião, na qual a atitude não foi heróica, mas irresponsável:

✿ *“O carro começou a incendiar, o Sérgio Miranda (sic) saiu do seu lugar, ele era um dirigente importante jamais poderia entrar em uma daquelas, que um militante maluco fizesse tudo bem aquela prisão seria sem consequência nenhuma mas era diferente de uma prisão de um dirigente importante. Porra, voltou e tentou a aquele fogo, cara, que importância tinha aquele carro, o processo revolucionário passa por cima disso. Quer dizer uma coisa desse gênero a gente, na minha cabeça jamais poderia ir atrás de socorrer um carro de um rico, que naquela época quem tinha carro podia ser chamado de rico...”*

Assim, demonstrando um dos mecanismos de disputa entre as organizações, ser ou não ser revolucionário, Inocêncio recorda-se do fato destacando a falta de responsabilidade do militante, afinal um dirigente. Temos, pois, que ver como composições convergem mas também divergem umas com as outras.

Capítulo VI

O Lugar da Representatividade

I

Encerrando a discussão de como foi possível a mobilização maciça dos estudantes, sua constituição em uma força no campo político e social entre 1964 e 1968, chego a uma trama de fios que articula parte das questões até aqui levantadas. Leva a uma paisagem que agora pode ser admirada em toda sua totalidade, seus contornos e horizontes. A esta paisagem podemos chamar de legitimidade. Conseguida em meio ao sentimento de pertencimento dos estudantes com **seu** movimento.

Depois de ver o papel da disputa, os sentidos do confronto político, ritos que delinearam visões e projetos políticos dos militantes, aglutinaram estudantes, costuraram legitimidades, cabe aqui perceber, tendo essa visão de conjunto constituída, alguns pontos sobre a representatividade que o movimento conseguiu ter. Ou melhor, compete, também perguntar de maneira mais incisiva onde e como o tema delineou-se.

Primeiro: as organizações procuravam tirar proveito do movimento, era seu campo de ação possível. Porém, elas também são condicionadas dentro da conjuntura que engloba o movimento e coloca desafios. O problema da representatividade, que esperavam ter diante da sociedade, no caso, aparece mediado pelas expectativas presentes no campo que desejam atuar.

Além do que, não podemos esquecer, eram também (os militantes) estudantes. Se há o problema dos vícios políticos que as organizações introduzem (como a falta do debate, as posições fechadas, a utilização do movimento para o recrutamento), não se pode negar a importância destas tendências na dinâmica da movimentação estudantil.

Retomando Martins Filho, acerca das relações entre base e vanguarda, quando uma pode superar a outra ou não, temos que perceber que ambas não se confundem mas também não se opõem, assim como também não têm uma

relação mecânica.⁹⁵ É praxe, dentro das direções das entidades e partidos, a comemoração de vitórias como forma de se alavancar a estrutura. Porém, não devemos imaginar que as organizações fossem tão fortes a ponto de controlarem o processo. Por isso, falar de movimento estudantil é necessariamente falar da AP, PC do B, trotskistas, os grupos mais fortes, assim como também é falar dos mecanismos de representação, as lutas mais diretas. Não é verdade, todavia, o contrário: o movimento vai além da soma de suas partes, é a interação delas, que sozinhas falam de si mesmas, não do movimento em si.

Porém, se não devemos cair na armadilha de superestimar o papel das tendências, nem com negativismo, reconhecendo-o dentro de sua historicidade, há também outros perigos a se evitar. Martins Filho, ao encarar a discussão, acaba por se colocar dentro da idéia das lutas sociais determinando o teor do movimento, e vai localizar o assunto e tentar perceber como as vanguardas *avançam* em relação a classe.

Um ponto, que tentei discutir até agora, é que, colocar a discussão apenas nesses termos, base-vanguarda, é correr o risco de se deixar induzir pela lógica de ação das tendências sem se perguntar que limites esta relação possui na construção do movimento. Outro, e esse o próprio Martins já falou, é a determinação do conteúdo e mesmo da mobilização estudantil pelo corte da luta de classes. O autor faz a questão vir à tona: mesmo ressaltando que o movimento estudantil não é classista, e sim um movimento de categoria, plural em sua composição, não há muito espaço dentro da formulação dos autores trabalhados para se pensar a relativa autonomia do movimento frente às lutas sociais, seja no tocante ao papel da vanguardas, a preocupação de Martins Filho, seja no tocante à análise da relação de seus mecanismos de representação e mobilização com grupos políticos e as lutas estudantis.

É o que vemos, por exemplo, no texto de João Luís Sanfelice, acerca da atuação da UNE na luta contra a ditadura militar. Argumentando sobre o discurso da entidade em relação às medidas autoritárias, o autor conclui que, no fim das contas, o enfrentamento dos estudantes era secundário, uma vez que a "burguesia nacional aliada à burguesia externa" ia conseguir seu objetivo

⁹⁵ MARTINS FILHO, José Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

de “criar condições políticas para continuar exercendo sua hegemonia”⁹⁶. A UNE e os estudantes foram derrotados no próprio instante em que foram identificados como obstáculos a serem removidos. Identificação verdadeira, uma vez que:

“com um salto qualitativo, o movimento estudantil se definiu como força auxiliar na luta antiimperialista, apesar de ser formado por estudantes que se identificavam como pertencentes à classe média, mas que podiam desempenhar um papel de aliados a classe revolucionária”.

O problema da idéia é não conseguir captar a tensão dessa derrota dos estudantes no sentido de perceber que o discurso da entidade UNE, de onde conclui o “salto qualitativo” no anos de 1967 e 1968, reflete a presença das organizações e não vai ser necessariamente a opinião que vai prevalecer no movimento estudantil. Para além das divisões e disputas entre grupos, é preciso também entender que projetos políticos permanecem em ação entrecortando a ação do movimento estudantil. Exemplo disso é a própria classificação feita das esquerdas na época em que previam a crise do capitalismo e a falência da ditadura, com a criação das condições ideais para a revolução. Esta opinião orientou as organizações e assim, neste sentido, definiu rumos do movimento. Não deve ser, entretanto, confundida com o que acontecia com os estudantes na resolução de seus dilemas, na tensão do projeto de carreira, por exemplo.⁹⁷

Desta forma, é preciso avançar no entendimento das tensões entre entidades, organizações e movimento estudantil tendo como fio da meada a noção de representatividade. A própria associação da luta estudantil aos setores populares não é uma unanimidade e a luta contra a ditadura e o

⁹⁶ SANFELICE, José Luís. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo, Cortez, 1986.

⁹⁷ Observa-se que o jovem universitário dos anos 60, longe de por ter entrado na universidade perder seus vínculos de classe, redefine-os no sentido de um compromisso social de classe esperado dele. Surge uma nova expectativa, do avanço ou reprodução social através da elitização, através da profissão, da efetivação de uma carreira. Uma formação do profissional que aponta para a distinção e o reforço da hierarquia social. É a realização dessa formação que aponta para as contradições, pois “com essas características, o jovem universitário configura-se como um “projeto de profissional”, que vê na carreira o seu próprio projeto; as relações que ele passa a estabelecer com seu projeto de carreira assumem importância fundamental na formação de sua consciência radical.” Martins Filho, José Roberto. Op. Cit. p 26-27.

imperialismo são bandeiras mediadas por inúmeras variáveis que vão desde as reivindicações até o enfrentamento nas ruas.

Questões como a dos excedentes, por exemplo, serviram como elementos da construção da coesão estudantil. No início do ano, começava-se o esquentamento para a luta dos estudantes. Acabou por ser um forte elemento de coesão em que as tendências políticas mostraram sua presença e situaram-se como aglutinadores da luta estudantil. Podemos ver isso no depoimento de Oswald Barroso, que fala das suas visitas constantes ao acampamento dos excedentes, que se fazia na reitoria ou na praça da Bandeira, reivindicando o acesso a Universidade negado até então. Tema capaz de chamar a atenção das autoridades, os excedentes, como trata toda uma bibliografia clássica do movimento, foram a ponta de lança do movimento no sentido de angariar representação social. Pais, padres e políticos se inseriam na discussão, que se relaciona diretamente com a busca da classe média pelo acesso ao ensino superior como alavanca social.

É nesse processo que o movimento, em Fortaleza, vai conseguir sua visibilidade, nos primeiros meses dos anos. Entre 1966 e 1968 é uma constante a movimentação, logo depois da aprovação no vestibular. Em 1967, vemos parte desta tensão verificada no empenho do próprio governador em solucionar o problema dos excedentes de Filosofia que o procuraram.

Segundo O POVO o Governador do Estado na época, Plácido Castelo, recebeu “com os lábios trêmulos e os olhos molhados” um grupo da Faculdade de Filosofia, excedentes do vestibular daquele ano, que, assim, realizavam uma prática que, cada vez mais, iria se tornar freqüente: recorrer às autoridades na busca de auxílio para entrarem na Universidade, pois afinal haviam sido aprovados. É apresentada uma situação em que o Governador, comovido, chorando, se solidariza a ponto de dar sua palavra no sentido de assegurar a presença dos jovens na turma daquela ano na referida Faculdade. Isso resultou em “novas lágrimas, agora da parte dos beneficiados, e risos, palmas e uma explosão de euforia que ganhou as ruas e acabou nas redações dos jornais”.⁹⁸ Assim, é necessário fazer essa relação entre problemas que afligem a sociedade, mais especificamente a classe média, e o movimento

⁹⁸ O POVO 07/03/1967:4.

estudantil como um dos possíveis núcleos de (re)elaboração de leituras e proposições acerca desses problemas.

O caso citado se prolonga, pois não foi suficiente a palavra do Governador para resolvê-lo, o que causou mais revolta e indignação, reuniões e novos protestos. A situação não é tão fácil, pois se ele se compromete com os estudantes da Filosofia, quem irá se responsabilizar por todos os outros excedentes dos outros cursos, que também aparecem nos jornais, reivindicando seu lugar na Faculdade? E cabe a pergunta: quem vai se responsabilizar pelos excedentes futuros? O tema não podia ser resolvido por caneta, o que demonstra as inúmeras notícias de reuniões do Conselho Universitário, as soluções caseiras dadas por cada Escola Superior, as viagens do Reitor Fernando Leite à Brasília, na busca de uma solução efetiva para o problema.

Enquanto isso o que faz o movimento senão se organizar para atuar no sentido de canalizar tanta insatisfação? O movimento foi feito com a clara participação das tendências, não podemos esquecer que não são elas que vão garantir sua força, sua capacidade de adesão. O que quero dizer é que há claramente níveis de interação entre a sociedade, classes e categorias sociais, inclusive estudantes. O movimento estudantil tem sua força não na luta pelo socialismo, ou na eficiência da propaganda comunista, como pensavam as "autoridades constituídas", mas antes nas maneiras que (re)elaboravam soluções para os problemas, na medida em que se constituía como instrumento de crítica de determinados procedimentos do regime autoritário.

A tensão existente entre organizações e movimento não se mostrou um empecilho; se é um limite foi condição da existência da movimentação estudantil na cidade. Dentro das passeatas, nas greves, nas eleições, elas estão lá buscando garantir seu espaço, tendo que lidar com as expectativas do movimento. Não é à toa que a questão do reconhecimento aparece com a disposição de alguns militantes em verem valorizadas suas organizações – eles **realmente** participaram dessa mobilização no sentido de garantir as idéias das suas tendências.

Acontece aqui, ao mesmo tempo, uma crescente disputa em ter acesso ou comemorar a oportunidade de ascender socialmente, pois um dos focos da tensão é justamente esse: a busca desvairada expressa politicamente por

membros da classe média, de acesso a esse verdadeiro divisor de águas social vislumbrado nas últimas décadas: a universidade. Desta forma, o ensino superior e sua materialização concreta em múltiplas dimensões, a universidade, podem ser pensados a partir dos anos 30, tendo uma radicalização nos fins dos anos 50 e durante os anos 60, como “uma área politicamente sensível”, dada as possibilidades que abria para setores médios, cada vez mais dispostos a lutar por um lugar ao sol.⁹⁹

Porém, saltar da temática das reivindicações específicas para o plano mais amplo foi uma tarefa difícil para os estudantes. Mesmo depois de várias manifestações, estes ainda enfrentariam os discursos que tentam resumir seu movimento a grupos subversivos ou a um debate sobre o problema das gerações, a manifestação do “poder jovem”. Desde o início da ditadura, o movimento vai ser tratado como um lugar perigoso e nele se temerá a proliferação da subversão.¹⁰⁰ Mais que atacar comunistas, o movimento é que será atacado na sua principal pilastra que era a representatividade conseguida junto aos estudantes. A Lei Suplicy vem por termo à autonomia das entidades, atrelando-as aos órgãos oficiais da Educação.

Entre as regras, o estabelecimento do voto obrigatório com punição de provas finais para quem não votar. A dissolução da UNE é mais um passo. A entidade estadual fica atrelada à Secretaria de Educação, os diretórios de curso à direção, o diretório por faculdade à reitoria, com repasses e papéis definidos por esta. Ainda acaba-se com a eleição direta para o principal órgão das universidades o diretório central passa a ser eleito pelo conjunto de diretores eleitos de cada curso. No caso de Fortaleza, após a intervenção na UEE, esta entidade perderá sua força junto aos estudantes. Como vimos, em um processo em que a força desempenha um papel central, o DCE passaria a ser o principal instrumento de representação dos estudantes.

O rompimento com a direita dentro da entidade intervencionista, vai se dar logo após a eleição de Homero Castelo Branco em 1966. Já se falou acerca do papel das tendências de esquerda no trato das reivindicações

⁹⁹ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira.” In: Primeira Versão. Nº 32, 1FCH/UNICAMP, 1991. p11

¹⁰⁰ FAVERO, Maria de Lourdes de A. A UNE em Tempos de Autoritarismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. POERNER, Arthur José. O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. (2ª ed) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

estudantis. A esquerda ganha as entidades por conseguir expressar o descontentamento face às medidas autoritárias e principalmente aos problemas mal resolvidos pelo regime em relação à demanda do ensino superior. A direita fica sem base social, enquanto o discurso crítico das organizações de esquerda consegue encontrar eco.

Fortaleza não foi diferente, com pouquíssimos diretórios da direita conseguindo alguma coisa logo depois das intervenções feitas em 1964, e continuadas até 1966. Logo nas primeiras eleições sob o sistema da Lei Suplicy, o que acaba por ocorrer é a inversão dos mecanismos de repressão. A luta contra a lei aglutina os estudantes e o que vai ocorrer é a vitória expressiva dos estudantes ligados a organizações de esquerda, que conseguem ter com seu discurso elementos de coesão e disposição de luta – são como espelhos de uma grande insatisfação. Em todo início de semestre dos anos de 1966, 1967 e 1968, o que vai ocorrer é justamente a ida, obrigatória agora, dos milhares de estudantes das faculdades estaduais e federais às urnas para elegerem militantes ligados à AP, trotskistas e PC do B, alguns bem poucos do PCB e, aqui e acolá, um da direita.

Na eleição de 1968, os estudantes driblam a eleição indireta para o DCE. No ato da votação para o diretório de seu curso, indicavam que diretoria queriam para o DCE. Conforme acordado no conselho do DCE, o novo conselho formado pelos presidentes de cada curso, apenas homologaria a prévia feita pelos estudantes. Como foi baixíssimo o índice de ausência, a eleição conseguiu alta representatividade para as diretorias eleitas, incluindo o DCE.

Vemos, pois, que os estudantes vão tecendo uma teia de mobilizações que lhes permite a construção de legitimidades políticas – processo no qual as organizações são decisivas, com avanços e recuos dentro de estados de tensão. Fazem parte dessa teia, além das eleições, também as reivindicações. Falando das relações entre as organizações e as lutas estudantis, é difícil encarar o ponto a partir da fala de Bráulio acerca da hegemonia do PC do B. É claro nas falas o domínio do PC do B em relação ao número de entidades e mesmo nas discussões. Porém os motivos dessa hegemonia são reivindicados por todos os grupos. Penso nas palavras de Oswald que levantam a idéia de

planos diferentes que se relacionam algumas vezes em tensão, outras em sintonia. Quando lhe perguntei sobre a integração com as massas, respondeu-me que *“essa bandeira de se integrar às massas era mais uma bandeira dos partidos, não era do movimento estudantil, entendeu?”*. Segundo ele:

“Não se levava para o congresso esse negócio... Outra coisa quem levava eram os trotskistas, a aliança operária-estudantil-camponesa, mas o PC do B e Ação Popular, principalmente, não defendiam essa bandeira, o movimento estudantil é para lutar pelas liberdades democráticas e contra o imperialismo, contra a ditadura e contra o imperialismo, essa é bandeira.”

Era claro pois alguns cuidados que se devia ter.

II

A “Passeata dos Vinte Mil”, ao lado dos grandes conflitos, expressou a representatividade máxima do movimento dentro da cidade e para o conjunto dos estudantes. Depois de várias lutas por residências, envolvendo o restaurante, a própria discussão dos problemas da universidade, teremos sua realização. É impossível imaginá-la sem a presença forte das entidades junto aos estudantes nos anos anteriores. Militantes de todas as organizações indicam a participação de seus grupos dentro dos cursos e na universidade como um todo. Vai ser ainda ressaltada essa interação de plano entre as organizações, lutas, estudantes. Oswald se recorda da sua turma, em que se misturava gente de todos os partidos e independentes todos dispostos à luta. Helena Serra Azul diz a mesma coisa em relação à Medicina.

O que dizer da aliança-operária-estudantil-camponesa dos trotskistas, condenada por Oswald, mas vitoriosa nas eleições da Faculdade de Direito face aos outros grupos? Se, na falta de debate, as posições fechadas existiam, vícios políticos condenados tão duramente por Paulo Emílio, as organizações também relacionam-se com os mecanismos de representatividade, conseguindo razoavelmente se afirmar cada uma. Isto porque, creio, a natureza de determinadas lutas e bandeiras foi capaz de fazer grandes encontros comuns, estes também marcados por ácidas disputas.

Numa época de pouco mais de 4 mil estudantes, conseguiu-se colocar nas ruas 20 mil manifestantes, o que demonstra a importância do movimento na ocasião, para pensar que tipo de abertura podia se ter. Os estudantes são os grandes articuladores do evento, do qual vão participar inúmeros setores da população. O movimento estudantil indo no limite de sua representação perante a sociedade, abrindo fissuras diante do autoritarismo. Como uma brisa de liberdade, o evento conseguiu a adesão de muitos, a não participação da polícia, uma brecha dentro da situação autoritária. Todos os entrevistados que vivenciaram o ato são unânimes em falar do poder dos estudantes, em promover um evento dessa magnitude.

Também estava presente a disputa entre as organizações, mas também vimos que essa disputa não é algo de prejudicial para o movimento. Ainda que seja um limite, não foi por isso que o movimento se perdeu no meio fio. Pelo contrário, o que vemos é que a dinâmica da disputa limita, mas também constrói o movimento. Assim é que Pedro Albuquerque pode falar que todos se deram a mão, mas se deram a mão brigando pelos espaços dentro da passeata: "*a briga pelo microfone*", nas palavras de Ruth.

Com a manifestação, feita no dia 27/06/68, três dias após o massacre da José de Alencar, um dia após a "Passeata dos Cem Mil" no Rio de Janeiro, havia um clima de possibilidade democrática conseguido em boa parte pela presença dos estudantes na vida política da cidade. Uma presença iniciada com os excedentes, com a preocupação com as questões universitárias, pela mobilização permanente. Em uma situação autoritária, o movimento acaba por receber uma função que não é sua, ou pelo menos não só sua: zelar pela liberdade democrática. Liberdade entre aspas, pois, como vimos, até o último instante, a Passeata dos Vinte Mil esteve por um fio.

Paradoxalmente, uma liberdade não priorizada pelas organizações, que caiu nas mãos do movimento estudantil no primeiro semestre de 1968. O que vemos nas falas dos participantes que se pronunciaram em notas nos jornais durante a semana ou mesmo no evento em si. Através delas, vemos a solidariedade e também a possibilidade de expressar sua insatisfação, manifestando bandeiras comuns, como o caso do imperialismo, como poderemos trabalhar em outro momento, em oposição à idéia do nacionalismo.

Antes do seu início e durante seu percurso cantou-se o hino nacional, empunhou-se bandeiras.

O Sindicato dos Bancários lançou um manifesto em que afirma seu apoio e solidariedade à luta dos estudantes. Para ele trata-se de uma:

“reação a tôda uma política dirigida por interesses estranhos ao povo brasileiro, que resulta principalmente no esmagamento da classe trabalhadora sobre quem pesam as leis de greve, arrocho salarial, previdência anárquica, FGTS, lei de segurança nacional”.

Assim, a luta estudantil foi percebida em sintonia com interesses maiores e a Passeata dos Vinte Mil abre espaço para bandeiras, o movimento é o aríete da defesa de determinados interesses da abertura de possibilidades de expressão. A Frente de Renovação Sindical aproveita a ocasião para denunciar “a inércia dos pelegos que há 15 anos dirigem o Sindicato” diante os acontecimentos, entre eles a prisão dos três comerciários no “massacre” da José de Alencar.

O padre que iria ler o manifesto dos sacerdotes afirma ter deixado sua paróquia no interior do Estado para “apoiar o movimento estudantil, que acha justo, e denunciar que no sertão o povo morre de fome enquanto que na cidade o povo morre de violência policial”.¹⁰¹ Isso mostra toda a capacidade de canalização do evento e num sentido mais amplo, da luta estudantil em expressar tendências políticas dispersas pela sociedade e muitas vezes aglutinadas e trabalhadas pelas organizações políticas.

Vinte arcebispos dão apoio incondicional aos estudantes, distribuindo o manifesto. Nele, dizem que querem falar ao povo da sua solidariedade para com os estudantes, respeitando seu direito de se manifestarem “para a construção do mundo que irão viver”. Não deixam também de participar da luta simbólica em torno do teor da luta estudantil:

“(…) protestamos contra as acusações de “badema” e “agitação” que lhes fazem os que desejam manter privilégio e sustar mudanças historicamente necessárias; contra as pressões a que é submetida a Universidade Brasileira; a estrutura que impede a livre participação, a livre expressão, a livre reivindicação; contra as prisões de estudantes

¹⁰¹ Gazeta de Notícias 28/06/68:4

e comerciários durante as manifestações populares aqui realizadas”¹⁰²

O comentário final do jornal Gazeta de Notícias sintetiza as esperanças diluídas no espaço da manifestação, escritas por um anônimo narrador. Ele a descreve desde o começo, com a chegada das pessoas na praça, a fala inicial de Genoíno, o pitoresco na praça, um soldado em correria de bicicleta, vaiado depois de ter medo do avanço da multidão. O narrador oferece à imaginação possibilidades que se abriram ali depois do sucesso da manifestação, quando do final do ato, indo ao Clube dos Estudantes Universitários, ao passar em frente ao local onde Juvenal Nogueira fora baleado, fez-se o silêncio:

“Vinte mil pessoas pararam e silenciaram por um minuto a um só gesto. Era noite já. Foi impressionante. E, por fim, chegaram ao CEU. A multidão se dispersou. Nas rodinhas as vozes roucas comentavam: “Vencemos. Tudo foi muito bom e muito bonito. Nós provamos que não somos bademeiros. Não houve um só incidente. As idéias vencem as armas. Queríamos uma Democracia assim.”¹⁰³

“Federação dos Trabalhadores Cristãos”, “Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Ceará”, “Sindicato dos Bancários do Ceará”, “Frente de Renovação Sindical dos Comerciários”, “Sindicato dos Conferentes do Ceará”, o “arcebispo de Fortaleza Dom José Delgado”, “vinte sacerdotes das Arquidioceses de Fortaleza”, a presença de familiares dos estudantes, professores, todos reunidos realizando a principal demonstração de força pela luta contra a ditadura. Interesses que convergem ou destoam, mas que se unem no sentido de conseguir protestar.

O movimento, todavia, não poderia exercer essa função aglutinadora por muito tempo. De um lado, a pressão da ditadura, com medidas progressivamente duras, e de outro, a própria incapacidade, por si, mas também por outros motivos, das organizações conseguirem continuar no movimento a mobilização permanente.

Isso se deu porque os mecanismos de representatividade foram esmagados. O campo que as organizações tinham de trabalho se restringiu de

¹⁰² Gazeta de Notícias 28/06/68:4

¹⁰³ Gazeta de Notícias 28/06/68: 4

maneira absurda. Daí escolhas variadas apareceram. Podemos acompanhá-las e perceber como foi brutal a destruição dos mecanismos do movimento e decisivo para a dinâmica das organizações políticas. Estas tiveram opções, mas acima de tudo foram condicionadas.

No início de 1969, ainda se tenta articular manifestações de protesto, mas os cães estão soltos farejando carne. Não há espaço para luta política. Quem continuou no movimento não pôde fazer muito, acabaria preso, torturado. Bráulio Ramalho nos contou que para ele foi um momento de muita angústia:

“Quando em 69,70, rapaz, era uma dor lancinante, que eu passava pelo diretório e via, a sala fechada e tal porque lá era nosso ponto de encontro e tal. Lá não só saíam as diretrizes nossas, mas também dia e noite ali e de madrugada no período de ocupação, mas dia e noite, as vezes ia de manhã a noite e tal. As nossas músicas, a gente tinha centenas e centenas de discos, e tudo que era estudante ia para lá, era o ponto de encontro dos estudantes, era onde a gente se sentia bem, era nossa casa ali. Foi uma coisa... Eu quase abandono a Faculdade, eu quase não tinha mais, eu achei que não... Foi um esforço muito grande para eu terminar a Faculdade, que eu queria abandonar, ainda pensei em abandonar porque eu achava que não tinha mais sentido...”

Continuou-se.

Oswald Barroso, por outro lado, relatou sua experiência dentro do movimento na clandestinidade, quando fez parte da diretoria do DCE, eleita em uma assembléia clandestina. Depois disso, uma saga de prisões até, passando pela luta dentro das esferas legalistas, a queda dos militantes da AP. A tentativa de fazer um novo movimento não vingou, as coisas cada vez mais se restringiram, sem que se consiga ir além de meras brigas formais dentro dos conselhos. Ocorre um processo de aglutinação de militantes em Recife, a ida para outros centros como estratégia de ação das organizações. Trotskistas, Ação Popular, PC do B, muitos saíram. Aqui, um grupo da AP sofreria graves perdas com a queda de militantes no início dos anos 70. Longe de ser uma vontade do movimento estudantil, é preciso observar que a sociedade não reagiu contra a ditadura, bem como quais as propostas políticas foram feitas pelas organizações.

Cabe aqui a discussão de Marcelo Ridenti sobre o assunto. Em que ele nos apresenta qual verdadeiramente o grande limite do movimento e que as organizações não identificaram. Para elas o movimento não podia ser revolucionário por ser constituído de pequenos burgueses, que lutavam por direitos pequenos burgueses não estavam imbuídos da lógica revolucionária proletária. O autor, no entanto, coloca que, sobre o papel do movimento estudantil naquele instante:

“os limites, portanto, não estavam especialmente no fato de que o ME fosse composto de pessoas com extração social de classe média, como supunham muitas organizações, e sim na própria estruturação do movimento, no sentido da reivindicação de direitos – o que lhe poderia dar, se quiserem usar a expressão, um conteúdo necessariamente “reformista”.¹⁰⁴

Na verdade, pois, falamos da tensão entre um movimento reivindicativo, que busca direitos e as organizações dispostas a avançar em um processo revolucionário. O debate deve se dar acerca de cada solução política dada pelas organizações em meio a uma situação de fechamento. Sabemos que, de um lado, as organizações acabaram por fazer do isolamento uma condição para sua ação, no que optam, então, por transformarem-se em estados maiores; de outro, não discutiram o sentido de seus dogmas e a dinâmica da clandestinidade.

Entretanto, bem ou mal, as organizações estavam muito limitadas nos seus espaços e que o lugar que tinham no movimento estudantil seria usado até o fim. Ou seja, elas saíram do movimento, expulsas, muitas caíram na luta armada, mas não deixariam de fazer seu trabalho no movimento, pois fazia parte da sobrevivência de seus projetos políticos. Se, de um lado, havia a opção foquista, de outro, o movimento não deixaria de ser uma base de apoio e trabalho político, durante todo o ano para as organizações. Não agiu assim em todo país? A Ação Popular, contra a luta armada, lembremos, iria até o fim com sua tentativa de levar os estudantes às ruas, era essa a sua filosofia de luta, não abriu mão dela nem mesmo depois do AI 5, então, por que não faria ainda o trabalho com os estudantes?

¹⁰⁴ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. p 133.

O fato é que as organizações apostaram numa crise que nunca veio da maneira que esperavam. Dentro do movimento isto foi um dado, mas ao lado deles existiam outros, como a construção da luta reivindicativa. Só vão abandonar o barco quando não mais tiverem condições de atuar dentro do movimento estudantil. Este se constituiu um campo de ação delas, mas também de aliança para vários setores – o que nos leva a pensar que não foi apenas o movimento estudantil o derrotado e sim muitos outros grupos sociais. Dentro do processo de modernização autoritária, não foi mais possível construir uma reação. As organizações acreditaram na luta armada: sem condições de realizar seu trabalho com os estudantes priorizaram outras formas de luta.

Nos dez anos, de 1969 até 1979, das entidades estudantis fechadas devem ter partido lutas veladas ou algumas mobilizações. Quando o movimento voltou às ruas, não era mais o mesmo. Isto porque, apesar de grandes continuidades que perduravam, até hoje por sinal, a sociedade de que fazia parte não era mais a mesma; certos laços, alguns de vida e sangue, haviam sido cortados, incluindo as organizações que o dinamizavam, bem como, o mais importante, as utopias que defendiam. Como disse um entrevistado, *“mudou totalmente o leme de onde o país podia ter se dirigido”*.

Capítulo VII

Histórias de Militância

Antes de situar as narrativas em relação aos depoentes, é interessante também fazê-lo em relação ao entrevistador, para que assim se possa ter uma idéia de como as trajetórias que levaram a essas pessoas foram delineadas.

Tal tarefa, bem que poderia ser feita *a posteriori*, com todas as entrevistas transcritas, hipóteses confirmadas, ou derrubadas, caminhos fechados, outros abertos, seria muito fácil fazer tudo ter sentido com o que penso hoje, mas não é bem assim.

A (s) lógica (s) da pesquisa, se é que existe (m), não existe (m) assim tão lógicas. São construídas muito mais de páginas rasgadas do que vitoriosas, de roteiros mal feitos do que perguntas exatas. Ainda mais se decidimos caminhar dentro do campo dialógico da pesquisa oral. Posso garantir que falo muito mais de becos sem saídas e noites maldormidas, do que dias bem sucedidos de trabalho e elucubrações acadêmicos. Falo de trajetos percorridos e como o caminhante se faz ao fazer a caminhada. De escolhas, da necessidade e capacidade de se escolher.

Isso se mostra quando vemos o caminho que me levou a nossos entrevistados. Podemos dividi-los em 3 grupos, algumas vezes em intersecção. O primeiro grupo são aqueles levantados por amigos, pessoas próximas que, ao saberem do meu tema, apresentaram nomes de pessoas que sabiam ter tido algum tipo de participação dentro da universidade no período. No mínimo, todos foram estudantes universitários (as únicas exceções são Mário Albuquerque e Marciano Lopes – estudante secundarista e jornalista no período respectivamente) entre os anos de 1964-1970. Outro grupo foi aquele levantado na pesquisa feita em jornais e no trabalho de Bráulio Ramalho. Por fim, talvez fosse possível situá-los também no grupo da pesquisa, são aqueles citados dentro das entrevistas realizadas como pessoas que podiam esclarecer melhor questões do período, tiveram atuação mais destacada. Acredito que esse grupo se distingue do anterior, pois estamos diante de estratégias de memórias diferenciadas, na busca de se consagrar determinado tipo de visão do passado.

Percebo que, de uma forma ou de outra, estão em jogo caminhos simbólicos de construção de memórias, seja pelas pessoas próximas, que manifestam sua opinião, seja nos jornais, ou no trabalho de Bráulio Ramalho. Estratégias que se apresentam como seletores, em níveis e mecanismos distintos, de memória, seja na própria ação do historiador, que faz escolhas específicas do que vai ou não consagrar na história e na memória acerca da luta estudantil contra a ditadura militar.

Assim, ao sair de casa, ao encontro do futuro entrevistado, ficava pensando nas palavras de Certeau acerca do trabalho do historiador, quando sai do arquivo e pergunta em que consiste seu trabalho, dentro da célebre discussão da "operação histórica". Se o trabalho do historiador consiste em lidar com diferentes lugares sociais, incluindo o seu mesmo, dentro de uma dialética de afastamento e aproximação com a institucionalização promovida dentro da história, o que dizer da história oral? Como fica a busca pelo morto em que insistimos fazer viver, quando este nos fala olhando nos olhos?

Creio que incorporamos temáticas dos lugares sociais dos nossos entrevistados. Nas entrevistas feitas, percebo o quanto de lugares sociais se cruzam e a riqueza desse procedimento em verificar tensões existentes entre o trabalho do historiador e as memórias levantadas. Entre presentes e passados:

"Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado na suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida."¹⁰⁵

No caso do trabalho com a história oral, estas palavras tornam-se enigmáticas e proféticas.

Nelas inspirado, vejamos alguns procedimentos de alguns de nossos entrevistados em relação a esse território em disputa que é a memória acerca da luta contra a ditadura. Para além, e ao mesmo tempo, algumas vezes, dentro da busca do reconhecimento da ação política de sua militância/organização, vemos também ressentimentos, esquecimentos, ênfases, tudo situado dentro de narrativas onde se destacam a ironia, a mágoa,

¹⁰⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense, 1982. p 46-47.

a epopéia, a tristeza e a saudade. Às vezes, em oposição, às vezes, um no outro. Os entrevistados escolhidos foram Mário Albuquerque, Paulo Emílio, Oswald Barroso, René Barreira, João de Paula, Inocêncio Uchôa e Cláudio Pereira. Foram escolhidos por apresentarem interessantes pontos para se refletir os comos e porquês das relações entre memórias e história. Há, ainda, a referência ao “militante ausente” que se fez presente em várias falas: Bergson Gurjão Farias.

Mário Albuquerque foi nosso primeiro entrevistado. Através dele, outros nomes, bem como temas, apareceram. É clara, na sua entrevista, a noção da importância de sua fala para o esclarecimento de questões da época. Na época Mário era presidente da “Associação 64-68” e toda a sua entrevista pontua questões de foro íntimo com grandes temas da época, de quem já tem toda uma visão do período. Ele nos apresenta toda aquela trajetória da esquerda, desde o período Jango/reformas de base, o declínio do PCB, ascensão dos grupos armados etc. Na sua entrevista, entretanto, vamos ter espaço para a resolução de traumas pessoais, para se perceber que, dentro das questões mais gerais, de foro público, também está pulsando o privado, o pessoal.

Na memória não há como delimitar onde o político e o subjetivo se aproximam e se distanciam, sendo que, concordando com as discussões feitas por Pollack, Thomson, Portelli, o que temos é que a memória é necessariamente marcada pelo elemento político na busca de reconhecimento. Vislumbra-se a luta das memórias subterrâneas na construção de significados/representações, em constantes rearranjos entre as memórias pública e individual, entre processos subjetivos e coletivos de apropriação do passado.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Vemos a história oral aparecendo como instrumento que traz a tona dimensões políticas da memória coletiva que este conceito esconde ou não se preocupa em levantar. Isto se mostra claramente no caso de Pollack. Os outros dois o fazem a partir de suas pesquisas com questões que remetem claramente a discussão proposta por Pollack. Pollack coloca que “o problema que se coloca para a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam invadir o espaço público e passar do “não dito” à contestação e a reivindicação (...)” Aqui cabe a referência a recém-criada “Associação 64-68” em Fortaleza. Fundada por ex-militantes estudantis e/ou presos políticos do período da ditadura militar, não estaria essa associação lutando para a passagem do “não dito” ao espaço de “contestação e reivindicação”? POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Vol.2, 1989. p 03-15.

É o que observo na fala de Mário, ao relatar a perda de seu filho na luta contra a ditadura tendo em vista a tarefa prioritária de “fazer a revolução”:

“Sim, nós achávamos que em 3 anos nós estávamos no poder, é tanto que nós sacrificamos tudo: pra que estudar, pra que constituir família, pra que trabalhar, se em 3 anos nós vamos estar no poder, se nós vamos derrubar essa droga e estar lá? Então essa era a grande questão, então nós sacrificamos tudo mesmo. Eu mesmo, do ponto de vista pessoal, sacrifiquei inclusive filho, tipo aborto, minha mulher teve que fazer aborto. Porque como é que a gente podia ter filho sendo revolucionário, ameaçado de ser preso a qualquer momento? E muitos fizeram isso, abandonaram a universidade, foram trabalhar no campo, aqui tem a Helena Serra Azul, que hoje é a presidente da ADUFC, o Chico Monteiro que é o marido dela, que é hoje membro do Conselho Regional da Medicina, foram duas pessoas que fizeram isso.”

Vemos aqui como se misturam na narrativa elementos consagrados da história pública sobre a luta revolucionária com elementos privados, pessoais. Misturam-se procedimentos, como bem demonstrou Alistair Thomson, ao tratar da lenda dos soldados australianos.¹⁰⁷ No caso de Mário, o que vamos ter é um esforço permanente para mostrar que essa história, já uma memória consagrada, seja contada a partir das histórias de seus conhecidos e de si mesmo, não seja vista como algo abstrato, isolado. Ao misturar elementos, ele de um lado, reforça estereótipos, do outro, torna possível ver que experiências não consagradas venham a tona e no caso também pedem por explicações que vão além da sua própria explicação da derrota quando falou “*que foi coisa da juventude*” ou “*tínhamos soldados e poucos generais*”. Ou ainda, vemos como nas reminiscências aparece a força de quem largou tudo para se aderir a luta armada – o que só faz sentido dentro da contextualização da sua vivência.

A memória do presidente da “Associação 64-68” deve ser (e o é) articulada, com uma perfeita visão do que foi a ditadura, das razões da derrota, dos preços e equívocos. No caso de Mário, disputas legais envolvendo difíceis indenizações, reconhecimentos, isso ainda tem um peso considerável.

Porém, mesmo aí, ressaltado, há espaço para que considerações, menos prontas, apareçam. Na narrativa se confundem marcos pessoais e públicos, em

¹⁰⁷ THOMSON, Alistair. Quando a Memória é Campo de Batalha: Envolvimentos Pessoais e Políticos Com o Passado do Exército Nacional. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 16, 1998.

um claro processo de compor reminiscências. É, assim, que ele fala que perdeu a mulher, que viajara enquanto ia para cadeia (“*na véspera de viajar desisti por causa de pressões dos companheiros*”), que perdeu o filho, como vimos “*revolucionário não podia ter filho*”, que passou pelo “*menu da tortura*”¹⁰⁸, que teve que passar anos na cadeia, reconstruir a vida.

Mário pode usar essas marcas para compor um sentido político da sua militância, e o faz, o que, porém, não significa dizer que isso é um processo apenas externo. Se, de um lado, há o uso político desses traumas, o que consiste numa publicização, por outro, temos uma reconciliação, mesmo que ainda incerta, sobre si mesmo. Não esqueçamos a fala de Portelli de que experiências e fatos se influenciam reciprocamente.¹⁰⁹ E é assim que entendo Mário, quando falou da importância de dar entrevistas sobre a sua experiência:

“Tenho muito prazer não cobro nada entendeu? E isso para mim é uma terapia falar, porque foram momentos muitos trágicos, difíceis e se você não bota para fora isso adoece você, então você tem que pagar um terapeuta. Então, eu prefiro falar, que eu sei que muitos companheiros meus que não conseguem falar e estão aí ruim, não consegue, as suas vidas travadas e tal. Eu não tenho nenhum problema, pode perguntar a vontade.”

Assim, estamos em um território que não se reduz apenas a ser ou não presidente da Associação, apesar disso ter sua importância. Temos o peso dos mecanismos de composição de reminiscências, momentos em que o privado e o público travam intensas relações, em que as memórias buscam seu reconhecimento não apenas para dizer dar informações mas antes para que se possa ter uma saudável relação com seus passados. Não custa repetir, é preciso fazer com que seus passados façam sentido, é preciso estar em paz com a própria memória, ser capaz de dar uma explicação convincente de sua história

¹⁰⁸ Falo de Mário em uma reportagem de O POVO acerca da indenização de presos cearenses levados para o Recife. Interessante observar que a expressão de Mário, dentro da frase, demonstra aquela idéia de uma visão bem amadurecida acerca da luta contra a ditadura, própria de quem fala em nome de uma entidade disposta a fazer valer os direitos dos perseguidos políticos. O POVO 23/06/2001.

¹⁰⁹ PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de Junho de 1944) mito e política, luto e senso comum” In: AMADO, Janaina. & FERREIRA, Marieta de Moraes (org) Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p 111.

Dessa forma, temos que lidar com esses mecanismos pois, ao nos dar entrevistas, os entrevistados estão compondo trabalhos, histórias suas. Se nós temos a academia, eles têm a própria vida para explicar, a si mesmo e aos que estão próximos e, dentro de um contexto maior, da própria história que imaginam que deva permanecer. O que, aliás, é um dos grandes fundamentos da entrevista em si. Dar uma entrevista é o que, senão ter seu valor reconhecido e “entrar” para a história? Como vemos claramente no trecho citado de Mário, “*muitos amigos estão travados*” porque “*não falam*”. A entrevista é lugar de construção de novos significados, de construção de novos passados, de reconciliação...

Dentro dessa linha, destaco outro entrevistado que afirmou com veemência a importância da entrevista na sua vivência.

Vamos falar agora de Paulo Emílio, começando pela sua última frase das quase quatro horas de entrevista que me concedeu. Ele concluiu, após responder sobre sua vivência após sua última prisão no final da década de 70:

“Fique a vontade, está dito. A primeira vez que eu tive realmente verdadeiramente coragem de dizer tudo..”.

Sua fala se acrescenta a outro momento em que conversamos no qual me dizia o efeito da entrevistas de Gerardo Vasconcelos e a minha na sua vida (o que mais uma vez aponta para percepção da importância da entrevista também para o entrevistado, como têm suas expectativas com relação a ela). Depois delas, se sentiu mais à vontade para falar do assunto nos últimos tempos, um assunto tabu durante muitos anos depois da sua “*adesão ao capitalismo*” e em que ficou muito tempo sem falar em “*marxismo, comunismo, humanitarismo*”.

Ele, pois, nos contou que:

“Mas nesses últimos meses eu tenho sentido a necessidade de largar tudo e começar a escrever sobre essas experiências fazendo uma interpretação do processo histórico dentro dessa ótica de visão do homem como um ser essencialmente individualista.”

A passagem apresenta a disposição de Paulo em superar o bloqueio. Apresenta também a sua postura diante do reconhecimento de suas

experiências. Paulo quer falar da luta contra a ditadura dentro de sua interpretação. Durante a entrevista nos falou da sua decepção com a esquerda, depois de episódios dentro do movimento estudantil (permeado por vícios, como vimos); nas viagens que fez pela sua organização na clandestinidade; dentro da prisão.¹¹⁰ Tudo converge para a idéia que está ressentido com as conseqüências de sua própria experiência, um homem que não sabe muito bem o peso de sua participação, que está triste em ver desmoronar suas utopias, em entender que, apesar de todo o espírito revolucionário, também se tinha espaço para picuinhas, rivalidades, disputa, “sacanagens”, e mesmo para ser “igual como seus algozes”.

A solução, falada em vários trechos, inclusive nesse que vimos, é entender o homem com um ser individualista, determinado por uma “genética” que o apresenta como ser necessariamente egoísta, o lobo do homem. Que ideologias ou utopias podem mudar isso? Nenhuma, segundo Paulo Emílio.

O passado reivindicado por Paulo é um passado cheio de ressentimentos. É também um passado que ainda está se decidindo e, como vemos na sua ânsia de terminar a entrevista, é algo que ele ainda quer deixar bem terminado e, principalmente, para além das dúvidas pessoais, é um passado em que muitos caminhos estão em aberto, em conflito. As explicações contrastantes têm que se ver com as críticas às perseguições, à própria esquerda e creio, em especial, como o próprio autor fala de si mesmo. De quem, ao encontrar, alguns meses após a entrevista, numa feijoada da “Associação 64-68”, atividade relacionada a anistia e processos de indenização, falou-me com todo o entusiasmo da alegria de reencontrar velhos conhecidos e sobre a importância para novas pesquisas dos processos criminais do período da ditadura que acabavam de ser incorporados ao acervo da Associação.

Esta ambivalência está presente quando das partes mais heróicas de sua narrativa, em que, pelo contrário das individualidades, dos vícios, vemos brotar os marcos da solidariedade entre os presos da cela “X-9”, no Presídio

¹¹⁰ Paulo já falou dos vícios presentes dentro do movimento estudantil. De um episódio em que foi aplaudido pelos seus dirigentes por abrir uma carta de um grupo interno adversário. Também falou do Tribunal Revolucionário, que planejava assassinar traidores da revolução dentro e fora da prisão. Das disputas e divisões mesquinha internas dentro das esquerdas

Tiradentes, onde ouviam a Internacional. Ou ainda, dos momentos antes da sua prisão, que marcam o terreno da própria incerteza que era a luta contra a ditadura. Dos detalhes e ênfases quando conta os processos revolucionários mundo afora.

Não é bem resolvida a sua relação com a própria militância. Claramente reproduz os mesmos jargões de derrotas e vícios para explicar uma experiência que precisa ser ainda encarada de frente, ser historicizada. Paulo nos fala de uma esquerda que não foi capaz de esquecer quase até o fim da entrevista. Sua entrevista é isto mesmo: um desabafo, cheio de ressentimento contra a esquerda, contra o que foi, mas também, um grande ponto de interrogação de quem tem uma postura de autocrítica com as próprias experiências. Sendo incapaz de abandonar os próprios pressupostos, que tanto condena, longe de querer reconhecimento para sua organização ou para si mesmo, sua entrevista me parece um momento em que procura se reconciliar com seu passado – extremamente cheio de sentidos. Uma reconciliação, diferente do caso de Mário Albuquerque, ainda tateante e ambivalente.

A próxima entrevista reivindica outra forma de se relacionar com o passado. João de Paula Monteiro Ferreira nos deu sua entrevista em seu trabalho. Antes, como condição, pediu que feito o trabalho, lhe desse uma cópia, pois estava cansado de dar entrevistas sobre o assunto e não ter acesso ao resultado das pesquisas. De sua entrevista, um aspecto chama atenção. Também uma passagem final em que fala das marcas e efeitos da ditadura militar no Brasil. Ela é emblemática para se entender como coloca a importância de sua militância, a relação passado-presente, enfim, criou a sua posição dentro das disputas das memórias:

“Agora, eu acho que não devemos estar com rancores em relação ao passado. Eu passei por muito sabores, prisão, exílio, e tal, mas não estou interessado em vingança, nem um pouco interessado em perdemos o tempo com essas coisas do passado. Eu acho que nós devemos ter uma postura de olhar para o futuro todo, olhar para o futuro com um objetivo: desenvolver esse país, acabar com essa miséria, resolver essas injustiças e efetivar o imenso potencial que esse Brasil tem. Eu acho que os brasileiros precisam se unir em torno desse objetivo, não precisamos gastar energias com as raivas do passado. Não podemos cair no que o Chile está hoje. O Chile, um

no cárcere – na presença dos bundas-mole e bundas-dura, segundo o critério valorativo de quem tinham pego em armas na luta contra o regime (os bundas-dura) .

país que está em uma situação econômica melhor do que a nossa, pode se amarrar porque está lá... Eu estive agora no Chile, está com 2 meses, eu vive lá durante um ano, voltei ao Chile e senti isso... Temo que o Chile fique imobilizado porque o Chile está dividido em relação ao passado e se consumindo em relação a essa questão do passado. Eu acho que nós não podemos entrar nessa, nós temos é que encontrar a união, mas aí tem que ser em torno do desenvolvimento do país, tem que ser para acabar a miséria, tem que ser para acabar com a corrupção, tem que ser para construir um país novamente. É isso."

Como disse, o trecho foi uma resposta a minha pergunta, acerca dos efeitos da ditadura. Para ficar mais claro, vou colocar a pergunta feita:

"O que é que o senhor acha que ele colaborou em termos de permanente, o que ficou mesmo, e também os efeitos da ditadura militar?"

A entrevista de João de Paula se apresentou bem "certinha" sem muitos traumas, com exceção da passagem acerca do enfrentamento com a polícia. Acredito que a passagem sintetiza a diferença de sua composição para as de Mário e Paulo Emílio por exemplo – para eles ainda são muito marcantes as marcas e talvez por isso a solução política usada pelos entrevistados seja diferenciada. Nada de revanche de um lado, do outro ressentimentos ou a luta pelas indenizações, reconhecimentos dos desaparecimentos: serão essas as "coisas do passado" a que se refere? A memória, aqui, dilui os conflitos. Não os de lá, há 30 anos atrás apenas, mas também os de hoje...

O presidente do Diretório Central dos Estudantes no ano de 1967 me deu uma entrevista com começo meio e fim, onde o conflito está lá atrás, enterrado no passado que deve ser esquecido, ou melhor, conciliado. O passado não é campo de batalha para ele, tudo parece bem resolvido com a hegemonia do PC do B dentro do movimento, com o exílio e o retorno pós-anistia. Importa (re) fazer as nossas vidas, não se importando, neste momento, com o 'detalhe" de que muitos não tiveram ou têm essa chance. Para que "se dividir em relação ao passado"?

Hoje teatrólogo, Oswald Barroso já é outro estilo, sua narrativa demonstra claramente o efeito teatral que quer passar. Deu seu depoimento com uma outra pessoa na sala, nos divertindo praticamente o tempo todo. Sua fala se faz a partir de soluções e encantos próprios, capazes de expressar

ambivalências e consagrar alegorias. Militante da Ação Popular de meados dos anos 60, até início dos anos 70, vai por várias vezes falar de autocríticas, de erros, de infantilidades, mas nunca fala em conciliação nem mesmo em derrota.

Para ele, tudo valeu a pena, como diz o grande poeta. Mesmo com todos os equívocos e diferentemente do que se comenta, não foi o movimento que radicalizou, apesar de falar várias vezes em confronto. Também o movimento buscava as massas e por ela poderia morrer, *“não queríamos o poder, nós queríamos o poder para o povo”*. É claro que não foi bem assim, como vimos em outros trechos de sua própria entrevista, ao falar da sua organização, de todos os ritos de coesão que existiam, dos mecanismos de recrutamento.

Porém, não deixa de falar da profunda *“generosidade”* que os jovens do movimento possuíam. Talvez, no fundo, uma forma de explicar a falência de algumas utopias, a surpresa diante da ineficiência da sua prática política. Ao falar do trabalho político, há também espaço para se pensar nos grandes equívocos, nas grandes dúvidas, e pôr em xeque, ironicamente, a própria militância. Lembra que ia ao Morro do Teixeira, na Praia do Mucuripe, fazer curso de alfabetização para os pobres. No final do curso, quão foi a sua decepção ao fazer a avaliação do curso e perceber que *“a maior parte disse que estavam comovidos porque eu parecia São Francisco”*:

“O professor parece São Francisco, vem todo dia lá da sua casa na Aldeota, subindo essas dunas (porque lá o ônibus não chegava nem perto), essas dunas a pé e vem dar aula aqui para os pobres, o professor é muito bom, parece São Francisco”.

Oswald ficou *“absolutamente frustrado”* com esse resultado – *“esperava que tivesse desenvolvido a consciência da luta de classes e na verdade desenvolvi a consciência cristã deles [riso].”* Depois, no final da entrevista conclui:

“Porque era um movimento de um desprendimento, de uma generosidade extrema, a pessoa se doar como se doava, arriscando a vida, passando fome, se misturando ao povo. É como o cara disse: só para São Francisco mesmo, como os pescadores lá do Morro do Teixeira disseram: “Esse só pode ser São Francisco”. E é mesmo. Era uma juventude de uma

generosidade, completamente destituída de qualquer ambição material, qualquer ambição, inclusive pelo poder.”

Sua fala demonstra ainda que nem todos têm tão claro as descontinuidades e continuidades. Quando lhe perguntei, acerca da ditadura e a derrota da AP, ele me deu uma resposta desconcertante, ou será que errei na pergunta? Vamos ver o trecho todo:

“E – Qual foi o momento em que você viu que não deu mais, que a AP mesmo desmoronou?

O – A AP não desmoronou nunca não.

E – Que realmente o movimento depois da clandestinidade...

O – A AP é o PC do B hoje, inclusive os principais dirigentes de PC do B vieram de AP.

E – Não, mas eu falo no sentido de que a perspectiva da derrubada da ditadura falhou...

O – Não, nunca, acabou derrubando. Não falhou não cara, falhou não, foi vitoriosa. Ora, o que é que aconteceu? Na clandestinidade continuou a luta interna dentro da Ação Popular: vai para o PC do B ou não vai? Vai ou não vai, vai ou não vai, caráter da revolução não sei o quê, documentos para lá para cá, a luta interna ativíssima, aí se fazia de morto depois que começou a repressão mesmo...”

Desta forma, não há derrota. Para ele, a luta continuou e a AP conseguiu se fazer vitoriosa no pós-anistia, com as Diretas Já e em especial com a definição do próprio PC do B, que acabou por incorporar a AP.¹¹¹

Há também espaço nas composições levantadas para mais histórias prontas e curtas de quem parece não querer se comprometer muito. Por sua posição, já tem um claro lugar para a própria participação e de como apresentar-se diante dela. Alguns como o caso de René Barreira, são bem práticos, articulando dentro da sua história fatos e processos bem consolidados. Dentro de uma entrevista curta e grossa, extremamente polida, não se preocupa em apresentar grandes novidades e sim se situar dentro de marcos já bem claros e públicos do que foi a luta contra a ditadura, seus significados mais reivindicados e difundidos.

René Barreira, na época da entrevista, era vice-reitor e me deu sua entrevista em seu gabinete. A impressão que tenho é que, mais importante do

¹¹¹ Legal também perceber que no trabalho de Bráulio e na fala de Pedro Albuquerque aparece a definição de como a AP engoliu o PC do B transformando-o em uma coisa sectária. Pedro fala que a “o PC do B é aquela coisa sectária, é a AP de ontem”. Ou seja, na opinião de Pedro, hoje militante do PDT, não há nada de positivo na absorção da AP pelo PC do B.

que lembrar das coisas do seu passado, para ele, havia já uma visão pronta da história de sua participação. Porém, diferentemente de Mário, René não fala de grandes perdas, nem de como é importante falar para desabafar, nem faz autocríticas – para ele o importante é apresentar como a ditadura fez mal ao país e foi preciso lutar contra ela. É um passado já bem claro para ele, no qual temos a importância de se deixar tudo bem no campo do já conhecido, sem entrarmos em muitos detalhes – nada de maiores envolvimento pessoais¹¹².

Não importa se inserir dentro da luta a partir de uma posição heróica. Cabe mostrar um passado no qual sua experiência está diluída, neutralizada em algo maior – o quadro de memórias da ditadura militar. Estão presentes expressões consagradas como o “golpe dentro do golpe”, as perdas irreparáveis. Temos a explicação de sua “saída” do movimento, nos anos de 1966-1968, por causa da prisão de membros da AP na reestruturação da UEE, que demonstra um afastamento do “calor dos acontecimentos”, como quem perdeu o melhor da festa e, hoje, parece não se importar muito com o fato.

Nada mais diferente do que a entrevista de Inocêncio Uchôa. Poderia bem chamá-lo “o militante que nunca pára, ou parou”. Inocêncio concedeu sua entrevista em seu escritório no seu apartamento defronte à Beira-Mar. Lá muitas vezes se referiu a nomes e situações das revoluções socialistas, em especial à soviética. A atuação política tem como base os modelos revolucionários, dentro de uma perspectiva seletiva, conforme apresentou Daniel Aarão Reis Filho. Estes aparecem na sua narrativa, quando conta que para eles, trotskistas:

“A idéia de revolução era o exemplo clássico da União Soviética, onde foram criados os sovietes de operários, sovietes de camponeses, de soldados, de estudantes, o Estado civil já não agüentava mais, quando desencadeou o processo revolucionário foi de arma na mão, mas praticamente não houve um tiro na revolução bolchevique naquele primeiro momento...”

¹¹² Devo esclarecer que René Barreira foi meu segundo entrevistado. Na ocasião, então, não dispunha de muitos dados, nem tinha pensado questões que diante outros entrevistados viria a formular. Porém, meu esforço é situar a entrevista como campo dialógico em que partes fazem pressões, “entrevistam” a partir de seus pontos de vista. Assim, se por um lado a falta de algumas perguntas induz a também o comentário do entrevistador, é importante, como quero fazer em todas as entrevistas, situar as impressões que tive de como o entrevistado encarou sua entrevista, nos limites da mesma, deixando pontos marcados, lacunas, roteiros observáveis.

Estávamos cercados por quadros, souvenirs, estatuetas de Lênin, o navio Aurora, a praça de San Petesburgo... Elementos a que recorreu quando falava de sua militância trotskista, sua crença na revolução a partir dos detalhes heróicos da grande revolução russa, para ele a grande revolução:

“Quando o cruzador “Aurora”, ali está ele ó (aponta para o quadro na parede), eu estive na Rússia, tem aqui um bocado de coisas de lá que eu vou lhe mostrar depois, inclusive o Lênin está aí nosso camarada, isso aí é em Riunera – São Petesburgo, ali é a Fortaleza Pedro Paulo, quando o cruzador “Aurora” deu o tiro que disparou o processo revolucionário os caras, a massa, eles se dirigiram para o Palácio do Inverno, o Palácio do Inverno não, o Ermitário, o Palácio do Czar, chama-se hoje Ermitário, um grande museu, e adentraram de arma na mão e prenderam o governo provisório que estava reunido lá sob a direção do Keresnki, que era o chefe do governo provisório. Não se deu um tiro, não se deu um tiro. Quer dizer, na verdade o processo revolucionário russo veio a se defrontar com o exército branco, aí houve realmente luta armada, e também claro que eles aprisionaram as pessoas, mas não foi um processo, não foi uma revolução sangrenta, não houve muito sangue. Houve depois, quando o velho exército e a direita, os grandes agro-pecuaristas, os grandes fazendeiros começaram a se organizar para derrubar os revolucionários do poder.”

Em outros momentos, também vai reverenciar a figura de Leon Trotski, constante forma dos diferentes grupos trotskistas reivindicarem a herança da revolução russa marcando a diferença com o processo de stalinização. A atuação dos trotskistas dentro do movimento é reivindicada, assim como a crença no trabalho de massas. No caso do movimento estudantil cearense dos anos 60, com a organização da *“aliança operária-estudantil-camponesa”*, uma tentativa de fazer avançar a luta dos estudantes, mas que, como vimos, na prática não conseguia penetrar nem o campo, nem o operariado, conseguindo uma razoável penetração do movimento estudantil.

Sobre o seu trabalho de hoje, Juiz do Trabalho, Inocêncio não quis deixar por menos e dizer que se considera trotskista e *“que existem juízes e juízes”*. Refere-se a casos que dominavam o cenário quando da época da entrevista: o caso do juiz Nicolau – *“tem juiz que solta o Lalau, tem juiz que não solta o Lalau”*; e da corte inglesa, quando do pedido de julgamento do ditador Augusto Pinochet na Inglaterra, em que *“dos três juizes dois votaram em liberar o Pinochet, um não votou”*.

Outro detalhe importante da entrevista de Inocêncio Uchôa é a sua reivindicação da participação do trotskistas dentro do movimento estudantil – em oposição à postura presente no trabalho de Bráulio, como vimos. O que não se aplica a outros trotskistas: Mário Albuquerque e Paulo Emílio. Cada um, a seu modo, tem uma postura crítica da inserção do grupo no movimento. Inocêncio, ao contrário, quer lembrar “*que nós tivemos um papel importante nisso aí*”.

A trajetória de Inocêncio, por outro lado, tem um papel importante no “como” o juiz conta a sua história. Sua passagem pelo movimento estudantil ocupa **uma** página central dentro da sua vida de militância¹¹³.

Homem público que é, Inocêncio não deixa de falar de todas as suas militâncias. Bancária, estudantil, trotskista. Advogado que trabalhou em grandes lutas de posse de terra no Ceará, e que também, no pós-anistia, ajudou a fundar quase todas as seções sindicais do Estado: “*você conta nos dedos as que não tiveram a minha acessoria*”, bem como participou da luta em movimentos populares urbanos. Momentos em que destaca, participou como advogado e como “*militante político*”, uma vez que “*não era só advogado de gabinete não, era advogado de ir para a luta mesmo, de acompanhar assembléia, de enfrentar a polícia, o cacete, os patrões e tal, isso na área urbana e também na área rural.*”

Daí a idéia do militante que nunca pára. Afinal, ele até se recorda que um dia pode até voltar para sua cidade “*onde eu sou assim uma espécie de filho ilustre*” para se candidatar a um cargo de prefeito, quem sabe...

É necessário dizer que não estamos falando de demagogia, e sim de usos da memória. Formas de atuar intrínsecas às formas de compor reminiscências, sempre em níveis e maneiras distintas; uma forma de reconhecimento marcado pela política. Inocêncio recorda a sua trajetória de lutas fazendo com que a memória seja também militante ao seu favor.

¹¹³ Na entrevista me apresentou revistas contando a sua história, assim como registro da homenagem que recebeu na Câmara dos Vereadores. Uma delas, da sua cidade natal, Aracati, faz uma matéria cujo título foi: “Inocêncio Uchôa, Muito Além de um Juiz”. Nela coloca a trajetória de seu filho ilustre, com uma “página” de destaque para a militância estudantil durante a ditadura.

O essencial é que não podemos entender essa memória como **uma cristalização das experiências**, o que de certa forma ela pretende ser, temos que entender suas razões e motivações.

Para terminar essa exposição dos gêneros de algumas entrevistas, vou situar duas histórias de militância que apareceram nas entrevistas: Cláudio Pereira e Bergson Gurjão.

O primeiro, um dos criadores do GRUTA, pela sua militância diferenciada e que acaba por exemplificar processos não percebidos com outros militantes de organizações, que poderiam ser resumidos na conceituação "militância político-cultural".

A história de Bergson, por sua vez, se apresenta como um militante presente na ausência. De todas as falas, quase sempre havia um espaço para se falar nele como uma grande referência a ser feita, apesar de em graus e sentidos variados.

Cláudio Pereira tinha um irmão da UNE e conta que *"apareceu no Ceará a UNE-Volante, e eu, então, comecei a ter contato, tinha muito nacionalismo, o anti-americanismo daquela época"*.

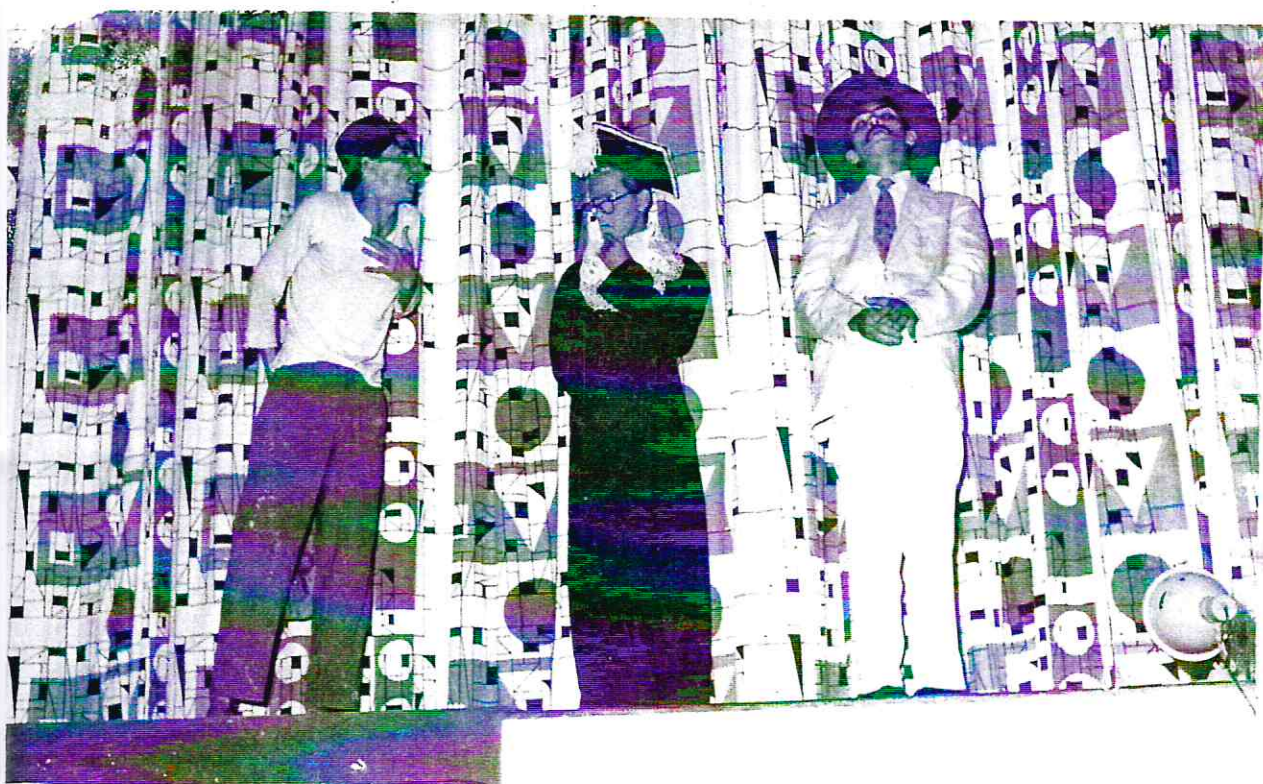
Fala dos "quebra-quebra" de ônibus que participou ao lado do cantor Belchior, nas expectativas na Praça do Ferreira em torno da chegada dos jornais mais críticos, vindos do Rio e de São Paulo.

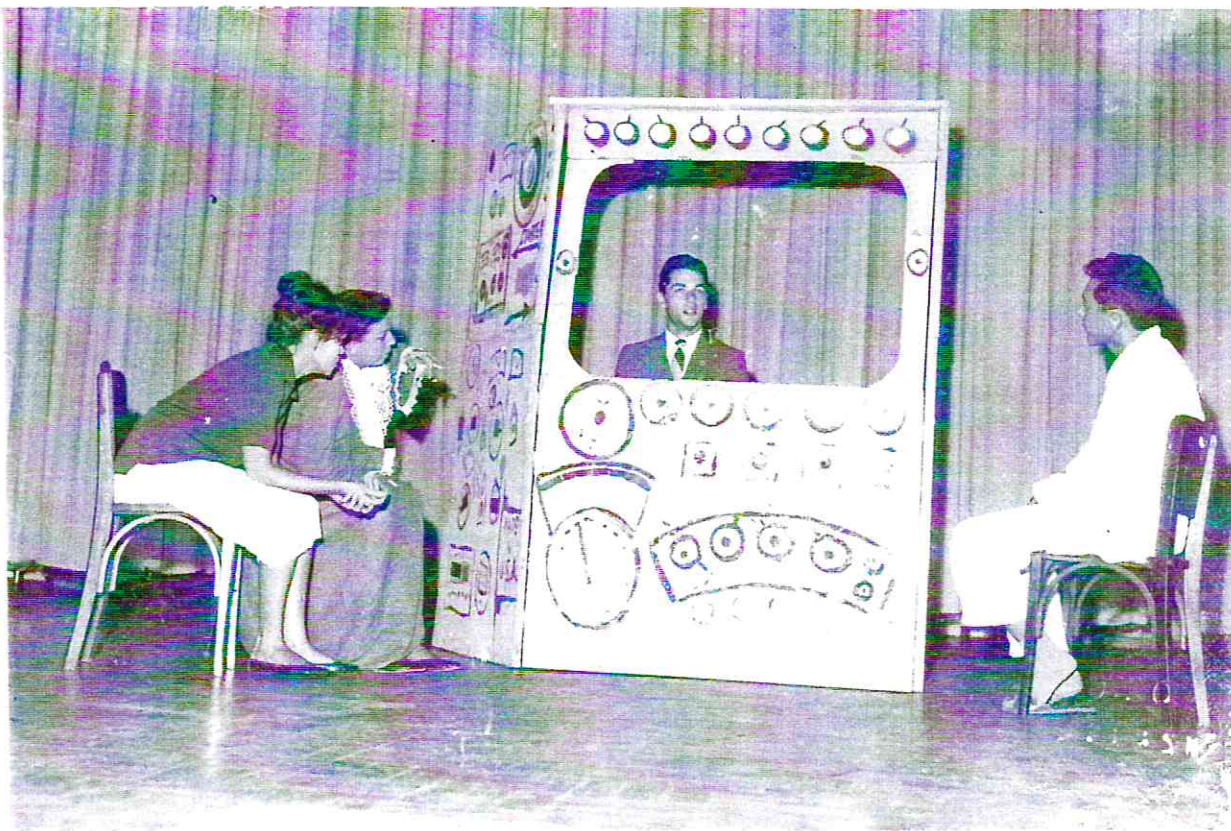
Apresenta suas iniciações políticas em torno de esferas distintas, dentro de centros culturais de formação de opinião, até chegar à presença decisiva da UNE-Volante na cidade de Fortaleza nos anos de 1962 e 1963, como inspiradora de como deveria organizar sua capacidade de buscar novos rumos. Sobre o surgimento do GRUTA começou a responder:

"O GRUTA como eu lhe falei eu tinha participado aqui do momento da UNE-Volante. A UNE-Volante trazia música, teatro, exposições de arte, de nível nacionalista-contestador. E eu fiquei muito seduzido com aquele movimento todo, eu era uma espécie de mascote, eu era do movimento secundarista, e então fiquei muito entusiasmado com o que eu vi lá. Em 1964 fui ao Rio de Janeiro, em dezembro acho, entrei em contato com as pessoas que faziam parte do movimento vanguardista de cultura, o primeiro show do opinião com Nara Leão que era: "Podem me Prender, Podem me Bater". Eu estava lá, eu ajudei na montagem, ajudei como um mascote, nada importante, igual a um figurante."

Depois veio o grupo CACTUS, com peças e atividades de conscientização na cidade. Até chegar ao formato do GRUTA, hoje reivindicado como maior grupo cultural do período, que, inclusive, reunia militantes de várias tendências políticas, fazendo um trabalho de engajamento político-cultural de efervescência na capital e em todo o estado.

Nas fotos a seguir o registro da passagem do grupo da UNE-Volante em Fortaleza nos anos de 1962 e 1963 na Faculdade de Direito.





Interessante pensar que sua trajetória demarca um território tenso de cruzamento entre política e cultura para a qual nem sempre foi possível convergências. Já vimos como falou das antipatias com alguns grupos e da relação difícil com outros. Sua fala aponta para a politização por outro viés, em vez de grupos militantes, organizações culturais promovendo atividades culturais para se fazer a politização. Como disse, há tensões, mas também convergências, Ruth Cavalcante, por exemplo, fazia parte da AP e era membro do GRUTA.

As experiências levantadas por Cláudio trazem, outras dimensões dessa geração de dissidentes: as caravanas do GRUTA para a Argentina, Chile, onde se conhecia outros países e se tinha uma sede de aventura, capaz de enfrentar uma péssima infra-estrutura. Caravanas, cujas histórias, estão ainda para serem contadas. A trajetória de Cláudio Pereira indica que a “geração de

dissidentes” refere-se à política, mas também a experimentações que ultrapassam o formalismo dos partidos ou da tomada do poder político.¹¹⁴

Formas do fazer político são levantadas fora do campo mais formal da política, o campo da cultura, penetrado pelo engajamento; da estética reelaborando com seus valores, novos temas da conscientização. Referem-se talvez a um mundo, cujas fronteiras ainda estavam em aberto e que hoje, diante da segmentação da diversão, da política, dos meios e produtos culturais não nos permite enxergar. Trocas e articulações culturais que não passavam por meios neutros, mas pela própria experimentação de viver o que se discute e propõe.

Já Bergson Gurjão foi citado em vários momentos de distintas formas. É, muitas vezes, o “herói” da luta perdida – a palavra foi usada em mais de uma entrevista. É também o companheiro engajado do IBUC nas palavras de Maria José, ao lembrar toda a agitação cultural e política do Benfica dos anos 60 seu nome veio logo, como uma fagulha de lembrança de toda a brasa que ardia na universidade. O militante atrevido, o que se arriscou à toa. Não o que fez de tudo para salvar um carro. O que morreu no Araguaia, o militante valente que a polícia perseguia implacavelmente porque não conseguia dobrar... Que está no nome do filho do seu grande amigo Pedro Albuquerque.

De uma forma ou de outra, Bergson encarna o processo vivo de se tentar conviver bem como o seu passado, dependendo dos sentimentos envolvidos. Com ele vamos ter diferentes formas de evocação, desde a mais pública até a mais intimista em que o sentido da luta não se desassocia das mágoas sentidas e muitas vezes em aberto. Gerado Vasconcelos falou do processo de saudade, envolvendo Bergson, o militante que não voltou do Araguaia, cujo corpo nunca foi achado, que ainda é velado como algo intocável por amigos mais próximos e familiares – guardiões de uma memória expressa em peças de roupas, fotos antigas.

¹¹⁴ Acerca dessa discussão e mais especificamente dos significados do show Opinião, a autora comenta: “Lembro-me de ter ido várias vezes ao show, de pé arrepiada de emoção cívica. Era um rito coletivo, um programa festivo, uma ação entre amigos. A platéia fechava o palco. Um encontro ritual, todos em “casa”, sintonizados secretamente no fracasso de 64, vivido como um incidente passageiro, um erro infomulado e corrigível, uma falência ocasional cuja consciência o rito superava.” HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p 35.

No caso do meu trabalho, Gurjão encarna esse papel do herói perdido, mas é possível também perceber que encarna também a centelha de um outro tempo, que não pode ser marcado apenas pelo signo da derrota nem da ida ao Araguaia. É esse tempo falado por Mazé, tempo das esperanças e utopias, de um militante não marcado pelo signo da tragédia. Trazido a tona em diversas composições e neste sentido atuante, um emblema de uma batalha ainda em aberto, de lutas que fazem todo sentido.

Maurice Halbwachs estava certo quando lembra que as memórias são coletivas no sentido de que não podem existir apenas individualmente. Porém, conforme se vem cada vez mais estudando, esse “coletivo” não pode homogeneizar, sufocar, anular diferentes formas de lembrar que atuam muitas vezes em conflito na sociedade.¹¹⁵ As formas institucionais da memória, nacional, social, pública, não podem sufocar grupos e mesmo indivíduos, as diferenças que os projetos nacionais visam abolir, varrer para debaixo do tapete. Por outro lado, se as memórias devem ser pensadas em relação, não se pode vê-las como harmônicas por conta disso. Existe uma permanente tentativa de reconhecimento visado de diversas formas e segundo diversos pontos de vista, que às vezes, dentro de uma mesma entrevista, se apresentam ou se distanciam.

Lembrar a luta estudantil contra a ditadura tem significados diversos, a mágoa do que se perdeu, a autocrítica em relação aos projetos políticos que ficaram para trás, a busca por compor um passado público de peso e/ou não comprometido, a reivindicação pela participação individual ou do seu grupo, ou ainda pura e simplesmente a conciliação.

Trata-se de um processo vivo, de certa forma ainda em aberto, tanto no sentido de levantar novas questões do passado, como, talvez por isso, abrir novas fendas no presente. A experiência não está morta, não pode ser cristalizada, e por isso mesmo segue buscando novas explicações e apresentando novas verdades. Os militantes, quando recordam, de certa

¹¹⁵ POLLAK, Michel. p 03-15.

maneira, não militam novamente? Ainda que seja, em alguns casos, por coisas bem diferentes do que queriam anteriormente e o façam, mais do que pelo futuro da revolução, pelo direito ao reconhecimento de suas experiências?

A busca pelo reconhecimento não é a história em si mesma, mas parte dela, atalho para novas encruzilhadas nas relações entre passado e presente. Traz a certeza de que a História faz parte de um território em constante e sublime construção...

Parte 02

Uma Fortaleza Seduzida:

A Passeata dos Bichos e Outras Manifestações

Estudantis.

*“Nunca mais você saiu à rua em grupo reunido.
O dedo em “V”, cabelo ao vento, amor e flor...
Que é do cartaz?”
(Belchior - “Velha Roupa Colorida”)*

FOTO

PARTI



Capítulo VIII

Memórias da Festa. Um Passeio Por Entre Cartazes, Rainhas e foliões.

A primeira vez que ouvi falar da passeata dos calouros universitários cearenses foi na Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Estava pesquisando o jornal O POVO de junho de 1968. Na pesquisa sobre tão conturbado ano, repleto de notícias de greves, protestos, conflitos com o regime, não podia imaginar um evento com este formato em Fortaleza. A especificidade do evento já se pronunciava na manchete em relação a sua função: a apresentação, no centro da cidade, dos estudantes universitários aprovados no vestibular!

Também aí já se via a singularidade das linguagens usadas na festa – a notícia fala da presença de “bichos” de verdade cedidos por um circo que se apresentava na cidade. Na primeira página a foto enquadrando, em plena Praça, um elefante entre os estudantes. A ligação com o movimento estudantil aparecia através da temática que “tomaria conta da passeata” daquele ano, “*a política educacional do governo*”, expressa nas faixas e cartazes levados à rua pelos estudantes.¹¹⁶

De imediato, assim, pensei na festa como momento de expressão dos estudantes, tendo uma especificidade a ser melhor compreendida. Cujo significado apontava para uma apresentação social, um rito de passagem para os calouros universitários, acabava por se transformar em um grande veículo de expressão das bandeiras estudantis. Era preciso qualificar melhor seu espaço, até que ponto foi mesmo um canal diferenciado e que tipo de interações permitiam sua existência.

O esforço, então, foi, a partir das entrevistas e jornais, levantar a memória dessa manifestação. Sabendo de sua existência naquele ano, e também, através da pesquisa nos jornais, desde 1965, queria compreender como os entrevistados a encaravam, que significados emergiam de suas falas. Transformei-a em um ponto de discussão dos meus roteiros, fiz com que falassem dela para que, assim, pudesse captar novos sentidos do que representou para o movimento e para a relação da juventude universitária com a cidade.

¹¹⁶ O POVO 10/06/68:1

Mário Albuquerque e René Barreira foram os primeiros entrevistados. Acredito que ambos, assim como a fala dos jornais, em que vimos a presença do autoritarismo coibindo o evento, introduziram decisivos significados em nosso trabalho. Suas memórias da festa se impuseram, sendo que foi preciso, para entendê-las, incorporar elementos presentes nas falas e em outras fontes. Entender os processos de construção de memórias sobre o evento e como eu, historiador, lidei com elas.

Neste sentido, vejamos a resposta de Mário Albuquerque quando lhe perguntei sobre a Passeata dos Bichos. Sua fala inicial é longa, mas nos permite perceber sua visão como um todo, para assim entendermos melhor a força de sua memória na nossa reflexão:

“É como eu te disse e o documento da imprensa aí mostra, a recepção dos calouros da universidade, era uma recepção para a cidade aos calouros. A cidade tinha os estudantes ali, universitários, aqueles que estavam entrando, como uma vitória dela, de toda a cidade. Então era uma festa da cidade para eles, era uma recepção que não era só dos estudantes é tanto que não era feito dentro da universidade era feito na rua. Era no Sábado e que era uma mistura como eu falei de passeata e de curso camavalesco, com muita diversão, mas também com muito humor político. A tônica era o humor político, por que o carnaval também na época aqui em Fortaleza também tinha essa característica, era um carnaval também com humor político, entendeu? É, a crítica social junto com o carnaval, e era uma coisa muito boa por que é como eu falei também para você, era um, fazia parte eu acho que de uma, de uma sociedade que infelizmente acabou com isso que era um ritual social, os ritos de passagem. Quer dizer, toda sociedade, como todos nós individualmente temos nossos ritos, passagem de criança para a adolescência, da adolescência para adulto etc. nas sociedades primitivas, nas sociedades indígenas que fazem bem isso. Nós não, isso é feito sem a gente nem perceber, é feito aos troncos e barrancos, sem um processo de conscientização a gente é jogado na marra nesses processos de passagem. Mas a sociedade também tem seus ritos de passagem também e um deles é o carnaval e o outros era essa calourada, essa recepção aos calouros. E era um dia de festa na cidade em que os estudantes se preparavam para esse dia, os carros enfeitados, se tinha fantasia. E era muito, muito, milhares e milhares de pessoas virava um curso camavalesco. Era Sábado pela manhã, a cidade em peso ia assistir, não é? E a crítica social e política era marcante. Você vai ver aí no material de imprensa lá várias, do tipo por exemplo, me lembro aqui de uma: “se os americanos não tomarem cuidado, os brasileiros terminam tomando conta do Brasil”. É: “Jonhson, antes era talco, hoje é sangue para as criancinhas no Vietnã” – a crítica ao Lindon Jonhson que era o presidente americano na época do Vietnã, eram, várias palavras de ordem, interessantíssima, ricas, de conteúdo, de humor

e isso interagia com a sociedade. Acho muito diferente de hoje que aquelas palavras de ordem que não interagem: abaixo, só abaixo, não pô!"

Sua fala mistura elementos pessoais, da sua própria vivência do evento, com aspectos extraídos da pesquisa que fez nos jornais acerca do movimento estudantil no período. Um material que me passou e várias vezes fez reverências na sua fala. Fica difícil, inclusive, saber de onde extraiu as palavras de que se recorda: dos jornais ou de suas lembranças.

Nitidamente ocorre uma alimentação da sua posição atual, presidente da "Associação 64-68", com suas reminiscências. No que Alistair Thomson pensou como um processo inteiramente público, Mário Albuquerque recorre a outros materiais culturais para compor sua memória do evento, criando, assim, condições para sua legitimidade¹¹⁷. Seu depoimento foi um dos mais amplos e, somente como a entrevista de Francisco Monteiro, vai afirmar veementemente a importância do evento dentro do contexto do movimento. Com ênfase, o situa enquanto um lugar singular acerca dos embates estudantis, por conta das suas possibilidades de expressão e vivências políticas diferenciadas.

Através de sua formação de sociólogo, detecta o campo de ação do evento, explicando seu sentido no contexto das relações entre movimento, juventude universitária e a cidade. Faz uma classificação do que significava o evento, tendo como recursos o material que recolheu, mas também suas próprias recordações. A carnavalização do protesto, a idéia de rito de passagem, a legitimidade do desfile como uma festa da cidade para seus universitários, são elementos presentes na fala de Mário e que acabam por ocupar espaço na minha argumentação sobre o papel do evento no entendimento do movimento estudantil universitário naqueles anos.

Por fim, ainda relaciona o teor da crítica presente ao desfile com a situação atual, destaca o caráter comunicativo do evento diante da população, hoje perdido em palavras que não interagem. Novamente vai se reafirmar o valor da marcha dos estudantes em um contexto de diferenciação da prática atual e de outros momentos do movimento. No desfile havia a possibilidade de uma outra faceta da política que não aquela, citada como "viciada", das

¹¹⁷ THOMPSON, Alistair. "Recompondo A Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias" In: Projeto História. São Paulo: Educ, nº 15, p 51-71, 1997.

assembléias, de posições fechadas na radicalização da luta contra a ditadura. Há até a abertura para linguagens carnavalescas, como se o espaço da festa aproveitasse sua proximidade com o período momino – geralmente separado desta por poucas semanas.

A manifestação, na sua narrativa, apresenta várias facetas da legitimidade política da *feita*. Ele levantou alguns caminhos que foram sendo percorridos e depois, só no final, foi possível perceber o diálogo que sua fala teve no sentido de perceber que tipo de legitimidades reivindicou, quando pude entender os aspectos etnográficos do rito, definidos a partir das múltiplas legitimações em jogo e analisadas com base em outras falas e materiais.¹¹⁸

René Barreira, por sua vez, reforça a idéia do protesto a que Mário se referiu e que vimos nos jornais através dos cartazes. Para ele, ficou bem clara a idéia de uma estratégia do movimento em tomar o evento para si, para denúncia do regime. Segundo René, “*era se aproveitar da passeata dos calouros como uma manifestação de protesto através de faixas, de camisetas....*”. A passeata já existia antes do golpe, depois “*se passou a dar esse significado*”. Para ele, acabou-se por “*dar um significado político a essa passeata de calouros*”...

A idéia de uma estratégia de uso político por parte do movimento ganha corpo e, depois dessas duas entrevistas, pode-se dizer que, ao lado da noção ritualística, serviram de suportes da análise inicial em torno do desfile dos calouros.

Um outro tipo de fonte nos ajudou a esclarecer essas questões, na medida em que nos dá sinais para aprofundar a relação da festa com a juventude universitária e a cidade de Fortaleza. Trata-se de um conjunto de fotos do acervo do NUDOC do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Ele surge como um grande painel de memórias da Passeata dos Calouros.

São 56 negativos das manifestações de 1966 (18) e 1967 (27 que vieram a se transformar em fotos, mais onze negativos perdidos, mas nítidos). A correria a procura de outras fotos foi imediata. Seguindo a ordem dos

¹¹⁸ DA MATTA, Roberto. *Camavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. p 27.

envelopes – não consegui achar as fotos das passeatas dos outros anos da década de 60 no acervo estimado em cerca de 11.000 negativos das de 1966 e 1967.¹¹⁹

As fotos do evento de 1966 referem-se a variados pontos do trajeto do desfile no centro da cidade. As de 1967 têm como cenário a Praça do Ferreira – tida na época como o coração do centro da cidade e ponto de concentração dos estudantes.

São momentos em que se destacava principalmente a apresentação dos cursos dentro do evento: dos 38 negativos da de 1967, 16 são destacando os cartazes, faixas ou as rainhas dos cursos. Na passeata de 1966, das 18, 6.

Isso se explica pelo próprio sentido do registro: documentar a história da universidade, em uma iniciativa promovida pelo reitor e fundador da universidade, Antônio Martins Filho. Nada melhor do que documentar o sentido mais oficial do desfile, passando para a história justamente seu teor mais sério e que acredito dava sua maior legitimidade: a apresentação dos cursos e seus estudantes. Ao lado dos grandes acontecimentos da história da UFC, documentou-se aquele evento especial de apresentação dos novos universitários – orgulho da cidade e do Estado. Pelas fotos, estudantes posando para a lente do fotógrafo.

Assim, pelo acervo de negativos de 1967, passeiam estudantes, segurando faixas de cerca de quinze cursos, como que em um esforço de não deixar nenhum de fora. A preocupação de não se deixar escapar o brilho das rainhas de alguns cursos. O caráter de “apresentação”, citado por Mário confirma-se, nas fotos, mas, e o resto? O humor político, o teor de protesto, o verdadeiro “carnaval”?

Também aparecem, contudo, em um plano inferior. Ao observar as fotos, vemos que a câmera fotográfica percorreu o evento de uma ponta a outra com a preocupação de dar um panorama do evento. O espaço dado aos cartazes é menor que o das faixas dos cursos. O que não é uma verdade a ser extraída das fotos. Quem bateu as fotos quis dar essa conotação.

¹¹⁹ Os negativos pertenciam ao acervo iconográfico da UFC. Milhares de fotos tiradas a mando do fundador da UFC para se preservar a história da instituição. As fotos a seguir não foram reveladas por mim dos negativos. São revelações feitas na época e que se encontram no acervo de fotos do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. Lá também só encontram-se imagens das passeatas dos calouros de 1966 e 1967.

No entanto, acredito que, pelo teor plural do evento, mesmo a câmera fazendo uma seleção, por conta de sua trajetória **em volta, e dentro**, do desfile capta importantes facetas.

Temos logo abaixo, em 1967, uma pose para a “história”. Em um canto do desfile faz-se o registro do curso através de sua rainha e princesas. Na frente a distinção do Curso da Farmácia.



Porém, nesta outra, a seguir, vemos a mistura entre protesto e “realeza”:
a construção das memória através das fotos, bem como suas falhas!

No desfile de 1966, temos como “pano de fundo” da “realiza” universitária a subserviência da imprensa ao Tio Sam:



Ainda que a preocupação tenha sido com o caráter do rito de apresentação, as manifestações possuíam outras facetas que não **podiam** ser desprezadas pelo fotógrafo no seu registro. Novamente a fabricação de uma memória e seus “vacilos”. A seguir três fotos em seqüência que demonstram o esforço do fotógrafo em captar o movimento do grande desfile, vislumbrado por sua câmera, na ocasião o “olho da história”.

Aqui a passeata de 1966 está de passagem em frente à Praça da Faculdade de Direito – na época, ponto de encontro de manifestações estudantis como, por exemplo, em relação ao problema dos excedentes, quando se realizaram acampamentos de estudantes para protestar na praça.









O "curso carnavalesco ganha o centro da cidade. Fortaleza, abre seu coração para receber seus universitários, para a apresentação dos cursos, com estudantes segurando faixas, desfilando com fardas, a presença das reivindicações se visualiza nos inúmeros cartazes carregados pelos estudantes. A criatividade se expressa em roupas, adereços, posturas, desenhos e trocadilhos. Ao lado das rainhas, o humor dentro da festa, com os carros enfeitados de palhas. Pelas ruas molhadas do final da Avenida da Universidade e sob o olhar atento do público, os estudantes dirigiam-se agora para a Praça do Ferreira. E tentam se virar debaixo do toró que caía...

A foto a seguir refere-se à passeata de 1967. Percebemos a multiplicidade de valores no interior do evento:



A presença das autoridades, o policiamento nas ruas, em volta dos estudantes, a chamada do curso, o uso de cartazes de protesto, tornando o desfile um grande painel a ser apreciado pela multidão que se coloca nas calçadas das principais ruas do centro. Meninas do Liceu, transeuntes, comerciários, famílias inteiras, transformavam o evento em um desfile de opiniões e expectativas imprevisíveis. As imagens trazem à tona diferentes sentidos da juventude universitária para a cidade. Significados já vislumbrados nas falas de René Barreira e Mário Albuquerque.

A fala de Helena Serra Azul, contudo, coloca outras facetas da Passeata dos Bichos e das seleções feitas nas suas memórias. Depois de reconhecer seu “*cunho iminente político*”, afirmou que o “ *pessoal ia brincar, era a maior bebedeira*”. Ela ressalta:

“Porque às vezes também depois do tempo passa como uma coisa muito limpa demais. O pessoal ia embriagado mesmo, uma boa parte. As meninas nem tanto porque naquela época ninguém bebia tanto e tal – mas tinha já, as mulheres bebiam, mas bebiam menos, e tinha gente que não bebia.”

Sua preocupação em fazer com que a “*coisa*” não passasse muito “*limpa*”, introduz outro elemento da festa até então não tocado. Outro componente do múltiplo jogo das legitimações em volta do desfile. Citada também por outros entrevistados, a embriaguez fazia parte do mesmo. Ocupava, inclusive, como veremos, um lugar chave dentro das disputas em torno da legitimidade do rito. Definia-se dentro da própria abertura que se tinha quando da realização do evento.

Nem no acervo de fotos da UFC, nem em algumas entrevistas, essa visualização do evento não foi feita. No momento de construção de seus registros, não interessou falar da bebedeira dentro da festa. Para que? Se o que interessava prioritariamente era destacar, nas falas de Mário e René, o uso político do sentido simbólico da manifestação? Temos um direcionamento de acordo com o que se quer reivindicar da significação da festa para o movimento. Por outro lado, no acervo da UFC, dificilmente seria possível imaginar, dentro do sentido pensado pelo acervo, estudantes bêbados dentro da festa comemorativa, ao lado de rainhas elegantes e belas, faixas de cursos.

Bem diferente de uma matéria de um jornal que, em 1967, fez uma montagem de fotos onde se percebe, lado a lado, rainhas dos cursos de Jornalismo e Serviço Social; estudantes com cartazes protestando contra a guerra do Vietnã (“*Quem Nasce no Vietnã é Vietnamita. Quem morre no Vietnã é americano*”); um estudante cambaleando, segurando uma garrafa para a câmera.¹²⁰

¹²⁰ O POVO 03/04/67: 8

Assim, destacar a pluralidade do evento foi o objetivo dessa cobertura, demonstrando o caráter intencional de cada composição que se faz sobre o evento. A fala de Helena, conscientemente, se coloca na posição de evitar composições, para ela, “limpas” demais, que não apresentam outros aspectos que não apenas do protesto. Posso dizer que, dentro da questão do reconhecimento da festa, ela tem uma posição estratégica de discutir os sentidos das composições, tentando com sua fala evitar um direcionamento da lembrança do evento.

Cabe salientar, na discussão, duas opiniões discordantes que apresentam bem as divergências das composições sobre a festa estudantil. Militantes de tendências do movimento estudantil, Francisco Monteiro e Inocêncio Uchôa reafirmam o caráter de protesto do evento. O primeiro começa sua reflexão sobre sua participação política, destacando de imediato o evento, para ele uma manifestação que apresentava a política dentro da universidade para os novatos. Já Inocêncio prefere atribuir ao desfile uma importância mais relativa, dentro de uma visão em que tudo (inclusive o carnaval fora de época, a micareta de julho realizada em Fortaleza desde o início da década de 90, o Fortal) pode ser aproveitado para se fazer política: “até o Fortal o pessoal faz política”.

Para Inocêncio Uchôa, foi uma oportunidade de aproveitar “um momento folclórico do movimento estudantil”, já que “não eram momentos assim que definiam a política estudantil”. Logo a seguir arrematou: “não era uma coisa que marcava uma posição ideológica, todo mundo ia, todos, porque fazia parte você chegar e mostrar: “eu sou universitário”.

Aqui aparece, então, o porquê da posição de Inocêncio: as manifestações estudantis deviam ser um momento de ritualização da tendências no sentido da afirmação de cada uma. No caso da Passeata dos Bichos, colocavam-se grandes dificuldades neste propósito. Como no caso dos momentos de enfrentamento com a polícia, que unia as tendências em ritos comuns e menos divergentes, ela também aglutinava. Só que em vez da fuga ou do enfrentamento, uma mistura maior de significados: confundia as experiências estudantis. Confusão que, na visão de Inocêncio Uchôa, impede a definição do rito como um lugar importante na iniciação política e/ou reafirmação de pressupostos por parte da tendências políticas: “não marcava

posição ideológica". Ele fala que "*todo mundo ia*", como então usá-la no sentido de uma hegemonização ou divulgação de palavras de ordem?

Na sua fala, temos a tensão de significados: tratava-se de se "*mostrar um universitário*". Momento de demarcar a passagem para a universidade, isto define o evento para ele. Quando compõe sua percepção da Passeata dos Bichos, não pode vê-la como muito importante para o movimento naquele instante. Mais importantes são os momentos de enfrentamento, como o massacre da José de Alencar ou da prisão dos estudantes da UNE, ou ainda as grandes mobilizações, como a célebre Passeata dos Vinte Mil. Espaços nos quais os grupos políticos tiveram uma maior possibilidade de ação em relação aos mecanismos existentes quando da realização do desfile dos calouros.

Francisco Monteiro, por sua vez, apresenta a passeata como um momento ímpar dentro da sua militância. Na introdução de sua Dissertação de Mestrado na Faculdade de Medicina coloca a passeata como um dos grandes momentos da sua vivência do período dentro do movimento estudantil:

"Minha formação em medicina tem duas fases totalmente distintas. Uma de 1966 a 1968 e outra de 1972 a 1976. Vestibular difícil e complicado com prova de Português eliminatória e provas de Química e Biologia contando pontos negativos pela primeira vez, num vestibular da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na primeira fase, ainda adolescente, os primeiros contatos com um sistema de estudo totalmente diverso de tudo quanto já havia passado. As conversas, o trote, as eleições para o Diretório Acadêmico (DA) XII de Maio, a Passeata dos Bichos, que, desfilando pelo centro da cidade, deleitava novatos e veteranos, expunha a Universidade à sociedade (eram criticados o Reitor, Diretores de Faculdades, o Governo, a Cátedra Vitalícia, Professores, tudo e todos, até mesmo os Marechais, que estavam no poder), e deixava ansiosos para participar os vestibulandos e as moçoilas da cidade. Tradição no calendário de eventos da Metrópole."¹²¹

Na entrevista concedida, reafirma esses sentidos, cita, a marcha do estudantes novatos como exemplo de um fazer político diferente. A passagem em que apresenta sua definição da manifestação refere-se à resposta que deu acerca do como se deu sua iniciação política no movimento:

"Porque na época, eu tenho um texto que eu vou lhe mandar, já também no texto da minha dissertação fala, que era a passeata

¹²¹ MONTEIRO, Francisco. Faculdade de Medicina. Dissertação de Mestrado, UFC, 1997. p0.1

*dos bichos, os calouros, era promovido, o Diretório Acadêmico, e o próprio diretório central dos estudantes, o DA 12 de Maio, o famoso DA 12 de Maio da medicina, junto com os outros fazia a passeata dos bichos. Essa passeata andava no centro da cidade e o ponto alto era quando ela passava em frente ao São Luís, muita gente na Praça do Ferreira, muita gente, tanto rapazes como moças, adultos mesmos, que ficavam lá. Porque era **um protesto político-ético**, as pessoas bebiam. Mas se preparava nos vários centros acadêmicos: no DCE ficava a madrugada antes pintando faixas, pintando cartazes e as pessoas iam fantasiadas, era uma coisa lúdica, era **um protesto lúdico-ético**, mas muito interessante.” (Grifos Meus)*

Classifica o evento em um contexto no qual vários significados aparecem. Para tanto, cria definições/fusões, “*um protesto político- ético*” ou “*um protesto lúdico-ético*”. Destaca, igualmente a participação das entidades na sua organização, com o evento sendo também parte do movimento estudantil, não algo à margem e completamente independente.

Creio que sua fala deve ser compreendida a partir da sua história de militância, do reconhecimento almejado para o movimento. Não é à toa que apresenta sua iniciação política a partir da Passeata dos Bichos. O evento coloca-se como uma demonstração do fazer político diferenciado dentro do movimento. Na questão do reconhecimento, ocupa um lugar especial na forma de pensar uma ação política diferente. Quando vai contar a importância de sua militância ele recorre à manifestação – momento de combinação de significados, agora reivindicados.

Na época, todavia, o desfile dos calouros não tinha esse papel político essencial tão claro. Ainda que sua fala aponte a simultaneidade de experiências envolvidas dentro do desfile, o elemento da tensão, na fala de Francisco Monteiro, não aparece: tudo se coloca como um campo em que naturalmente foi possível combinar significados. Essa combinação, contudo, teve outras facetas, uma vez que dentro do desfile há momentos em que aparecem tensões no sentido da percepção das relações entre movimento e o desfile, cujo centro é o próprio sentido da juventude universitária em relação à cidade.

Entre um e outro, Francisco Monteiro e Inocêncio Uchôa, existem variações, e inúmeros aspectos vão ser levantados por outros entrevistados. Há combinações, ênfases em alguns detalhes, detrimentos de aspectos,

valorização de outros, leituras diversas de sua importância. Percebo que são interpretações de um material muito plural sobre o qual se debruçam, dentro dos mecanismos de construção de suas composições.

Para entender seus significados, temos que delimitar melhor o espaço do desfile dos calouros universitários, os porquês desse momento diferenciado de uso das ruas do centro da cidade. No asfalto a realização de um “mini-carnaval” dos estudantes. Uma festa capaz de permitir linguagens de crítica e que se transforma em espaço dos estudantes na denúncia e luta contra a ditadura militar. Em meio a uma multidão, sob olhar cerrado de fuzis, era comemorada a vitória pessoal de “ter passado no vestibular”, mas também foram experimentadas outras utopias que ganhavam fôlego dentro dessa verdadeira festa juvenil durante a década de 1960.

A seguir, outras falas expressarão suas impressões sobre o evento, assim como poderemos, através dos jornais e outras fotos, perceber as relações entre o movimento e do autoritarismo com o desfile dos calouros. Vemos os estudantes em sua marcha festiva, a passeata de quem “luta por uma causa”, o general nacionalista, o poder simbólico em disputa. Enfim, os conflitos entre múltiplas legitimações reivindicadas nos usos do evento.

Para terminar esse capítulo, retorno à fala de Francisco Monteiro. Acredito que, ao se referir manifestação como um exemplo de aprendizado político, reforça nossas definições sobre ela como um espaço cheio de sentidos do qual pode-se tirar amplas noções, importando perceber que há um jogo de legitimações dentro do evento e também nas memórias sobre ele.

A Passeata dos Bichos reuniu diferentes sentidos da vivência estudantil do período. Reivindicados de acordo com a legitimidade que se quer expressar. Diferentes versões que não devem ser vistas como “falsas” ou simplesmente complementares. São pontos de vistas que, ao nos mostrarem diferentes posições e interesses, apresentam também faces das complicadas dimensões do evento.

Perguntado sobre os efeitos em sua vida da sua passagem pelo movimento estudantil, Francisco Monteiro usou mais uma vez a marcha dos calouros universitários, nos falando que ela:

“Dá margem para a gente entender que a política não precisa ser feita com carranca. A seriedade das ações não impedem que elas sejam agradáveis, não impede o espírito lúdico das passeatas dos bichos, não impede que você divulgue mensagens políticas. A política não é uma coisa sectária, não é uma coisa carrancuda, não é uma coisa, vamos dizer, que só os iniciados fazem política, que já tenha seus donos.”

“Dá margem para a gente entender que a política não precisa ser feita com carranca. A seriedade das ações não impedem que elas sejam agradáveis, não impede o espírito lúdico das passeatas dos bichos, não impede que você divulgue mensagens políticas. A política não é uma coisa sectária, não é uma coisa carrancuda, não é uma coisa, vamos dizer, que só os iniciados fazem política, que já tenha seus donos.”

Capítulo IX

Os “Bichos” Pedem Passagem. Rito e Política no Coração da Cidade.

I

Em diversos momentos, alguns entrevistados destacaram a preocupação em passar sua experiência nos seus cursos de origem. Expressões curiosas, episódios pitorescos, especificidades políticas, cada um a seu jeito não deixou de evocar as vivências universitárias, de reivindicar do passado uma outra forma de viver a cidade e especialmente a universidade.

Alguns foram além: chegaram algumas vezes a desenhar todo o traçado do Benfica dos anos 60, como fez Maria José¹²²:

Ali no museu de ciências era a química, a parte de química, no do meio era a matemática, no lá de trás era a física, tinha uma biblioteca lá, cada bloco tinha. Agora, a sala de aula eram comuns. De frente a Igreja, vizinho, não tinha a rádio naquele tempo, mas tinha a arquitetura, o museu, do lado era a Escola de Engenharia, onde hoje é a História, a Sociologia. Ali era a Engenharia, em frente onde são as casas de cultura, era a parte de letras, do lado para o CEU, que tinha o restaurante.”

Várias unidades compondo um traçado que podia ser coberto a pé pela **Avenida da Universidade**. As várias unidades de ensino próximas umas as outras, em que “*todo mundo se conhecia*”.

Como nos jornais, vemos um mundo diferente se desenhar. O videoclube, o teatro, a arquitetura, as festinhas, tertúlias, jogos na quadra do CEU. O show de MPB dos Institutos Básicos, as caravanas do GRUTA.

O Clube dos Estudantes Universitários. Nele estavam o Diretório Central dos Estudantes da UFC, o RU, o Restaurante Universitário, alguns dormitórios, e o clube claro, incluindo a quadra do CEU. Dele saíam as passeatas de protesto e dos bichos, nele também a realização dos congressos e assembléias dos estudantes.

¹²² Maria José Sales Auto Moreira (Mazé) – Estudante dos Institutos Básicos de 1963 a 1969. Entrevista realizada dia 05/03/2001.

Em uma época em que a UFC era a única Universidade e ao seu redor orbitava a maioria absoluta de escolas particulares ou estaduais, todos se encontravam, seja no jogo, seja na festa na sala ou no meio da rua durante uma manifestação.

O Benfica, cedia seu ar aristocrático, e suas mansões e sítios para concretizar os sonhos da terra alencarina. Provinciana, mas conquistando sua Universidade capaz de agregar e criar unidades de ensino. Uma das grandes batalhas da época entre os estudantes era esta: a federalização das faculdades como forma de garantir seu papel na sociedade.

Helena Serra Azul falou do seu curso, Medicina, da “sinuca” do Centro Acadêmico, dos jogos universitários onde o *“pessoal ia para os jogos, o centro acadêmico comprava batucada, charanga, pessoal levava bebida, era maior festa”*. Complementa destacando a demarcação dos cursos através dos *“gritos de guerra”*:

“Outro dia alguém estava brincando: Mas menina, a medicina sempre foi pemóstica”. Por que tinha o grito de guerra assim: “Era não sei o quê, deus no céu, medicina aqui na terra.” [riso] Era uma coisa assim bem absurda, sabe?”

Antônio Ximenes, por sua vez, destacou o significado político do seu curso – A Agronomia. Nele defendia-se uma *“política profissional”*, havia o sentido de *“que não adiantava essa luta violenta”*. Para eles, o mais adequado *“era se formar e influenciar lá dentro, na SUDENE, lá dentro dos órgãos, pra poder promover um planejamento agrícola que contemplasse a reforma agrária.”* Uma luta feita diariamente por livros, por preços melhores no restaurante universitário etc.

Bráulio Ramalho fala da “legião estrangeira” durante uma greve da FAFICE: estudantes de outros cursos que iam visitar o prédio ocupado pelos universitários da Filosofia.¹²³ Oswald Barroso recorda-se que

“Morava nesse tempo na Praça da Faculdade de Direito, e na frente da minha casa havia o acampamento dos calouros, dos excedentes. E eu, mesmo passando no vestibular eu ia sempre nesse

¹²³ Uma greve que durou vários dias apresentada nos jornais. Na fala de Mazé a greve também foi recordada como importante marco do movimento estudantil. O POVO 23//06/68.

acampamento e lá tive contato com os partidos de esquerda realmente, finalmente eu tive contato com os partidos de esquerda.”

Estas falas, assim como as memórias da festa, apontam para a percepção levantada por Daniel Aarão para vislumbrar outras formas possíveis das experiências de resistência à ditadura, em especial a movimentação estudantil. Acredito ser possível solidificar melhor a idéia da existência do “ethos” de protesto levantada por Vera Magalhães e que, segundo Daniel Aarão, nunca deixou de ser uma idéia “tateante”:

“Vera Sílvia Magalhães, em projeto que as circunstâncias impediram de levar adiante propõe a necessidade do estudo da constituição de um ethos específico, formado no ambiente estudantil da época, saturado pela politização das interpretações, dos debates, das atitudes.”

Diante da “crise das ideologias, até então dominantes”, dos valores e contravalores dos partidos políticos, tínhamos uma sensação de “terra arrasada” entre os jovens universitários da década de 1960. Como, ao formular sua idéia de uma geração de dissidentes, novamente a idéia de um “marco zero”. Agora, dentro da proposta de Vera, uma diferença: buscar-se a construção de uma identidade a partir de “outras dimensões” e “outras referências” para além do político. Neste sentido, segundo Aarão, essa versão se destaca por propor que “para compreender a conjuntura política-cultural” daqueles anos, “seria preciso articulá-la com as trajetórias pessoais”. Interpretar:

“micro e macroestruturas condicionando um processo de elaboração ética coletiva e individual, combinada a uma prática política. um programa revolucionário que emerge como manifestação de uma identidade construída para além da dimensão política”.¹²⁴

Dessa forma, se na primeira parte do trabalho procurei compreender como se deram essas combinações do pessoal e político no sentido da construção do movimento nas relações entre as organizações, entidades/movimento estudantil e ditadura, agora posso esmiuçar melhor esse

¹²⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997 p 43-44.

assunto no tocante a outros territórios estudantis que se vislumbram nas falas dos entrevistados. Perceber como vivências individuais se apresentam diante de tramas sociais e políticas do período. Acredito ser possível estabelecer um locus de observação desse “ethos” – ver que tipo de comportamentos aconteceram e quais suas implicações no contexto da resistência ao regime e/ou construção do movimento estudantil, na cidade.

Para tanto, acredito ser pertinente acrescentarmos um novo componente na discussão. Estabelecer um diálogo com a percepção de Marcelo Ridenti sobre a presença dos estudantes na luta contra o regime. Ele consegue caracterizar sentidos sociais e culturais daquela luta, abrindo possibilidades para se visualizar os porquês das atitudes estudantis.

Marcelo Ridenti situa historicamente as questões levantadas por Vera e Aarão na medida em que norteia o teor desse possível “ethos” de revolta tendo em vista os conteúdos sociais e ideológicos da vivência política e cultural dos estudantes naqueles anos. O autor demarca os laços de continuidade entre as referências políticas no pré-golpe.

Depois de refletir sobre o conteúdo social do protesto estudantil, as relações entre vanguarda e movimento, nos fala da situação de se trabalhar de na instituição universitária.

Um “meio muito peculiar”, herdeiro de uma tradição cultural, marcada por valores que acabam por se contrapor às dinâmicas dos anos de 1967 e 1968:

“em primeiro lugar, no aspecto mais geral, à dinâmica de uma sociedade miserável, subdesenvolvida, repleta de injustiças e desigualdades, em que a maioria da população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania consagrados pela ideologia burguesa, dominante também nas faculdades”.¹²⁵

Tendo em vista os planos de “modernização conservadora e socialmente excludente, imposta pelo regime civil-militar a partir de 1964”, uma parcela dos universitários, dentro daquilo que o autor chama de “cisão fáustica”, vai se posicionar contra essa nova reestruturação da desigualdade e da miséria.

¹²⁵ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. p 148.

Com uma “consciência crítica, cultivada desde os anos de populismo”, ela não vai “admitir o novo modelo político e econômico”, que parecia estancar o desenvolvimento econômico e democrático do país, aguçando ainda mais a miséria e as diferenças sociais.¹²⁶

Por outro lado, em uma dimensão mais específica, “os valores humanistas do meio acadêmico chocavam-se com os métodos governamentais no tratamento das questões universitárias”. Era imposto:

“A implantação de um novo tipo de universidade: paga, tecnocrática, empresarial, “racionalizada” em seus “custos e benefícios”, voltada para suprir o mercado de mão-de-obra especializada para o emprego assalariado, além de cumprir a função de massificar o ensino, dando ilusões a uma crescente parcela da população de que seria possível a ascensão social pelo estudo”.

Tal receituário de mudanças do ensino superior opunha-se radicalmente “aos valores de autonomia intelectual da universidade pública e gratuita”, ao projeto de uma “instituição formadora de profissionais liberais e de livres-pensadores comprometidos apenas com os ideais acadêmicos de liberdade, justiça, igualdade de direitos etc”.

Dois fatores acentuavam o quadro: a ação governamental, que também impunha a repressão direta, e até física, opositores chegando inclusive a devassar os “territórios livres” das faculdades, violados em sua “sacralidade” pelas invasões policiais, por exemplo. E ainda o “mal-estar mundial nas universidades”, uma “crise da cultura burguesa” que os estudantes daqui sabiam estar acontecendo e por sua própria posição social e cultural mantinham-se informados e de alguma forma tinham sua repercussão.¹²⁷

Dessa forma, estavam semeadas as fagulhas da resistência estudantil – delineadas por esses traços culturais e sociais – a serem trabalhadas pelas organizações políticas e que foi o material da dinâmica do movimento estudantil como se apresentam nas memórias dos estudantes do período.

¹²⁶ Marcelo Ridenti define a “cisão fáustica” referindo-se aos setores da sociedade brasileira que se vêem diante do pacto com Mefistófeles: aderirem a modernização conservadora excludente que acirra, a miséria e a desigualdade na sociedade brasileira. Os integrantes desses setores, assim, cada vez mais se vêem apartados dos que justamente gostariam de aderir, os excluídos da sociedade. *Id Ibidem.* p 73-149.

¹²⁷ *Id. Ibidem,* p 148-149.

Percebo que Ridenti neste momento de sua análise consegue assim levantar todos os indícios dessa busca pela conceituação de um “ethos” da revolta. Creio ser possível visualizar na Passeata dos Bichos os sinais dessas observações. Na manifestação cruzavam-se o papel social do estudante e da universidade, o peso da “cisão fáustica” diante da realidade brasileira. Uma recriação simbólica de conteúdos críticos que pelo tom jocoso e provisório podem expressar-se de uma maneira única. Como na foto abaixo em que se denuncia a intervenção estrangeira no ensino superior:



Os estudantes devem ser vistos em seus territórios. Nos desfiles dos calouros de 1962 a 1968 temos uma chance de verificar diferentes teias políticas.

Na verdade, nosso protagonista, o movimento estudantil, vislumbra-se nas relações entre a cidade e seus universitários tendo em vista a ruína de antigos sonhos e a iniciação de esperanças que acabariam muitas vezes por não se concretizar.

II

Um ano antes do golpe, ainda com João Goulart na presidência, O POVO, do dia 25 de Abril de 1963 colocou a seguinte manchete:

“Mais de mil universitários desfilarão, Sábado próximo, pela manhã, percorrendo as principais ruas e praças de Fortaleza na tradicional Passeata dos Calouros”.

O jornal Gazeta de Notícias assim noticiou o evento:

“Os universitários de todas as faculdades de nossa capital, farão realizar na manhã de hoje a sua tradicional passeata dos calouros, quando todos os novatos desfilarão devidamente fantasiados e transportando cartazes.”

Acrescentando: “das principais novidades do desfile será a participação de carros alegóricos dando novas dimensões ao tradicional trote”.¹²⁸

A manifestação estudantil era um “desfile” pelo centro da cidade dos recém-aprovados no vestibular da Universidade do Ceará e das unidades de ensino superior existentes em Fortaleza. Realizava-se logo no início do ano letivo, acontecendo em um sábado, com milhares de pessoas assistindo nas calçadas e praças do coração da cidade na época.

Era, pois, um evento de grande repercussão e movimentação cuja qualificação é de um evento “tradicional” dos estudantes universitários. Uma definição constante durante todo o restante da década, que revela o caráter ritualístico que o evento possuía, no tocante à representação da juventude universitária e sua importância para a cidade.

É preciso ir além da caracterização do “tradicional” como algo surgido de um marco original que remete a um passado remoto condenado a se repetir pelos anos com aspectos imutáveis. Deve-se analisar os significados presentes

¹²⁸ O POVO 25/04/1963:2 e Gazeta de Notícias 27/04/1963:3.

nas expectativas dos envolvidos na sua realização, evitando um análise estática e linear do rito. Compreender suas formas relacionadas aos contextos em que se manifestaram:

“la historia es la disciplina del contexto y del proceso: todo significado es un significado-en-contexto, y cuando las estructuras cambian las formas antiguas pueden expresar funciones nuevas y las funciones antiguas pueden encontrar su expresion en formas nuevas.”¹²⁹

Existem relações, com suas simbologias e interações, que compõem a definição desse “tradicional”, e em especial os usos feitos. A noção do rito como sendo uma tradição remete às representações dadas a juventude universitária e à própria universidade no contexto das lutas políticas da época.

Especialmente, refere-se à experiência dos participantes no sentido de viver o rito a partir de suas expectativas, dando ao mesmo novos significados; refere-se ao ser universitário naquele momento em que temos a celebração de um feito, a comemoração de uma passagem.

Um dos eixos do rito, então, é justamente sua legitimidade no sentido de apresentar os novos universitários. Múltiplas legitimações entram em cena. Como afirma Roberto Da Matta:

“o estudo dos rituais não seria um modo de procurar as essências de um momento especial e qualitativamente diferente, mas uma maneira de estudar como elementos triviais do mundo social podem ser deslocados e, assim, transformados em símbolos que em certos contextos, permitem engendrar um momento especial ou extraordinário.”¹³⁰

Os estudantes universitários não são elementos dissociados da sociedade.

Ocupam um lugar socialmente definido que diz respeito aos papéis que deles se esperam, em uma interação de respeito e deveres, mas também de significados maiores acerca de como a própria sociedade visualiza a si mesma e a seu futuro.

¹²⁹ THOMPSON, Edward. “Folklor, Antropologia, e História Social” In: *Entre Passados - Revista de História*. Buenos Aires: Año II, nº2, 1992. p 66

¹³⁰ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. p 63

É o que vemos nas várias memórias da festa. Juventude e universidade entrelaçavam-se nos eventos, dentro de uma perspectiva em que a universidade ocupa um lugar-chave na busca pelo desenvolvimento, palavra que na década de 60 tinha um sentido de superação mitológica de uma situação de pobreza e atraso.¹³¹

Em um momento de expansão do ensino universitário, com novas demandas de setores médios interessados em novas possibilidades de status social, o acesso à universidade alcança um grau social e simbólico de realização, desejo e satisfação jamais visto. Uma vez expandidas as vagas, não é este justamente o momento de maior euforia? Quando se vê os filhos ocupando-as, não se torna um sonho muito mais desejado?¹³²

Tais significados expressam-se bem na fala de Paulo Emílio:

“Agora, a minha entrada na universidade, ela era motivo de alegria, foi motivo de regozijo. Eu sempre vi a passeata estudantil dos calouros como uma festa, momento de regozijo, em que não só se dava um trote: logo em seguida todos os estudantes em conagração apresentavam suas cabeças raspadas, seus rostos pintados, seus corpos cheios de talco, maizena ou coisa assim desse tipo. Então se fazia a festa, entrava bebida alcoólica, entrava festa, farra, brincadeira, as meninas também se posicionavam dessa maneira, fazer a farra, brincadeira e tal.”

¹³¹ Vários livros sobre o golpe militar de 1964 colocam-no como contraponto do clima de esperança, transformação, mobilização de setores no período João Goulart. Este é tido como o ápice de um quadro progressista. Nos primeiros parágrafos do trabalho de Heloísa Buarque, como muitos outros livros, temos essa referência mitológica ao desenvolvimento. Com o advento da ditadura e sua modernização conservadora o desenvolvimento perde tal sentido, consagrando uma visão do golpe de 1964 como um grande divisor de águas. No decorrer da década de 60 a utopia do desenvolvimento ainda está presente, porém, sem o mesmo enraizamento social. Um dos poucos setores que consegue ainda viver esses ecos é justamente o universitário. Encarando o evento como um rito juvenil podemos pensar, com Giovanni Levi e Jean Claude Schmidt, a juventude enquanto marcada por ritos e cobranças sociais que exercem muitas vezes uma função ambígua de medo e expectativa. O rito é momento de consagração e desta forma socialmente incentivado, existindo mecanismos de restrição e liberação. Não possuem uma essência linear: são culturalmente determinados, exercendo papel chave na construção de significados sociais sobre os jovens. No caso, temos o entrelaçamento do jovem com a instituição universitária na visualização do papel da universidade na cidade. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. & GONÇALVES, Marcos Augusto. Cultura e Participação nos anos 60. (7ªed) São Paulo: Brasiliense, 1989. pp 10-11. LEVI, Giovanni. & SMHITT, Jean-Claude. “Introdução” In: — (org) A História dos Jovens. V1 Da Antigüidade a Era Moderna. São Paulo: Companhia das letras, 1996. pp 7-18.

¹³² Tal expansão na década de 60 encontra-se não consolidada e é no decorrer da décadas de 70 e 80 que a demanda pela universidade será mais saciada com o apoio do regime na

A marcha festiva concentrava parte do significado de ser universitário naquele instante, quais suas possibilidades de ação, que tipo de caminhos se abriam, como um espaço em que temos “mecanismos utilizados para a criação desses momentos” em que “se oculta ou se revela abertamente, onde se analisa ou se obscurece inteiramente”, em que “se marcha contra ou a favor daquilo que é o menos discutido no mundo humano ou no mundo natural.”

Os jornais referem-se a carros alegóricos como novidades que deram mais pompa ao evento, ressaltando ainda cartazes e fantasias.

A presença das rainhas dos cursos e faculdades aponta para a função do ritual como lugar do luxo, da beleza, da reverência, da distinção. A farra promovida em pleno centro da cidade com milhares de pessoas assistindo nas calçadas nos remete a mecanismos de deslocamento próprios do ritual, como fala Da Matta, que assim não inventa significados, mas os recria em uma perspectiva de reforçar ou desconstruir noções.

Ao jovem universitário são permitidos comportamentos que não seriam tolerados em outros momentos. Estamos, agora, diante de mecanismos de reforço. Como disse Pedro Albuquerque, o rito celebrava a conquista de novas possibilidades e como tal permitia tolerâncias e criava expectativas quanto a essas aberturas :

“Era momento em que muitos estudantes, muitos dos estudantes, talvez pela primeira vez, tivessem a oportunidade de tomar, botar um copo de cerveja na boca, como foi o meu caso. Eu vim colocar um copo de cerveja na boca pela primeira vez quando eu entrei na universidade e talvez tenha sido aí na passeata dos calouros, talvez ...”

Passar no vestibular exigia distinções, daí a centralidade dada aos calouros que tomavam as principais ruas da cidade para se exibirem, fazendo um verdadeiro mini-carnaval, segundo os jornais.

Há a comparação do evento estudantil com o carnaval.

Em várias notícias espalhadas pelos jornais na década de 60, bem como, não esqueçamos, na memória dos entrevistados, temos a recordação da

expansão do ensino privado, o que ainda deixará por muito tempo o ensino público superior em uma perspectiva de difícil acesso.

festa, dos “rostos pintados”, “corpos cheios de talco”, “maizena” “farra”, entrava bebida alcoólica...

No ano de 1963 observa-se a notícia de um concurso a ser promovido pela coluna “Informes Acadêmicos”, de João Soares, do jornal Correio do Ceará, por ocasião do evento. Possuindo júri e critérios, o objetivo do concurso é premiar com uma taça, pelo seu desempenho, a “equipe campeã geral”; a “melhor apresentação masculina; a melhor apresentação feminina; o grupo mais original; a melhor organização”.¹³³ Há a intenção de reforçar valores tradicionais, direcionando a festa dos estudantes no sentido da pompa, do requinte, da distinção.

Os jornais de 1965 falaram dos estudantes desfilando ao som de “orquestras que cantavam músicas carnavalescas”¹³⁴. Músicas das quais, segundo Cláudio Pereira, com os quais se faziam “paródias” para satirizar as autoridades como o presidente Castelo Branco, “o ditador de então”:

“Eu me lembro que na primeira passeata que foi aniversário do golpe, o Castelo era o ditador de então. Aí nós então fizemos uma paródia que era assim: “Castelo, por favor vai embora””

Marciano Lopes¹³⁵, ao ser perguntado sobre o desfile dos estudantes, assim recordou:

“Era um carnaval, com muitas brincadeiras, faziam críticas em tabuletas.... Era um pretexto para crítica, a pândega (...) Talvez pela influência do carnaval, dos blocos dos sujos, era perto do carnaval tinha o espírito...”

A festa, pois, apresenta linguagens que se distanciam do requinte, aproximando-se do teor mais crítico, ainda que permitido, desde que no tom da ironia e da brincadeira. Não podemos esquecer ainda a presença das rainhas de cada faculdade destacadas nas fotos e colunas dos jornais.

As belas moças reforçam o requinte da apresentação dos calouros, um momento mágico onde todo o brilho deve estar presente, toda beleza referenciada em um dia de comemorações e premiações.

¹³³ O POVO 26/04/1963:4.

¹³⁴ GN 09/05/1965:1

A idéia do "curso carnavalesco", lembrada também por Mário Albuquerque, de se apropriar de músicas carnavalescas, as premiações, a pândega, rainhas, o trote, por si só momento de aplicar determinados receituários, remetem à dimensão festiva presente no desfile. São representações¹³⁶ do evento como uma festa que ocupa lugar de destaque no imaginário social da cidade, que pára para contemplar e assistir ao que os universitários têm a dizer.

Roberto da Matta, no estudo de desfiles, os define enquanto momentos de dramatização social onde valores são reelaborados, visando a uma perpetuação/reelaboração de significados, redefinições de posturas e personagens.

Não se trata de negar a história, mas de perceber como cada sociedade encena sua auto-imagem, inclusive em cada rito, reinterpretando sua historicidade. Daí a necessidade de que normas possam ser transgredidas, visando à criação de um ambiente propício a essa encenação.¹³⁷

Nesse sentido, creio que a sociedade fortalezense criava um lugar para realização de um "mini-carnaval" de seus universitários porque estes possuíam um papel nas representações de como essa sociedade imaginava a si mesma e seu futuro. Por isso a permissão e a centralidade atribuída aos calouros ali no centro da cidade.

O que nos leva a perceber que a festa suscitava a busca do exagero, da tolerância de determinadas atitudes, mas exigia também o cumprimento de procedimentos que permitam a realização do ritual que, claro, deve estar em sintonia com determinadas visões dos jovens.

¹³⁵ Marciano Lopes – jornalista na década de 1960/memorialista da cidade de Fortaleza, em especial as décadas de 1950 e 1960. Entrevista realizada dia 04/04/2001.

¹³⁶ CHARTIER, Roger. Op Cit. p 173- 177.

¹³⁷ Em especial a introdução e o primeiro capítulo (onde analisa formas de desfiles que caracterizam a sociedade brasileira). Uma passagem é elucidativa: "Daí porque, penso, o ritual é um dos elementos mais importantes não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação – ainda não devidamente estudada – entre ritual e poder". Em relação aos calouros universitários e sua passeata podemos perceber como esse ritual servia para reelaboração dos significados sociais da universidade e seus estudantes, assim como reelaboração do lugar que esses ocupavam no imaginário citadino e mesmo brasileiro daquele momento onde o desenvolvimento é visto como superação mitológica do atraso. DA MATTA, Roberto. *Camavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. (5ªED) Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

Assim, não se pode esquecer a presença de normas e controles na sua realização mesmo antes de 1964. A dramatização é feita com base em uma contextualização clara.

Na cobertura jornalística dos preparativos da manifestação de 1963, vemos que serão feitas “diligências” para que “não saiam cartazes maliciosos, ou pornográficos”, bem como que “será evitado o excesso de bebidas alcólicas”¹³⁸. Duas inibições que dizem respeito a aspectos morais em que os estudantes não podem ser vistos nem como maliciosos nem pornográficos ou bêbados. O que nos leva a pensar no cuidado com a audiência, com destaque para as famílias dos universitários.

Entretanto, mesmo sendo passível de controle e permeada de preocupações e tabus normatizadores, o desfile permitia novos enfoques na avaliação de atitudes, e em especial na criação de linguagens políticas.

Dentro de um reforço da ordem, aparecem elementos de inversão próprios do carnaval. Os estudantes embriagavam-se esperando tolerância, tinham a chance de “malhar” as autoridades e professores não muito queridos, reivindicar sobre questões da sua faculdade etc.

Um estudante, em 1963, leva uma faixa onde se lê:

“VOCÊ AGÜENTA PILHÉRIA?”.

Ao seu lado, estudantes levando um jumento com o cartaz: **“EU SOU O PILHÉRIA.”**

O Pilhéria, provavelmente algum professor ou autoridade do ensino local, não deve ter ficado lá muito satisfeito...¹³⁹

O caráter exibicionista do rito dos universitários está presente nas duas fotos cedidas por Maria José. Na primeira, seu irmão se equilibra em uma bicicleta em um cordão entre dois postes de um caminhão. Na outra foto sorri, ao lado de dois colegas, recebendo o aplauso da multidão.

Em ambas, ela faz questão de observar que *“não é uma coisa vazia, existe participação popular, as pessoas estão ao longo da rua olhando.”* E ela

¹³⁸ O POVO 25/04/1963:2

¹³⁹ O POVO 25/04/1963:2

tem razão. Nas fotos a seguir temos uma multidão fascinada diante de seus universitários.



Os estudantes, portanto, eram o centro da festa e podiam assim apresentar-se com uma liberdade que em outros momentos seriam prontamente proibidas. Com o advento do golpe, novas utopias adentram à festa. Cláudio Pereira nos diz que o desfile dos bichos era:

“Uma maneira coletiva de você extravasar, porque você se diluía na multidão, eram estudantes novatos e todos os estudantes que passaram no vestibular queriam aparecer que nem a gente aparecia também com as nossas músicas, a gente fazia muita paródia...”

“Diluir-se na multidão” a partir do “querer aparecer” são expressões que denotam a chance de sair às ruas para fazer o que em outros momentos não seria possível, dentro de uma ordem autoritária cujos espaços de manifestação são cerceados cada vez mais. Em um momento em que a crítica é cada vez mais restringida, o melhor foi aproveitar a chance, mesmo que vigiado, de se perder na multidão, se deixar proteger.

A maior oportunidade aparece com a sátira, espaço privilegiado da criatividade que se espera ver no desfile dos estudantes. Ir às ruas assistir o rito de passagem era também entrar em contato com as mensagens, muitas vezes inesperadas, dos cartazes. Os cartazes levados a público “arrancavam risos”, segundo os jornais. Uma sátira política presente no desfile antes do golpe. Em 1963, através dos jornais, vemos que foi marcante a “gozação a Brizola, Lacerda, Jango e outros líderes nacionais.”¹⁴⁰ A crítica foi também a nomes da esquerda naquele instante, portanto, não estavam isentos da jocosidade estudantil na perspectiva do caráter de imprevisibilidade da crítica e da sátira do evento.

Em fins de abril de 1963, vivemos no país uma situação de crescente afunilamento, no tocante aos embates políticos dos diferentes grupos sociais, os estudantes das diferentes escolas superiores parecem dispostos a estar presentes nessas discussões, algo esperado no desfile dos calouros: que os jovens se posicionassem sobre os assuntos nacionais. Podemos pensar, posteriormente, como com o golpe militar o ritual se redefiniu. O rito como momento de convergências de utopias e reivindicações foi espaço privilegiado para se expressá-las e vivenciá-las. É o que vemos na foto a seguir da

Passeata dos Bichos de 1966. Nela, condensa-se o papel do desfile como momento de visualização de bandeiras e reivindicações dos universitários.



Cartazes sobre a situação política do país, “corre-corre de vacas”, uma reclamação por mais postes em um bairro da cidade no Jacarecanga.

Através da sátira, abre-se um leque de interpretações a serem feitas ali no calor do calçamento. Inúmeras mensagens eram ressignificadas pelos

¹⁴⁰ GN 27/04/1963:3.

presentes ressaltando seu caráter polissêmico de sentidos. Nela ainda, estudante sujo de maizena, a rede armada entre os postes, o partido azul?!?!

A apresentação dos calouros foi lugar de mensagens e sonhos estudantis na busca de reatualizar utopias. Busca de dizer o não permitido, de passar pelas ruas comemorando a vitória pessoal e/ou a almejada derrubada da ditadura. Viver um dia especial, para muitos com diversos significados: “política e cerveja”. A festa para os calouros tinha um sentido de destacar essa significação social de futuro da nação, em uma época em que ser universitário era algo das mais difíceis e invejadas tarefas. As universidades ocupavam lugar de destaque no ideário de desenvolvimento e como tal tinham de ser vislumbradas.

III

Roberto Da Matta compôs uma tríade de análise dos desfiles brasileiros: militares, religiosos e carnavalescos. Todos brincam com convenções, possuem um lugar dentro da ordem, ou de reforço, ou inversão, com possibilidades diferenciadas de ação, muitas vezes possuindo elementos de combinação entre eles. O autor faz uma distinção entre: as paradas militares, onde uns assistem e outros são o centro, em um claro processo de reforço da ordem de valores; e o carnaval, onde não há uma centralidade, existem espaços para todos brincarem. Apesar de existirem ainda distinções, o carnaval é por definição um “rito sem dono” onde predominam-se mecanismos de deslocamento e inversão. Os desfiles religiosos segundo Da Matta definem-se como rituais mediadores entre os outros dois.¹⁴¹

No caso do desfile dos calouros universitários, os estudantes ocupam um lugar de destaque. Afinal, são eles o centro da festa, a vitória é mais deles do que nunca, e por isso somente eles têm o direito de “brincar” de fazer um “mini-carnaval”, de paralisarem o centro da cidade e comemorarem. Por outro lado, se há um reforço de papéis, de distinções, temos a criação de um espaço diferenciado para o protesto no centro do espetáculo.

¹⁴¹ DA MATTA, Roberto. Op. Cit. p 37-69

A dramatização permitia que se viabilizasse um canal especial. Combinam-se mecanismos de deslocamento, reforço e inversão. A partir das expectativas em torno das manifestações, as pessoas que se aglomeravam para saudar seus universitários, foi possível a transformação do desfile em momento de se divulgar utopias estudantis: tornou-se um escudo simbólico contra a repressão. É através do mecanismo de reforço de significados que se consegue o lugar da expressão, ainda que condicionada. Pelo deslocamento temos à própria saída ao coração da cidade na época: nas ruas do centro, a construção de um lugar diferenciado nos sábados, onde se pode comemorar a vitória de seus universitários. Pela inversão, temos o surgimento de linguagens e comportamentos singulares. Apenas, lembremos, de quem obteve o “direito” de usufruí-los.

A carnavalização do desfile tem seus mecanismos na legitimidade do rito como apresentação dos calouros. É o que vai permitir que alguns se divirtam na consagração de determinados valores sociais.

O que implica dizer também que determinados mecanismos do rito não podiam ser desafiados, nem mesmo pelos estudantes, como o momento do trote. É assim que vejo a fala de Ruth Cavalcante:

“Então eu me lembro de um fato uma vez que fugiu um dos calouros para não participar da passeata dos calouros. Ele foi encontrado e foi em cima de um caminhão, um caminhão totalmente aberto, sem nem aquelas grades, raspam a cabeça dele, botaram ele só de calção e ele foi gritando a passeata todinha: “eu sou um bicho fujão, eu sou um bicho fujão”. Esse foi o trote dele [risos] Então não se admitia que o calouro não fosse a essa passeata.”

Ou ainda a fala de Pedro Albuquerque sobre as fardas específicas de cada curso:

“as nossas colegas da Faculdade de Direito usavam saias vermelhas, uma espécie de uma farda. Então isso caracterizava também a simbologia da Faculdade de Direito, e a gente gorro vermelho”.

Algo que vemos na foto a seguir, estudantes com uma farda característica empunhando cartazes:



É instigante, assim, pensarmos na proposta de Da Matta sobre os rituais brasileiros que apresentam discursos da realidade, expressando significados múltiplos. No caso da Passeata dos Bichos o que temos é uma verdadeira confusão de significados e discursos. Por um lado, o estudante era o centro das atenções indicando um reforço da ordem, do elitismo de que só alguns podiam passar no vestibular. Entretanto, foi justamente por isso que o evento apresentou condições de ser uma abertura, proporcionou condições para que os estudantes pudessem fazer coisas que não seriam aceitas em outros momentos – entre elas o protesto! Os estudantes que protestam são os mesmos, na sua maioria fardados, orgulhosos de seus cursos.

Tal situação não é linear ou mesmo “pacífica”. Como veremos mais na frente há um claro esforço de cerceamento do rito por parte das autoridades militares. Esforço institucional de tutela e liberação de espaços, físicos inclusive, e também simbólico de distinção entre os que querem a “confraternização sadia” e os “subversivos”. Entre os estudantes, por sua vez, há uma multiplicidade de vivências e mesmo uma disputa em torno do que é legítimo ou não na manifestação. Processos mediados pelas culturas políticas dos estudantes, individuais e coletivas

O caráter “tradicional” vai ser reivindicado de acordo com os interesses dos envolvidos, e é concebido na medida em que as expectativas sobre ele se vislumbram. Era mesmo reivindicado, e sentido, por estudantes. Em 1965, estudantes da Faculdade de Direito distribuem um documento protestando “contra a atitude de elementos estranhos” que estariam a fim de “criar um clima de tensão entre os estudantes e as autoridades militares”; querem defender o “trote” como “uma tradição da classe estudantil de todo país que tem por objetivo criar um clima de maior entrosamento entre os universitários”. Tais estudantes buscavam ver no rito um ideal de harmonia onde não há lugar para o protesto.¹⁴²

O desfile dos calouros propiciava diversas linguagens. Os Presidentes dos diretórios estudantis, responsáveis pela manifestação, dizem que “a passeata terá um caráter essencialmente democrático e servirá como instrumento de divulgação das principais reivindicações dos universitários cearenses”.¹⁴³ Se os estudantes do curso de Direito viam o evento como uma “tradição” que tem seu sentido na criação de “um clima de um maior entrosamento”, os presidentes de diretórios, talvez não o do Direito, observaram-na como aproveitamento do espaço público para a divulgação de reivindicações estudantis.

A ocupação do espaço público, portanto, permitia uma multiplicidade de vivências; de forma alguma era um rito único e homogêneo. Tínhamos as

¹⁴² GN 07/05/1965:7 Esses estudantes podem ser da direita estudantil que viram uma possível utilização subversiva da passeata. Na Faculdade de Direito existia um núcleo conservador que inclusive promoveu um processo de intervenção nas entidades por ocasião do golpe militar. O POVO 16/04/1964:6

¹⁴³ GN 07/05/1965:7 Se os estudantes do curso de Direito viam o evento como uma “tradição” que tem seu sentido na criação de “um clima de um maior entrosamento”, os presidentes de

discordâncias quanto ao conteúdo das mensagens, por exemplo. Em 1966, o *Gazeta de Notícias* comenta que os alunos primeiranistas da Faculdade de Direito recusaram-se a participar do evento alegando que as Diretorias do seu Centro Acadêmico e do Diretório Central dos Estudantes “não estão querendo respeitar o pensamento da classe, mas querem impor as idéias de poucos, apesar de haverem sido eleitos pela maioria”. Os calouros do Direito acreditam que os cartazes devem estar em branco (no que discordam as entidades) declarando que “ou em branco ou nada”.¹⁴⁴ As legitimidades envolvidas no rito não estavam dadas, havia discordâncias sobre o que devia ser levado às ruas diante de um evento que possuía tamanho significado social.

Reforço que não acredito no desfile como fonte de protesto e evento político apenas no pós-golpe. Fica claro pelo teor das falas expressas nos jornais e nas memórias de alguns entrevistados o caráter de expressão de bandeiras, de canal de mensagens estudantis, inclusive em relação à própria esquerda, do desfile dos bichos antes de 1964. Depois do golpe militar, vemos ruir, como nos fala Marcelo Ridenti, a perspectiva dos ideais universitários. Serão perseguidos e sufocados passo a passo na violenta batalha que se trava em torno do rumos da instituição universitária e da própria sociedade. Um “novo” mundo se anuncia e, dentro das marchas dos calouros, antigas utopias visam novos fôlegos.

É, assim, que devemos observar a realização da Marcha dos Bichos de 1968, a última da história. Ela foi um espaço essencial no sentido do protesto, em um momento da vivência de possibilidades de oposição ao regime até então não vistas. Afinal, marcada para o dia 8 de Junho (uma data já bem atrasada em relação às outras) ela acontece depois da repercussão da morte de Edson Luís, após a eclosão de inúmeras manifestações de protesto em todo o país, com uma série de experiências de politização nas ruas não só em Fortaleza como em outras cidades. Um momento crucial tanto na tentativa de se conceber maiores espaços de liberdade política e/ou derrubada da ditadura militar, bem como nas ações do regime para não perder o controle da situação, incluindo-se aqui tanto os últimos esforços de Costa e Silva e seus aliados em

diretórios, talvez não o do Direito, a observaram como aproveitamento do espaço público para a divulgação de reivindicações estudantis.

¹⁴⁴ GN 07/05/1966: 02

cumprir a promessa de levar o país à redemocratização, bem como as ações de repressão/terrorismo deliberadamente empreendidas visando criar uma situação de instabilidade política e com isso legitimar o endurecimento do regime.¹⁴⁵

Como coloca Paulo Emílio, se a Passeata dos calouros de 1967 marcou uma “virada”, ainda “*combinando festa e política*”, a de 1968 “*não tinha festa, foi mais o protesto contra a ditadura, extremamente política*”. O espaço público em 1968, na lembrança do entrevistado, remete a experiências profundamente marcadas pela utopia de se resgatar no asfalto uma liberdade perdida e, para muitos estudantes, nem muito conhecida. O evento foi vislumbrado como momento de se denunciar uma situação de repressão, através de sua dimensão legitimada de ocupação do espaço público. Há um esforço de vigilância e controle por parte das autoridades militares, como vemos no título da notícia que anuncia o evento em 1968:

“BICHOS VÃO AS RUAS SOB CUSTÓDIA POLICIAL”

Os “bichos” deviam ter muito cuidado diante do fato de estarem sob custódia. Anuncia-se uma situação incômoda: o espaço é definido pela polícia. Mesmo sendo vista como uma tradição (o que garantiu sua realização), seu lugar na cidade é basicamente definido pela liberação vigiada dada pela polícia, que afinal detém a “custódia” de seus participantes. Os estudantes entraram em contato com o Secretário de Polícia e Segurança Pública que, desta vez, determinou, além do isolamento das ruas do itinerário do desfile, que “todas as delegacias dessem plantão durante toda a manhã”, objetivando “deixar todos a postos para suprimir qualquer subversão da ordem”. (Grifo Meu) “Subversão da ordem”, palavras mágicas, capazes de mobilizar destacamentos inteiros e deixar a cidade em ebulição.

Assim, a Passeata dos Bichos movimentou a força repressiva da cidade, demonstrando a clara preocupação dos militares em não deixar as coisas saírem do controle em um momento em que milhares de pessoas encontram-se nas principais ruas do centro de Fortaleza com a atenção voltada para o

¹⁴⁵ VENTURA, Zuenir. *1968, O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p 257-307. MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit. 1987. p 133-143.

desfile dos estudantes. O Jornal O POVO reforça essa perspectiva quando informa que uma “fonte” garantiu que a Secretaria de Polícia “não permitirá nenhum cartaz de críticas as autoridades e que está disposta a proibir a sua exibição.”¹⁴⁶

Apesar do terrorismo do Secretário de Polícia, as coberturas de O POVO e do Gazeta de Notícias não apresentam maiores perturbações na sua realização e os estudantes levaram às ruas críticas fortes. Como em 1967, temos também uma temática: “Política Educacional do Governo”, sendo que, segundo os jornais, ficaria a cargo de cada faculdade trabalhar o tema. Na cobertura, informa-se que a “tradicional passeata” saiu às ruas fazendo críticas referentes ao problema levantado e, pela primeira vez, segundo o jornal, “em diversos momentos os estudantes chamaram o governo atual de “ditatorial”¹⁴⁷.

É surpreendente verificar que, mesmo com toda a repressão armada para a realização do evento, tais conteúdos tenham sido expressos, assim como não ter, segundo, O POVO, se verificado “a ostensiva presença de policiais” nas ruas. Em 1967-1968, claramente temos a capacidade de organização do movimento estudantil no sentido de trazer as potencialidades do desfile para a luta contra o regime. Dentro de toda a repressão e censura, não conseguem chamar o regime de “ditatorial”? Vejamos, contudo, que não houve, ao fim, nenhuma “concentração de estudantes – algo “costumeiro”, segundo os jornais. Não teria sido justamente o temor da repressão, uma vez acabado o desfile, que levou a essa postura dos estudantes?

Um aspecto faz-nos pensar sobre as estratégias estudantis para minimizar o risco da repressão pela força policial. Trata-se da informação de que, junto com os estudantes, desfilaram bichos de verdade, animais cedidos por um circo que se encontrava na cidade. Assim, na fotografia de O POVO, vê-se os universitários nas ruas em meio a elefantes, chimpanzé e carroças puxadas a burro. Não seria uma forma de combater a imagem da subversão que procurava se vincular à passeata? A irreverência permitiu a manifestação: nela deu-se a visibilidade de mensagens políticas de contestação.¹⁴⁸

¹⁴⁶ O POVO 06/06/1968:7

¹⁴⁷ O POVO 09/06/1968:7

¹⁴⁸ O POVO 09/06/1968:1

As potencialidades específicas do evento recriam o protesto. Usá-lo como veículo de expressão é também ceder às suas peculiaridades. O rito de passagem (excludente, lembremos) liberava linguagens. Formas de burlar a repressão, mas também limites que entraram muitas vezes em tensão com o pretendido pelas entidades, grupos de direita e esquerda, as opiniões dos jornais, as autoridades militares. O espaço da passeata era resultado destas tensões constituindo-se como um campo próprio de distintos referenciais políticos e simbólicos.

Capítulo X

A Juventude Dourada e o Dia da Mentira

A passeata dos calouros de 1967 foi indicada por alguns entrevistados como “a hora da virada” na luta contra a ditadura militar por parte dos estudantes.¹⁴⁹

Chama a atenção nos jornais, dias antes da sua realização, a divulgação de uma notícia segundo a qual a reitoria da UFC, através de seu representante naquele momento, o Vice-reitor, Renato Braga, estaria interessada em impedir sua realização naquele ano através da “intervenção de forças do exército e polícia militar”.

Para acalmar os ânimos, foi preciso que o mesmo representante viesse a público no dia de sua realização, fato não verificado em nenhum outro momento, para garantir que tudo não passava de um boato.

Nas suas palavras, “a pessoa responsável por tal boato tem, subterfugamente, interesse em ver a não realização da passeata”, pois a reitoria não tem nenhuma interferência na passeata, considerando-a “uma tradição dos nossos universitários”.¹⁵⁰

Novamente a definição do rito como uma tradição, indicando sua força no imaginário da cidade acerca da juventude universitária. Fica também subliminar a acusação de terrorismo contra o desfile feita através desse “boato”.

Pedro Albuquerque fala que a manifestação estudantil era cercada por ameaças de repressão, apesar de não acreditar em uma repressão de fato. Sabemos, por outro lado, que o evento não foi uma redoma impenetrável de defesa das reivindicações estudantis. Na cidade de Belo Horizonte, em 1966, houve repressão ao desfile.¹⁵¹ Os universitários ficaram mais visados pela ação repressiva, verificando-se a restrição do espaço de reivindicação e crítica, capaz de ser levada até as últimas conseqüências a ação intimidadora.

¹⁴⁹ Pedro Albuquerque, Paulo Emílio e João de Paula afirmaram essa indicação da passeata de 1967, marcando uma guinada com sua clara utilização para se protestar contra o regime.

¹⁵⁰ Gazeta de Notícias 01/04/1967:4

¹⁵¹ Gazeta de Notícias 05/04/1967:6

Outro elemento de cerceamento foi, como em 1966 e 1968, a obrigatoria autorização do Exército. Para a realização da passeata de 1967, os estudantes necessitaram novamente pedir a autorização oficial, demonstrando mesmo que as “tradições” deviam ser monitoradas. O DCE, em nome das demais entidades, solicita ao “Secretario da Polícia e Segurança Pública, “garantias para que a tradicional passeata decorra dentro da mais completa ordem”. O jornal Gazeta de Notícias destaca, dois dias antes do Gazeta, que o presidente do DCE Homero Castelo Branco, disse “ter enviado um ofício ao secretário de Polícia e Segurança Pública, prof. José Miramar da Ponte, solicitando a **devida** licença e cobertura policial.” ¹⁵² (Grifo meu)

Verifica-se, mais uma vez, a necessária relação das entidades com a autoridade militar, com os militares monitorando a atividade dos estudantes, fazendo com que as ruas estejam tranqüilas e à disposição do desfile. A tradição justifica a presença e concede o direito de ir às ruas, sempre sob a monitoração das autoridades. Não é qualquer forma de desfile que é legitimada e tolerada.

Por outro lado, os estudantes pedem autorização para realizar o tradicional desfile e dentro do permitido aproveitam-se para outros fins. Em 1967, os estudantes planejaram novos usos do desfile. A intenção do DCE, na fala do seu presidente, Homero Castelo Branco, era fazer com que a passeata dos calouros de 1967 fosse “ordeira e não um mini-carnaval como nos anos anteriores”, pois isso não é próprio de “quem luta realmente por uma causa”. Neste sentido, o evento teve um tema: “a infiltração imperialista estrangeira no ensino universitário brasileiro”, mensagem que os cartazes e faixas deveriam expressar. Ainda se pretende “evitar o uso de bebidas alcoólicas”, tudo sem comprometer o “clima de liberdade da passeata”. ¹⁵³

A fala de Homero, acredito, remete a visualização de que as entidades quiseram fazer do desfile como um momento de repercussão singular, bem como de proteção, para se expressar contra a ditadura militar e suas negociatas e farsas. Para tanto, era necessário evitar o “mini-carnaval”, e assim se realizar uma manifestação “ordeira”. Temos um projeto das entidades estudantis para a passeata.

¹⁵² Gazeta de Notícias 01/04/1966:6

¹⁵³ O POVO 30/04/1967:1

O caráter político do evento, assim, ganha uma atenção especial por parte das entidades estudantis, interessando-a colocar como um marco na luta pelos interesses universitários.

A escolha do tema reflete a presença de uma bandeira capaz de aglutinar grupos e pessoas e expressar bem a situação de reformulação da estrutura universitária na cidade.

Realizada no dia primeiro de abril de 1967, um cartaz da manifestação apresenta o teor da denúncia na citação ao dia da mentira:



A denúncia da ditadura com sua “revolução” no dia da mentira. Mais do que provocação, na mente da oposição ao regime, situação do movimento estudantil naquele instante, o golpe tinha sido promovido no dia primeiro de

103

abril de 1964. Para além da simples verificação possuía um sentido simbólico de denúncia do caráter falso do regime.

No meio da multidão e ao lado da presença policial pôde-se, como fez Paulo Emílio no centro da foto logo abaixo, empunhar a denúncia da dependência ao interesse imperialista:



Sobre sua foto Paulo Emílio nos conta que *“aconteceu uma mudança ali: os cartazes haviam sido preparados pelo movimento estudantil previamente”*. Seu cartaz, ele pegou por sua *“própria vontade”* – *“um cartaz antiimperialista”*.

Os cartazes já estavam prontos e haviam sido preparados pelo então estudante do Curso do Direito, Mino, hoje cartunista, a pedido das entidades estudantis. Vendo o cartaz carregado por Paulo Emílio identificamos

prontamente o tema previsto: no cartaz, com figuras caricaturais, um sertanejo dá um pontapé em um vaqueiro norte-americano dizendo: "FORA SEU YANKEE".

Paulo não via a passeata até aquele instante como momento do protesto:

"Olha, no momento em que eu entrei na universidade em 1967, eu, para mim era motivo de orgulho, de festa, de regozijo eu ter conquistado a aprovação no vestibular. E para mim tinha que se festejar, era motivo de festa, era motivo de alegria, não era motivo, eu não tava pensando em protesto."

Ou seja, para além da vontade da denúncia, a própria passeata de 1967 cumpriu um papel de iniciação política para seus participantes.

Uma grande festa, agora, tinha também um teor político contra o regime, buscava ser também um espaço político de luta contra a ditadura. Além de ser um local de criação de protestos e reivindicações estudantis, assumia a postura de ser um ponto de enfrentamento com o regime.

Um protesto planejado, pois Mino nos contou que fez cartazes de diversas entidades.

No desfile de 1967, estiveram presentes, utopias clássicas para o Brasil dos anos 60. Utopias que mobilizavam amplos setores e que não devem ser, como a própria Passeata dos Bichos, entendidas apenas sob a ótica das entidades estudantis.

Alguns cartazes (vistos nos jornais do dia posterior) ao falarem da influência norte-americana no ensino brasileiro, articulam-se a luta contra o imperialismo:

"USA MANDA POVO SUBDESENVOLVIDO ABUSAR DOS
ANTICONCEPCIONAIS"

Falam dos valores de solidariedade do Terceiro Mundo na referência à Guerra do Vietnã:

"JOHNSON! ANTES TALCO HOJE SANGUE PARA AS CRIANÇAS
DO VIETNÃ!";

E da luta pela soberania nacional:

“O AMAZONAS É NOSSO? YES!!!”¹⁵⁴

Assim, o grande evento da juventude dourada da cidade entra, através de suas entidades, na luta contra a ditadura militar. O movimento faz do desfile um mosaico de denúncia do regime autoritário e recriação das lutas estudantis:



¹⁵⁴ Eduardo Galeano traz inúmeras paisagens imaginárias da esquerda latino-americana inclusive a brasileira e, claro, dos estudantes fortalezenses, do final dos anos 60. GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. (36ªED) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Bandeiras são recriadas através de linguagens, cuja força provém do sentido renovador do rito em relação a sonhos e projeções sociais. Os planos das entidades não saem totalmente como se desejava.

Mesmo preparando os cartazes, os diretores utilizam de uma linguagem diferenciada de outras manifestações, como visto acima e também logo a seguir:



Assim, um novo momento se apresentou com a organização do movimento capaz de pensar um uso articulado do evento. As organizações utilizaram o rito para expressar bandeiras, dando ao mesmo um caráter diferente, mas também tiveram que se ver com os mecanismos ritualísticos.

Em um jornal, temos a montagem de fotos em que, de um lado a rainha de um curso, do outro, a foto de jovens cambaleantes com garrafas na mão e mais uma foto com a presença de estudantes segurando cartazes de protesto tanto em relação ao tema elaborado em relação às entidades, como a protestos específicos de cursos ou com um caráter satírico.¹⁵⁵

De um lado, o objetivo das entidades em expressarem as lutas estudantis em um canal direcionado com a fabricação de cartazes, com a dissociação de evitar bebedeiras e o mini-carnaval, com a presença de um “tema”. De outro, significados com os quais as entidades têm que conviver, expressos na linguagem dos cartazes, nas rainhas e das fantasias, nas faixas de cursos, na criatividade, através da presença de artistas de circo no como se “exibir” publicamente, na farra e embriaguez. Dimensões do rito, ainda um momento de apresentação/distinção dos universitários perante a cidade, presentes nas fotos a seguir:



¹⁵⁵ O POVO 03/04/67: 8



Concluo, pois, que ninguém “venceu”: as entidades não “desvirtuam” a manifestação: apenas se inserem dentro de suas regras. O rito, por sua vez, não é mais o mesmo depois do advento do golpe.

No ano de 1967, especificamente, vemos adentrar no seu campo de ação as lutas presentes contra o autoritarismo e pela garantia da universidade. O evento, então, pôde ser mais uma vez expressão do entusiasmo e criatividade estudantis.

Neste sentido, enquanto canal de expressão, foi interessante espaço político, um rito de iniciação e coesão para o movimento, ainda que em tensão com sua organização e grupos políticos, e, também, sem prescindir deles.

II

Podemos ver um fato que demonstra algumas variáveis da Passeata dos Bichos tanto no tocante ao seu teor diferenciado quanto ao entendimento de bandeiras estudantis. Trata-se de um acordo possível em torno do nacionalismo. Estamos falando de um episódio envolvendo o desfile de 1967. O jornalista Paulo Maria de Aragão, na sua coluna "Panorama Estudantil", fez um comentário acerca do papel de um militar do Exército na sua realização. Publicado cinco dias depois da sua realização, o comentário tem o seu objetivo estampado no título:

"GENERAL DILERMANDO SALVOU A PASSEATA"

Logo a seguir, temos a informação na coluna de que o professor Miramar da Ponte, Secretário de Polícia e Segurança Pública, estabeleceu como condição para a realização da passeata o veto prévio dos cartazes. Até aí nenhuma novidade, mas com certeza mais do que nos anos anteriores, a pressão existiu para evitar a politização explícita do desfile dos calouros, uma vez que os próprios estudantes caminham nesse sentido.

Segundo o jornalista, o que garantiu o desfile foi a intervenção do General Dilermando, solicitada pelo presidente do DCE, Homero Castelo Branco. O próprio General, inconformado com a proibição dos jovens de se manifestarem em defesa de seu país (lembremos que o tema programado pelo DCE para a manifestação era a "infiltração americana na universidade brasileira"), exigiu a liberação dos cartazes, tendo até sugerido um cartaz com os dizeres: "A PIOR IGNORÂNCIA É A INTELECTUAL".

Pedro Albuquerque recorda-se da visita do General:

"nós pensávamos que ele vinha mandar proibir, mas ele diz: "Não, eu quero é fazer também cartazes com vocês aqui", aí começou a escrever os cartazes dele aqui, aí disse: "Bom, vocês escolham, se vocês quiserem levam algum pra rua", nós não levamos nenhum pra rua porque nenhum estava de acordo com o que a gente pensava."

II

Podemos ver um fato que demonstra algumas variáveis da Passeata dos Bichos tanto no tocante ao seu teor diferenciado quanto ao entendimento de bandeiras estudantis. Trata-se de um acordo possível em torno do nacionalismo. Estamos falando de um episódio envolvendo o desfile de 1967. O jornalista Paulo Maria de Aragão, na sua coluna "Panorama Estudantil", fez um comentário acerca do papel de um militar do Exército na sua realização. Publicado cinco dias depois da sua realização, o comentário tem o seu objetivo estampado no título:

"GENERAL DILERMANDO SALVOU A PASSEATA"

Logo a seguir, temos a informação na coluna de que o professor Miramar da Ponte, Secretário de Polícia e Segurança Pública, estabeleceu como condição para a realização da passeata o veto prévio dos cartazes. Até aí nenhuma novidade, mas com certeza mais do que nos anos anteriores, a pressão existiu para evitar a politização explícita do desfile dos calouros, uma vez que os próprios estudantes caminham nesse sentido.

Segundo o jornalista, o que garantiu o desfile foi a intervenção do General Dilermando, solicitada pelo presidente do DCE, Homero Castelo Branco. O próprio General, inconformado com a proibição dos jovens de se manifestarem em defesa de seu país (lembramos que o tema programado pelo DCE para a manifestação era a "infiltração americana na universidade brasileira"), exigiu a liberação dos cartazes, tendo até sugerido um cartaz com os dizeres: "A PIOR IGNORÂNCIA É A INTELECTUAL".

Pedro Albuquerque recorda-se da visita do General:

"nós pensávamos que ele vinha mandar proibir, mas ele diz: "Não, eu quero é fazer também cartazes com vocês aqui", aí começou a escrever os cartazes dele aqui, aí disse: "Bom, vocês escolham, se vocês quiserem levam algum pra rua", nós não levamos nenhum pra rua porque nenhum estava de acordo com o que a gente pensava."

Os estudantes esperavam o general se deslocar a outra Faculdade para produzir novos cartazes que assim estariam previamente verificados fazendo com que se criasse uma situação cômica. Nas palavras de Mino:

“Eu ia fazer mais, porque eu desenho muito rápido não é? E isso é que era engraçado que ele dizia: “Não sei como é que pode esses meninos terem feitos tanto cartazes depois de eu ter...”, tem uma história assim que dizia que ele ficava abismado, porque ele não tinha visto aqueles cartazes todos, porque eu fazia muito, era muito cartazes mesmo, era só letra, eram poucos desenhos era só letra.”

O jornalista cumprimenta o General Dilermando por ter sabido encarar de outra forma a maneira e o objeto das manifestações feitas pelos jovens. Em vez de ficar acusando todos aqueles que “combatem o que está errado na administração do estado” de comunistas, é preciso entender a possibilidade de serem “na verdade colaboradores em prol da causa social”. Paulo Aragão enfatiza que se “a Universidade é aonde se estuda para ajudar a constituir o país, porque então calar-se diante de certos fatos que não condizem com a nacionalidade?”

O General, com sua atitude de ter aprovado a “posição estudantil responsabilizando-se pela passeata”, deu um “bom exemplo” e acabou por contribuir para “uma aproximação entre a classe estudantil e militar”. Com isto mostrou a “melhor maneira de combater-se o comunismo”.

A universidade e seu jovens são pensados como colaboradores, agentes críticos em prol da sociedade brasileira. O general é saudado por ter tido esta atitude diante à manifestação dos jovens: não os trata como “comunistas” e entende que é preciso compreender a motivação estudantil, inclusive como forma mais eficaz de combater os subversivos.

No fim da sua saudação ao General Dilermando, Paulo Aragão diz que ele conseguiu com suas atitudes se tornar “líder admirado, um amigo do estudante cearense”.

E acaba fazendo a seguinte conclusão acerca do General e sua relação com os estudantes:

“Acredita-se que no dia em que uma norma venha a ser violada por estudantes em nosso estado, com uma simples pedido do General automaticamente haverá solução para o caso”.¹⁵⁶

Ou seja, Paulo Aragão reforça sua expectativa de que a atitude do General possa colher resultados, conquistando um lugar de legitimidade para os militares no meio estudantil. Temos uma indicação do caráter de experimentação também por parte dos militares em relação à repressão ao movimento estudantil universitário. A liberação do espaço público terá como legitimidade as representações acerca do jovem universitário e seu papel para a sociedade.

O General Dilermando, na época comandante da 10ª RM, “banca” a realização da manifestação baseado na ação dos jovens em relação à defesa da universidade brasileira, o que para ele significava a própria defesa dos interesses nacionais. Uma atitude que não foi isolada, segundo João de Paula. Ele nos falou que durante a proibição de uma peça teatral pela censura policial, o General Dilermando Monteiro também interveio favoravelmente, o que para nosso entrevistado estava de acordo com a “coerência do General para com os estudantes”, algo que ele “continuou mostrando durante sua trajetória posterior”.

Assim, vemos o aspecto da experimentação em dois sentidos: acerca da própria maleabilidade da repressão no sentido de ir reconhecendo como deve reprimir o rito estudantil; e, claro, a própria divisão de opiniões acerca de como deve ser feita (ou não) essa repressão.

A postura do General não impediu que, no início do ano, se fizesse um protesto contra a sua indicação para ministrar a aula inaugural da Universidade. Nas palavras de João de Paula e Pedro Albuquerque, o protesto não se fez contra a figura do General e sim contra a atitude, na sua opinião “subserviente” por parte da reitoria, de indicar um militar para ministra tal aula.

Pedro Albuquerque aponta que o protesto dos estudantes foi porque :

¹⁵⁶ Há indefinições nesse processo de representação do jovem, isso porque há diferenças na visão de como estes devem se inserir na sociedade e claro talvez o aspecto fundamental: há um debate acerca da relação EUA-Brasil, nacionalismo e imperialismo. Em outro momento quando estudar o caráter das utopias constituintes da passeata. GN 05/04/1967:6

“Nós achávamos que isso era um desrespeito à universidade, então nós resolvemos fazer um protesto, e esse protesto, João de Paula Monteiro Ferreira, presidente do DCE, fez, não desrespeitando o General, o General não tinha nada a ver com aquilo, mas o Reitor convidou o General de forma submissa, fizemos o protesto, isso foi muito importante.”

Também João de Paula recorda que o protesto não foi *“contra a figura do general, mas de protesto pela indicação de um militar, uma pessoa que nada tinha a ver com a universidade”*. Firmando posição contrária ao fato de ser alguém fora da universidade o DCE faz o protesto na figura do seu diretor no período, João de Paula, que se retira com alguns outros estudantes do autoritário.

Primeiro grande episódio do ano de 1968, o Conselho Universitário acabará por votar a favor de uma suspensão contra o DCE, que fica oficialmente impedido de exercer suas atividades. Em vão, pois, a punição resultou em um maior ânimo dos estudantes criando ainda mais laços de representatividade entre a entidade e o movimento.¹⁵⁷

A atitude do General em tutelar os estudantes não foi decisiva na maneira como o movimento ia se colocar na sua ação. A experimentação por parte das autoridades não faz do movimento um fantoche.

Pelo contrário, o movimento reafirma sua independência e sua capacidade de se colocar como autônomo. Como vimos a atitude de tutela também é um tipo de violência ainda que velada, a censura ainda era feita, mesmo que em uma dimensão diferenciada – tanto é que podia e era driblada pelos estudantes.

O General “salvou” a marcha porque se dispunha a censurá-la no que fosse indesejável. Porém, os estudantes aproveitam esse traço para também experimentarem, como vimos nas falas de Homero e Mino acerca da utilização no sentido de protestar, tendo em vista a reforma universitária feita sob a bênção dos interesses norte-americanos.

Ambos os aspectos remetem à discussão sobre a singularidade da Passeata dos Bichos como ocupação do espaço público, legitimada como uma

¹⁵⁷ Trata-se de um balanço do ano feito pelo jornal por ocasião do dia dos estudantes programado para ser um dia de luta face as repressões verificadas durante o 1º semestre, na tentativa do combate à ditadura militar. GN 11/08/68

ritualização socialmente concebida e aceita. Para aprofundar a reflexão, a seguir irei fazer um esforço de contextualização da passeata em relação aos conflitos com as autoridades.

Capítulo XI

Notas Sobre a Subversão. Autoritarismo e Movimento estudantil.

No dia 02 de Abril de 1964, saiu no jornal O POVO a fotografia do CEU, Clube do Estudante Universitário, tirada no dia anterior.

Vê-se que o Clube estava cercado pela polícia, na missão de impedir a concentração de pessoas, uma vez que tinha sido, logo nas primeiras horas da manhã do dia primeiro, o local para onde afluíram pessoas dispostas a lutar contra a deposição do presidente João Goulart.¹⁵⁸

Nos dias seguintes, vemos o relato de prisões de estudantes efetuadas em nome da "Revolução"¹⁵⁹, o que expressa a atmosfera de repressão daqueles primeiros dias de golpe.

Logo nos primeiros momentos da intervenção militar, portanto, o movimento estudantil universitário foi alvo das preocupações pelas autoridades, sendo também, em diferentes momentos, alertados, avisados ou conclamados pelas forças militares.

O primeiro comunicado das autoridades militares endereçado aos estudantes aconteceu logo. Nele, vemos o papel esperado da juventude estudantil de Fortaleza em um momento em que intensas inquietações e incertezas pairavam no ar.

Publicado no jornal O POVO dia 03/04/1964, vale a pena ser lido na íntegra. É uma "proclamação", termo caro aos militares, intitulada "Apêlo da 10ªRM Aos estudantes Democratas":

"PROCLAMAÇÃO

O comando da 10ª Região Militar dirige-se neste momento aos estudantes cearenses cuja Universidade juntamente com outras unidades de ensino já representa um centro de cultura que se iguala aos melhores do país.

¹⁵⁸ Além dos jornais da época, também nos baseamos no trabalho de Bráulio Ramalho, que traz um minucioso relato acerca das primeiras horas do golpe em Fortaleza e da frustrada tentativa de resistência. O POVO 02/04/1964:1. RAMALHO, Bráulio. *As Lutas dos Estudantes Cearenses*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1992.

¹⁵⁹ O termo, e variações, são usados no trabalho como a constante representação feita nos jornais, de 1964 até 1968, pelas autoridades e setores aliados, como a própria imprensa, tanto do movimento civil-militar que derrubou João Goulart, como da progressiva modernização autoritária do Estado e sociedade brasileiras.

O Exército está no propósito de manter a ordem, inclusive não permitindo passeatas, comícios ou outras quaisquer manifestações coletivas que possam criar um caldo de cultura favorável a desordem.

Conclamamos a todos que nos prestem sua valiosa colaboração tomando posição contra agitadores.

Aos estudantes democratas e anti-comunistas que, sabemos representam a esmagadora maioria, conclamamos ainda, que assumam a liderança de sua classe contribuindo, assim, para que nossa Pátria mantenha o lugar de destaque que merece.

Apelamos também aos pais que prestem sua valiosa colaboração neste sentido.”

A Proclamação se insere na percepção das forças militares sobre os estudantes e demonstra a intenção de banir os subversivos como principal quesito para o desenvolvimento e a ordem. Verifica-se o pedido aos “estudantes democratas e anti-comunistas”, a “esmagadora maioria”, para que assumam o comando das entidades estudantis garantindo que a ordem prevaleça na Pátria, em uma associação da juventude como responsável nessa missão.

Aqui, vemos claramente a preocupação com o meio estudantil em um momento de perseguição e prisões.¹⁶⁰ Conjuntamente com a repressão aos inimigos do regime, vemos um esforço em buscar adesão social, em especial, entre os estudantes, e, dos seus pais, ao novo regime. Uma “cooperação” no combate à atuação dos “desordeiros”.

Temos assim, em um primeiro momento do golpe, uma ação de repressão das manifestações públicas (inclusive as estudantis), tendo como justificativa evitar a desordem. A “PROCLAMAÇÃO”, feita aos “estudantes democratas”, é uma passagem emblemática para se perceber as expectativas

¹⁶⁰ Ampla bibliografia debate o processo de repressão e perseguição empreendido logo nos dias imediatos do golpe, contra aqueles considerados a favor da subversão e portanto inimigos da “revolução”. Destaque para os IPMs Inquéritos Policiais Militares. Alguns livros: CALLADO, Antônio. *Quarup*. Editora Altaya/Record, 1998. p 446-473; FAVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995 p 47-48; GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?* São Paulo: Companhia da Letras, 1996 p 11-17; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998. p 13-16 e 77 a 79; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987. p 81-89; MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p 207; POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem*. 1979 p 218-230; SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: A UNE Na Resistência Ao Golpe de 64*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986. p 161.

dos militares logo nos primeiros dias da sua “revolução”, bem como na visualização de processos de coibição e classificação da política. Nesta verdadeira “ordem do dia” do Setor de Relações Públicas do Exército, vemos em palavras o que estava acontecendo em Fortaleza e no restante do país: o clima de perseguição, a busca de legitimidade, com discursos que visam a adesões e justificativas da repressão por parte do regime.

Neste contexto, como se inseriu o evento de celebração da juventude universitária em 1964? Por que não há nos jornais nenhum comentário acerca da sua realização? Aliás, por que não se realizou?

A “indicação” do Exército, ao proibir “quaisquer manifestações coletivas” capazes de gerar “um caldo de cultura favorável à desordem”, foi o motivo da sua não realização, o que nos leva a discussão do que muda na visão acerca do rito dos universitários com o advento e a paulatina consolidação do governo militar. Uma consolidação que aos poucos demonstra a preocupação do regime com os estudantes, e nos permite visualizar as representações presentes no olhar e nas atitudes deste para os jovens.

É o que vemos em outro momento de 1964, agosto, dentro de uma posição mais incisiva no sentido de qualificar a juventude estudantil. Trata-se do depoimento do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda acerca do papel dos estudantes no contexto político do país:

“Os estudantes de hoje são os homens de amanhã, mas nós somos os homens de hoje. E acrescenta: Primeiro o estudante deve estudar, depois se aperfeiçoar na prática democrática no sentido amplo. Admite, porém, que os estudantes podem fazer política dentro dos partidos que estão envelhecendo, sem líderes para a renovação do pensamento político nacional.” (Correio da Manhã 28/08/1964) ¹⁶¹

Com o progressivo avanço da repressão aos estudantes pela ditadura a representação maior é de que “estudantes devem estudar”, os jovens são o futuro, “os homens de amanhã”, não devendo se meter em assuntos da política do presente. Afinal, se a política é o exercício de discutir e tomar decisões, o autoritarismo necessita de bons pais que dirijam a situação e não de coisas fora do lugar como “homens do amanhã” pensando o hoje.

¹⁶¹ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Op. Cit 1995. p61

Suplicy foi o autor da lei, que por isso entraria para a história levando seu nome, apresentada ao Congresso no final de 1964.

Aprovada, passou a subordinar as entidades estudantis ao Governo, em um processo de quebra da autonomia do movimento, visando à depuração dos estudantes subversivos (os que se opunham ao governo militar) através do atrelamento dos órgãos estudantis às instituições do estado militarizado.¹⁶²

No tocante às manifestações estudantis, os efeitos verificados no decorrer desse processo de desconfiança e vigilância apontam para o cerceamento. Ao estabelecermos relações entre a ausência do evento em 1964 e a cobertura dos jornais sobre o evento de 1963, algumas reflexões são possíveis acerca da mudança de perspectiva militar sobre os jovens universitários.

A manifestação em 1963 é definida pela Gazeta de Notícias como um “Movimento sadio, livre de quaisquer pênas políticos-partidárias”, que possuiu “consubstanciadas críticas e sátiras as autoridades constituídas” e que algumas vezes acabou “extravasando sentimentos extremados”. Segundo o GN isto não é algo “raro” para a “juventude”, é, inclusive, algo “próprio da juventude”.

Em 1963, ela foi apresentada como momento de crítica estudantil. Nela, se esperava a referência aos “principais problemas da vida nacional”, e é definida pelo jornal como um espaço em que se delineava “o pensamento da classe universitária”, o que denota a existência de um respeito pelas opiniões dos universitários levadas às ruas.¹⁶³

Em abril de 1964, há um processo de intervenções nas entidades e a fuga de seus organizadores. Se, em 1963, foi lugar da crítica – compreendida como “uma brincadeira” – a situação de 1964 estava bem mais delicada.

A representação da juventude como possuindo um espírito capaz de fazer brincadeiras e até mesmo extravasar “sentimentos extremados” não é suficiente para permitir o trote dos calouros em 1964, uma vez que a própria ordem social se vê cada vez mais restringida em momentos de consolidação e fechamento do fazer político, tendo na juventude universitária um alvo da vigilância.

¹⁶² MARTINS FILHO João Roberto. Op. Cit. p81-116.

¹⁶³ GN 28/04/1963:6

A juventude, com seu “entusiasmo”, não pôde ser tolerada, pois o perigo da subversão foi prioridade, e para tanto não se permitiu manifestações capazes de criar um “caldo de cultura favorável a desordem”. Há uma “falha” na eficácia das representações simbólicas acerca do rito e portanto um temor acerca das suas possíveis repercussões.¹⁶⁴

Por conta das tensões daquele momento, ele foi observado de um outro ângulo, em que não é possível “abrir” um espaço para a “brincadeira” dos jovens estudantes, pois a subversão deve ser erradicada a todo custo. Até mesmo no lúdico os espaços se restringem, pois o temor é a presença da subversão nas manifestações estudantis.

O medo e a ideologia da segurança nacional predominam sobre a legitimidade do rito, que, como veremos, voltará a acontecer em 1965, quando haverá uma maior estabilidade da situação “revolucionária”. A ebulição de 1964 se sobrepõe, no nível da força e das expectativas, à visão da juventude como redentora da cidade, pelo menos por enquanto.

Assim, se o “caldo de cultura” pode ser inclusive um elemento intrínseco do evento no seu contexto de realização, em abril de 1964 seu teor de imprevisibilidade não foi tolerado. Era perigoso a ritualização de uma passagem que permitia aberturas de crítica e subversão da ordem. Um espaço naquele instante não tolerável, de acordo com as percepções do autoritarismo acerca das conseqüências do uso do espaço público.

As críticas, presenças saudadas em 1963, não foram naquele momento pensadas como expressão do entusiasmo, da brincadeira, isto porque a juventude e suas manifestações são vistas a partir de um novo olhar. A imprevisibilidade não é tolerada em um momento de redefinição da ordem vigente, quando se procura a todo custo ter o direcionamento das ações, o controle do curso dos acontecimentos a serviço dos ideais da “Revolução”.

Já em maio de 1965, se observa, em uma declaração da 10ª RM no Gazeta de Notícias, as preocupações dos militares com a manifestação. O principal receio de seus autores é a possível “infiltração” de antigos “elementos

¹⁶⁴Concordo com Bourdieu acerca da dimensão política do uso do simbólico, havendo uma imbricação entre ambos: a política tendo no simbólico um de seus principais componentes, e este tendo entre os mecanismos de sua produção as disputas da política. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

subversivos” há tão pouco tempo erradicados pela “revolução”¹⁶⁵. A Passeata dos Bichos foi vislumbrada, como em abril de 1964, enquanto um possível espaço a ser ocupado na expressão de determinados conteúdos políticos não desejáveis.

Logo no início da “nota de advertência”, informa-se que os “estudantes universitários estão se movimentando para obterem a realização do trote público dos “calouros”. Para a 10ª RM, os mais interessados em fazer o desfile são os “estudantes de esquerda”, um grupo de “subversivos” cujo propósito era “explorar uma tradição da vida estudantil para alcançarem seus objetivos escusos”.¹⁶⁶

Tal uso por parte dos subversivos vislumbrou-se na própria reivindicação da sua realização.

É clara, pois, a projeção simbólica do rito e dos universitários, feita através da investida do Exército no sentido de perceber qual suas legítimas funções ao falar acerca da necessidade de evitar a exploração da “tradição da vida estudantil”. O Exército reconhece a legitimidade no evento enquanto uma “tradição”, o problema são os riscos envolvidos na sua possível utilização por interesses “externos”.

Um evento, pois, que possui um significado social não desprezado, fazendo com que a sua repressão seja não apenas no nível da força, mas da necessária (re) qualificação simbólica.

Daí o interesse, na nota, em distinguir alunos e subversivos; o rito, como elemento da tradição, do protesto, o perigo da degradação através da intromissão da “baderna”. Temos uma situação em que o Exército busca tatear que tipo de espaço o desfile deve possuir – com sentidos próprios enraizados na cultura e imaginário da cidade, o rito não pode, nem se pretendia, acreditar, ser simplesmente proibido.

O Exército estava disposto a instituir uma legitimidade para o evento a partir dos seus interesses. Por intermédio da imprensa, atua efetivamente na coibição dessa “infiltração” e, desse modo, busca delimitar suas possibilidades

¹⁶⁵ Trata-se de uma outra nota distribuída nos jornais – mais uma ordem do dia coletiva... Esta chama-se “Trote Universitário: Advertência”. *Gazeta de Notícias*, 05/ 05/ /65: 7 Em O POVO também verifica-se a “solicitação” de divulgação da nota. Lá a matéria intitula-se: “EXÉRCITO ADVERTE SÔBRE INFILTRAÇÃO ESQUERDISTA NA PASSEATA DOS “BICHOS”. O POVO 05/05/65:8.

de expressão, aumentando o alcance de suas medidas de repressão. Um feito realizado através de um mecanismo diretamente relacionado à definição do que é legítimo ou não no espaço público (os jornais devem publicar a “nota de advertência”).

Por outro lado, também os estudantes agem a partir das noções de legitimidade que têm do desfile, quando reivindicaram o direito de participarem da passeata dos bichos de 1965 os estudantes do “2º ano, uma vez que, no ano passado, ela não foi realizada.”

Ou seja, reivindica-se a junção das duas turmas de calouros – algo, ao meu ver, emblemático: um resgate da restituição de uma direito negado aos primeiranistas do ano anterior. A turma de novatos de 1964, prejudicada pela eclosão da “revolução”, quis seu direito de sair às ruas “concedido”. O apelo à tradição se faz para que não sejam prejudicados, reforçando nossa idéia da tradição como fruto dos embates.¹⁶⁷

A passeata dos calouros de 1965 acabou saindo às ruas no dia 08 de maio. Alguns dias depois, o Exército lança outra nota parabenizando a manifestação. A nota “saúda” os estudantes pelo “ambiente festivo e de ampla liberdade” em que transcorreu, pois os “pseudoestudantes” não apareceram com suas “críticas acintosas as autoridades civis e militares”.

Tudo graças à atitude dos “jovens líderes estudantis” que adotaram “as medidas adequadas de vigilância e apôio às autoridades”, o que nos leva a pensar em uma possível cooptação estudantil pelo regime nesse momento, já que provavelmente as intervenções acontecidas em 1964 ainda têm seu eco.

As críticas que aconteceram, segundo o porta-voz oficial do exército, foram “revestidas de sadio humorismo, próprio da mocidade”. Nada das “grosseiras provocações” que “uma minoria expressiva queria levar a efeito”.¹⁶⁸

A eficácia desta representação tem seu papel na definição e classificação do rito.

Diferentemente de 1964, quando a situação era de reserva e mesmo perseguição da juventude por conta da notória influência dos subversivos no sentido de tumultuar uma situação de instabilidade, neste momento se pôde

¹⁶⁶ GN 05/ 05/ /65:7

¹⁶⁷ GN 05/ 05/ /65:7

¹⁶⁸ GN, 13/ 05/ /65:7

novamente permitir os legítimos (para eles naturais, frutos de uma fase e não da experiência política) “excessos da juventude”.

Não se trata de uma manifestação livre de conflitos somente porque em 1965 a situação do regime está mais consolidada.

A busca do regime em assegurar sua permanência com seus objetivos o leva a delimitar espaços e expressões, usando e testando mecanismos de repressão e controle, em um processo de experimentação. Os jornais de 1965 falam das “ruas ostensivamente policiadas, mas sem que os policiais tivessem o que fazer”, pois “tudo decorreu ordeira e pacatamente”¹⁶⁹. A reportagem, assim, expressa a expectativa pelo pior, provavelmente por conta da advertência da 10ª RM.

Ressalto ainda que o conteúdo crítico do desfile também parece não ter sido totalmente solapado, como vemos na afirmação da jornalista Joseoly Moreira de que na “passeata dos bichos” apareceram “alguns burros com críticas diversas sobre a indústria automobilística nacional e sobre alguns professores do Liceu”.

Existiram margens de restrição que, contudo, não são infalíveis por conta do caráter da passeata. Ainda que críticas toleráveis com o “espírito” do rito. Como vemos na conclusão da cobertura do jornal sobre a manifestação que “terminou sendo apenas o que sempre foi mesmo: uma alegre manifestação da mocidade, sem causar medo ou perigo para ninguém.”¹⁷⁰

Ou seja, não se precisava temer tanto de um momento cujo significado é tão conhecido e respeitado. Para que tanto preocupação? Afinal, trata-se da manifestação dos nossos jovens universitários...

Temos, então, em 1965 a visualização da utilização da tradição para fins subversivos, em um momento em que o regime ainda não tem muito bem delineado onde está o perigo da subversão, e por isso tateia em busca do inimigo interno a ser reprimido.

Em 1966, as pressões e limites se verificam na própria medida em que as entidades responsáveis pelo desfile vão aos poucos se reforçando (através da luta contra as intervenções) em um processo de questionamento ao regime, que vai cerceá-la na medida em que for possível, criando mecanismos para tal.

¹⁶⁹ GN, 09/ 05/ /65:1

¹⁷⁰ GN, 09/ 05/ /65:1

Até aqui, vimos que a passeata dos bichos se mostrava como um lugar em aberto; nela alguns comportamentos e linguagens encontram espaços não possíveis em outros lugares. Através dessa percepção, vimos também que, com a ordem autoritária, novas conotações e novas pressões ajudam a redefinir as representações acerca da juventude universitária e seu rito.

Antes, em 1963, há o entendimento das críticas e reivindicações.

Em abril de 1964, já com uma nova ordem que aos poucos procura expurgar seus inimigos e ideologias, novas pressões se verificam em torno da realização da passeata, a juventude universitária é vista, ou melhor, vigiada, de uma nova perspectiva.

Nota-se, em 1965, um cuidado na maneira como a passeata vai se desenrolar, uma cautela acerca de uma manifestação pública de tamanho porte, repercussão e potencial de mobilização.

Olhando aspectos da organização da passeata de 1966, visualizamos pressões no sentido da permissão para que o evento acontecesse. Foi necessária uma permanente comunicação com o comando militar para obter a devida autorização do Exército para sua realização.

O caráter simbólico da manifestação se modifica com o autoritarismo, na medida em que existia um esforço maior por parte das autoridades em delimitar as possibilidades do rito enquanto expressão de determinadas críticas, com uma constante vigilância para que “formas de subversão” não se apresentem dentro da “tradição”.

Para tanto, é preciso vigiar a atuação das entidades responsáveis pelo evento. Os jornais informam as medidas tomadas pelas entidades para a liberação do espaço público pela 10ª RM. Tínhamos a manchete: “Polícia já autorizou a Passeata dos Bichos”. Além da autorização da Secretaria de Polícia, colocou-se que “a Guarda Estadual do trânsito também colaborará com os estudantes desimpedindo todo o trânsito no itinerário previsto”, para “garantir a realização da tradicional passeata dos bichos”.¹⁷¹

Dada a autorização, a 10ª RM, através do Major Murilo Luiz, Chefe de Serviço de Relações Públicas, exprime suas preocupações acerca do desfile. O maior objetivo é que fazer com que seja exclusivamente uma

¹⁷¹ GN 06/05/1966:1.

confraternização”, proibindo-se e “cartazes ofensivos as autoridades constituídas”.¹⁷²

Notemos a indicação de que não se podia ter uma conotação política. A permissão foi para se confraternizar (afinal esse é o sentido da passeata), fazer com que veteranos e novatos fiquem mais próximos em uma comemoração acerca das vitórias daqueles que conseguiram entrar na universidade.

O espaço da reivindicação e contestação é tolhido na medida em que se presume o perigo do ataque às autoridades nos cartazes. A tradição, na forma da confraternização, é reivindicada como forma de impedir componentes indesejáveis do evento que, porventura, pudessem aparecer. Daí, evidente, o cuidado antecipado da 10ª Região Militar em delimitar as suas possibilidades de expressão.

Temos, em 1966, uma situação em que o regime já dispõe de uma legislação atuante sobre as entidades, ainda que essa atitude repressiva tenha sido muito mais ajudado na reorganização das entidades sob a influência das forças de esquerda do que conseguido uma adesão sólida de estudantes favoráveis ao regime ou pelo menos a desarticulação do movimento. Muito pelo contrário, aconteceu a mobilização do movimento tendo como principal bandeira a derrubada da ditadura.¹⁷³

Na Passeata dos Bichos adentraram novas perspectivas dos estudantes, o que não quer dizer que as mensagens fossem frutos ideológicos da “subversão”. Ela recriou utopias e bandeiras estudantis. Como já vimos em outros do evento de 1966, não há uma transformação panfletária do rito. Temos um espaço diferenciado de crítica e protesto, capaz de cumprir a função de reivindicar direitos estudantis, apresentar-se a partir de linguagens específicas e denunciar a censura imposta aos cartazes.

Cabe aqui mais uma foto nesta perspectiva, nela vemos que o desfile dos calouros de 1966, apesar dos cerceamentos foi lugar, claro, de uma antiga bandeira estudantil. Ao mesmo tempo temos a presença dos estudantes da medicina atendendo pessoas. No cantinho da esquerda um cartaz, em que meio que enviesado pode se ler “Censurado”! O autoritarismo redefine a passeata, ainda que isso não signifique concordar que esta perdeu seu tom

¹⁷² GN 05/05/1966:6.

¹⁷³ MARTINS FILHO João Roberto. Op. Cit. p 99-102.

político e mesmo crítico (basta lembrarmos das fotos anteriormente vistas desta Passeata dos Bichos – a de 1966).



II

Os papéis atribuídos a juventude podem ser discutidos, observando um editorial do Gazeta de Notícias, publicado pouco menos de um mês, antes da realização da passeata dos calouros em 1966. Seu tema é a juventude, seu papel e sentido na sociedade. Motivou-se pela descoberta da circulação de um manifesto no Colégio Liceu do Ceará em que alunos reivindicavam a retomada das atividades do CLEC – Centro Liceal de Educação e Cultura que se encontrava suspenso.

O autor, absolutamente contra a reabertura do que se “transformara em uma das mais ativas células comunistas do meio estudantil de Fortaleza”, diz que o fato da distribuição do manifesto é grave não “pela repercussão que possa obter” e sim:

“pela constatação de que os estudantes continuam intoxicados do veneno ideológico a eles ministrado em doses fortíssimas, quando se procurava reproduzir no Brasil a tragicomédia cubana sob o patrocínio das autoridades”.

Mesmo referindo-se especificamente a estudantes secundaristas, acredito que essa crítica aplica-se aos jovens estudantes da cidade, servindo de alerta para que se abra os olhos ante o perigo do retorno dos partidários da ordem que procurava impor a “tragicomédia cubana” (o governo João Goulart). O editorial demonstra o temor de que através do uso da perigosíssima propaganda de esquerda (o “veneno ideológico”) a juventude estudantil seja corrompida e usada pela subversão.

A idéia da juventude, como passível de corrupção porque naturalmente ingênua e idealista, é a tônica do editorial. O perigo para seu autor não reside nas “manifestações do idealismo da mocidade” uma vez que estas, para ele, são “ao natural legítimas e bem intencionados”. O problema são os “ardis dos que, precisamente, se utilizam das emoções juvenis para voltarem a carga na tentativa de implantar no Brasil uma ordem de coisas totalmente contrária às tradições e às aspirações da nacionalidade”.¹⁷⁴

Como vimos na proclamação de 1964 e na preocupação da 10ª RM por ocasião da realização das manifestações de 1965 e 1966, temos uma projeção simbólica dos jovens de qual deve ser sua tarefa para o bem dos interesses da Pátria. Não há nessas projeções uma unidade total na representação de qual deve ser a atuação política dos jovens, mas com certeza há pontos em comum: a visualização da juventude como elemento passível das manipulações esquerdistas e subversivas e, principalmente, a qualificação da juventude como uma fase instável onde o cuidado deve ser intenso.

Principalmente em 1966, reforça-se a idéia do perigo da subversão no meio estudantil, uma vez que nesse ano muitas entidades são ganhas pelas

¹⁷⁴ GN 15/04/1966:1

forças de esquerda e o movimento estudantil de várias cidades importantes se mobiliza com uma progressiva identificação das dificuldades estudantis com a luta contra a ditadura.¹⁷⁵ Para que prevaleçam as “tradições e as aspirações da nacionalidade” é preciso que se auxilie e se monitore os jovens para que não caiam nas armadilhas de quem só está interessado em levar o país para águas conturbadas. Apresenta-se no editorial uma discussão da própria década de 60: o caráter do “poder jovem”, sua possível corrupção pelo comunismo no seio da disputa geopolítica conhecida por Guerra-Fria. Uma temática, como o próprio autor do editorial alude, que perpassa “todo o século XX”.

Apresenta a juventude como “por si insatisfeita – desejava de uma autonomia que a inexperiência lhe proíbe”. Uma mocidade que possui “uma antecipada sensação de frustração”, tornando-se o “alvo principal dos promotores da desordem e da luta”, indivíduos que da juventude “se utilizam” com “idéias e ações cujo alcance escapa inteiramente à sua inteligência, ainda volúvel, porque não liberta das emoções e dos caprichos próprios da idade”.

Temos a noção de um processo não acabado, que se completa com a definição do idealismo como “estado de espírito característico de uma fase da nossa existência”. O papel da juventude, enquanto fase da vida social, deve ser acompanhado para que desvios não aconteçam, uma vez que comprometem com suas “emoções” e “caprichos” não “somente a eles mesmos, mas a toda coletividade.”¹⁷⁶

A idéia de “fase”, e portanto momento específico que requer cuidados específicos, é característica comum de diversas sociedades acerca da juventude, sendo que cada uma trabalha simbolicamente as adaptações e inserções. Realizam-se ritos de passagem diferentes, tudo porque a idéia da juventude, como vimos, é de fase conturbada, cheia de contradições e imprevisibilidades. No caso, temos projeções simbólicas que atuam para qualificar a juventude, a estudantil, em especial, como o futuro da nação.

¹⁷⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes de *op. cit.* 1995 pp 56-57; SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários Memórias da Guerrilha Perdida*, Rio de Janeiro Global, 1980. pp 15-48; MARTINS FILHO, José Roberto. *op. cit.* pp 99-105. São alguns dos autores que apontam essa perspectiva.

¹⁷⁶ GN 15/04/1966:1

Discursos com duas conseqüências: a desqualificação da prática política atual dos jovens, que devem se preocupar com o futuro, deixando o presente para os homens de verdade (o Ministro Suplicy, por exemplo); e que, por conta da sua imaturidade e do idealismo, a atenção deve ser redobrada, transformando a juventude estudantil em um foco de preocupação e vigilância, pois o maior receio é a concreta possibilidade do comunismo e da subversão usarem o idealismo juvenil para alcançar seus “funestos” objetivos.

A violência simbólica em ação: a busca de distinguir a “classe” estudantil de um punhado de baderneiros, sem apresentar o próprio enraizamento que os grupos políticos possuíam entre os estudantes, nem as muitas mediações políticas estabelecidas.

Isso, como vimos, não impediu que, logo nos primeiros dias do golpe, os jovens sejam chamados a defender o interesse da pátria aderindo à “revolução”. O que nos leva a pensar em uma terceira atitude dos militares em relação aos estudantes. Novamente a associação da juventude estudantil, em especial a universitária, como principal responsável pelo futuro da nação, mas tendo que, em determinados momentos, atuar em defesa da pátria **contra** a subversão. Essa posição, porém, não se traduziu em uma legitimação do regime entre os estudantes: somente em 1968 a direita estudantil voltará a ter visibilidade e ainda assim muito mais através de ações provocativas e terroristas visando mais abalar do que participar das esferas políticas do movimento.

Talvez o grande problema de legitimidade do regime entre os estudantes tenham sido as atitudes repressivas dos militares para com o movimento estudantil logo nos primeiros dias do golpe (o esforço de controle das entidades, perseguição e prisão de estudantes), o que nos leva a ver como as autoridades tiveram bastante cautela e cuidado em relação ao potencial subversivo que visualizavam no meio estudantil. Tal temor não anula as representações acerca do papel da juventude, apenas exige cuidado e medidas de segurança, em conjunto com o efeito de distinção entre os estudantes de verdade e os subversivos.

Aqui está a legitimidade da Passeata dos Bichos: ser um rito de passagem que representa a chegada daqueles que se constituem no futuro maior do país. O protesto do jovem estudante, sua motivação política, era

tolerada e mesmo aplaudida antes do golpe, mas logo depois será visto como passível de ser desviado a serviço dos interesses contra-revolucionários.

O protesto, porém, não foi visto como fruto da experiência política do jovem, uma vez que muitos dos estudantes “desconhecem ainda a reflexão”, são jovens que “ignoram os fatos mais elementares da política e da organização social”, como fala ainda o autor do editorial já citado. Trata-se sempre de perversão da inexperiência juvenil. Encarar os motivos da oposição estudantil era admitir a truculência para com a representação estudantil logo nos primeiros momentos do regime, e de uma maneira mais geral reconhecer as pressões e mecanismos de repressão que cada vez mais eram instituídos na sociedade brasileira. Em suma, era reconhecer a esfera da política como lugar da discussão de projetos, algo naquele momento impensável diante da prioritária defesa da segurança nacional.

O que podemos dizer da eficácia desse poder em isolar as organizações, fazendo com que se apresentassem como de fato minoria e não como componentes do movimento? Ou seja: será que podemos imaginar que acontece de fato um momento em que os estudantes não mais conseguem ter um movimento de peso e acabam por provocar um isolamento das tendências? Esse processo, lembremos, é apontado por vários estudiosos, e Braúlio Ramalho, no nosso caso, afirma que isso ocorreu no 2º semestre de 1968.¹⁷⁷ Cita inclusive o episódio da invasão da reitoria, que teve ampla repercussão negativa junto aos jornais. É o que vemos em um editorial do O POVO:

“EPISÓDIO DEPLORÁVEL

Os fatos registrados a tarde de Sexta-feira na reitoria da Universidade Federal do Ceará, quando um grupo de estudantes exaltados invadiu as suas dependências para “dialogar” com o professor Fernando Leite puseram mais uma vez a mostra que há uma corrente de radicais preocupada em destruir o princípio da autoridade. Chegaram eles a Reitoria no momento em o Reitor estava reunido com altas autoridades universitárias, tentando encontrar solução para alguns dos graves problemas que se transformaram em bandeira de luta da classe estudantil. Forçaram a porta e entraram no recinto onde se realizava a reunião, travando-se, então, uma discussão em que cada qual gritava mais alto e que nada tinha a ver com o reclamado diálogo. Todas as

¹⁷⁷ RAMALHO, Braúlio. *As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses*. Dissertação de Mestrado, UFC, 1992. p173-175.

autoridades que se encontravam na local foram vaiadas. E a coisa só não se transformou num incidente sério porque não lhes faltou sangue frio no agir. Agora pergunta-se: foi uma simples e bem-humorada explosão estudantil? Evidentemente não. Foi mais uma das ações inesperadas e dirigidas por elementos interessados a fundo em desviar as atenções da juventude estudantil de suas reivindicações específicas para o plano do desafio ostensivo a autoridade.(...)”¹⁷⁸

Há uma tensão entre este papel que se vislumbra nos jornais e as manifestações, entre as “reivindicações específicas” dos estudantes e a manipulação destes interesses “por elementos interessados a fundo em desviar as atenções da juventude estudantil de suas reivindicações específicas para o plano do desafio ostensivo a autoridade.”¹⁷⁹

A invasão teve como motivo o não reconhecimento da figura de José Genoíno Neto como presidente do DCE por não ser aluno da Universidade Federal do Ceará e sim da Faculdade de Filosofia uma das muitas unidades de ensino ligadas a Universidade Federal do Ceará.¹⁸⁰ No editorial, percebe-se bem a tensão daqueles tempos e as possíveis ações de repressão ao movimento, mas fica uma pergunta: como se gerou esta tensão entre as “reivindicações específicas” e o “desafio ostensivo a autoridade”? Como se chegou a isto? Como entender o conflito entre o papel dos estudantes dentro do regime e a “ação política dos estudantes”?

Os estudantes têm a sua visão dessa tensão. Em uma nota lançada no dia 25/09/68 pelo DCE e Diretórios acadêmicos na coluna “Presença Universitária”, a “declaração do reitor que o estudante José Genoíno Neto não é mais presidente do DCE” é usada como um dos argumentos dos estudantes de denunciar para a ‘população de Fortaleza” o “clima de repressão e terror que está sendo preparado contra o ME”.

Contudo, não foi possível, como vimos, construir uma mobilização como no primeiro semestre, de solidariedade e protesto contra o regime. Agora, além do uso da força, também se chega a uma encruzilhada para as próprias tendências dentro do movimento, que vêem seu campo de ação reduzido. Antes de falarmos que a repressão obrigou as tendências a saírem é preciso caracterizar que o próprio movimento foi desconstruído enquanto força de

¹⁷⁸ O Povo 23/09/68:3

¹⁷⁹ O Povo 23/09/68:3.

reação ao regime pelas próprias razões de ser um movimento de reivindicações, não revolucionário como imaginou a Ação Popular por exemplo. As tendências vão aos poucos percebendo essa impossibilidade de atuarem dentro do regime, em uma dinâmica de clandestinidade que é feita pelos próprios grupos e pela força da ação desencadeada pelo regime. Simbolicamente, o regime buscou construir as condições para desmoralizar a ação política dos estudantes, o que não teria surtido efeito sem as medidas repressoras em contínua ação, que culminariam com o decreto 474 de fevereiro de 1969.

A Ação Popular, que tenta ainda ser uma força dentro do movimento, vai acabar desbaratada, como vimos no depoimento de Oswald. Bráulio Ramalho se recolhe sem poder fazer mais nada, outros vão para a clandestinidade e depois para o exílio, ou para integração na linha de produção ou no campo caso de Helena Serra Azul e Francisco Monteiro, outros ainda apostam no trabalho de massas, sendo também prontamente reprimidos, caso de Paulo Emílio, dos trotskistas, outros para o Araguaia.

Ou seja, se, o que concordo, podemos afirmar que o regime, ao eliminar o campo de ação das tendências reforça a sua propensão para o trabalho político clandestino e revolucionário, não é possível negar que caminhos diversos foram traçados. Não se pode apagar na diferença da ação dos grupos dentro da solução política que imaginavam para o impasse criado ou ainda o sentido desse impasse na trajetória dos grupos. Basta lembrarmos que se planejava segundo depoimento de militantes de diversas tendências, a preparação da mobilização no início de 1969, quando são todos pegos de surpresa pelo AI -5, que lança na clandestinidade líderes de todas as organizações que atuavam no movimento.

É preciso ainda perceber que toda essa dinâmica teve como grande pano de fundo o isolamento político dos grupos da sociedade pela força, mas também pela incorporação da lógica do opressor no sentido de batalhar no território bélico. É a própria ação do poder simbólico, que mina as condições políticas pela força, que fez parecer o endurecimento uma condição da luta e não, uma construção simbólica/social por relações de poder.¹⁸¹ Ao se verem

¹⁸⁰ O Povo 22-23/09/68: 7

¹⁸¹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p 12.

impossibilitados de construir a luta dentro do movimento, uma condição da própria força, o jeito foi partir para o trabalho com as armas. Como bem diz Bráulio acabou-se deixando de lado a condição fundamental do movimento até então de construir uma representatividade perante os estudantes e setores:

“Era como os 2 pratos da balança na medida em que um subia o outro também, a repressão ia aumentando ia aumentando também as ações heróicas, vamos dizer assim, ao invés das ações de massa, as grandes passeatas, já os comícios relâmpagos, os comícios relâmpagos em ônibus, os comícios relâmpagos não sei aonde quer dizer a gente ia, as coisas iam... E começou a radicalizar mesmo, a gente começou... a repressão a ser mais violenta e a gente a atos mais destemidos também, e mais isolados, atos até certo ponto foquistas, da gente chegar na multidão e fazer um comício e rapidamente desaparecer, ir para outro lugar, sumir com o panfleto e tal. Quer dizer abandonamos a massa de certa.... fomos nos afastando.”

A força impõe um limite fundamental a essa construção, mas também os partidos não conseguem, como conseguiram no início do ano, conceber uma ligação, a representação. Foram cada vez mais reforçando seus ritos de coesão e se isolando do trabalho político, ainda que isso tenha significado maior unidade entre eles. Isolados, mas se sujeitando à lógica do endurecimento, de achar que esse passo do autoritarismo era uma condição da própria resistência, não um fenômeno histórico a ser resolvido e depois trabalhado politicamente.

Isso se deu porque os grupos viviam dentro de uma grande tensão entre o que queriam como organizações e seu trabalho dentro do movimento. Bem ou mal, foi assim que conseguiram construir esse grande movimento de resistência. A responsabilidade de não mais conseguirem ter essa capacidade, escapa a eles, ainda que não possam deixar de ser vistos como sujeitos que fazem escolhas, mesmo que condicionadas.

Fizeram uma interpretação na qual a luta aberta aparecia como grande perspectiva, não como uma condição a ser avaliada. Não devemos esquecer as tensões existentes entre os objetivos das organizações e sua inserção dentro dos movimentos sociais, onde atuam diferentes mediações políticas a serem consideradas.

A nota do DCE demonstra uma tentativa de ir até o último ponto em defesa do movimento, também uma estratégia de defesa das organizações.

Como demonstra o esforço da AP em continuar a fazer movimento no pós AI-5 (em um primeiro momento antes da incorporação pelo PC do B – o que demonstra que a “questão revolucionária” era também uma “questão fundamental” para a AP). Dentro do contexto de repressão, as escolhas políticas dos militantes se fixaram, tentaram até o fim fincar no seio do movimento sua forma de legitimação/construção, de conseguirem garantir a sua representação. As bases dessa representação, todavia, foram minadas, criando-se como alternativa referendar na prática a esperada nova etapa da luta revolucionária.

Capítulo XII

O “Quebra-Quebra do USIS”¹⁸²: Estilhaços de Vidros e Lembranças

O “quebra-quebra do USIS” ocorreu no dia Primeiro de Abril de 1968, em meio a uma manifestação de repúdio à ditadura por ocasião do assassinato do estudante Edson Luís. Nos jornais, a crise aparece espalhada por universidades de todo o país, com manifestações programadas em quase todas as grandes cidades, muitas terminando com novas mortes de estudantes em sangrentos conflitos com as forças da repressão.¹⁸³

Nestas circunstâncias, os estudantes saíram às ruas em mais um primeiro de abril.

O escritório do USIS foi atacado quando os estudantes atravessavam próximo ao seu endereço pelas ruas do centro de Fortaleza. A manifestação nas palavras de Francisco Monteiro, ia *“em direção à Praça José de Alencar. A gente ia, se eu não me engano, pela Rua São Paulo que é paralela à Guilherme Rocha e dobramos na São Paulo para a General Sampaio em direção a José de Alencar”*. O USIS *“ficava em uma galeria neste quarteirão entre São Paulo e Guilherme Rocha”*...

As informações no Gazeta de Notícias referem-se mais às conseqüências do que propriamente a cobertura de como se deu o evento. Fala dos implicados, da resistência estudantil em meio às prisões, sem maiores detalhes sobre o acontecimento. O clima de perseguição e resistência do movimento ganhou as páginas nos dias seguintes. Já no primeiro momento, a entidade estudantil, responsável pela manifestação (o DCE), afirma, em entrevista ao jornal Gazeta de Notícias, que o “ato não partiu dos estudantes” e sim de uma “liderança universitária de pessoas interessadas em deturpar as manifestações estudantis e criar problemas para os estudantes”.¹⁸⁴

¹⁸² O USIS funcionava, oficialmente, como uma entidade de fomento ao intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos (ministrava cursos, palestras etc). Ligado a Embaixada Americana refletia o trabalho de hegemonia dos Estados Unidos, inclusive recebendo verbas para programas de bolsa e assistencialismo. Há, curiosamente uma ambivalência em relação ao seu nome: alguns, inclusive jornais, chamam-no de “a USIS”, outros falam em “o USIS”. Pela significado da sigla, United States Information Service, adoto o USIS.

¹⁸³ UNITÁRIO 02/04/68: 01

¹⁸⁴ A Fala é do presidente do DCE naquela ocasião João de Paula Monteiro Ferreira. GN 02/04/68:4.

Nas entrevistas, vemos que as opiniões dividem-se e percebemos divergências entre os entrevistados. A partir delas podemos pensar mais uma vez a relação entre as organizações e o movimento estudantil. Há duas versões: 1) foi uma ação espontânea, quase natural, partindo da massa ali no meio da rua – os estudantes em geral viam aquela entidade como um símbolo do imperialismo cruel, os americanos “*estavam matando o povo do Vietnã, estavam matando as guerrilhas latino-americanas*”¹⁸⁵ (nessa versão há uma divisão acerca da importância do ato, alguns falam do trabalho das lideranças em tentar impedi-lo e outros de sua adesão); 2) a ação foi deliberada, que consiste também em uma forma de valorizar a própria participação, de ter o apoio do grosso dos estudantes e de ter decidido a hora certa de agir, criando um fato que teve grande importância no ascenso do movimento nos meses seguintes.

Vejamos como se apresentam essas posições e quais as implicações em torno da memória do evento, nas formas como foi apresentado.

No caso dos integrantes do DCE, dirigido por uma frente com maioria do PC do B, Pedro Albuquerque assume a responsabilidade de um evento planejado, naquele momento da ditadura (O momento era o aniversário do golpe militar e poucos dias depois do assassinato de Edson Luís, que mergulhou o país em uma grande comoção nacional). As palavras de Pedro, depois que lhe perguntei sobre o quebra-quebra do USIS, trazem à tona muitas das tensões envolvidas, ontem e hoje, acerca do fato:

“Do USIS foi o seguinte: nós decidimos quebrar o USIS, isso foi uma decisão tomada no PC do B e nós levamos isso para o DCE e combinamos com a diretoria do DCE. Na hora lá, nós não espalhamos que iríamos quebrar o USIS, nós partimos para quebrar o USIS. E isto também foi muito importante para o movimento estudantil: era um momento que exigia mais radicalização, mais firmeza nossa. Nós tínhamos que dar uma demonstração que a nossa luta era uma luta anti-imperialista em defesa do Brasil. Quer dizer, muita gente fazia a leitura que isso era uma coisa sectária. Quando não, aquilo ali era uma abertura maior do movimento estudantil, então aquilo foi muito importante para o movimento estudantil. Depois houve um processo aberto pela Polícia Federal, mas eles não conseguiram identificar ninguém..”

¹⁸⁵ A fala é de Inocêncio Uchôa.

È, assim, pela necessidade da mais “radicalização” e “firmeza”, que Pedro se sente à vontade para afirmar a disposição do Diretório em promover o quebra-quebra, enfrentando inclusive a acusação de sectários, termo geralmente aplicado aos trotskistas e à AP.¹⁸⁶

Bráulio Ramalho, na sua dissertação, inclui a lógica da ação, dita por Pedro, dentro do seu raciocínio da hegemonia do PC do B: saber a hora exata do enfrentamento. O partido sabia fazer uma “opção tática”, no que se diferenciava dos outros grupos políticos. Para esses grupos não pedir autorização para realizar manifestações, segundo Pedro, era uma “opção de princípio”, no que o PC do B não concordava: tratava-se de uma percepção “tática”, de saber a hora de pedir ou não a permissão às autoridades.

Bráulio coloca dois momentos significativos, citados por Pedro, “em que o DCE não pediu licença para realizar manifestações”. Um foi a Passeata dos Vinte Mil, como já vimos. O outro é justamente “o quebra-quebra do USIS”, que Bráulio Ramalho aponta, com base no depoimento de Pedro, como uma “decisão do PC do B”, que analisou como favorável a “correlação de forças” e, portanto, oportuna essa “demonstração simbólica de força”.¹⁸⁷

Porém, não temos um consenso com relação à atitude do DCE e do PC do B. João de Paula, ex-militante do partido, reage à idéia do quebra-quebra como algo intencional por parte do DCE, naquele momento sob sua presidência. Seria de se esperar que, dentro da questão do reconhecimento da organização e/ou da entidade estudantil, tivesse a mesma definição do evento que fez Pedro Albuquerque e que foi transposto na análise de Bráulio Ramalho sobre a atuação das tendências políticas: o “quebra-quebra” foi um ato deliberado dentro de uma consciência tática do PC do B. Contudo, temos justamente o oposto no depoimento de João de Paula:

“O quebra-quebra do USIS eu diria que ele foi como um ato à margem da passeata, o corpo passava ao largo e um certo número de pessoas fez o quebra-quebra nesse momento. Então não foi uma posição assumida pelo DCE, não... O DCE na verdade tinha uma posição de firmeza, mas tinha muito cuidado com certos métodos. Eu me lembro que houve a passeata, no meio da passeata que passava perto, um grupo se destacou e quebrou, e aquilo originou depois uma grande onda

¹⁸⁶ Como vimos, essas correntes não concordavam com a opção de pedir autorização para se fazer manifestações, dando seus itinerários, e muitas vezes “rachavam” passeatas. O trabalho de Bráulio apresenta o ponto como um das razões da hegemonia do PC do B.

¹⁸⁷ Ramalho, Bráulio Op. Cit. p 165.

de repressão foi quando eles intimaram a diretoria do DCE para depor. Nós ficamos um período na clandestinidade.”

A firmeza continua no DCE, mas aqui o cuidado é lembrado com bastante nitidez. “A margem da passeata”, “um certo número de pessoas”, “um grupo se destacou”, expressões que apontam para o caráter marginal do acontecimento em relação à postura do DCE, que, por sinal (dentro da questão do reconhecimento, uma vez que naquele instante o diretório estava sob a hegemonia do PC do B, com 3 membros na diretoria), mais uma vez tem reafirmado seu “cuidado” em relação a “certos métodos”...

As peças não se encaixam e cabe perguntar por que então essa divergência entre os militantes do PC do B: porque João de Paula não concorda com a solução dada por Bráulio ao quebra-quebra?

De início, cabe dizer que a decisão foi tomada pelo PC do B e foi compartilhada com as demais organizações, uma vez que Pedro aponta para a diretoria do DCE, naquele instante, abril de 1968, ainda sob o comando de uma frente que envolvia as principais tendências políticas do movimento. O reconhecimento do evento já se dilui em relação a uma decisão feita exclusivamente pelo PC do B, bem como indica a união das tendências políticas em torno de uma manifestação desse porte e formato. Tendo em vista que somente no segundo semestre acontece essa união dos grupos, segundo o trabalho de Bráulio, com o rebaixamento do PC do B aos métodos de AP e trotskistas, vemos aqui a possibilidade de ação (e decisão) conjunta, dentro de um contexto específico, no território do conflito, justamente um dos pontos que dividia os grupos. Um dos motivos da divisão em relação ao evento, creio, é que ele demonstra uma certa sintonia entre os grupos, maior do que se pensava.

Por outro lado, segundo João de Paula, o PC do B apresenta-se em um momento de visível “falha” da consciência tática. Há claramente uma dimensão que não bate com as razões da hegemonia, apresentando um quadro mais sutil e menos previsível da ação dos grupos políticos. Isto fica bem claro quando atentamos para a repercussão negativa do ato nas semanas seguintes nos jornais. O papel das tendências dentro do movimento, claramente, vai ser rebatido, na distinção entre movimento de subversivos e movimento de estudantes.

O editorial do Gazeta de Notícias contrapõe o movimento dos estudantes, até aquele momento “uma vigorosa campanha pelo aprimoramento do sistema brasileiro”, reconhecida pelo “próprio presidente”, à ação que atacou o USIS, produto de uma “minoría radical que se infiltra no movimento estudantil”, que “não representa os sentimentos reais dos estudantes”, não sendo nada mais do que “meros provocadores a serviço da subversão e da desordem”.¹⁸⁸

O Governo do Estado, por sua vez, logo no dia seguinte ao ato, lança nota na primeira página de todos os jornais condenando o ato. Apresenta que este foi permitido por ser comunicado pelas entidades estudantis como “uma demonstração de pesar pelos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e que culminaram com a morte de um estudante”. Contudo, segundo a nota, a manifestação foi “inteiramente subvertida”, com a distribuição de “boletins subversivos”, “insultos ao governo” e “ameaças de perturbação da ordem”. Por fim, a manifestação foi “desvirtuada pelos agitadores” e “depredadas as instalações da USIS”, com o que “pretenderam criar um clima de intranqüilidade e ameaças a propriedade privada”. Com isso, a nota não apresenta outra solução senão a proibição oficial de “qualquer passeata ou demonstração coletiva que constitua ameaça a tranqüilidade do povo”.¹⁸⁹

Penso que, dentro do contexto da violência simbólica que distingue subversivos e estudantes, as tendências políticas procuraram se proteger. Diante da criação de mecanismos de classificação extremamente desfavoráveis, acredito que restou à liderança do movimento o sigilo total, tanto no sentido de se proteger da força da repressão institucional como da projeção simbólica que agiu em conjunto com ela.

Nesse sentido, a polêmica sobre o ocorrido apresenta uma indefinição acerca do reconhecimento dentro da ocasião. Há um receio sobre como se referir ao episódio e se inserir em meio às conseqüências que possam haver. Helena Serra Azul conta que “até hoje se tem uma divergência se foi uma coisa programada ou se foi uma coisa espontânea, isso acho que não interessa, sei que aconteceu...” Ela ressalta que o quebra-quebra deu uma onda de repressão sendo que por isso ela “até hoje” não fala nomes, nem “como é que

¹⁸⁸ Gazeta de notícias 02/04/1968:2.

¹⁸⁹ UNITÁRIO 02/04/68 01

essas coisas eram feitas". Isso porque: *"fica uma certa paranóia. Não só eu, muita gente também não fala os detalhes, porque a repressão foi muito grande."* Helena refere-se depois ao Brito, companheiro seu de AP, que foi preso por conta do quebra-quebra.

Sobre ele, Oswald se referiu, lembrando que ele, o Brito, tinha sido um dos que comandaram a invasão e que:

"Ele passou 2 dias preso lá, aí quando ele voltou, ele voltou tão resabiado, ele voltou até arrependido de um dia ter entrado no movimento estudantil, voltou apavorado dessa prisão, nunca mais quis nada. Deixaram ele voltar a estudar, ele deu graças a Deus, mas aí saiu de Ação Popular nunca mais participou de reunião, ele disse que estava queimado..."

Também João de Paula falou da repressão que se abateu e da clandestinidade temporária. Já no momento, enquanto presidente do DCE, evitou vincular o fato à ação das lideranças e entidades. Por outro lado, observei o quanto foi prejudicial para os grupos, dentro da lógica de atuação da violência simbólica contra o movimento e o papel das organizações, a repercussão do quebra-quebra nos jornais.

Acredito, assim, que o fato, por ter tido conseqüência tão graves, ainda hoje não é visto como momento de refletir-se por seu mérito e/ou esclarecer participações. O sentido dessa polêmica aponta claras intenções na criação de significados sobre o evento. Há uma preocupação muito grande, dentro das composições, em se evitar mais detalhes acerca de um episódio em que o movimento agride antes de ser agredido, em que "radicaliza" e que acabou por significar a criação de argumentos negativos para o movimento e para a ação dos grupos políticos.

Interessante ressaltar que essa compreensão está presente hoje nas entrevistas e na reportagem do dia posterior, como em uma matéria de agosto de 1968 do jornal Gazeta de Notícias, que traz uma retrospectiva da ação dos estudantes na cidade até ali. Mais um vez informa a crítica das lideranças quanto ao episódio provocado pelo "sentimento anti-americano" somado a um "desejo de maior radicalização". O quebra-quebra, já neste momento, é lamentado pela liderança universitária como uma "radicalização improdutiva",

cujas conseqüências foram “as prisões de estudantes e freqüentes convocações das lideranças para prestar depoimento na Polícia Federal”¹⁹⁰.

Assim, o que faz com que o quebra-quebra seja tratado com tanto receio é a própria disputa pelo reconhecimento do movimento como evitando a radicalização – uma preocupação já do contexto da ação em que se temia as conseqüências de um ato com tal teor de “radicalização”. Bráulio já indicava uma solução no seu trabalho, em 1992, ao reforçar as palavras de Pedro. Contudo, não evita que até mesmo um dos integrantes do PC do B proclame a não participação planejada do DCE. João não apresenta a mesma solução que Bráulio incorporou no seu trabalho a partir da fala de Pedro naquela ocasião; ele trouxe de volta a preocupação dos estudantes de não se deixarem culpabilizar pelo ato, transferindo a responsabilidade para “a margem da passeata”.

Os estudantes vão evitar que sejam acusados pela manifestação argumentando que se tratam (e se trataram) de “pessoas interessadas em deturpar as manifestações”. Esta tática atravessa o tempo e encontra espaço para se manifestar nas memórias. No tocante ao reconhecimento da luta universitária, prefere-se a opção da espontaneidade e do anti-americanismo como formas de mais uma vez preservar o significado de sua luta política da acusação de radicalismo. Por outro lado, as tendências políticas evitam ser atingidas pelo discurso dominante, que insiste em qualificá-las como guetos dentro do movimento e não como partes integrantes da dinâmica da sua organização.

Passados mais de 30 anos, contudo, já há espaço para posição contrária. Pedro Albuquerque, na época do trabalho de Bráulio e na minha entrevista, reafirma o papel do PC do B na bandeira do anti-imperialismo dentro do movimento, ao conseguir puxar uma manifestação de alto teor político. Entretanto, o reconhecimento que Pedro exige só ganha esse significado bem depois, inclusive com a ajuda do trabalho de Bráulio ao apontar a “consciência tática” do PC do B. No momento posterior ao quebra-quebra, o ato vai ser renegado e/ou diluído e não terá uma repercussão positiva para as organizações políticas, nem para o movimento, que acaba por assumir o ônus da manifestação com as prisões e as perseguições. Somente depois, quando

¹⁹⁰ GN 11/08/68

já temos um quadro montado de explicação do movimento e do significado de cada tendência política dentro dele, o evento é reavaliado e/ou revalorizado.

Cabe ressaltar a busca pelo reconhecimento, em seus mais variados contornos. Entram em ação de acordo com o ponto de vista em meio ao delicado problema do reconhecimento da ação do quebra-quebra no contexto maior da luta estudantil contra a ditadura militar.

Inocência Uchôa não tem meias palavras ao se referir ao episódio. Sobre a divisão entre os grupos e o teor revolucionário dos grupos, pano de fundo do movimento, ele se recordou do quebra-quebra:

“A quebra da sede da USIS foi terrível. Não foi programado, a passeata estava passando ali e a massa simplesmente resolveu pegar aquela droga ali e quebrar. Porque era importante naquele momento a luta contra o americanismo, o imperialismo americano era muito forte. A gente estava lutando contra a Guerra do Vietnã, os caras estavam matando o povo do Vietnã, estavam matando as guerrilhas latino-americanas e a gente encontra um símbolo americano ali? A massa foi para cima e quebrou aquela droga ali, eu também fui e quebrei.”

Apresentado como um grande símbolo da luta contra o imperialismo, um acontecimento espontâneo, para ele era preciso “quebrar mesmo”. Vai se referir ao evento em meio às disputas entre as organizações:

“Mas você pensa... Nós fomos condenados por aquilo, a nossa sorte é que muita gente do próprio PC do B também quebrou. Mas se fosse um ato, digamos, puxado pelos trotskistas a gente tinha sido execrado do movimento porque tinha quebrado o patrimônio, havia esse purismo.”

A disputa entre as organizações reaparece claramente. Afirmando o papel do PC do B no ato, Inocência verifica que era bem delicada a situação dos trotskistas no tocante a uma situação de enfrentamento como essa. Foram “inocentados” por não terem puxado o ato. Inocência não reconhece o planejamento para o ocorrido, não cita a decisão do DCE. Ou seja, a busca de reconhecimento de Inocência é diferente da presente na fala de Pedro Albuquerque e no trabalho de Bráulio Ramalho. É igualmente distinta das recordações de João de Paula. Mesmo advogando a definição espontânea, para Inocência Uchôa, o ato foi muito importante. Reconhece, inclusive, o

sentido da manifestação e sua participação no ocorrido, como um ato contrário ao imperialismo norte-americano.

A fala de Inocêncio traz ainda as disputas entre as memórias, de como a percepção do conflito dividia os grupos e adentrou nos mecanismos de composição dos militantes.

João de Paula evita a participação deliberada da diretoria do DCE e atribuindo todos aqueles adjetivos à manifestação. Sua opinião assemelha-se a de Francisco Monteiro, que recorda que quando os estudantes percorriam as ruas perto do corredor onde ficava a USIS alguém, *“provavelmente algum provocador”*, gritou: *“Vamos entrar e invadir o USIS”*. Alguns foram e invadiram. Porém, segundo ele:

“as lideranças do movimento estudantil procuraram tirar as pessoas que estavam fazendo isso, tirar de lá porque isso era um ato provocativo, era uma provocação desnecessária e sem cabimento, não tinha porque naquele momento fazer isso.”

Depois de reconhecer o significado do anti-americanismo naquele contexto (*“os Estados Unidos como o representante, o financiador da ditadura, o suporte da ditadura, o ator principal da Guerra do Vietnã”*), ele afirma que de forma alguma fora algo planejado: *“a invasão e a quebra do USIS foi uma coisa que não foi preparada pelo movimento estudantil, não foi preparada pelas organizações. Foi um ato de provocação ao meu ver, alguém gritou.”*

Como também fez Helena Serra Azul ao atribuir o ato ao anti-imperialismo. Afirma sua realização dentro de um plano espontâneo, quando disse que *“de repente o pessoal resolveu quebrar, porque era um símbolo. Aí foi a massa todinha quebrar.”*

Posso dizer que as lideranças, contudo, se envolveram no quebra-quebra. Inocêncio participou diretamente, como vimos e já era um dos membros do Centro Acadêmico do Direito, sendo o futuro presidente a ser eleito logo em junho de 1968. Pedro Albuquerque, membro da diretoria do DCE, além de participar, conta que o quebra-quebra partiu **das** lideranças do DCE.

Assim, Francisco Monteiro, creio, quer proteger a imagem do movimento no sentido de evitar a idéia da radicalização e prefere optar pela idéia da

provocação, que de fato era um grande problema dentro do movimento. Defende ainda o papel da espontaneidade da massa que em vão as lideranças tentaram controlar: *"mesmo naquela época a direção estudantil tinha um senso suficiente de evitar, mas ninguém segura a massa, na provocação"*. Como fez João de Paula, evita atribuir responsabilidade do movimento porque isso supostamente, no reconhecimento da luta estudantil contra a ditadura militar, passaria uma imagem agressiva e extremada da ação estudantil.

Daí, mais uma vez, a ação de pessoas deturpadoras, "provocadores", é usada para evitar esse "deslize" do movimento. O que aconteceu há 30 anos se repete: o silêncio sobre quem organizou o ato, a participação dos grupos. A solução é o anti-americanismo e/ou ação dos provocadores, que resultou num evento fora de controle. Diante da repressão verificada com a repercussão do ato, o melhor foi ficar na espera, fingindo que não tinha nada a ver com o episódio. O que era muito difícil, pois as fotos demonstram a participação de vários estudantes ligados a entidades e partidos. Assim, temos um momento instável em que um passo equivocado pode ter sido dado pelos grupos.

Desta forma, anos depois, observamos como as memórias se rearticulam buscando imprimir novos significados aos feitos de outrora e como estilhaços de vidro e lembranças se apresentam quando da discussão sobre o papel das tendências e o sentido da luta política do movimento estudantil naquele momento. Ao lembrarem sobre o episódio do USIS, cacos saltam aos olhos, havendo um certo embaçamento, um cuidado em não se cortar com esses fragmentos.

O que fica muito claro ao vermos todo o quadro da proposta de Bráulio Ramalho. Quando observamos: 1) os depoimentos que colheu dentro da sua dissertação; 2) a sua solução para entender o acontecimento; 3) a sua fala específica na entrevista que me concedeu. Ao perguntar sobre a radicalização do movimento estudantil no final do ano de 1968 apontada em seu trabalho, forneci alguns elementos que apareciam nos jornais. Entre eles, a notícia de uma bomba encontrada no IBEU e que, segundo o jornal, por muito pouco não explodiu:

"Pois é. Está dentro desse contexto aí que eu falo, quer dizer é um movimento heróico, já não foram tantos estudantes que

participaram, eram mais os estudantes de esquerda, mais esquerda mesmo, e isso de certa forma justifica a repressão. Você quebrar a USIS, jogar uma bomba, eu acho que a bomba realmente eu acho que não houve, mas houve o quebra-quebra do USIS, quebrou vidro do USIS, quebrou essa coisa todinha e tal. E isso daí justificava uma repressão, era isso que a repressão queria, essa radicalização porque eles podiam justificar a repressão, a tortura podia justificar tudo porque eles estavam só... É como se nós estávamos na contramão, eles estavam só se defendendo, nós é que estávamos atacando, era uma posição muito cômoda para eles. Isso daí de certa forma o PC do B já estava aliado com a AP, com os trotskistas, isso aí era ação típica de trotskistas e de AP e que o PC do B participou dessa – até na época saiu fotografia do Genoíno quebrando também.”

Sua fala mistura acontecimentos do início de 1968 com o final do ano, o ascenso do movimento com o momento apontado de seu isolamento e declínio. Reforça sua análise sobre o “momento heróico do movimento” em que as massas estão afastadas. Vemos que está em jogo também a explicação da perda para a repressão. O PC do B não possui mais o controle da situação, seu trabalho junto às massas foi abandonando e aliou-se aos outros setores fazendo justamente o que eles faziam e todos caminharam soturnamente para o fim, uma vez que fizeram o jogo de seus adversários, se deixaram levar pelo enfrentamento com o regime.

Braúlio, na entrevista, diferentemente do que coloca em seu trabalho, explica a radicalização do quebra-quebra do USIS pelo momento em que ocorreu, ao mesmo tempo em quem retoma, por outro viés, à problemática das relações entre as tendências e sua inserção dentro do movimento estudantil universitário. Quando tudo já está perdido, final de 1968, o PC do B faz o que era típico dos outros grupos, se distanciando do trabalho político junto às massas.

A nova explicação de Braúlio fala das estratégias das memórias para se fazerem reconhecer omitindo informações, ou confundido, dentro de um processo em que se combinam variados elementos. O quebra-quebra do USIS, na verdade, foi **antes** da “fase de heroísmo” descrita e explicada por ele. Aconteceu, como coloquei, pouco antes do maior movimento de massas feito durante a ditadura nos anos 60. No processo que se seguiria, viriam muitas outras manifestações estudantis e, em especial, a Passeata dos Vinte Mil, com a grande participação e representação dos estudantes perante a sociedade.

Pedro Albuquerque sabe disso e assume a importância do ato dentro desse contexto, uma posição meio que isolada dentro das entrevistas que fez. João de Paula, Francisco Monteiro e Helena Serra Azul preferem “salvar” o movimento e as organizações do “quebra-quebra”. Inocêncio Uchôa reconhece sua participação e trava ainda a batalha na memória lembrando como todos estavam envolvidos em meio a esse tipo de confusão e como se estava sendo injusto com os trotskistas.

Bráulio, no entanto, é o mais curioso: no seu trabalho reconhece a importância do evento. Através das palavras de Pedro, continua seu raciocínio sobre o papel das tendências. Contudo, na hora de sua entrevista, sua solução foi outra, foi a de classificar à ação do PC do B junto a dos outros grupos, inserindo-a dentro do movimento de radicalização.

Foi assim que conseguiu fazer sentido às suas lembranças sobre esse quebra-quebra no tocante a ação de seu grupo. Aqui a confusão se faz clara! Há uma “falha” de percepção das complexas relações entre as organizações e seus sentidos na construção do movimento estudantil. A foto de José Genoíno¹⁹¹ na destruição da USIS é como um estilhaço de lembrança a destoar da explicação que deu. A princípio, contentou-se com a fala de Pedro, ligando-a à “questão da hegemonia”, mas, posteriormente, na hora de dar sua versão na entrevista, a composição encontrou outra solução para esse fragmento da lembrança.

Dentro do dito até aqui, acredito no planejamento do quebra-quebra; se algumas lideranças tiraram as pessoas, também ficou mais do que claro que lideranças partiram decididas para quebrar o USIS. Depois, houve grandes repercussões negativas – tanto que até hoje é um assunto polêmico e delicado. Porém, a fala de Pedro aponta para um ato deliberado, o que como vimos, está em sintonia com a colocação do PC do B dentro do movimento. Isso gerou divergências com outros grupos, porém igualmente gerou importantes sintonias; como essa do reconhecimento do caráter simbólico do quebra-quebra.

¹⁹¹ Como vimos, José Genoíno era um dos principais quadros do PC do B dentro do movimento e viria a ser o presidente do DCE eleito em junho de 1968, Durante o quebra-quebra era presidente do CA de Filosofia, o CASTA.

As memórias demonstraram que, para além das composições dos militantes, existe ainda um elemento maior de inserção no quebra do USIS. A quebra do escritório não foi decidida apenas pelos militantes, mas também pelos estudantes que ali estavam: há uma capacidade de mobilização em função da denúncia do imperialismo. Quase todos os entrevistados reafirmam a decisão de quebrar o USIS feita em protesto contra o imperialismo, visto, ali, como um dos grandes responsáveis pela morte de Edson Luís.

O contexto teve um impacto importante na construção do movimento, mas não apenas para afirmar a "consciência tática" do PC do B. Diante do que vinha ocorrendo no semestre, o quebra-quebra não ato somente dos grupos. Representou a capacidade de mobilização diante de símbolos de protestos. A preparação do ato só funcionaria se, na hora, despertasse a reação de destruição da sede. O que, claro, não significa aceitar a idéia do espontaneísmo da manifestação.

O ato foi capaz de aglutinar os estudantes e mesmo os outros grupos, uma vez que a proposta passou pela frente que ocupava o DCE. Militantes de outras organizações participaram do quebra sem remorsos. Todos foram unânimes em reconhecer o sentido simbólico do ato. Estratégia de defesa da própria participação e/ou de seu grupo? Também, mas não só. Estamos diante também da capacidade de mobilização dos estudantes. Da percepção de bandeiras que o definiam, sendo campo de possibilidade de ação dos grupos e fomentadores de opinião em relação inclusive com projetos sociais mais amplos. No caso, a bandeira contra o imperialismo norte-americano muitas vezes, mas nem sempre, associada à defesa dos interesses nacionais.

Capítulo XIII

“Go Home Yankees!”¹⁹²: Traços da Luta Antiimperialista.



Tirada por ocasião da Passeata dos Bichos de 1967, a foto acima, com os cartazes empunhados por estudantes, expressa a própria temática daquele ano, “a infiltração estrangeira no ensino brasileiro”¹⁹³.

“Visite o Brasil, a maior colônia de férias da América” diz o cartaz, em sintonia com o tema escolhido pelo Diretório Central dos Estudantes, que deixa claro o teor que se esperava para o evento: a denúncia dos acordos feitos em consonâncias com o governo americano para a mudança do ensino superior

¹⁹² Esta palavra de ordem me foi dita por Mino. Nas passeatas, em especial as dos calouros, possuía uma grande aceitação e difusão.

¹⁹³ Um tema como vimos relacionado em sintonia com a UNE. O POVO 30/04/1967:1

brasileiro. Simbolizada na luta contra os acordos MEC – Usaid, esta denúncia feita constantemente nos anos de 1966 a 1968 dentro do movimento estudantil em todo o país, invadiria naquele ano o evento dos calouros.¹⁹⁴

Nele, foram muitos os cartazes de protesto contra a presença dos interesses externos dentro do país: o imperialismo norte-americano. Se no acervo de fotos do Museu de Artes da UFC, temos algumas das fotos de protesto, os jornais, no dia posterior, trazem vários slogans que saíram às ruas nos cartazes levados pelos estudantes em 1967. “SE OS AMERICANOS NÃO TOMAREM CUIDADO OS BRASILEIROS ACABAM TOMANDO CONTA DO BRASIL”; “CRUZEIRO NOVO; DOLAR FORTE”.¹⁹⁵

Dentro do contexto em que o imprevisível e a pluralidade são marcas fundamentais do desfile, o caráter de projeto planejado pelas organizações políticas a transformou **também** em uma grande bandeira de defesa dos interesses nacionais contra a intervenção externa. A proposta das entidades representou um ação mais deliberada em que se visava uma maior politização. Vislumbrando o papel das manifestações, suas possibilidades de linguagem, vemos, no entanto, que a temática ganha as ruas por se tratar de uma utopia estudantil e social dentro do país naquele momento. Sendo uma proposta do DCE, reflete o grau de mobilização da bandeira e seu lugar dentro da construção do movimento na cidade. Basta ver que em outros momentos anteriores já se expressavam teores relacionados a este tema.

A liberação só ocorreu pela aceitação do tema nacionalista pela intervenção do General Dilermando Monteiro. Neste momento, foi possível que se tenha um acordo: a defesa dos interesses nacionais, ainda que sob a perspectiva de tutela e com a vigente censura. A liberação deu-se a partir de um certo ponto em comum.

Todos os entrevistados foram unânimes em reconhecer as duas grandes batalhas do movimento: a luta contra o imperialismo e contra a ditadura militar. Cada um, ressaltou, a partir de seu referencial naquele instante. A temática do imperialismo parece ser um caminho profícuo para se entender a inserção do movimento nas ruas da cidade. Verificar nuances das suas dinâmicas em

¹⁹⁴ FAVERO, Maria. A UNE em Tempos de Autoritarismo. Rio de Janeiro: UFRJ .1995. p 59-73.

¹⁹⁵ Gazeta de notícias 03/04/67:1

busca de legitimidade, da construção de suas lutas. Cabe perguntar se todas advogavam o mesmo “nacionalismo”, se é que o advogavam, e que tipo de denúncia do imperialismo defendiam.

Podemos entender, por exemplo, parte do sentido da hegemonia do PC do B, de seu projeto entre os estudantes, sua participação dentro do contexto político, com a adesão de outros setores, com a capacidade de promover alianças e ter boa circulação. Em 1968, no editorial do BISU, órgão oficial do diretório dos estudantes, na análise da conjuntura internacional em relação ao movimento estudantil naquele momento, apresenta-se bem o teor da luta a ser desenvolvido:

“Dentro de um contexto internacional inteiramente favorável – que é o das lutas estudantis em todo mundo, destacando-se os atuais acontecimentos na França, continua a desenvolver-se o movimento estudantil brasileiro, no combate ao imperialismo e a seu sustentáculo interno – a ditadura.”

O PC do B, grupo que ocupava o DCE em 1968, foi um dos principais articuladores da luta estudantil do combate ao imperialismo, identificado a seu principal artífice, na sua ótica, a ditadura militar. Isso também foi visto na fala de Pedro sobre a decisão do quebra-quebra do USIS, um símbolo de acordo com seu projeto e que conseguiu mobilizar os estudantes. Tal postura do partido acabou por ser um forte elemento na sua hegemonia nas entidades estudantis, uma vez que, aliada à crítica ao imperialismo, também era principal proposta do PC do B a revolução em duas etapas, na perspectiva da defesa de uma frente **nacionalista** na primeira etapa.¹⁹⁶ O imperialismo carrega consigo a relação inevitável com o nacionalismo como projeto político na sociedade brasileira dos anos 60. O que fica claro, por exemplo, em cartazes publicados no Gazeta de Notícias, por ocasião dos desfile dos bichos de 1968: “SE OS AMERICANOS NÃO TOMAREM CUIDADO OS BRASILEIROS ACABAM TOMANDO CONTA DO BRASIL”. Ou “O AMAZONAS É NOSSO? YES!!!”¹⁹⁷

Vemos melhor o raio de ação da proposta do PC do B justamente nos momentos de maior confronto com a ditadura e na junção de setores em torno

¹⁹⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998. p 38-39.

¹⁹⁷ Gazeta de Notícias 10/05/68:1.

do movimento estudantil, na solidariedade quando do confronto com a polícia. Na realização da Passeata dos Vinte Mil, aconteceu a presença dessa crítica ao imperialismo e a defesa do nacionalismo como valor diferenciado. No protesto contra a ação da polícia quando do massacre da José de Alencar, o sindicato dos bancários não deixou de criticar o uso de “armas doadas pelos americanos para assassinar o povo brasileiro, inclusive o sistema de comunicação”.

A crítica vai ser aprofundada em outro manifesto, ao se falar na:

“agressão policial do governo contra os estudantes de todo o país, que pacificamente exigiam universidades para o povo e lutavam contra a sua transformação em fundação privada, inspirada pelos cérebros americanos, resultaram em mortes e massacres de dezenas de pessoas”.¹⁹⁸

A figura de José Geraldo, frei da época, não esquece de se pronunciar acerca da luta patriótica dos estudantes. Dentro da Passeata dos Vinte Mil cantou-se o Hino Nacional, inúmeras bandeiras tremulando. Na fala inicial, José Genoíno, recentemente eleito presidente do DCE nas eleições de junho, aparece com uma bandeira americana em punho. Aos gritos, a multidão exige: “queima, queima”! Ele o fez, em seguida arremessa ao público bandeiras nacionais a serem usadas.¹⁹⁹

Em outros momentos do percurso canta-se novamente o hino. No início do ato, Genoíno empunha uma bandeira nacional, jogando outras para a multidão que lhe escuta. Paulo Emílio recorda-se de uma “passeata” em que Genoíno enrola-se em um bandeira nacional, sendo implacável na sua análise (de trotskista?):

“Eu me lembro bem que o Genuíno, uma vez se enrolou na bandeira do Brasil numa das passeatas e saiu com ela enrolada sobre o corpo. O que isso significa uma verdadeira heresia em termo de internacionalismo proletário, aquele que faz parte do marxismo deve esquecer os nacionalismos, as bandeiras nacionais, o próprio nacionalismo. Mas isso acontecia e se manifestava: era na verdade, uma manifestação do oportunismo do PC do B em relação a burguesia nacional que de certo modo existiu nos movimentos.”

¹⁹⁸ Gazeta de Notícias 28/06/68:6

¹⁹⁹ Gazeta de Notícias 28/06/68:7

Paulo Emílio detecta aí uma perspectiva oportunista dos movimentos internacionais e adotada pelo PC do B para com a burguesia "*uma verdadeira heresia dentro do internacionalismo proletário*". Mais que uma perspectiva oportunista, jargão da época reintroduzido por Paulo Emílio, o PC do B atua dentro de um campo sensível e que dentro de suas escolhas parece, aos olhos dos dirigentes do PC do B, ser bem promissor na busca da revolução.

A politização em torno da bandeira contra o imperialismo era densa e ao mesmo tempo plural, pois nem todos chegavam às mesmas conclusões sobre qual "nacional" estava-se mobilizando e mesmo se devia ser valorizado. As tendências de esquerda eram alguns dos agentes reelaboradores da temática chegando a conclusões diversas sobre seu significado na deflagração da revolução brasileira. Mesmo para elas, a bandeira vai ser vivida em tensão, apresentando que não é de uma forma mecânica que o tema adentra, pela ação das tendências ou não, o movimento.

Não podemos esquecer que se tratava de uma manifestação muito maior do que as entidades ou os partidos e que com certeza havia muito de unidade, mas também de diferença de opiniões. Temos uma tensão entre as bandeiras, o movimento e as tendências políticas. Essa tensão ficou também clara no caso do quebra-quebra do USIS, no sentido de se evitar a deliberação do ato, mas de reconhecer seu teor simbólico: "*Obviamente que se queimava bandeiras americanas nas manifestações, algumas pessoas cometiam o exagero de também levar bandeiras vietnamitas, está certo?*"²⁰⁰

Não podemos esquecer ainda a fala de Pedro Albuquerque, quando citou a realização do "*juízo da Guerra do Vietnã*" na Faculdade de Direito com a presença de "*Gilberto Gil, o Torquato Neto, o Capinam*", em que se decidiu pela "*condenação dos Estados Unidos por unanimidade*".

Esses indícios nos mostram que o quadro de rejeição ao imperialismo permite vacilações e contornos distintos, com a percepção de comportamentos variados que não podem ser esquecidos dentro de uma postura de homogeneização dos protestos. As vacilações inclusive referem-se ao uso dos próprios militantes em relação às suas organizações. Paulo Emílio sugere uma pertinente discussão ao dizer que "*eu, todos nós, que se dizíamos trotskistas,*

²⁰⁰ Francisco Monteiro. Nos jornais também encontramos a referência a queima de bandeiras americanas

o *supra-sumo do internacionalismo*” não passavam “de um bando de nacionalistas”. Não podemos esquecer o caráter ressentido da sua fala. Paulo Emílio, porém, viajara a muitos lugares na sua militância internacionalista, não abandonando em nenhum instante suas convicções. Porém, deve-se observar a sua entrada no trotskismo e sua própria situação no trote dos calouros de 1967, quando nos contou que estava ali como “um nacionalista”, daí ter escolhido um cartaz sobre o assunto para carregar durante o trajeto.

O nacionalismo, portanto, foi um campo de ação dos grupos, que relacionaram seus pressupostos dentro desse quadro. A perspectiva seletiva, feita dos modelos internacionais levantados por Daniel Aarão, demonstra que o PC do B consegue **selecionar** o modelo frentista, de aliança com a burguesia nacional, de inspiração chinesa, mas também já vislumbrado pelo antigo PCB na sua proposta revolucionária. Sua interpretação demonstra o necessário cuidado ao se debruçar sobre as perspectivas de análises feitas pelos grupos em relação aos projetos a serem efetivados na ação prática.²⁰¹

O nacionalismo foi um ponto que perpassou a ação do movimento estudantil, permitindo inclusive uma manifestação como a quebra-quebra do USIS e servindo como grande elemento da denúncia do regime militar. O que no caso ultrapassa as tendências políticas, mas ao mesmo tempo é selecionado por elas. Ultrapassa no sentido de que foi uma grande bandeira com a qual os grupos tiveram que se relacionar, sendo que algumas vezes havia o conflito entre suas premissas e essas bandeiras, em outras havia a seleção dos ideais nacionalistas em especial na luta contra o imperialismo.

Podemos ver que, naquele momento, estava havendo uma redefinição das forças com uma presença ainda maior dos interesses internacionais. Pensar no imperialismo enquanto uma bandeira de luta é, de um lado, reconhecer o tema dentro dos grupos, mas também como um grande campo de ação que se apresentava dentro da sociedade brasileira nos últimos anos e que, naquele instante, encontrava-se em um decisivo rearranjo como componente das relações sociais.

²⁰¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou Ao Encontro. Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p77-103.

É neste sentido que cabe a percepção de como o movimento explicou a si mesmo e a sociedade a partir de sua percepção do caráter da luta contra o imperialismo. Para tanto, podemos usar alguns manifestos estudantis mas também acompanhar a trajetória de alguns entrevistados, falando de suas experiências e cursos particulares.

II

Nos depoimentos, vemos que a intervenção na educação foi o grande motivo para a bandeira anti-imperialista ganhar sua força. As falas de Cláudio Pereira, Antônio Ximenes, Mário Albuquerque, assim como outras, demonstram o enraizamento dessa bandeira dentro da universidade, uma utopia vivida pelos estudantes.

Cláudio se recorda de todo o processo de infiltração planejado dentro da universidade. Ele nos contou de sua ida aos EUA em 1967 dentro de um projeto que *“os americanos tinham de selecionar líderes para fazer curso nos Estados Unidos”*. O objetivo era fazer com que:

“Você voltasse anti-comunista, aquela democracia a moda americana, eram cursos importantíssimos, o curso da Universidade de Harvad, conhecia o Departamento de Estado Americano, conhecia a Casa Branca, hotéis, você passava uma semana junto com uma família americana, selecionada. Então era muito bom, inclusive os grandes nomes da inteligência americana, o irmão do Jonh Kennedy foi dar uma palestra para gente...”

Ele se recorda da eficácia em alguns casos, no seu não deu certo: *“eu voltei ainda mais esquerdista”*.

Antônio Ximenes, por sua vez, se lembra do escritório da Universidade do Arizona *“dentro”* da Escola de Agronomia, o que *“incomodava demais”* os estudantes. Para ele, a crítica não era nem pela *“parte ideológica, do imperialismo”* e sim pela *“parte tecnológica”*, porque *“a gente via, como de fato eles fizeram, que eles estavam criando mercado para os insumos que eles produzem”*. A presença *“deles”* na Agronomia era identificada com a dependência tecnológica do país:

“Eles estavam criando uma agronomia baseada na química, na fertilidade artificial, através de fertilizantes industriais com agrotóxicos. Naquele tempo chamava defensivos agrícolas, eles batizavam com um nome bonito, defensivo agrícola, os problemas da vacina. Tudo isso a gente via que eles estavam criando mercado, eles estavam fazendo da gente agentes de venda dos pacotes que eles tinham, da semente híbrida que era produzida por empresas multinacionais, até ainda hoje eles conseguiram.”

Cabe notar como a “parte tecnológica”, do desenvolvimento estava embaralhada com o político e o ideológico. Como se tivéssemos uma vivência crítica a essa postura que não pudesse ser dividida – apesar da intencionalidade do entrevistado neste sentido. Temos a expressão de uma ética de denúncia da ação estrangeira e de defesa dos interesses nacionais.

João Sanfelice, na sua análise da documentação da UNE vemos que um dos pontos que logo levantam os ânimos estudantis contra os acordo MEC-USAID é justamente este: a dependência cultural ao se promover uma reforma de fora para dentro, de acordo com interesses externos ao Brasil. É aí que age a ética que encontraria um campo de ação nos grupos políticos (mais precisamente dentro do movimento estudantil) e seria cada vez mais bombardeada pela repressão.

Mário Albuquerque, por exemplo, recorda-se da sua primeira experiência de repressão política: uma redação sobre o dia 7 de setembro. Ele fez parte da diretoria de um grêmio do Colégio Capistrano de Abreu e conta um episódio desta época:

“Nós tínhamos um jornal mural lá eu publiquei uma redação, um artigo sobre o 7 de setembro bem naquela linha clássica da época de contestar a independência do ponto de vista econômico, que era precisava ser feita e tal. Hoje todo mundo diz isso, mas na época você dizer era se arriscar demais, se você pregar que o Brasil deveria completar sua independência através da sua independência econômica, principalmente em relação ao capital estrangeiro. E eu publiquei isso e sofri represálias por parte da direção do colégio, fui chamado a 10º RM para explicar, eu era vice-presidente do Grêmio do Colégio.”

A entrevista de Mário, aliás, é uma das em que mais se percebe essa ética nacionalista de luta. Ele fala do processo desde a luta pela reformas de base, a defesa da cobrança de royalties, leis de remessa de lucro. Tudo dentro da tradição de defesa da soberania. Nela verificamos a ligação com esse tipo

de referencial, uma indicação de uma outra forma de pensar as possibilidades de protesto e reivindicação política²⁰².

Não se trata de uma ética desterritorializada, sem pressupostos e homogênea. Muito pelo contrário, já mostrei que havia divisões quanto ao sentido dessa defesa do nacionalismo, há a perspectiva seletiva dos grupos, assim como nos movimentos sociais, dentro do quadro da repressão e será bombardeada pelo discurso da subversão. A denúncia feita pelas organizações, portanto, vincula-se desde a defesa dos interesses nacionais ainda presente no pós-golpe, com um grande vigor apesar de difuso, às próprias perspectivas de cada grupo. O tema se insere no movimento estudantil e consegue se tornar um movimento de ação na denúncia do que ocorre no ensino brasileiro, se materializando no cotidiano dos estudantes universitários.

É um processo lento no sentido da politização do tema e que, como mostra Sanfelice, se dá passo a passo dentro da direção da UNE. A análise da entidade sobre a infiltração estrangeira no ensino superior vai demonstrar como o imperialismo se apresenta como força de transformação das relações sociais. Com o conceito de totalidade, explica que o imperialismo norte americano “não é apenas uma maneira de como os Estados Unidos se relacionam com ‘nações’ atrasadas” mas sim o “sistema econômico e social americano (que aliás, não é americano em sua essência, mas internacional) e que engloba essas unidades dominadas”.

Através de outro conceito, indica a linha de “superação” desse sistema a ser adotada pelo movimento. Segundo a análise, não será “eficaz” qualquer “luta antiimperialista” que não perceba a associação do capital brasileiro ao estrangeiro, sem perceber o caráter “internacional do capital”, e que se manifeste contra a “ditadura atual” sem nela ver uma “expressão desse mesmo sistema de dominação”.²⁰³

²⁰² Essa ética também está presente dentro de livros de memórias e ficção. CAMPOS, Flávio de. *Anos Rebeldes (adaptação para romance)*. São Paulo: Globo, 1992. CUÑA, Newton. *Memórias de uma Geração Assassinada*. América Cultural, Rio de Janeiro, 1988. GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?* São Paulo: Companhia da Letras, 1996. POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. (2ª ed) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. VENTURA, Zuenir. 1968, *O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

²⁰³ SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, Cortez, 1986. p117-1159.

É claro que essa análise se vincula ao entendimento do sistema capitalista, algo muito precioso às tendências políticas e às decisões que serão tomadas e tem seu peso presente no movimento estudantil.

Lugar de encontro dos grupos políticos, a luta contra a intervenção externa estará presente em várias notas estudantis, nas principais lutas estudantis, e terá a sua materialização na luta que se deu no combate aos acordos MEC-Usaid. Se, antes de 1964, a luta pela reforma universitária era a principal bandeira, depois o que teremos é a luta contra a reforma planejada de acordo com os interesses socializados dentro do pacto da ditadura militar.²⁰⁴

A luta será matizada por dois grandes campos: os interesses nacionais, que já vêm desde antes a ditadura e continuam a ter sua penetração; e a ação das tendências políticas, cada uma a sua maneira tendo que lidar com dois elementos, seus próprios pressupostos políticos e a defesa da soberania nacional. Em 1967, vemos como se articulou a luta contra os acordos MEC-USAID com a situação das escolas no Ceará, apresentando todos os problemas com que se fará uma grande discussão acerca da situação dos acordos. O boletim apresenta a análise de uma "manifestação monstro", que conseguiu expressar a situação do que está acontecendo para os estudantes:

"Na manhã de 20 deste, os universitários cearenses saíram as ruas, para em um protesto público, denunciar as irregularidades existentes em nossas ESCOLAS DE ENSINO SUPERIOR e se declarar contra a interferência estrangeira na nossa Universidade, materializada no famigerado e anti-nacional Acôrdio MEC-USAID"²⁰⁵.

O boletim, de um grupo ligado ao PC do B, mais uma vez confirma a tendência de pensar o imperialismo como um grande inimigo a ser combatido, mas também apresenta o ponto de convergência capaz de aglutinar os estudantes e outros setores. Temos em 1967 uma "manifestação monstra" com todos os cursos universitários, que, segundo o Coruja, acabou por "mostrar ao povo o que existe de errado dentro da universidade", no protesto contra uma "estrutura arcaica" que não podia "oferecer melhores condições ao povo

²⁰⁴ FAVERO, Maria de Lourdes A. Op. Cit. p 47-58.

²⁰⁵ O CORUJA Órgão oficial do CASTA Ano 1, set, 67, n2.

brasileiro²⁰⁶. O jornal traz ainda, em outro momento, a resolução da UNE que inclui a luta contra os acordos MEC-Usaid.

Nesse momento é que se percebe bem a estratégia de embate pensada para o movimento. Dentro da carta política da UNE do congresso de 1967, vemos a estratégia de relacionar temas específicos com lutas mais gerais – pontos de conflito entre os grupos que disputavam a direção da UNE. Algo, creio, que perpassa todo o movimento do país de acordo com a situação de cada grupo político. Na luta contra o imperialismo, que é o que estamos discutindo, importa ver que também acontece essa tensão entre lutas específicas e gerais.

Na carta política da UNE publicada no jornal do CA da Filosofia vemos a necessidade da luta contra o imperialismo pelo movimento, que deveria:

“(...) organizar-se em entidades nacionais e internacionais e engajar-se nas fileiras de luta dos povos oprimidos contra a penetração e dominação imperialista. Entendemos, assim, que os organismos estudantis são instrumentos da luta antiimperialista. (...) Propomos a união de todos os estudantes ao lado dos povos oprimidos, apoio às lutas de libertação em todo mundo”.

A discussão dava-se no como formular “a condução da luta reivindicatória com a luta política, articulada como luta política”, o que levaria a um movimento fortalecido “em suas bases”. Em 1967, a avaliação diante desses processos enfrentados pelos estudantes é de que “nossa prática tornou cada vez mais claro o caráter de classe da ditadura”. Por “nossa prática”, a carta está se referindo à luta contra a Lei Suplicy, a anulação do voto em 1966 e claro a “luta atual contra o MEC-USAID”. Fica claro, pois, que a luta estudantil acaba sempre, na visão da direção formuladora da carta política, educando o movimento, por ser possível tirar lições dos resultados da luta.

Vemos que a carta claramente reflete as divergências, mas também o que há de comum entre os grupos que acabaram por dividir a direção da UNE: a luta como mecanismo indispensável do aprendizado político, a denúncia da ditadura no sentido de acabar com as esperanças democratizantes e investir na luta revolucionária (o pensamento da AP); e a luta reivindicatória, como

²⁰⁶ O CORUJA Órgão oficial do CASTA Ano 1, set, 67, n2.

forma de se conseguir o apoio dos estudantes na condução do movimento (dissidências). Em ambas, há a concordância quanto o caráter de classe da ditadura e do desenvolvimento do sistema, bem como a desconfiança pelo caráter pequeno burguês do movimento estudantil. Opiniões que tiveram um peso decisivo na definição de uma necessária e indispensável ação de vanguarda.

No tocante à luta contra o imperialismo, vemos que isto se expressa no programa a ser levado adiante, resumido no O Coruja, do qual de onze itens, quatro referem-se explicitamente à luta contra sua inserção na sociedade brasileira, seja como uma luta geral, seja como um item específico contra os acordo MEC-Usaid. Percebemos que, dentro do sistema de mobilização da UNE, há claramente um espaço para a utopia contra o imperialismo. Um lugar de explicação para os desmandos da ditadura e, assim, um ponto de encontro no sentido da luta. Diverge-se sobre o “como” da luta, mas apresenta as mesmas conclusões quanto a sua importância no desenvolvimento da situação autoritária.

Outras notas estudantis demonstram a temática dentro do movimento. Na denúncia do DCE sobre o massacre da Praça José de Alencar:

“Enquanto isso o Governo gasta milhões com armamentos. Entrega a Amazônia, nossa indústrias, nossas escolas e nossas riquezas aos americanos. É esta a verdadeira face do Governo. Sem máscara. É a ditadura vergonhosa de militares traindo o povo e servindo o imperialismo mata, pois esta é sua única maneira de sobreviver”.

No fim, conclui que “não permitiremos que o país continue a ser curral sangrento do imperialismo e de seus criados militares. Lutaremos para que soltem nossos colegas presos. A luta que é de todo o povo, continua”.²⁰⁷

Na documentação relativa à UNE, em 1967, como nos acontecimentos locais o imperialismo é um lugar de luta e resume bem as expectativas. As tendências políticas têm um claro papel seletivo desse processo e acabam por produzir visões distintas e têm mesmo papéis distintos na atuação dentro do movimento e na sociedade. Porém, parece ser bem possível falar que o movimento estudantil, a partir das tendências e de valores distintos, produziu

²⁰⁷ GN 26/06/68:7

Entre Presentes e Passados.

Há pouco tempo participei de um debate na Rádio Universitária acerca do movimento estudantil dos anos 60 aqui em Fortaleza. Dentre as muitas discussões levantadas, um fator chamou-me atenção: a busca dos porquês e como das memórias acerca do movimento. Um momento em especial demonstrou o fato: a curiosidade despertada acerca da Passeata dos Vinte Mil. Estimulado pela perguntas, acabei por pensar como, no meu trabalho, e se o fiz, vislumbrei tais indagações.

Afinal de contas, o que significou fazer esse trabalho na medida em que me torno, por meio dele, um “especialista do movimento” e por isso convidado para a discussão? O que essa “minha história” do movimento traz de relevante no tocante à discussão da memória do movimento por exemplo? Serei eu agora um “guardião” dessas memórias?

Para responder a essas indagações, um ponto é primordial: realizar este trabalho foi poder debater a representação conseguida junto à sociedade, bem como internamente, em um determinado momento pelo movimento estudantil na tentativa de travar o processo de modernização autoritária. Ou seja: como em pleno período de repressão, estudantes conseguem realizar na cidade um ato de protesto com 20 mil pessoas?

Para além de uma idéia de derrota do movimento, como se esse pudesse escapar das determinações de seu tempo, é preciso não perder de vista o teor de mobilização e a concentração em torno da bandeira do nacionalismo na luta contra o imperialismo americano e seu principal peão: a ditadura dos militares. Não se deve esquecer, neste sentido, o próprio peso da modernização numa reorganização da instituição universitária mexendo com valores e campos que permitiram a aglutinação em defesa de um baluarte do desenvolvimento político e científico.

O que era a universidade naquele tempo? O que era ser um universitário? Algo não respondido por uma visão apenas do movimento estudantil universitário.

É instigante, por exemplo, pensar que Bráulio Ramalho, militante do período e pesquisador, ao ver as fotos das Passeatas dos Bichos, que lhe

mostrei, não tenha distinguido nenhum dos estudantes, sendo todos “estudantes comuns”.

Nas fontes diversas do evento dos calouros universitários vemos seu singular significado na construção do movimento. Mais de uma vez me disseram que o que chamava atenção nas fotos para além dos protestos, das faixas, era a cidade, as ruas, os lugares, a multidão, o urbano que se abre para seus universitários, num campo mágico de distinção. As manifestações dos calouros como momentos de consagração de uma juventude.

Juventudes, talvez seja melhor falar, numa referência aos distintos projetos de vida dos universitários: os que lutam por cartazes em branco (protesto ou censura), os que não querem fazer da manifestação ato político de subversivos, mas só de reivindicações, os que querem evitar o mini-carnaval de anos anteriores, impróprio, naquele instante, “para quem luta por um causa”.

As fotos expressam paradoxos de uma juventude celebrada em um rito de exclusão, transformado em um ato de protesto contra a ditadura militar. Um desfile de imprevisíveis intenções usado para reivindicar, se divertir e ridicularizar autoridades – não necessariamente nessa ordem. Enfim, um rito de múltiplos significados, que nos questiona sobre que tipo de movimento era aquele e quais relações e interações o constituíram. Vivido através de diversas interações, baseadas em distintos projetos políticos de sociedade, de universidade, e por isso, momento de intensa experimentação política.

Através das manifestações estudantis, entram em cena diferentes atores e dramas do movimento. Destaque maior para as organizações, muitas vezes vitimizadas ou culpabilizadas, celebradas ou expurgadas, por variadas explicações. Para que isso não ocorresse, foi preciso inserir as organizações dentro das relações do referido contexto.

Refletir sobre as tendências políticas na medida em que estas desempenharam um papel fundamental ao possibilitarem uma mobilização permanente, sendo usadas ao mesmo tempo em que usavam o movimento estudantil. Perceber que tramas lhe deram vida, que divergências lhe compuseram, sua capacidade de representar o grosso dos estudantes, e, em determinada situação, ser um campo de recepção de variados setores na tentativa de mudar os rumos, no combate do regime que se consolidava.

Foi preciso, assim, compreender como dentro de uma situação tão sem perspectivas, em que se via as esperanças da constituição de uma nova ordem se esvaír pelos decretos, atos institucionais, um movimento foi capaz de ser um entrave na engrenagem do poder dessa cruel roda viva das histórias. Como foi capaz de construir mecanismos de participação e representatividade.

Bandeiras de luta recompostas em seu esplendor: o nacionalismo, o antiimperialismo, a luta por mais vagas. Dessa interação entre entidades e estudantes nasceu o movimento estudantil, com seus limites e possibilidades. A historicidade dessas lutas apresenta-se com suas derrotas e becos sem saídas, não podendo pois ser entendida como lições a serem tiradas – isso seria continuar incorrendo no erro de sufocar suas experiências com abstrações. Concordando, com Marcelo Ridenti, é preciso encarar de frente o problema da representação enquanto uma construção política a ser feita, permeada de inevitáveis mediações, indas e vindas e não um devir da revolução.

A tensão entre vanguarda e movimento longe de um desvio foi parte integrante do que foi sua experiência. A engrenagem da disputa, não de um enfrentamento, fez o movimento andar e é demasiado redutor encara-lo como causador de seu fracasso. As vanguardas políticas tinham claramente seus limites e aí cabe a colocação: **politicamente**, apostaram numa revolução que faltou ao encontro por ser também ela em si não uma fatalidade mas produto de uma atuação política efetiva a ser elaborada.

No caso dos estudantes, a discussão da definição do caráter do movimento: reformista ou revolucionário? Pequeno burguês ou aliado do verdadeiro agente revolucionário? Discussões, não tenhamos dúvidas, decisivas na maneira como decisões foram resolvidas ou atos praticados. No caso das tendências locais, apesar das divergências de quem teve maior participação, de quem de fato foi mais democrático, fazendo um movimento de massas sem princípios "sectários", o que vemos é a demanda pela revolução em todas as tendências. O que não era trazido automaticamente para o movimento. Pelo contrário.

Não havia como nenhuma dessas correntes lutar contra os próprios mecanismos de funcionamento do movimento. Daí porque as três tendências terem campos definidos de atuação dentro do movimento e, ao seu modo,

possuírem sua legitimidade de ação. Daí igualmente não abrirem mão de estarem inseridas nos pressupostos do movimento, capaz assim de interagir, de variadas maneiras com os grupos políticos. Tensões foram comuns e mesmo sérias divergências do que era ou não revolucionário, sobre que tipo de caminho, literalmente, deveria se tomar.

Contudo, daí a atribuir a causa do descenso estudantil às disputas partidárias é um pouco demais. É inclusive um contra-senso, uma vez que o auge da disputa foi quando o movimento teve também seu clímax. Por conta da disputa, que mobilizava, dinamizando posições, criando grupos capazes de promover uma permanente e criativa mobilização, mas também por conta de bandeiras e utopias que lhe ultrapassavam, redefiniam as relações entre os mais variados planos de constituição do movimento inclusive as próprias vanguardas.

Os ritos políticos do período, como as passeatas de protesto ou dos bichos, foram momentos de plena (re) elaboração desses significados, plenas (re) atualizações do sentido da revolução e principalmente da derrubada do regime. Momentos da construção coletiva, mas nem por isso homogênea, do movimento estudantil.

Esses pontos levantam que tipo de movimento queremos reivindicar e porque. Ao tocarmos na reflexão acerca das temporalidades, através das memórias que adentram o trabalho, estamos lidando com múltiplos jogos e conflitos que dão sentido a essa historicidade. Longe de um passado lá atrás, percebo que a luta contra a ditadura carrega seu peso no sentido de tramas abertas, caminhos que apontam para perspectivas de variados pontos de vista.

A memória, assim, é campo de tensões, não podendo ser tratada como mero depósito de informações. Muito, pelo contrário, ela é componente do próprio processo de luta, ocupa um lugar específico na redefinição da relações de poder, sendo espaço e instrumento de conflitos.

Olhar para o patrimônio físico da UFC não é mais passar por um lugar sem simbolismo. A estrutura do campus narra becos sem saída, caminhos da modernização autoritária, assim como da ressignificação conseguida ou não pelos novos sujeitos. A memória, em variadas formas concretas (silêncio esquecimentos etc.), ocupa um lugar chave nesse processo. Pode ser decisiva

no que vai se conceber como identidade, como componente das lutas políticas, como diálogo de experiências, de sentidos.

O movimento estudantil daquele tempo está morto. O que não significa dizer que sua experiência não traga ainda valores a serem considerados. Sua luta política deve ser sentida nas suas continuidades e descontinuidades, no que joga um papel fundamental a memória que se tem sobre ele. Laços são quebrados dentro de um processo de estranhamento e afastamento que tem suas raízes e ações; nada é neutro, tudo é, sem cessar, construção e desconstrução.

Interpretar esses processos de composições em busca de historicidades e também tomar partido, é também trazer aspectos e omitir outros. Minha legitimidade, contudo, espero não ter se dado apenas pelo lugar de qual falo, mas muito mais pelo sentido de participar desses jogos da memória e da história, de querer compor fragmentos dentro de um discurso de explicação que não quis abafar subjetividades, esmagando e desconstruindo memórias em busca de verdades objetivas, ou de uma memória mais adequada.

Peter Burke define o trabalho do historiador enquanto um lembrete no sentido de que se tenha sempre noção dos processos de construção das muitas memórias, das relações entre passado e presente, do caráter interpretativo, por isso parcial, da ação do historiador.²⁰⁹

Debati neste trabalho significados do movimento estudantil na cidade de Fortaleza. Significados que necessariamente passam pelas suas memórias, que não estão mortos. Muito pelo contrário, estão por aí se misturando em nosso cotidiano, em muitas e distintas mediações. Pelo espaço do Benfica, pelo acervo, com mais de 11 mil fotos da Universidade, encostado em um canto do MAUC, pelas histórias pessoais que se refizeram, pelas grandes bandeiras em aberto, pelos lugares e cantos perdidos e/ou recriados. Enfim, pelas diversas descontinuidades e continuidades do fazer histórico que ajudaram e ajudam a compor a nossa própria experiência. Caminhos absolutamente abertos por sujeitos históricos, e nos seus múltiplos planos em constante definição.

²⁰⁹ BURKE, Peter. *À História como Memória Social*. In: ————. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p69-89.

Busquei algumas dessas mediações, encarando a tarefa de inserir-me nessa batalha entre tempos, de rastrear trilhas aparentemente perdidas, recompor passados. Viver uma história que é minha, mas também de outros.

Madrugada. Sob a chuva rala ando o trajeto do Benfica ao Centro da cidade. Com o vento frio me vem a referência ao itinerário da Passeata dos Bichos – o mesmo que agora percorro. Desfiles, algumas vezes, como em 1966, realizados sob forte chuva. Penso nos sentidos daquela festa e mais em especial no significado da luta daqueles jovens com cartazes em punho, observados pela multidão que assiste a tudo debaixo de guarda-chuvas...

Noutro dia qualquer, procuro as palavras de Benjamim, as mesmas com as quais iniciei meu projeto de pesquisa da seleção desse mestrado que agora estou prestes a terminar. Mais que um fecho, novamente as trago para participar do eterno debate sobre o passado – da construção e vivência dos seus significados:

"A felicidade capaz de suscitar nossa inveja está toda, inteira, no ar que já respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. Em outras palavras, a imagem da felicidade está indissolúvelmente ligada à salvação. O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele a redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente."²¹⁰

²¹⁰ BENJAMIM, Walter. "Sobre o Conceito de História". In: ————. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp222-223

Fontes e Bibliografia

Núcleos

1335

VEJA (1968 - 1970)

VISÃO (1968)

negativos

Envelopes nº 345 e 376

Fontes Utilizadas

Biblioteca Pública Menezes Pimentel

Setor Hemerográfico

* **Gazeta de Notícias**

1963-1967 (Março – Junho); 1968.

* **Unitário**

1968 (Março – Abril)

Setor Microfilmagem

* **O POVO**

1963-1967 (Março – Junho) ;1968.

Associação 64-68

* **Gazeta de Notícias**

1963-1967 (Março – Junho); 1968.

* **O POVO**

1963-1967 (Março – Junho) ;1968.

Núcleo de Documentação do Departamento de História da UFC

Revistas

- **VEJA** (1968 – 1969)
- **VISÃO** (1968)

Negativos

- * Envelopes nº 548 e 676

Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.

- Fotos Passeatas dos Calouros 1966
- Fotos Passeatas dos Calouros 1967

Periódicos Estudantis

- **BISU** Informativo do DCE Fortaleza, ano II, n 16, sem data.
- **O Coruja** Órgão Oficial do CASTA. Fortaleza, Junho/1967, n 1.
- **O Coruja** Órgão Oficial do CASTA. Fortaleza, Setembro/1967, n 2.

Entrevistados

- **Antônio Pereira Ximenes** – Estudante do Curso de Agronomia de 1966 a 1970. Entrevista realizada dia 30/04/2001.
- **Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho** – Presidente do Centro Acadêmico do Curso da Filosofia Estadual em 1968, militante do PC do B e pesquisador dos anos 1960. Entrevista realizada dia 25/08/2000.
- **Cláudio Roberto Pereira de Abreu** – Um dos fundadores do Grupo Teatral Universitário – GRUTA. Entrevista realizada dia 21/08/2000.
- **Francisco Dias Monteiro** – Estudante de medicina e militante da Ação Popular nos anos de 1966 a 1968. Entrevista realizada dia 08/10/2001.
- **Helena Serra Azul Monteiro** – Estudante de medicina e militante da Ação Popular nos anos de 1967 e 1968. Entrevista realizada dia 08/06/2001.
- **Hermínio Castelo Branco (Mino)** – Estudante da Faculdade de Direito em 1967 e desenhista de cartazes das passeatas dos bichos. Posteriormente viria a trabalhar junto com o grupo do Pasquim como cartunista.
- **Inocêncio Rodrigues Uchôa** – Estudante do Curso de Direito e militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista nos anos de 1966 a 1968. Entrevista realizada dia 10/07/2001.
- **João de Paula Monteiro Ferreira** – Presidente do Diretório Central dos Estudantes e militante do PC do B nos anos de 1967 e 1968. Entrevista realizada dia 06/04/2001.

- **Marciano Lopes** – jornalista na década de 1960/memorialista da cidade de Fortaleza, em especial as décadas de 1950 e 1960. Entrevista realizada dia 04/04/2001.
- **Maria Ruth Barreto Cavalcante** – Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Estudante do Curso da Pedagogia no período de 1967-1968, militante da Ação Popular. Entrevista realizada dia 30/08/2000.
- **Mário Miranda de Albuquerque** – Militante do Movimento estudantil Secundarista nos anos 1966-1968, ligado ao Partido Operário Revolucionário Trotskista. Entrevista realizada dia 03/12/1999.
- **Maria José Sales Auto Moreira (Mazé)** – Estudante dos Institutos Básicos de 1963 a 1969. Entrevista realizada dia 05/03/2001.
- **Paulo Emílio de Andrade Aguiar** – Estudante do Curso de História e militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista nos anos de 1967 e 1968. Entrevista realizada dia 07/04/2001
- **Pedro Albuquerque Neto** – Militante do Partido Comunista do Brasil, estudante da Faculdade de Direito nos anos de 1966-1968. Entrevista realizada dia 03/04/2001.
- **Raimundo Oswald Cavalcante Barroso** – Estudante das Ciências Sociais e militante da Ação Popular nos anos de 1967-1968. Entrevista realizada dia 04/07/2001.
- **René Teixeira Barreira** – Estudante das Ciências Sociais e militante da Ação Popular antes do golpe militar. Entrevista realizada dia 16/11/1999.

Bibliografia

- ACERVO: *Revista do Arquivo Nacional*, v11, nº 1-2 (jan/dez. 1998), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. & WEIS, Luís. Carro Zero e Pau-de-Arara: o Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: SCHWARZ, Lília Moritz. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 319-409.
- AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ÂNGELO, Ivan. *A Festa*. 8ª ED. São Paulo: Geração Editorial, 1995.
- BRASIL NUNCA MAIS. São Paulo: Vozes, 1988.
- BENJAMIM, Walter. Sobre o Conceito de História. In: ----- *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p 222-232
- BLOCH, Marc, *Introdução a História*. Lisboa: Euro-América, 1976.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: Laços Permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Unicamp, v1223-2h, p 07-18,1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOUTIER, Jean. & JULIA, Dominique. *Passados Recompostos; campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BURKE, Peter. BURKE, Peter. Á História como Memória Social. In: ----- *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p69-89.
- CALLADO, Antônio. *Quarup*. Editora Altaya/Record, 1998.
- CAMPOS, Augusto de. *Balanço da Bossa e Outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CAMPOS, Flávio de. *Anos Rebeldes (adaptação para romance)*. São Paulo: Globo, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

- CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação In: *Estudos Avançados*. 11 (5), p 173 -191, 1991.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares: Confissões. Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964. A Versão e o Fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- CUÑA, Newton. *Memórias de uma Geração Assassinada*. América Cultural, Rio de Janeiro, 1988.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5ªED Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DARNTON, ROBERT. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracias ou reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?* São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- GUAZELLI, César Augusto Barcellos. (org) *Questões da Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOFFMAN, Erving. Introdução e Representações. In: ----- . *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985. p 11-24 e p 25-75.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. & GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação nos anos 60*. (7ªed) São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2000.

- KHOURY, Yara Aun. Narrativas Orais na Investigação da História Social. In: *Projeto História* 22. São Paulo, EDUC, p , 2001.
- LEVI, Giovanni. & SMHITT, Jean-Claude. "Introdução" In: ----- (org) *A História dos Jovens. V1 Da Antigüidade a Era Moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. pp 7-18.
- (org) *A História dos Jovens. V2 A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- LOWENTHAL. David. Como Conhecemos o Passado. In: *Projeto História*. Nº 17, São Paulo: EDUC, p 63-201, 1998.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. In: *Projeto História*. Nº 10 , São Paulo: EDUC, p 1-28 ,1993.
- POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. (2ª ed) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas Vol.2, p 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. A Pesquisa como um Experimento em Igualdade. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.º 14, p 24-39, 1997.
- História Oral como Gênero. In: *Projeto História*. São Paulo, EDUC, nº 22, p 9 – 36, 2001.
- O que Faz a História Oral Diferente. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.º 14, p 25-39, 1997.
- RAMALHO, Braúlio. *As Lutas dos Estudantes Cearenses*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1992.
- REIS FILHO, Daniel & MORAES de Pedro. *1968: A paixão de uma Utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *Versões e Ficções: O Sequestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- . *A Revolução Faltou Ao Encontro. Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- SADER, Emir. *O Anjo Torto. Esquerda (e Direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *A Mitologia Estudantil: Uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*. Maceió: SERGASA, 1994.
- SAMUEL, Raphael. Teatros de Memória. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 14, p 41-81,1997.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, Cortez, 1986.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários. Memórias da Guerrilha Perdida*, Rio de Janeiro Global, 1980.
- SHALLINS, Marshall. Estrutura e História. In ----- . *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p 172-194.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SWAIN, Tânia Navarro. (org) *História no Plural*. (2ªEd) Brasília: Editora UnB, 1994.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo A Memória: Questões sobre a Relação entre a História Oral e as Memórias. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 15, p 51-71,1997.
- . Quando a Memória é Campo de Batalha: Envolvimentos Pessoais e Políticos Com o Passado do Exército Nacional. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 16, p , 1998.
- THOMPSON. Edward. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . Folklor, Antropologia, e Historia Social. In: *Entre Passados - Revista de História*. Buenos Aires: Año II, Nº 02, p , 1992.

- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. 1968 – Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira. In: *Primeira Versão*. Nº 32, 1FCH/UNICAMP, 1991.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do Silêncio: Militantes de Esquerda no Brasil Autoritário*. Fortaleza: EUFC, 1998.
- VENTURA, Zuenir. 1968, *O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.